

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA

**JURISTAS AO FINAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1873-1889): PERFIS,
DISCURSOS E MODELOS A PARTIR DO ESTUDO DA REVISTA *O DIREITO***

CURITIBA
2015

SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA

**JURISTAS AO FINAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1873-1889): PERFIS,
DISCURSOS E MODELOS A PARTIR DO ESTUDO DA REVISTA *O DIREITO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná, como parte das exigências para a
obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA

JURISTAS AO FINAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1873-1889): PERFIS, DISCURSOS E MODELOS A PARTIR DO ESTUDO DA REVISTA *O DIREITO*

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Direito, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.


COMISSÃO EXAMINADORA




Orientador: Professor Doutor Ricardo Marcelo Fonseca
Universidade Federal do Paraná



Professor Doutor António Manuel Hespanha
Universidade Nova de Lisboa



Professor Doutor Carlos Petit Calvo
Universidad de Huelva



Professor Doutor Samuel Rodrigues Barbosa
Universidade de São Paulo



Professor Doutor Luís Fernando Lopes Pereira
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 31 de agosto de 2015

Ao meu amado Thiago.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família. Família são aqueles que te acolhem em casa ou que constroem uma casa ao seu redor;

Aos meus amigos, minha família estendida, que se dispuseram a ouvir as queixas, a respeitar as ausências e a segurar as pontas sempre que necessário;

Em especial, agradeço aos colegas de pesquisa em História do Direito, que ajudam na tarefa de explicar qual é afinal a ligação entre a História e o Direito;

Ao meu orientador de uma década, Ricardo Marcelo Fonseca, pois, sem seu incentivo esse projeto não se concretizaria;

Aos membros da banca de qualificação Luís Fernando Lopes Pereira, Samuel Rodrigues Barbosa e Walter Guandalini Júnior, pelas observações que contribuíram para a elaboração final desta tese;

Aos professores da Faculdade de Direito que contribuíram, mais do que imaginam, para minha formação;

E, finalmente, aos professores António Manuel Hespanha e Carlos Petit, não apenas pela contribuição intelectual, mas pela gentileza e atenção que tiveram comigo sempre.

um bom poema
leva anos
cinco jogando bola,
mais cinco estudando sânscrito,
seis carregando pedra,
nove namorando a vizinha,
sete levando porrada,
quatro andando sozinho,
três mudando de cidade,
dez trocando de assunto,
uma eternidade, eu e você,
caminhando junto

(Paulo Leminski)

RESUMO

Por meio da identificação do significado e da dimensão do termo jurista na cultura jurídica brasileira no período de 1873 a 1889, busca-se compor um panorama dos juristas nas últimas décadas do Império brasileiro, acompanhando a publicação da Revista *O Direito* e estendendo a pesquisa até o fim da monarquia.

A utilização da Revista *O Direito* como fonte primária na presente pesquisa em razão de sua periodicidade, continuidade e variedade tanto em temas como em autoria, além de seu destaque dentre os periódicos jurídicos à época, possibilitou, a partir da análise dos artigos de doutrina publicados na revista, a delimitação de um grupo de juristas que ativamente integraram o debate doutrinário no Brasil pré-republicano.

A investigação das características comuns desses juristas deu ensejo à configuração de um perfil tripartido dos juristas brasileiros na segunda metade do século XIX: o jurista como um homem letrado, plural em suas atividades profissionais, mas também em seus estudos, e, cujo traço distintivo dos outros atores do mesmo contexto jurídico era, justamente, o reconhecimento por seus pares como tal.

No segundo momento do trabalho, foi dada ênfase ao Direito Privado, em especial, à civilística, por ter um caráter “universal” ao regular as relações humanas mais íntimas, capaz de oferecer um olhar sobre a sociedade distinto daquele do Direito Público.

O discurso jurídico desse período foi investigado a partir do levantamento das fontes doutrinárias nos artigos publicados na revista fazendo uso da metodologia de análise de conteúdo esboçada por António Manuel Hespanha para a História do Direito. Ainda que o discurso seja um elemento inapreensível em sua totalidade, os textos doutrinários foram analisados em seu estilo e conteúdo, tomando-se como estudo de caso, o discurso dos civilistas acerca do instituto da escravidão.

Por fim, propõe-se a superação da tradicional explicação do bacharelismo no Brasil e se apresenta um modelo híbrido como vetor de interpretação do papel dos juristas na cultura jurídica brasileira oitocentista, aproveitando-se de modelos propostos para a Europa oitocentista, principalmente na Espanha e Itália, articulados por Carlos Petit e Pasquale Beneduce.

Palavras-chave: jurista – modelos – análise de conteúdo – Revista *O Direito*

RESUMEN

Al identificar el significado y la dimensión del término jurista en la cultura jurídica brasileña en el período 1873-1889, la presente *thesis* trata de componer un panorama de los juristas en las últimas décadas del Imperio del Brasil, a partir del inicio de la publicación de la Revista *O Direito* y extendiéndose hasta el final de la monarquía.

En vista de su representatividad entre las revistas jurídicas de la época, la Revista *O Direito* fue utilizada como fuente primaria en este estudio debido a su periodicidad, continuidad y variedad tanto en temas como en autores. Esto permitió, a partir del análisis de los artículos doctrinales publicados en la revista, la definición de un grupo de juristas que integra activamente el debate doctrinal pre-republicano en Brasil.

La investigación de las características comunes de estos juristas dio lugar a la creación de un perfil tripartito de juristas brasileños en la segunda mitad del siglo XIX: el jurista como un hombre culto, plural en sus actividades profesionales, pero también en sus estudios y cuyo rasgo distintivo de otros actores del mismo contexto jurídico era, precisamente, el reconocimiento por sus pares como tal.

En la segunda fase del trabajo, se puso énfasis en el Derecho Privado, en particular en la civilística, por su carácter "universal" en regular las relaciones humanas más íntimas, capaz de ofrecer una mirada de la sociedad distinta de la del Derecho Público.

El discurso jurídico de ese período fue investigado a partir de la encuesta de las fuentes doctrinales en los artículos publicados en la revista, haciéndose uso de la metodología de análisis de contenido esbozada por António Manuel Hespanha para la Historia del Derecho. Aunque el discurso sea un elemento difícil de alcanzar en su totalidad, se analizaron los textos doctrinales en su estilo y contenido, tomando como caso de estudio, el discurso de los civilistas sobre la esclavitud.

Por último, se propone superar la explicación tradicional del *bacharelismo* en Brasil y si presenta un modelo híbrido como vector de interpretación de los juristas en la cultura jurídica brasileña del siglo XIX, tomando ventaja de los modelos propuestos para la Europa del siglo XIX, sobre todo en España e Italia, articulados por Carlos Petit y Pasqualde Beneduce.

Palabras clave: juristas – modelos – análisis de contenido – Revista *O Direito*

ABSTRACT

Throughout the identification of the meaning and the dimension of the term jurist in Brazilian legal culture in the period from 1873 to 1889, the thesis aims to compose an overview of jurists in late years of the Brazilian Empire, following the publication of the legal journal *O Direito* and extending the research up to the end of the monarchy.

The use of the Journal *O Direito* as a primary source in this study because of its frequency, continuity and variety both in themes and in authorship, considering also its representativeness among other legal journals at the time, allowed, based on the analysis of academic articles published in the journal, the definition of a group of jurists who actively integrated the doctrinal debate in the pre-Republican Brazil.

The research of their common features enabled the definition of a tripartite profile of Brazilian jurists in the second half of the nineteenth century: the jurists as literate men, polyvalent in their professional activities, but also in their studies, and whose distinctive feature of other actors in the same legal context was the recognition by his peers as such.

In the second phase of the work, emphasis was given to private law, in particular, civil law, due to its "universal" character to regulate the most intimate human relationships, able to offer a distinct glimpse into the society than the public law.

The legal discourse from this period was investigated from the survey of the doctrinal quotations in the articles published in the magazine using of content analysis methodology outlined by António Manuel Hespanha for the History of Law. Although the speech is an elusive element in its entirety, the doctrinal texts were analyzed in their style and content, using as a case study, the speech of civilists about slavery.

Finally, it is proposed to overcome the traditional *bacharelismo* explanation in Brazil and a hybrid model for the interpretation of the role of jurists in the Brazilian legal culture nineteenth century is presented, taking advantage of proposed models for nineteenth-century Europe, especially in Spain and Italy, articulated by Carlos Petit and Pasquale Beneduce.

Keywords: lawyer - models - content analysis – *O Direito* Journal

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Temas dos artigos de doutrina da Revista <i>O Direito</i> (volume 1 a 50).	79
Figura 2: Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo . São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838.	89
Figura 3: Divisão de temas dos artigos de Direito Civil.	145
Figura 4: Augusto de Souza Leão, bacharel em 1851.	203
Figura 5: Francisco Xavier Paes Barreto, ministro do império e bacharel em 1842.	204
Figura 6: João Augusto de Souza Leão, bacharel em 1844.	205
Figura 7: José Antonio de Pinho Borges, bacharel em 1865.	206
Figura 8: Paulo Martins de Almeida, bacharel em 1860 e magistrado.	207
Figura 9: Vitoriano de Sá e Albuquerque, bacharel em 1842.	208
Figura 10: Abdias de Oliveira, bacharel em 1882 e desembargador.	210
Figura 11: Feliciano dos Santos Pontual, advogado, bacharel em 1868.	211
Figura 12: Gaspar de Menezes Vasconcelos Drumond Filho, bacharel em 1875.	212
Figura 13: Gonçalo Paes de Azevedo Faro, bacharel em 1870 e magistrado.	213
Figura 14: Henrique Afonso de Miranda Leal, bacharel em 1871.	214
Figura 15: Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, bacharel em 1874.	215
Figura 16: Retrato de Clemente Falcão de Souza Filho, 1888.	216
Figura 17: Retrato do Dr. Prudente de Moraes, 1890.	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Autores mais citados nos artigos selecionados de doutrina (Direito Civil).	88
Tabela 2: Autores que mais publicaram na Revista <i>O Direito</i> entre 1873 e 1889.	92
Tabela 3: Citações a Savigny.....	129
Tabela 4: Artigos sobre a escravidão no Direito Civil brasileiro.....	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 JURISTAS, PERIÓDICOS JURÍDICOS E A REVISTA <i>O DIREITO</i>.....	34
2.1 AS DIFICULDADES NA DELIMITAÇÃO DO PERFIL DOS JURISTAS.....	34
2.2 A REVISTA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA CULTURA JURÍDICA.....	60
2.3 A CENTRALIDADE DA REVISTA <i>O DIREITO</i> NO PERIODISMO JURÍDICO BRASILEIRO.....	69
2.3.1 Inflexões metodológicas: dos procedimentos de pesquisa na Revista <i>O Direito</i>.....	76
3 PERFIL E DISCURSO DOS JURISTAS A PARTIR DOS ARTIGOS DA REVISTA <i>O DIREITO</i>.....	90
3.1 CONTORNOS DO PERFIL DO JURISTA.....	90
3.1.1 Os Articulistas de <i>O Direito</i>.....	93
3.2 VOZES NO DISCURSO JURÍDICO.....	106
3.2.1 As citações de fontes da doutrina portuguesa.....	119
3.2.2 As citações de fontes de doutrina estrangeira.....	125
3.2.3 As citações fontes da doutrina brasileira.....	131
3.3 ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO NO DIREITO PRIVADO.....	138
3.3.1 O tratamento da escravidão como instituto do Direito Civil.....	147
3.3.2 Tipos não ideais dos discursos sobre a escravidão.....	161
4 ENTRE MODELOS POSSÍVEIS E O MODELO HÍBRIDO DE JURISTA BRASILEIRO.....	169
4.1 A SUPERAÇÃO DO BACHARELISMO ACADÊMICO.....	169
4.2 OS MODELOS DE JURISTAS NA ESPANHA.....	177
4.3 A TRANSIÇÃO IMPERFEITA ENTRE MODELOS NO CASO ITALIANO.....	190

4.4 UMA PROPOSTA HÍBRIDA COMO MODELO PARA O JURISTA BRASILEIRO ..	196
4.4.1 Novos interlocutores.....	196
4.4.2 A “boa” imagem dos juristas.....	201
4.4.3 O jurista por excelência	218
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232
APÊNDICES	243

1 INTRODUÇÃO

O que distingue a tese dos demais trabalhos acadêmicos é sua contribuição original à ciência. Ainda nesta fase de construção das hipóteses que levarão à tese, no presente caso, surge o questionamento: o quão original uma tese em história do direito é capaz de ser? O objeto em si é passado, inalterável. O método de aproximação ao objeto também – a mediação do historiador por suas fontes será sempre necessária.

O estudo dos juristas do século XIX como formadores da cultura jurídica contemporânea não é um objeto particularmente original. É possível àqueles minimamente familiarizados com o Direito listar quem foram os *grandes* nomes da ciência jurídica no Brasil. Ainda no início do século XXI há uma persistência nas teses por eles formuladas, seja na forma de enfrentamento ou de concordância. Exemplo primário é a própria codificação civil. Os processos sob a égide do Código Civil de 1916 elaborado por Clóvis Beviláqua ainda tramitam no judiciário brasileiro atual. Código este que foi em si a conclusão de um processo nada harmônico no qual uma das etapas foi a Consolidação da Leis Cíveis elaborada por Teixeira de Freitas. Por sua vez, o Código Civil de 2002 cuidou para extirpar aquilo que tornava o código de Beviláqua obsoleto e assim dele se distanciar, mas, inegavelmente, manteve-se a mesma tradição jurídica. Se não por nenhum outro motivo, apenas a manutenção da *forma* código já basta para inseri-lo nessa mesma cultura jurídica *brasileira*, latina e de raízes europeias.

Brasileira sobretudo a partir do século XIX, quando as vicissitudes locais tornaram-se por demais evidentes para serem ofuscadas pela cultura jurídica portuguesa. Todavia, identificar este limiar entre uma colônia cuja independência foi muito mais formal que material e uma nação independente que vivia simultaneamente os reflexos da Revolução Industrial e o sistema escravocrata, é, por certo, um dos desafios do presente trabalho. Espera-se contribuir para identificar, talvez limiar não seja o melhor termo, mas sim as linhas tangenciais entre a colônia, a nação independente e além, uma nação no mundo que com outras nações se relacionava.

A presente pesquisa busca compor um panorama dos juristas nos últimos anos do Império brasileiro, de 1873 a 1889, esboçando seu perfil, função e discurso. Para tanto, a pesquisa foi conduzida a partir dos resultados obtidos com a utilização

como fonte primária de uma das principais publicações jurídicas da época – a Revista *O Direito*. O caminho percorrido é, em certa medida, o inverso daquele tomado na pesquisa tradicional que estuda um tema, desenvolvendo-o a partir da pesquisa bibliográfica e, ao final, investigando sua aplicação em um estudo de caso. Parte-se aqui do “estudo de caso”.

Por estudo de caso, entende-se a manipulação de fontes primárias, no caso a publicação jurídica, entendida como um conjunto de textos capazes de representar uma parte da cultura jurídica do final do século XIX, os artigos doutrinários ali publicados apresentam uma variedade significativa de autores e temas, além da regularidade e periodicidade da publicação – um tanto raras para a época. O “caso” tratado na presente tese, portanto, é o corpo textual formado pelos artigos doutrinários, restritos ao direito civil, publicados entre 1873 e 1889.

Além da pesquisa bibliográfica, uma das principais ferramentas de pesquisa utilizadas foi a análise de conteúdo. O método permitiu sintetizar os dados obtidos por uma pesquisa de cunho inicialmente quantitativo (quantos e quem eram os articulistas da revista, que autores citavam, quantas vezes, em que temas) em uma análise do discurso. A interpretação dos dados recolhidos d'*O Direito* permitiram conhecer quais eram os juristas e as doutrinas que efetivamente circulavam no meio jurídico dos oitocentos, quem participava do debate em torno da doutrina brasileira e, por meio desses, quais outras fontes e outras correntes doutrinárias eram incluídas.

Dentre outros objetivos, a pesquisa busca identificar – obviamente não a gênese – mas o fomento de uma cultura jurídica com autonomia suficiente para se denominar brasileira na segunda metade do século XIX.

A aproximação de um objeto tão vasto como é o estudo dos juristas que compuseram o debate jurídico na segunda metade do século XIX teve partida na percepção das mudanças que a ideia de jurista teve ao longo dos séculos. Sem a intenção de criar uma linha temporal, mas apenas pontuar alguns indícios da estreita relação entre dos juristas e a formação, consolidação ou organização do poder estatal.

Conforme explica António Manuel Hespanha¹, no Antigo Regime os juristas compunham um corpo social com função específica na sociedade, destacado dos demais. Possuíam uma autoimagem de sacerdotes, pontífices entre o direito e a sociedade. Essa visão se relaciona à própria noção de justo e injusto desse período.

¹ HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

A ordem das coisas estava em diferentes níveis e a justiça plena era divina, os juristas então deveriam traduzir o divino para o humano, mundano. Apenas no século XVII o advogado passa a ser necessariamente um técnico formado nas escolas².

As expectativas e o próprio imaginário do jurista no Antigo Regime extrapolavam o aspecto intelectual, o caráter de predestinação, de vocação do jurista prescrevia inclusive sua aparência física³. Ainda de acordo com Hespanha, Antonio de Souza Macedo, na obra *Doctor in jure perfectus* de 1643 retrata o jurista com dedos longos, testa larga, olhos negros, brancos mas levemente rosados. O autor do século XVII descrevia, em verdade, os lombardos da região onde surgiram as primeiras faculdades de direito italianas. Além disso, ele deveria ser bom, ser capaz de entender a ordem do mundo e estar de olhos abertos.

O caráter sacerdotal foi se transformando com a paulatina valorização da formação acadêmica e com a crescente profissionalização. O momento pós-pombalino em Portugal teve movimentos antagônicos na composição de uma nova ordem. Houve uma forte reação aos pontos centrais das reformas de Pombal, quais sejam, o antijesuitismo, a reforma do ensino e o mercantilismo econômico. Entretanto, algumas das mudanças derivadas da administração pombalina já estavam a tal ponto consolidadas que “continuava impondo-se a necessidade de reformas e, por decorrência, do assessoramento do Estado por homens competentes, tecnicamente preparados e politicamente comprometidos com os interesses da Monarquia

² HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 377.

³ Descrição também encontrada por Petit: “Al menos, el abogado combina mejor que nadie ciertas dotes naturales (un pecho robusto, una fisonomía digna, una hermosa voz: Sainz de Andino, pp. 10 y siguientes; genio, buena memoria, buena figura, voz sonora y agradable: Joaquín María López I, pp. 30 ss. utilísimas para lograr eficaz presencia pública mediante la palabra, con la práctica continuada de aquellos deberes y facultades Morales (probidad, veracidad, desinterés, firmeza de carácter, amor a la justicia: Sainz de Andino, pp. 13 y siguientes; honradez, laboriosidad, virtud, independencia y firmeza de carácter, valentía, prudencia, memoria, desprendimiento, sobre todo veracidad y ‘calma fría’: Joaquín María López, I, pp. 229 ss.) de los que pende la conservación de la república: en la convicción de quien se sabe al servicio de una causa justa se resume la distancia que distingue al buen orador del puro sofista (ibid. I, pp. 18-19). (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 61-62). Como comparação, o estatuto do Colégio De Advogados de Madrid, já no século XVII, que se aplicava também no México, trazia as seguintes disposições: “estatuimos y mandamos que para ser recibidos cualesquiera abogados en nuestro colegio, haya de ser de buena vida, y costumbres, hijos legítimos, o naturales de padres conocidos, y no bastardos, o espurios; que así los pretendientes como sus padres, y abuelos paternos, y maternos, sean y hayan sido cristianos viejos, limpios de toda mala raza, y infección, y sin nota alguna de moros, judíos, ni recién convertidos a nuestra Santa Fe Católica” (SALVADOR, Rodolfo Aguirre. **El Mérito y la Estrategia**: clérigos, juristas y médicos en Nueva España. México, D.F.: UNAM, 2003. p. 428).

Absolutista, capazes de promover a retomada da prosperidade econômica do Reino”⁴. Ana Rosa Cloclet da Silva segue explicando que, em seu conjunto, essas reformas pretendiam formar homens verdadeiramente comprometidos com o poder estatal que aliando conhecimentos técnicos e científicos a qualidades morais – “honesto, grave e nobre” – tendência esta que interessava sumamente a administração mariana.

Ainda segundo a autora, o Estado absolutista português, portanto, “demandava o alargamento do corpo burocrático dotado de ‘autoridade técnica’ [...] influentes no próprio sentido atribuído aos qualificativos exigidos aos homens públicos recrutados pelo Estado, por vezes associados à nobreza ou a virtudes pessoais e, mais frequentemente, à condição de letrado”⁵. A autora prossegue, com base em Hespanha, afirmando que o direito era tido como uma formação essencial dentre os requisitos funcionais para o desempenho do cargo burocrático, não apenas pelos conhecimentos técnicos mas, sobretudo, pelo prestígio social adquirido pelos juristas, o que tornava “praticamente indissociável associação do burocrata com o letrado”⁶.

Na América espanhola, antes das independências locais, a figura do “letrado” se fazia presente, a acepção de letrado era, desde o século XVI o experto em direito civil ou canônico com grau universitário⁷. Rodolfo Aguirre Salvador explica que a máxima aspiração de um jurista de finais do século XVII na Nova Espanha era ocupar “una silla en la audiencia”, entretanto, muitos juristas, quando necessário e em razão da política imperial de preferir peninsulares para integrar as audiências americanas, dedicavam-se a outras carreiras jurídicas como a de ouvidores, advogados, juízes, fiscais ou promotores. “Muitos juristas utilizavam a prática do direito como acesso para a carreira eclesiástica. Outro letrados, sem vocação para a Igreja, persistiam em acender pela burocracia real competindo com tenacidade entre eles pelos cargos disponíveis”⁸.

⁴ SILVA, Ana Rosa Cloclet. **Inventando a Nação**: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 103.

⁵ SILVA, Ana Rosa Cloclet. **Inventando a Nação**: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 115.

⁶ SILVA, Ana Rosa Cloclet. **Inventando a Nação**: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 115.

⁷ SALVADOR, Rodolfo Aguirre. **El Mérito y la Estrategia**: clérigos, juristas y médicos en Nueva España. México, D.F.: UNAM, 2003.

⁸ “Muchos juristas utilizaban la práctica del derecho como escalón hacia la carrera eclesiástica. Otros letrados, sin vocación por la Iglesia, persistían en ascender por la burocracia real compitiendo con tenacidad entre ellos por los cargos disponibles” (SALVADOR, Rodolfo Aguirre. **El Mérito y la Estrategia**: clérigos, juristas y médicos en Nueva España. México, D.F.: UNAM, 2003. p. 396). (tradução nossa).

Com o início do processo de independência da América espanhola os juristas estavam entre os líderes civis mais importantes, formavam a maioria dos congressos de constituintes e eram eles próprios os redatores das constituições. A monarquia espanhola, em comparação com outros sistemas de governo contemporâneos a ela, possuía um forte caráter teocrático, ao menos ideologicamente, no qual a legitimidade do poder advinha da ordem divina, devido à proximidade da Igreja católica ao centro do poder, seja como aparato ideológico ou como aparato repressivo. A independência, portanto significou não apenas a separação da Espanha mas também a busca de um novo tipo de legitimidade jurídico-democrática. Daí, afirma Perdomo, a enorme importância da instrumentalização jurídica da independência na forma dos congressos, das constituições e das leis que acompanharam o processo, concluindo que foram os juristas os grandes ideólogos do novo regime e também os organizadores dos novos estados⁹.

No século XIX na França os juristas já dividiam sua vida entre a academia e as funções de governo ou a advocacia. A formação tampouco era uma, os juristas formavam-se “em família” ou “no Palácio”, em casa ou na prática. As escolas transformadas em faculdades em 1808 seguiam o método exegético e “tinham funções bastante restritas se pensarmos em uma cultura jurídica de caráter acadêmico ou científico, ou mesmo de erudição”¹⁰. A profissionalização da advocacia sofreu quando a *Ordre des Avocats* foi abolida pela revolução e, embora restabelecida por Napoleão em 1810, somente voltou a ter seus originais poderes autorregulatórios na Terceira República¹¹.

Por sua vez, os juristas alemães eram juristas do Estado e sua percepção era de uma ocupação de prestígio e poder na sociedade. A intervenção estatal não era percebida como tal pelos burocratas alemães que perpetuaram seus estreitos laços com o Estado mesmo no processo de liberalização da profissão mais de um século mais tarde¹².

⁹ PERDOMO, Rogelio Pérez. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 168-183. p. 173.

¹⁰ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos**: o Conselho de Estado no Brasil-Império. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 102.

¹¹ COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 40-41.

¹² COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 44.

Enquanto o liberalismo se disseminava na Europa, a talvez a mais célebre das profissões ditas liberais – a advocacia – ajustava seu espaço nas nações europeias. Na Espanha liberal oitocentista, Carlos Petit¹³ observa a transição de um jurista romântico, para um jurista eloquente e para um jurista de caráter cientificista. O primeiro, dedicado em igual medida às letras jurídicas e à poesia e literatura, converte-se em um orador, propriamente eloquente, cujo espaço por excelência é a tribuna e a principal ferramenta é a argumentação, dedicando-se aos discursos e aos periódicos. Com a introdução das teorias positivistas, evolucionistas e naturalistas, emerge outro modelo de jurista, o cientificista. Não se trata, absolutamente, de uma mudança voluntária ou que parta do interno dos juristas, mas a cultura se modifica no sentido de uma gradual valorização maior da escrita em detrimento da oralidade e também da prevalência da argumentação científica sobre a retórica.

Processo semelhante ao identificado por Pasquale Beneduce na Itália, em meio ao processo de unificação também na segunda metade do século XIX. No caso italiano, o jurista condensa em si, de forma ambivalente e contraditória, atribuições do prático e do estudioso, o que o autor denomina de “enigma da unidade divisa do jurista”.

Reconhecendo o mérito da síntese da definição dada por Silvio Romero, esse “bando de ideias novas” chegava ao Brasil com um influxo maior a partir da década de 1870. Alfredo Bosi relativiza a expressão no sentido de que “a defasagem relação à Europa não seria tão ampla e profunda, como a pintava Silvio Romero”¹⁴, pontuando que o atraso na difusão de ideias de vinte ou mais anos, a medida em que se avança no século XIX diminui a ponto de tornar-se sincrônico graças à imprensa, ao telégrafo, às viagens dos intelectuais mais engajados. Todavia, nas palavras de Roque Spencer Maciel de Barros: “Poder-se-ia dizer mesmo que o Império terminara em 1870: desde então as novas ideias exigiam uma forma de governo mais consentânea com as aspirações de liberdade, mais ‘moderna’ em relação ao espírito ‘científico’”¹⁵.

No Brasil, as relações entre Estado e as profissões jurídicas foram ingênuas. Desde a independência de Portugal, há debate acerca da via de dependência: se era

¹³ PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000.

¹⁴ BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional** (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 258.

¹⁵ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986. p. 7.

o Estado que dependia do corpo de burocratas incluindo-se nestes os magistrados, os promotores e os conselheiros ou eram estes que dependiam do Estado em toda sua carreira profissional. A pesquisa apresentada aponta para uma simbiose com predominância maior da dependência do Estado aos bacharéis, pelo menos até a consolidação do modelo estatal imperial e com uma inversão nessa relação de dependência a partir da segunda metade – podendo ser, esta inversão apontada como causa e efeito do declínio do Império – exacerbando-se no último quarto de século. De todo modo, o *jurídico* sempre esteve imbrincado com o Estado brasileiro independentemente do regime de governo. Aponta José Murilo de Carvalho¹⁶ que os juristas exerceram papel de larga importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira.

No Brasil independente os cursos jurídicos foram criados pela lei de 11 de Agosto de 1827 sobre o molde do ensino da antiga metrópole:

Os cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra e alguns dos primeiros alunos vieram de lá transferidos. Mas houve importante adaptação no que se refere ao conteúdo das disciplinas. O direito romano foi abandonado em benefício de matérias mais diretamente relacionadas com as necessidades no novo país, tais como os direitos mercantil e marítimo e a economia política. A ideia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos.¹⁷

Assim, ato contínuo, foi essa geração de Coimbra que redigiu os códigos legais do período imperial: Código Criminal e Comercial, Constituição de 1824 e subsequentes reformas, a Lei de Terras de 1850, evidenciando a interdependência do Estado brasileiro e dos juristas.

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um número homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 76.

incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.¹⁸

Portanto, a formação acadêmica está no cerne da própria noção de jurista no século XIX brasileiro. Havia outros partícipes do mundo jurídico desse período que prescindiam do ensino superior, os rúbulas ou os advogados provisionados, ou mesmo conselheiros e membros da alta burocracia estatal que não possuíam a formação jurídica, entretanto, algumas carreiras eram a eles praticamente inacessíveis, como a magistratura, por exemplo¹⁹.

Ademais, no século XIX brasileiro impera a visão centrada no jurista acadêmico, da qual o bacharel é parte, ainda que seja como um lugar-comum ou posto intermediário. Nem todos os bacharéis são juristas, mas o contrário é verdadeiro – frise-se, ao menos conforme o apurado no desenvolvimento desta pesquisa e localizado neste período da história nacional.

Assim, um dos objetivos da presente tese é demonstrar que o jurista acadêmico, de tons bacharelescos, não era o modo de ser do jurista brasileiro do

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 65.

¹⁹ A configuração dos profissionais que movimentavam a justiça oitocentista no Brasil, resumidamente, era composta por magistrados, juizes de paz, promotores públicos, advogados, solicitadores, advogados provisionados e rúbulas. A partir de 1841 o poder judiciário se organizava, esquematicamente, da seguinte forma: cada termo contava com um juiz municipal, júri, promotor público, escrivão e oficiais de justiça. Cada distrito com um juiz de paz eleito, oficiais de justiça e inspetores. Promotores e juizes de direito eram nomeados pelo Imperador, que, na prática, acolhia a indicação do Ministro da Justiça. Os desembargadores compunham os Tribunais da Relação (quatro até 1873 quando foram criados mais sete) e dentre os mais antigos eram nomeados os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. “Os cargos de promotor, de juiz municipal, de juiz de direito e dos tribunais superiores eram ocupados exclusivamente por bacharéis em direito, os únicos remunerados pelo governo central” (KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010. p. 37). Quanto aos advogados, o diploma de bacharel era suficiente para exercer a advocacia em qualquer dos Tribunais. Os advogados provisionados eram aqueles que não tinham o grau mas submetiam-se a exames teóricos e práticos de jurisprudência aplicados pela presidência dos tribunais da Relação. Podiam apenas advogar perante os juízos de primeira instância e nos lugares onde não houvesse advogado formado em número suficiente. Os solicitadores tampouco detinham o grau de bacharel e prestavam exame apenas sobre a prática do processo perante os juizes de direito. Mas havia bastante incerteza sobre quem poderia ou não se manifestar no foro, pois alguns atos poderiam ser exercidos pela própria parte ou por qualquer procurador ou rúbulas, como ficaram conhecidos (COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 167 e seguintes). Por fim, quanto à jurisdição civil na qual se foca a segunda parte desse trabalho, a reforma de 1871 criou comarcas gerais e especiais, estas eram as sedes das Relações. Em ambas os juizes de paz julgavam causas de até 100\$000. Nas comarcas gerais, as causas de 100\$000 até 500\$000 ficam a cargo dos juizes municipais e aos juizes de direito cabia o julgamento de causas de mais de 500\$000 e dos recursos dos juizes inferiores. Nas comarcas especiais, todas essas incumbências cabiam aos juizes de direito (KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010. p. 95-96).

século XIX. Propõe-se interpretá-lo como parte do modelo possível e de tal modo aglutinado à cultura jurídica de quase todo o século que domina o imaginário da época e a historiografia posterior.

Todavia, ainda que se efetivamente o trabalho perpassasse por conceitos como elite, inteligência, intelectuais, além de fazer menção aos já conhecidos “grandes jurisconsultos” da história, propõe-se superar a dualidade de uma historiografia tradicional – mas, felizmente, já não mais unânime – entre uma baixa e uma alta cultura.

Certamente, no caso brasileiro – marcadamente inculto e que recebeu as primeiras faculdades de direito a partir de 1828 – a fronteira entre o direito “erudito” e “popular” é bastante móvel e indefinida. Mas, além disso, há também a relação (no marco do assim chamado “direito erudito”, no qual se busca produzir uma “cultura jurídica”) entre a assim chamada “alta cultura jurídica” (composta pelos famosos juristas imperiais) e uma “baixa cultura jurídica” (composta por uma série de autores “menores” e hoje menos lembrados). [...] Por essa razão, “cultura jurídica brasileira”, aqui, não pode ser contrastada consoante critérios de “melhor” ou “pior”, de “mais” ou “menos” refinamento intelectual, mas como um conjunto de padrões e significados que circulavam e prevaleciam nas instituições jurídicas do Império brasileiro (faculdades, institutos profissionais de advogados e juizes, o fórum, o Conselho de Estado e, em alguns casos, o parlamento). Este procedimento poderia eventualmente indicar que aquilo que consideramos um refinado e notável “jurisconsulto” pode, eventualmente, impactar e circular menos (e, portanto, gravar com menos força o ambiente da cultura jurídica) do que um eventual superficial “praxista” que seja muito procurado pela eficácia “didática” das suas anotações.²⁰

Desse modo, ao fim e ao cabo, pretende-se demonstrar que, embora fundamental, a esfera acadêmica não era a única.

²⁰ “Ciertamente que en el caso brasileño – marcadamente inculto y que recibió las primeras facultades de derecho solamente a partir de 1828 – la frontera entre el derecho “erudito” y “popular” es bastante móvil e indefinida. Pero además de eso hay también la relación (en el marco del así llamado “derecho erudito”, donde se busca producir una “cultura jurídica”) entre una así llamada “alta cultura jurídica” (compuesta por los famosos juristas imperiales) y una “baja cultura jurídica” (compuesta por una serie de autores “menores” y hoy menos recordados). [...] Por esa razón, “cultura jurídica brasileña”, aquí, no puede ser contrastada consonante criterios de “mejor” o “peor”, de “más” o “menos” refinamiento intelectual, pero sí como un conjunto de patrones y significados que circulaban y prevalecían en las instituciones jurídicas brasileras del imperio (facultades, institutos profesionales de abogados y magistrados, el foro, Consejo de Estado y en algunos casos, en el parlamento). Ese procedimiento podría eventualmente indicar que aquello que consideramos un refinado y notable “jurisconsulto” puede eventualmente impactar y circular menos (y por tanto, grabar con menor fuerza el ambiente de la cultura jurídica) de lo que un eventual superficial “praxista” que sea muy buscado por la eficacia “didáctica” de sus anotaciones” (FONSECA, Ricardo Marcelo. La cultura jurídica brasileña del siglo XIX entre hibridismos y tensiones en la tutela de los derechos: algunas hipótesis de trabajo. **Forum Historiae Iuris**. (18 de agosto 2014). Disponível em: <<http://www.forhistiur.de/2014-08-fonseca/>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2015).

O que se intenta desvendar, portanto, é o modo de ser do jurista nesse período. Tal pesquisa comportaria idealmente dois principais e necessários enfoques, como propõe Ricardo Marcelo Fonseca:

O primeiro (...) buscará identificar alguns dos traços intelectuais marcantes do jurista brasileiro deste período, com a intenção, sobretudo, de perceber neste período uma mudança nas suas matrizes teóricas e na sua visão do direito. Trata-se, obviamente, de um procedimento precário e introdutório, a ser complementado com pesquisas de maior envergadura, mas que podem, a nosso ver, dar algumas chaves de leitura interessantes sobre o modo de pensar dos artífices da cultura jurídica imperial. O segundo procedimento (...), embora em vários momentos se mostre um modo de análise que se entrecruza com a anterior, ou, ao menos, mostra-se a ela paralela, constitui uma outra forma de identificar os traços da cultura jurídica brasileira: trata-se de identificar o perfil do jurista no que diz respeito à sua postura diante dos saberes e da academia, na sua relação com a vida pública e com os saberes das chamadas “humanidades”, pois a partir daí, segundo se crê, pode-se aproximar do modo como o jurista se vê diante da tarefa da construção de uma cultura jurídica, do modo de ser do jurista enquanto intelectual. A atitude do jurista diante do conhecimento, da academia e de seu próprio papel na sociedade (seu modo de ser), em boa medida é que vai explicar como e por que este mesmo jurista produz esta ou aquela forma de conhecimento (seu modo de pensar), sendo frutífera, portanto, a sua análise paralela.²¹

Portanto, a pesquisa desde logo se desvencilha da tradicional interpretação do bacharelismo oitocentista para desenvolver ou identificar os modelos de jurista possíveis. Esses modelos devem ser construídos com base na pesquisa focada em fontes primárias e reconstituição dos perfis e discursos dos juristas.

A permanência de um mesmo círculo na elite que perdurou até a metade de século foi necessária para a construção e articulação do Estado independente naquelas circunstâncias. A mudança foi muito mais uma transição do que uma ruptura e foi resultado de um conjunto de fatores. O recorte temporal levou em consideração essa mudança na cultura letrada a partir da década de 1870. Como explica João Cruz Costa:

Por volta de 1870 um novo período vai se abrir na história do pensamento brasileiro. É então que novos matizes de ideias, originados na filosofia dos séculos XVII e XVIII, começam a impregnar a vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico.²²

²¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <<http://goo.gl/MZeJDk>>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

²² COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Livraria José Olímpio Editora: Rio de Janeiro, 1956. p. 129.

Esse “progresso” está relacionado ao desenvolvimento econômico e comercial a partir da década de 1860 representado pelas estradas de ferro, pelas primeiras manufaturas, pelo crescimento da lavoura cafeeira e pela intensificação do comércio com os ingleses. O intercâmbio não se restringiu a área comercial, tendo, os acontecimentos da história política europeia influenciado a vida intelectual no Brasil²³.

A nova conjuntura econômico-cultural acarreta no fomento da discussão de temas antes reprimidos, principalmente, a escravidão e a república. Os vetores desses debates são, à essa época, os juristas.

Começa a surgir a propósito um grande número de escritos de toda ordem: livros, folhetos, artigos de imprensa e outras publicações. A questão é analisada e debatida a fundo; seus diferentes aspectos, econômico, social e político são esmiuçados. São grupos de intelectuais que tomam primeiro posição: bacharéis em direito, advogados, juristas, que formam cronologicamente a primeira classe pensante do país.²⁴

Como também explica Roque Spencer Maciel de Barros, a década de 1870 reúne condições para se destacar do restante do Império brasileiro, é o ano que encerra a guerra do Paraguai, a fundação do partido republicano. Nas relações internacionais do Brasil é o ano do advento da terceira república francesa e da guerra franco-alemã.

Além disso, os próprios intelectuais tomam a data por marco: se bem que deitando raízes em um passado pouco mais longínquo, é a partir desse momento que ganham corpo as novas ideias do século – positivismo, darwinismo, materialismo, etc. –, a “reação científica”, enfim, para usar de uma expressão empregada por Clóvis Beviláqua.²⁵

Assim, o recorte temporal foi realizado considerando, além dos fatores acima delineados, a data de início da publicação do periódico jurídico *O Direito: Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência* em 1873. A publicação manteve-se regular durante todo o período investigado. Ademais, tratava-se de uma publicação

²³ Em 1871 a França fora derrotada pelos prussianos e proclamara a sua terceira República. No Brasil, as consequências desses acontecimentos terão imediata repercussão. O Manifesto Republicano e o germanismo da escola do Recife – que nos revelaria as novas tendências da filosofia alemã – estão, em parte, ligados a essas transformações que se passaram na Europa (COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1956. p. 130).

²⁴ COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1956. p. 133-134.

²⁵ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986. p. 8.

de propriedade particular, ao menos em tese, portanto, desvinculada institucionalmente.

O marco temporal final, portanto, 1889, poderia vir antes ou depois. O recorte se fundamenta em uma mudança de regime político que formalmente ocorreu em novembro daquele ano, como consequência de um processo que tomou força a partir de 1870. Mas que, em contrapartida, não foi capaz de alterar o paradigma social de estratificação. Em suma, as últimas décadas do Império são representativas e singulares de uma ilustração – como coloca Roque Spencer, que se distanciava da geração anterior, ao mesmo tempo em que buscava se afirmar no cenário político e intelectual da época.

O início da pesquisa na década de 1870 engloba também os antecedentes e as mudanças ocorridas com a reforma do Ensino Livre, que realizou a separação do curso de ciências jurídicas do curso de ciências sociais.

Em que pese o trabalho se proponha unicamente a analisar o aspecto técnico-jurídico dos juristas e não sua atuação política – embora as fronteiras entre essas esferas sejam bastante sutis ou por vezes inexistentes²⁶, os juristas dessa etapa do século XIX atuam no cenário político bem resumido por Carvalho no seguinte excerto:

Passado o período de estabilização do Império, cresceram as queixas contra o Poder Moderador e as acusações de ser um poder pessoal despótico. Mas os partidos políticos aprenderam a fazer um uso oportunista desse poder. Criticavam-no quando na oposição, apoiavam-no quando chamados ao governo. No governo manipulavam as eleições em benefício próprio, impondo ao imperador a necessidade de usar seu poder para alternar os partidos no poder. O Poder Moderador de início deu estabilidade política ao país. Mas, na ausência de um eleitorado amplo e independente, ele foi minando a legitimidade do imperador. Liberais e republicanos passaram a exigir o governo do país por si mesmo, significando com isso não propriamente a democracia, mas a eleição do chefe de Estado e do governo. Quando o Poder Moderador, como representante da nação ao lado do Legislativo, tomou medidas abolicionistas que contrariaram os interesses poderosos, os partidos monárquicos não o defenderam. Implantou-se o presidencialismo republicano, em que os presidentes detinham poder pessoal ainda maior que

²⁶ “[...] uma das principais características da elite política imperial, à semelhança de outras elites de países de capitalismo retardatário ou frustrado, era seu estreito relacionamento com a burocracia estatal. Embora houvesse distinção formal e institucional entre as tarefas judiciárias, executivas e legislativas, elas muitas vezes se confundiam na pessoa dos executantes, e a carreira judiciária se tornava parte integrante do itinerário que levava ao Congresso e aos conselhos de governo (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 145).

o do imperador, com a diferença de que eram substituídos de quatro em quatro anos.²⁷

Desta feita, o ano de 1889 encerra *formalmente* o período imperial e com isso algumas discussões pertinentes ao regime político, como as teorizações sobre Poder Moderador e Conselho de Estado²⁸ deixam de ter razão de existir. Mas ainda que pouco mude a essência das problematizações abordadas, o início do período republicano implica em mudança de perspectiva e de direcionamento das discussões jurídicas no nível técnico. Dentre outras razões pela nova carta constitucional, pela criação do Supremo Tribunal Federal e pelo fim formal da escravidão.

A publicação *O Direito* foi o eixo de desenvolvimento do trabalho, dada sua periodicidade, continuidade e variedade de autores e temáticas abordadas. Não era uma publicação de nicho, ademais, é claro, do jurídico. A partir do levantamento de dados feitos nos primeiros cinquenta volumes da revista e na centena de artigos selecionados, primeiramente foi formado um universo de autores, artigos, frequência de publicação, intervalo de publicação, dados que certamente darão ensejo à continuidade da pesquisa. E, ademais, foi realizado o levantamento das fontes dos juristas, de suas influências estrangeiras ou nacionais, com o objetivo de investigar o impacto, a repercussão, enfim, a dispersão dos discursos. Sejam eles reproduções de discursos recepcionados de doutrinadores estrangeiros ou reproduções com um quê de criatividade e adaptação. A pesquisa em fonte primária é instrumental para a composição do discurso jurídico, é o que permitirá enfrentar o principal problema da pesquisa, qual seja, a aproximação aos modelos de juristas no período.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do Período. In: _____. **A Construção Nacional: 1830-1889** (História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/Fundação Mapfre, 2011. p. 28.

²⁸ Ao menos até a proposta de um “poder coordenador” de Alberto de Seixas Martins Torres em 1914, que pretendia uma modernização por meio de reformar, inclusive constitucional, capaz de encerrar a permissividade do federalismo implantado em 1891 e centralizar o poder no governo federal. “Esse novo arcabouço institucional seria encimado por um quarto poder – poder coordenador – que teria como órgão principal um conselho de estadistas, não apenas encarregado do planejamento, em longo prazo, das diretrizes dessa nova ordem, como o de decidir acerca de uma série de questões fundamentais da vida política nacional, como a autorização da intervenção federal, o controle concentrado de constitucionalidade, a elaboração da legislação trabalhista e a verificação da lisura das eleições. [...] No fim das contas, Torres propunha conceder a um conselho de estado as atribuições interventoras de um poder moderador ativo, sujeitando a esse conselho uma gigantesca burocracia que o permitisse exercer suas atividades modernizadoras nos menores vilarejos do país. De ‘moderador’, o poder coordenador era na verdade um poder interventor” (LYNCH, Christian. Entre a jurisdição constitucional e o estado de sítio: o fantasma do poder moderador no debate político-constitucional da Primeira República. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 601-653, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/RkPdGx>>. Acesso em: 15 de julho de 2015).

A análise de conteúdo realizada no periódico *O Direito* contabilizou e categorizou as citações de todos os artigos cujo tema central era o direito civil²⁹. Tal pesquisa permitiu confirmar ou refutar hipóteses há muito e por muitos levantadas, a exemplo do apontado por Miguel Reale em prefácio da obra de Machado Neto, havia todo um conjunto de influências diretas sobre o legislativo e a jurisprudência brasileira que falta captar.

Ainda nos resta examinar, com o devido apuro, a posição de Teixeira de Freitas no quadro da Escola Histórica, e a influência que sobre a sua estupenda produção científica exerceu o alto espírito de Savigny, que ele denominava, pura e simplesmente, “o jurisconsulto”. O mesmo se diga, a mero título de exemplo, quanto à situação de Paula Baptista, ou de Pimenta Bueno, cuja formação tradicional recebe o enxerto fecundo das novas correntes do pensamento europeu, como também é o caso do Conselheiro Ribas, talvez o primeiro de nossos juristas a sofrer o influxo dos pandectistas alemães. Podemos dizer, em suma, que ora de maneira surpreendentemente atual, ora com certo atraso, o que havia de essencial no pensamento europeu ou norte-americano acabou repercutindo na cultura nacional, condicionando tanto a formulação dos “modelos jurídicos” quanto o desenvolvimento dos “modelos dogmáticos”.³⁰

A figura do jurista será trabalhada em três aspectos, a saber, perfil, discurso e modelos, a serem construídos a partir da investigação realizada nos artigos de doutrina da Revista *O Direito*. Por perfil se busca identificar quem era o jurista das décadas finais do Império no Brasil. Pretende-se verificar se os principais juristas do século XIX são aqueles que ainda hoje ocupam o *imaginário* jurídico³¹ e de que forma

²⁹ A opção inicial de analisar todos os volumes da revista publicados até 1889 revelou-se hercúlea. Assim, foram elencados de forma inédita nos apêndices da tese todos os artigos escritos, respectivos autores e temática principal, além de localizar volume e ano de cada texto. Entretanto, para a segunda parte da análise foi imprescindível a seleção de um universo um pouco mais reduzido. A escolha do direito civil deu-se por entender que “[...] a tradição privatista no Brasil é mais clara e contundente do que a prática no direito público: seus conceitos e categorias ainda estiveram implicados, ao menos na primeira metade do século XIX, com as ordenações portuguesas, ao passo que a cultura jurídica de direito público no Brasil partiu da negação às tradições até então consolidadas” (SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010. p. 1). Feito o recorte, dentre os ramos do direito privado o direito civil aparecia com maior variedade de temas e maior quantidade de artigos, tendo sido utilizada uma abordagem “inclusiva”, abarcando todos os assuntos que não pertencessem ao direito comercial ou ao processo civil. Aquele pela diferença entre as condições legislativas, a existência do Código Comercial de 1850 muda o cenário doutrinário brasileiro com relação ao direito comercial, e, este, por serem tanto o processo civil como o processo penal considerados temas de direito público, confundindo-se, por vezes, com as consultas acerca da estrutura organizacional do poder judiciário.

³⁰ REALE, Miguel. Prefácio. In: MACHADO NETO, Antônio Luiz. **História das Ideias Jurídicas no Brasil**. São Paulo: Grujalbo, 1969.

³¹ Para uso do termo imaginário jurídico neste trabalho limitaremos a acepção do termo à representação, não se traduzindo em uma mera percepção da realidade, mas também em uma dimensão criativa (FONSECA, Ricardo Marcelo. A noção de imaginário jurídico e a história do direito.

participavam do debate entre seus pares. Ao traçar um perfil dos juristas oitocentistas pretende-se elucidar qual era sua postura diante do Direito: profissional, engajada, uma escolha de carreira, vocação ou uma forma de ascensão social ou alavanca política. A análise dos artigos de doutrina permitiu a delimitação de um grupo de juristas que ativamente integraram o debate doutrinário no Brasil pré-republicano e suas características em comum, resultando em um perfil tripartido: o jurista como um homem letrado, plural em suas atividades profissionais, mas também em seus estudos, e, cujo traço distintivo dos outros atores do mesmo contexto jurídico era, justamente, o reconhecimento por seus pares como tal.

Diante das conclusões acerca do perfil³², foi dado um passo subsequente para a localização desse jurista na sociedade, trabalhando com o jogo entre expectativa e realidade, incluindo em expectativa não apenas a expectativa social ao redor do jurista, mas a sua própria. O perfil relaciona-se fortemente com a aludida transição de gerações. *O que se esperava do jurista no século XIX?* Era a função que o jurista desempenhava no espaço social que impunha sobre sua fala uma posição de autoridade e legitimidade. Trata-se de investigar portanto a forma como o jurista exercia seu papel na sociedade e, principalmente, na cultura jurídica. Foram os juristas brasileiros também³³ os protagonistas do processo de mudança de regime político ou foram somente os organizadores e articuladores jurídicos do Estado?

A Revista *O Direito* como fonte primária revelou um grupo de juristas muito mais amplo que se poderia prever. Além disso, seu estudo como fonte principal também se deu por ser um meio de divulgação mensal de artigos de doutrina além da publicação de jurisprudência e legislação corrente. Logo, em um primeiro momento, ainda que não se possa automaticamente concluir que a doutrina brasileira era o foco da vida jurídica do país ou que a publicação de textos doutrinários no periódico convertia todos os articulistas em expoentes doutrinadores, os cinquenta volumes analisados entre os anos de 1873 a 1889, trouxeram à lume mais de duas centenas

In: _____. **Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 19-30). Imaginário não apenas como percepção de uma realidade um tanto afastada temporalmente – e portanto incompleta – e logo sobreposta à expectativa dessa mesma realidade.

³² Dadas na primeira parte do capítulo 3.

³³ Sobre os juristas na América espanhola: “De allí la enorme importancia de la instrumentalización jurídica de la independencia, de los congresos, las constituciones y las leyes que acompañaron el proceso. Esto es lo que confiere importancia a los juristas en el proceso de la independencia. Fueron los grandes ideólogos del nuevo régimen y también los organizadores de los nuevos estados”. PERDOMO, Rogelio Pérez. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 168-183. p. 172.

de nomes de diferentes juristas que, em momentos pontuais ou por períodos mais extensos, preocuparam-se em participar do debate técnico-jurídico do século XIX.

O foco dado à doutrina foi balizado na evidência de que enquanto a legislação emana de um poder central, a doutrina e, em especial essas parcelas de doutrina publicadas na forma de artigos, apresenta uma pluralidade de fontes mais interessante. A doutrina representa um aspecto “novo” do saber jurídico que:

[...] nem sempre obteve uma fiel e automática aplicação prática, antes sofrendo mais ou menos significativas adaptações aquando do seu confronto com a realidade da vida. Por outro lado, os próprios juristas não construíam “no ar”: eles construíram tendo em conta as normas jurídicas positivas (consuetudinárias ou legislativas) e a partir da leitura que faziam da realidade social e da sensibilidade que tinham acerca da forma mais ajustada de regular as tensões sociais; ora estas leitura e sensibilidade, longe de radicarem apenas ou sobretudo em características ou capacidades puramente individuais, decorriam antes de condições objetivas; nomeadamente, da forma como estava institucionalmente organizada a profissão jurídica e a atividade dos juristas, dos contatos com a realidade social e política que este arranjo ilhes facultava ou impedia, etc.³⁴

Ademais, sob orientação de Hespanha, em comparação com o estudo da jurisprudência ou de autos processuais, a doutrina não é uma fonte “menos idônea” ou menos realista do período histórico por estar ideologicamente comprometida. Admite-se hoje que não existam discursos genuinamente não deformados ou não distorcidos, que deem conta da realidade de maneira absolutamente neutra³⁵.

E, assim, entre um texto explicitamente normativo e um texto aparentemente denotativo, a diferença que existe é apenas a de duas gramáticas diferentes de construção dos objetos. Porque, afinal, a realidade dá-se sempre como representação. Com a desvantagem de que, nos discursos não explicitamente normativos, esta gramática se encontra escondida, encapsulada em atos discursivos aparentemente neutros, ou fragmentada em manifestações parciais, pelo que as suas explicitação e reconstrução global constituem um trabalho suplementar. Até por razões de economia da pesquisa, vale mais a pena ler o que os teólogos e juristas ensinavam, longa e explicitamente, sobre, por exemplo, a morte, do que procurar, através da leitura de milhares de testamentos, perscrutar a sensibilidade comum sobre ela.³⁶

Nesse sentido, novamente se destaca a importância do periódico jurídico para a análise da circulação de ideias, pois comparativamente a livros e aos discursos

³⁴ “Novo” pois sua configuração se dá a partir do fim da Idade Média. HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 440.

³⁵ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 43.

³⁶ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 43.

proferidos nos púlpitos dos grandes institutos, esse veículo era acessível e colocava em igualdade de “tribuna” o advogado praxista com um pequeno despacho em sua cidade natal e os nomes de maior impacto na época, como Teixeira de Freitas, João Viera de Araújo, Ruy Barbosa. Foi possível verificar que a Revista cumpria sua promessa de ser um espaço aberto que contava com “o conselho dos eruditos, a benevolencia do publico e o *concurso de todas as intelligencias* que, adherindo ao nosso proposito, quizerem honral-a com seus escriptos” (grifo nosso), conforme texto inaugural.

Ainda assim, quantitativamente, o grupo que se pretende delimitar é uma pequena parcela dentre os juristas, letrados, homens, cuja atuação profissional transcendia a cotidiana prática do direito, capazes de influenciar ainda que indiretamente as decisões de governança do Estado. Em agrupamentos concêntricos do maior para o menor, o jurista que se pretende desvelar é o letrado, bacharel em ciências jurídicas, que ademais da profissão jurídica exercida ocupava outros espaços de comunicação e debate na doutrina jurídica brasileira dessas duas décadas do final do Império.

Em um segundo momento, analisa-se um objeto de pesquisa um tanto quanto inapreensível: o discurso. Justamente, para os fins aqui propostos, discurso será toda forma de reflexão exarada pelos próprios juristas, enquanto prática discursiva que se relaciona com as práticas não discursivas, com a existência material de institutos como a escravidão, conflitos pelo domínio da propriedade, em outros termos, discurso na intersecção formadora do próprio Direito, que é prática, fato, vida e também norma, legislação e ciência. Como afirma contundentemente Hespanha, a história se faz de atos e não de palavras, entretanto “esses homens que agem também pensam e também falam”³⁷. Ao argumento de que os discursos não falam por si, mas que sua autonomia e criatividade são absorvidas pelos interesses sociais relacionados, que os discursos são portanto apropriados socialmente, Hespanha afirma que, ainda que evidentemente haja uma sobredeterminação de sentido local sobre o sentido geral, essa redefinição não deixa de ser mediada por representações particulares. Assim, perde sentido e importância afirmar que o direito deve ser interpretado unicamente através de suas práticas, posto que práticas são em última instância *coisas*, e, se

³⁷ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 15.

essas *coisas* possuírem em seu interior uma intenção, uma palavra, um significado, elas já se tornam representação³⁸. Em complemento, pode-se dizer que:

Se é assim, um método estritamente ‘realista’ não será suficiente para a compreensão do jurídico em toda a sua complexidade. A pesquisa historiográfica deverá recuperar também o caráter primordialmente simbólico do Direito, para o que deverá utilizar uma perspectiva teórica específica, que consiga captar os significados imersos no discurso jurídico do passado.³⁹

Em parte como um desvio, em parte como uma pedra no meio do caminho, tomou relevância para a pesquisa a temática da escravidão. Pensando retrospectivamente nos textos analisados para responder, afinal, quais eram as preocupações do jurista oitocentista, o que o incomodava e o que o motivava a escrever, a integrar o debate doutrinário, deparou-se com a problemática da propriedade. Entretanto, o coeficiente moral – que não é um anacronismo da pesquisa, pois já aparecia nos textos formulado dessa mesma maneira – tornou a investigação de como o direito civil tratava o instituto da propriedade escrava e de que forma incidiram sobre ele as interdições inerentes às práticas discursivas em um período que indelevelmente se dirigia à escravidão.

O último capítulo integra perfil e discurso para delinear os modelos de juristas possíveis no século XIX brasileiro. Para isso, são tomados como base os modelos oferecidos por Carlos Petit para a Espanha liberal e de Pasquale Beneduce para a Itália, com a necessária mediação.

Sobretudo, esse capítulo se destina a transpor a interpretação focada apenas no bacharelismo e na academia, buscando ultrapassar o tipo único que domina as visões principalmente de Sérgio Adorno e Alberto Venâncio Filho, respectivamente nas obras *Os Aprendizes do Poder* e *Das Arcadas ao Bacharelismo*.

O objetivo é identificar quais os pontos de intersecção e de que forma se relacionam os juristas entre seus pares e com as diversas esferas de comunicação – expressão utilizada por António Manuel Hespanha. Os juristas ocupam espaços diferentes simultaneamente, compõem a maioria do parlamento, a burocracia estatal e, ainda que, pelo regime de governo, não ascendam ao cargo de chefe de estado

³⁸ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 16.

³⁹ GUANDALINI JR, Walter. O Direito Etéreo: trilhas para um explorador do intangível. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 81-98. p. 93.

como se passará algumas décadas depois na República, não se despem de sua condição de jurista. Alteram apenas o modo como exercem sua função, atuando em outra esfera de comunicação e fazendo outro uso da palavra. O domínio do “poder encantatório da palavra”, também dos termos de Hespanha, era uma das artes a ser dominada antes mesmo do ingresso nos cursos jurídicos e era usado para vencer o debate teórico na forma de doutrina e também, *moduladamente*, para convencer o restante do parlamento fazendo o uso eloquente da retórica.

Juristas advogados e magistrados por outro lado se encontravam na atuação profissional da esfera comunicativa da prática forense, no qual se encontra um discurso autopoiético, opaco em relação à lei e muito opaco em relação à doutrina. É como se o jurista devesse dominar idiomas diferentes: aquele do foro, aquele da doutrina além da retórica parlamentária.

Se há modelos europeus, em quais aspectos o modelo de juristas brasileiros se distinguia deles? Quais ponderações são necessárias ao transportar o modo de ser do jurista que longe de ser universal era marcado pelas vicissitudes locais. Ao que se sugere um modelo híbrido, o qual se assemelha à transição imperfeita sugerida por Beneduce mas dentro dos conjuntos observados por Petit.

Com a presente pesquisa se pretende sanar uma aparente contradição entre uma subvalorização⁴⁰ e uma sobrevalorização dos juristas. Se, por vezes, aos juristas, encerrados na figura do bacharel são atribuídas a relevância e a predominância no exercício do político no Brasil Império e primeiros anos da República, a esse domínio são inferidas características de atraso, de aridez intelectual, de mimetismo da cultura estrangeira e falta de originalidade.

Estudiosos contemporâneos, como Alberto Venâncio Filho (1982) e Sérgio Adorno (1988), dão conta da debilidade, se quisermos, da produção jurídico-intelectual do Brasil independente, especialmente do Brasil pré-1870. Reconhecem, porém, como não poderia deixar de ser, que os bacharéis desempenharam papel fundamental da política brasileira, ou, se quisermos, na construção de um Estado nacional. Nesses termos, sugerem que a produção brasileira foi essencialmente política, não propriamente dogmática ou técnico-jurídica. Os dois autores parecem indicar uma espécie de

⁴⁰ “O século XIX marca, a meu ver, pontos de ruptura em duas ordens de questões. [...] A segunda relaciona-se ao papel mais restrito do doutrinador jurista especialmente na aplicação do direito. Em oposição ao doutor em leis dos séculos anteriores, o jurista do século XIX gozaria de menos autonomia e liberdade e se confundiria mais intimamente com a máquina do Estado. Pelo menos, esta era uma real possibilidade e um desejo que vinha da parte dos soberanos desde a monarquia ilustrada até os novos poderes constitucionais” (LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007. p. 7).

contradição: de um lado, dizem, a produção intelectual dos juristas brasileiros seria pequena, de menor relevância; de outro lado, o Estado imperial foi constituído essencialmente por bacharéis. Em outras palavras, os operadores da cultura jurídica tiveram uma importância prática muito grande, mas sua cultura teria sido menor.⁴¹

Por fim, se as pretensões acima não dominarem por completo o trabalho, como última ambição, pretende-se conduzir a tese sem, focalmente, tomar dois possíveis caminhos, duas possíveis leituras já muito bem realizadas por outros historiadores: o estudo que se desenvolve nas seguintes páginas não seguirá a divisão por correntes do pensamento jurídico, ou seja, não será delineada a progressão do jusnaturalismo, ao positivismo, ao evolucionismo, posto que esses aspectos já foram abordados em outros trabalhos⁴².

O segundo caminho que não se pretendeu traçar mas que foi inevitavelmente atravessado – para manter a coerência da metáfora – é a divisão por juristas ideais, exemplares. Ainda que o exemplo seja um instrumento importante para a compreensão, não deve ser considerado a síntese ou a encarnação de todas expectativas de uma determinada postura de jurista. Em parte porque a análise do periódico forneceu um conjunto bastante extenso de nomes e essa variedade seria desperdiçada se fossem selecionados os mais recorrentes apenas. Considerou-se que ao mesmo tempo em que é sintomática o domínio absoluto das citações a Manuel de Almeida e Sousa de Lobão e Pascoal José de Mello Freire, também o é as poucas mas significativas citações a William Blackstone. Da mesma forma, não foram atribuídos pesos diferentes à importância do debate escancarados nas páginas da Revista *O Direito* entre Antonio Joaquim Ribas e Augusto Teixeira de Freitas que à participação discreta de Ruy Barbosa, Pimenta Bueno e Lafayette Rodrigues Pereira. Ademais, considere-se esta opção metodológica, uma tentativa talvez ingênua, de superar o que Sérgio Buarque de Holanda chama de “vício no bacharelismo”, que define como a tendência a exaltar a personalidade individual acima das contingências, um “apego quase exclusivo aos valores da personalidade”⁴³.

Ainda que imprescindível também a breve análise das biografias dos juristas, a intenção não foi, sobremaneira, de conduzir um trabalho biográfico. Justamente pela

⁴¹ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 100.

⁴² Por exemplo as obras *História das Ideias Jurídicas no Brasil* de Antonio Luiz Machado Neto e *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil* de Gizlene Neder.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

recusa em separar os juristas entre “grandes” e “menores”, Hespanha aponta que a “grande biografia” se interessa por “grandes biografados”, capazes de modelar a história. A raridade destes personagens entretanto faz com que a biografia se transforme, nos termos do próprio autor, em um “ato de cruel assassinato de um personagem, sempre confrontado com o personagem ideal que nunca foi, que nas condições não poderia ter sido e que porventura nem sequer quis ser”⁴⁴. Portanto, quando necessário, foi dada preferência ao método prosopográfico⁴⁵ para organizar os dados biográficos relevantes.

Finalmente, espera-se contribuir com a ampliação dos estudos histórico-jurídicos no Brasil, principalmente pela divulgação dos dados empiricamente coletados acerca dos artigos publicados na Revista *O Direito*. O material e as ferramentas de pesquisa fornecidos dão ensejo à ampliação da pesquisa acerca dos juristas mas também fomentam pesquisas focadas no discurso ou na recepção de determinado autor ou mesmo de um instituto ou ramo específico. Ali estão dados valiosos para que os argumentos acerca da cultura jurídica no Brasil sejam menos presunções e mais conclusões. Ao menos, foi com esse ensejo que o trabalho foi realizado.

⁴⁴ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33.

⁴⁵ A prosopografia é um método importante no estudo de biografias coletivas, quando interessa identificar, principalmente, as esferas de comunicação e redes de sociabilidade das quais os personagens estudados participam. A prosopografia trabalha com dados biográficos para a reconstituição de trajetórias individuais num lapso cronológico definido. Esses dados biográficos, no entanto, não tem a mesma “natureza” do conteúdo de biografias, são mais, numa expressão talvez inadequada, “objetivos”. Esses dados objetivos coletados, como ano e local de nascimento, faculdade do bacharelado, título da tese de doutoramento, cargo ocupado na administração pública, jornais para os quais escreveu, com quem se correspondeu etc., permitem, com os recursos de hoje (planilhas, base de dados) aproximar aqueles que de outra forma não nos pareceriam conexos. Em resumo, como conceito de prosopografia adotou-se a definição de Christophe Charle, para quem a análise de biografias coletivas consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico, cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise”. CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas**. In: HEINZ, Flávio. Para uma nova história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53. p. 41.

2 JURISTAS, PERIÓDICOS JURÍDICOS E A REVISTA O DIREITO

2.1 AS DIFICULDADES NA DELIMITAÇÃO DO PERFIL DOS JURISTAS

Em mais de uma ocasião, Paolo Grossi⁴⁶ defendeu o reposicionamento e a valorização do jurista como protagonista na história do pensamento jurídico. Nesse esteio, ao se investigar o século XIX no Brasil, é possível perceber a insuficiência da tradicional visão do bacharelismo como explicação e expiação oferecidas pela história tradicional⁴⁷. Compreender o papel dos juristas nesse período pode contribuir com a história do pensamento jurídico brasileiro de forma a suprir essa lacuna.

O protagonismo do presente trabalho é ocupado pelo jurista. Como ponto de partida pode-se observar como os dicionários⁴⁸ da época definiam o termo – ainda que de forma exageradamente concisa. O *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, define jurista⁴⁹ como sinônimo tanto de jurisconsulto como de jurisperito. Jurisconsulto, para o dicionário é: “Doutor em leis Civis, ou Canônicas”, enquanto jurisperito é “Doutor em Direito. Doutor em matérias de Direito. É necessária ao jurisperito a notícia universal das histórias”. Em outra edição do

⁴⁶ “Che sia tale lo prova l'attuale contesto storico con le sue vocazioni universalistiche, con giuristi protagonisti nella elaborazione e fissazione di principi, con giuristi protagonisti del fenomeno globalizzatorio. Oggi, questo stregone tenuto con i suoi alambicchi in una segreta del castello a servile disposizione del potente, si mostra con un suo ruolo ingigantito. Non è più il tecnico che gestisce modesti apparecchi ortopedici per sopporre alle claudicanze dell'onnipotente legislatore, mas è, lui, ultimo anello di una catena bimillenaria di tradizioni culturali, quale percettore di valori universali e altresì capace di tradurli in regole, il personaggio cui può essere confidato l'ufficio impegnativissimo di tessere quella rete di cui abbiamo bisogno. Il nuovo protagonismo dei giuristi non risponde a superbia di ceto, ma a una richiesta del nostro tempo storico” (GROSSI, Paolo. La formazione del giurista e l'esigenza di un odierno ripensamento metodologico. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**. Milão: Giuffrè, XXXII (2003). p. 53-54).

⁴⁷ “A presença do chamado *bacharelismo* tem sido objeto de crítica acerca dos estudiosos da vida pública brasileira, minada pela retórica e contraminada por um permanente elitismo” (grifo do autor) (BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 260).

⁴⁸ Pasquale Beneduce também traz as definições do *Nouveau Dictionnaire* de August Wahlen, que faz uso indiviso de jurista e jurisconsulto, definido como um homem de uma sagacidade pouco comum, apaixonado pela meditação e pelo estudo. Nesse mesmo dicionário, o termo jurista aparece como uma expressão mais nova, derivada do alemão e, jurisconsulto como a palavra “antiga”. Nesta obra, destaca Beneduce, a expressão jurista indica em síntese “toda pessoa que se ocupa do direito, sobretudo em teoria”, portanto, há um caráter prático no ofício do jurista também (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 11).

⁴⁹ BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza**. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

mesmo dicionário, reformado e ampliado por Antonio de Moraes Silva⁵⁰ (impresso em 1789), encontram-se as seguintes definições: jurisconsulto é “o que sabe das leis, interpreta, e aplica o direito aos casos, e responde o que há em direito a respeito das espécies a que suas leis são aplicáveis. § que defende os litigantes &c”. O verbete jurisperito é mais sucinto, descrito apenas como “o que sabe direito”, enquanto jurista, por sua vez, tem definição semelhante: “o que sabe direito, e Jurisprudência”.

No *Diccionario da lingua brasileira* organizado por Luiz Maria da Silva Pinto (impresso em 1832) vê-se que as definições tornaram-se mais genéricas e mais similares entre si: jurisconsulto aparece definido como “Doutor em Direito, em Jurisprudência” e jurisperito como “Doutor em Direito, em Leis”.

Por último, o dicionário Caldas Aulete, editado pela primeira vez em 1881, traz jurisconsulto⁵¹ como “homem versado na ciência do direito e das leis; jurisperito, jurista. Advogado, a quem se pedem pareceres sobre questões jurídicas”. Jurisconsulto⁵², para o dicionário, é “homem perito nas leis, no direito; jurisconsulto. E jurista⁵³ é colocado como sinônimo tanto de jurisconsulto como de jurisperito.

Note-se que os verbos utilizados têm um sentido mais próximo ao possuir, ao deter conhecimento jurídico. É o que “sabe”, “responde”, é aquele a quem é necessário “ter notícia” de determinados conhecimentos e que é “versado” em determinadas matérias. É, sem dúvida, o letrado, o estudioso no direito, nas leis e na jurisprudência.

Os três termos mais comuns, jurista, jurisconsulto e jurisperito, vão se aproximando em definição e em uso, portanto, convém tratá-los sem distinção. Ademais, essa convergência de significado resolve com simplicidade o que se considera um falso problema de pesquisa, qual seja, a necessidade de definir, de conceituar previamente os juristas em termos de dedicação exclusiva ou não ao

⁵⁰ SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A-K). 1755-1824. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

⁵¹ **Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881, dirigido por Santos valente e precedido de Plano da autoria de Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

⁵² **Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881, dirigido por Santos valente e precedido de Plano da autoria de Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

⁵³ **Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881, dirigido por Santos valente e precedido de Plano da autoria de Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

estudo do direito, com necessária formação jurídica ou dela independente e que exerciam ou não profissões relacionadas ao Direito. O sentido denotativo para o termo jurista ainda no século XIX não exclui *a priori* os praxistas ou os burocratas, mas deixa implícito a condição de estudo. Essas definições correntes tampouco restringem o termo jurista àqueles que desenvolvem profissões essencialmente jurídicas como advogados ou magistrados. Juristas então serão considerados aqueles de vocação jurídica para o estudo e saber das leis e jurisprudência, sem outras inflexões artificiais.

Portanto, a tensão linguística que se desdobra sobre o próprio termo jurista demonstra as dificuldades de localizá-lo na sociedade se o léxico da época não traz condições de distinção entre quem pertence e quem não pertence ao conjunto de juristas ou jurisconsultos, cabe buscar mais elementos na cultura jurídica em si.

André de Souza Peixoto ao investigar a vocação política dos juristas do Segundo Reinado oferece uma definição mais completa que também contém o elemento da formação:

O jurista é, antes de tudo, um bacharel em direito, um profissional que cursou, nos bancos acadêmicos, uma faculdade de direito, um sujeito efetivamente atuante nos quadros que as profissões jurídicas disponibilizam. É aquele que estuda e professa a ciência do direito, seus assuntos, institutos, princípios e questões; conhece e interpreta o direito. É o sabedor do direito.⁵⁴

Além do grau de bacharel, outra característica do jurista do século XIX, é o caráter de autoridade que lhe era atribuído tanto no meio jurídico quanto na sociedade⁵⁵. Essa autoridade se convertia em notoriedade quando acrescida de participação na vida política do país. O bacharelado, em que pese ser o principal meio de acesso à elite política, era posto como uma condição ao jurista, mas não a única. Prossegue Peixoto: “A palavra (ou o título) ‘jurista’ não designa, na linguagem coloquial, uma profissão propriamente dita. Para além disso, impõe um ônus ao seu usuário: o da notoriedade, o da respeitabilidade, o do destaque, o do brilhantismo e erudição”⁵⁶.

⁵⁴ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 2011. p. 32.

⁵⁵ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 2011. p. 32.

⁵⁶ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 2011. p. 33.

José Murilo de Carvalho explica que uma carreira típica para o político, iniciava na magistratura – isso quando a família não dispunha de influência suficiente para alçá-lo diretamente à Câmara. Uma vez nomeado como promotor ou juiz municipal pelo Ministro da Justiça, o “candidato” aguardava a oportunidade de conseguir uma boa localização. Havia então, após a eleição a possibilidade de abandonar a magistratura ou, “como muitos o faziam, se eleito, continuar como magistrado como garantia de futuras eleições ou simplesmente como fonte alternativa e segura de rendimento”⁵⁷.

Historicamente, como atestam os estudos, para o caso brasileiro, de Venâncio Filho (1977) e Adorno (1988, e em outras dinâmicas, para a França, Charle (1987, 1989), e para a Hungria, Karady (1991); há uma forte associação entre a origem social, o capital de relações sociais detido, a posse do título de bacharel e as chances de ascensão no mundo jurídico. O acesso a carreiras jurídicas de Estado, no período imperial e no início do período republicano (principalmente até a década de 30), dependia de indicações e relações estabelecidas com os chefes políticos provinciais, fato que perdura como regra até a introdução de mecanismos institucionais de recrutamento, como o concurso público para as carreiras de Estado.⁵⁸

Portanto, mais do que designar uma posição de pertencimento ou não a uma elite jurídica, é importante também localizar as redes de sociabilidade, os espaços de comunicação internos e externos a um núcleo de juristas⁵⁹.

Quantitativamente, os juristas enquanto grupo foram praticamente onipresentes nas instituições do Estado brasileiro ao longo do século XIX. De 1822 a 1889, do total de 220 ministros do Conselho de Estado, 147, equivalente a 67%, eram bacharéis em Direito. Dentre os senadores, do total de 233, 153, 66% portanto, eram bacharéis⁶⁰. Evidentemente, uma das razões mais superficiais para essa presença

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 122.

⁵⁸ ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico**: juristas e usos do direito. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2006. p. 28.

⁵⁹ Como exemplo, pode-se citar o caso de Francisco de Paula Rodrigues Alves. O grande patrocinador de sua carreira política foi o Visconde de Guaratinguetá, com quem Rodrigues Alves possuía relações de parentesco. Após o bacharelado em letras no Colégio Pedro II, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo o grau em 1870. “Por influência de seu tio, o visconde de Guaratinguetá, ascendeu no mesmo ano à condição de promotor interino de sua cidade natal, vindo a tornar-se efetivo poucos meses depois. Em 1872, patrocinado pelo tio visconde, foi eleito deputado provincial por São Paulo. Em fins de 1873, já no término da legislatura provincial, o bacharel paulista foi nomeado juiz de direito de Guaratinguetá, cargo que exerceria até 1874” (AZEVEDO, André Nunes de. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emília. (org.) **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 123-140. p. 126).

⁶⁰ BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014. p. 424.

massiva era a existência, no período após a independência, apenas de Faculdades de Direito, que se configuraram praticamente como as únicas opções de formação superior por várias décadas (com exceção de incipientes Escolas de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia e escolas técnicas a partir da década de 1850).

Qualitativamente, a formação comum e a composição ideologicamente homogênea da burocracia estatal foram apontadas como razões para a longa sobrevivência do Império no Brasil – uma forma de autopreservação do sistema⁶¹.

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.⁶²

Mas, como alerta Carvalho, no Brasil “nem a elite era tão homogênea nem o Estado tão forte”⁶³, não havia uma perfeita integração entre elite política e burocracia, havendo maior divisão entre a representação dos interesses do Estado e a representação dos interesses de classes. Ou ainda, os interesses pessoais se sobrepunham aos interesses de classes quando equacionada também a dependência financeira do emprego público.

Daí não terem sido raros os casos de traição ao que se poderia definir como o interesse de sua classe de origem. O próprio Joaquim Nabuco é um exemplo dessa traição ao tornar-se, sob a influência de ideias e ideais bebidos em fontes francesas e inglesas, campeão do abolicionismo. A dependência financeira era em parte responsável pelo fato de que os

⁶¹ Ainda assim, não se pode considerar o caso brasileiro como excepcional. “Poucas terras, por exemplo, parecem ter sido tão infestadas pela ‘praga do bacharelismo’ quanto o foram os Estados Unidos, durante os anos que se seguiram à guerra da independência: é notória a importância que tiveram os *graduates* na Nova Inglaterra, apesar de todas as prevenções do puritanismo contra os leigos [...]. E aos que nos censuram por sermos uma terra de advogados, onde apenas os cidadãos formados em direito ascendem em regra às mais altas posições e cargos públicos, poder-se-ia observar que, ainda nesse ponto, não constituímos uma singularidade: advogados de profissão foram em sua maioria membros da Convenção da Filadélfia [...]; advogados têm sido todos os presidentes da República norte-americana que não foram generais, com as únicas exceções de Harding e de Hoover. Exatamente como entre nós” (HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 156-157).

⁶² CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 39.

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 140.

parlamentares magistrados frequentemente votassem a favor dos projetos do governo, mesmo quando prejudiciais aos interesses rurais.⁶⁴

Porém, em que pese a vinculação massiva de juristas às instituições do Império, o trabalho não pretende construir uma história institucional, mas contribuir para a história do pensamento jurídico. O fenômeno jurídico não pode ser reduzido à legislação do Império ou aos julgados proferidos pelos magistrados da corte superior, pois, nas palavras de Paolo Grossi,

[...] o jurídico não pode ser somente objeto de conhecimento técnico e científico, mas daquele mais alto grau de compreensão que os filósofos chamam de pensamento; o 'jurídico' pode se tornar esse mesmo pensamento com um vulto que traz em si uma intensa tipicidade.⁶⁵

Dentro dessa ótica, o direito não pode ser “institucionalizado” em um sistema fechado, nem a ciência do direito pode ser mera expectadora da lógica interior desse sistema, mas como mediadora entre o social e o cultural e a cultura jurídica⁶⁶. Ainda segundo Grossi, tratar de pensamento jurídico é reconhecer que o direito extrapola a execução passiva de forças externas ao direito, como o poder político, mas também supera o nível simplesmente técnico.

Falar de “pensamento jurídico” significa de fato acreditar que o nível do direito não é nem aquele da mera execução passiva das forças inerentes a outras dimensões, nem aquele do discurso simplesmente técnico; testemunha a convicção que, ao contrário, o direito, na sua essência, fisiologicamente, é expressão fiel de uma civilização.⁶⁷

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 113.

⁶⁵ GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 140.

⁶⁶ Por cultura jurídica entende-se aquilo que circula, é reproduzida e gera efeitos no contexto social. Trabalhar-se-á com essa conceituação ampla, mas há trabalhos de maior fôlego que discorrem sobre o tema com imensa superioridade. Vide: GROSSI, Paolo. **La cultura del civilista italiano**. Milão: Giuffrè Editore, 2002; SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010; STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009; e FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005.

⁶⁷ GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução: Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 140-141.

E, neste sentido, buscando compreender a produção jurídica como algo que extrapola a tecnicidade positivista – positivismo ainda em termos, ainda incipiente, do século XIX – a doutrina, dentre as outras formas de expressão jurídica, destaca-se como fonte para a pesquisa. Conforme Peixoto:

A “doutrina” é o produto científico do jurista, a obra que reflete o entendimento apurado de quem se debruçou arduamente sobre determinado tema de direito. O resultado do estudo e da percepção do jurista acerca das matérias relacionadas à aplicação das condutas humanas no campo jurídico.⁶⁸

A doutrina portanto, nos limites propostos para o presente trabalho, se apresenta como uma opção adequada, pois, conforme Hespanha, a partir dela, comparativamente à jurisprudência, é mais fácil estabelecer um corpo textual de análise. Pois, “haverá, desde logo, que distinguir vários níveis, setores jurisdicionais, tipos de ações e temas de litígio. Pois o direito aplicado não tinha, seguramente, uma estrutura uniforme para todas estas categorias”⁶⁹.

Enquanto no mundo medieval e pós-medieval o jurista exercia a função de elaborar os projetos, ocupando o centro da cidade e sendo considerado interlocutor privilegiado dentre os doutos, o absolutismo jurídico – entendido como reação ao pluralismo medieval – da era liberal deforma o papel do direito e do jurista, relegando-o a mero repetidor da voz do legislador, confinando-o na dimensão passiva da exegese⁷⁰.

A partir dos fins da Idade Média, a história do sistema jurídico vai sofrer um deslocamento. Vai lidar, por um lado, sobretudo com normas jurídicas criadas não espontaneamente pela comunidade, não autoritariamente pelo Estado, mas, progressivamente, pela atividade “científica” (ou, melhor, dogmática, doutrinal) dos juristas eruditos, nas universidades, nos conselhos palatinos, nos tribunais. O direito (no sentido de sistema de normas jurídicas) identifica-se, então, com a doutrina dos juristas e a sua história afasta-se da história sócio-política e aproxima-se da história cultural, nela ecoando os grandes temas da história filosófico-cultural e da história das formas de pensar e discorrer.⁷¹

⁶⁸ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. p. 34.

⁶⁹ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 112.

⁷⁰ GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução: Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 142.

⁷¹ HESPANHA, António Manuel. **História das instituições: épocas medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982. p. 439-440.

O que abre espaço para a percepção da doutrina como a interlocução entre a legislação estatal ou de outro poder central e o direito consuetudinário. Ao menos é esse o cenário nos países de direito codificado no século XIX, fazendo-se questionar as fontes quanto ao cenário brasileiro pré-codificação⁷², no que há evidências suficientes para verificar que houve um estreitamento do diálogo quando da redução do papel de intérprete do jurista e “o notável crescimento de sua importância como legislador”⁷³.

Em complemento, Hespanha explica que:

A autoridade dos textos jurídicos fundadores não era, no entanto, do mesmo tipo da autoridade dos atuais textos legais. É certo que, num caso e noutro, o intérprete não está autorizado a afastar o texto, a substituí-lo ou a submetê-lo a um “livre exame”. Mas, nos atuais textos legislativos, há alguém – o legislador – que o pode fazer, pois os textos legislativos não reproduzem uma ordem (racional ou natural) necessária ou indisponível, mas a vontade de pessoas ou de órgãos coletivos.⁷⁴

O autor verifica ainda que, mesmo diante do legalismo encarnado na Escola da Exegese, o absolutismo da lei como critério de decisão jurídica não teve correspondência com a realidade. Nesse contexto, a doutrina deveria assumir um papel subordinado – anotativo, apenas – face à primazia da lei. No entanto, conforme afirma o professor:

Entre os juristas – especialmente na sua elite acadêmica dos “jurisconsultos” (*iurisprudentes*), a doutrina jurídica manteve, durante os séculos XVIII e XIX, um enorme prestígio e autoconfiança, a que correspondeu um reconhecimento generalizado de que esta prudência do direito mantinha um amplo poder de avaliar a justeza da lei e de a adaptar às razões do direito. Esta autossuficiência da doutrina (e dos jurisconsultos) decorria de ideias que vinham de épocas muito antigas, a que aqui aludimos apenas muito brevemente.⁷⁵

⁷² Referindo-se apenas a codificação civil neste caso no sentido etimológico, mas também e principalmente no sentido de ideia de Código, no sentido originário, proposto pelo exemplo francês (GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 99).

⁷³ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. p. 41.

⁷⁴ HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 113-114

⁷⁵ HESPANHA, António Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito: ordem, razão e decisão** (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 212-213.

Ainda assim, o século XIX brasileiro não é ainda uma era legislativa, em especial no âmbito do direito privado. Trata-se de um período de articulação e coexistência entre um direito do antigo regime manifestamente aplicado através das Ordenações, por exemplo, um direito forçosamente influenciado pelas doutrinas europeias principalmente as francesas e inglesas em razão das relações comerciais. Essas duas forças, modernizadora e tradicional, acabavam por moldar o direito imperial.

Eis, assim, a chave para compreender a peculiar cultura jurídica brasileira em seu nascimento e desenvolvimento entre meados do século XVIII e início do século XX: trata-se de um ambiente histórico em que existem renitentes permanências do direito comum na ordem jurídica privada (como foi argutamente observado por Ascarelli) mas, de outro lado, que sofre importantes discontinuidades no tempo. Todavia, tais importantes discontinuidades, que se mostram tão relevantes a ponto de dar à cultura jurídica brasileira uma marca própria e distintiva (ordenações, 'Lei da Boa Razão', intervenções legislativas do Império, 'Consolidação das Leis Civis' de Teixeira de Freitas), não podem, por sua vez, ser compreendidas unicamente à luz da recepção do direito oficial e de modo isolado da rica realidade histórica que lhe era subjacente. A compreensão das peculiaridades da formação cultural do direito privado brasileiro não deve ser destacada das profundas marcas deixadas por uma sociedade agrária, escravocrata e conservadora que, com engenhosidade ímpar, foi caminhando lentamente na direção de uma 'modernização' jurídica na qual eram equivalentemente importantes alguns modelos estrangeiros a serem seguidos e a necessidade de sua conformação com as injustas estruturas sociais e políticas brasileiras.⁷⁶

Portanto, desde logo, a figura do jurista ao mesmo tempo que se problematiza, também fica mais clara. O jurista não é apenas o bacharel e, ainda que possa vir a ocupar qualquer cargo jurídico dentro da burocracia estatal, ou que possa vir a exercer a advocacia liberal, deve, em algum nível, envolver-se no debate e fomento da cultura jurídica, produzindo ou comentando em síntese: doutrina.

Como explica Fonseca⁷⁷, no conhecido trabalho *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, Sergio Adorno conclui, a partir da constatação de que a estrutura curricular coadunava ideias jurídicas e orientações filosóficas contrastantes entre si, que as academias do Império produziram jurisconsultos em número inexpressivo frente ao contingente de advogados,

⁷⁶ FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**. Milão: Giuffrè, XXXIII/XXXIV (2004/2005).

⁷⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005. p. 106.

administradores, parlamentares, oradores, jornalistas e artistas que saiu de seus quadros. Todavia, a análise de Adorno se vale de parâmetros anacrônicos ao período analisado, como a quantidade de professores dedicados exclusivamente ao magistério ou à escassa produção acadêmica, para concluir que o ensino jurídico no Império poderia ser considerado inexistente.

Além disso, a crítica de Adorno ao identificar entre os bacharéis dos cursos de direito do Império mais jornalistas e artistas do que jurisconsultos carece de profundidade. Primeiramente no aspecto quantitativo essa discrepância entre o número de formados e o número daqueles que compunham a elite jurídica do país em nada surpreende.

Não impressionam os dados que mostram que as faculdades de direito do Império formavam mais advogados, administradores e políticos do que jurisconsultos. Afinal, os estudiosos que acabam, no futuro, por contribuir na construção da cultura (no nosso caso, a cultura jurídica) são sempre uma minoria absoluta entre os egressos das instituições de ensino - máxime num curso como o de direito, que atribuía tantas outras possibilidades profissionais aos jovens bacharéis.⁷⁸

Outrossim, o que hoje chamamos de jornalista, orador ou literato, era parte constitutiva do modo de ser e da constituição do próprio jurista do XIX. Assim, a atuação em outros círculos como imprensa e literatura não deve necessariamente ser interpretada como um desvio da função jurídica profissional original, mas como um indício do próprio modo de ser do jurista brasileiro oitocentista. O que hoje se denomina jornalismo, à época, poderia se dividir em três sentidos completamente distintos. No primeiro pode-se atribuir uma finalidade política, até mesmo de cunho panfletário ao jornalismo. Este veio tomou grande fôlego com os jornais republicanos⁷⁹, e foi, em certa medida, reconhecido por Adorno⁸⁰, ainda que

⁷⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005. p. 109.

⁷⁹ “De 1870 a 1872, surgiram pelo país mais de vinte jornais republicanos, tais como o Opinião Liberal, de Lafayette Rodrigues Pereira e Limpo de Abreu, também no Rio de Janeiro; O Argos, no Amazonas; O Futuro, no Pará; O Amigo do Povo, no Piauí; O Voluntário da Pátria, na Paraíba; A República Federativa, O Seis de Março e O Americano, em Pernambuco; A República, em Alagoas; O Horizonte, na Bahia; o Correio Paulistano, a Gazeta de Campinas, no qual colaborava Campos Sales, O Paulista, O Comércio de Santos, O Ipanema e O Sorocabano, em São Paulo; O Jequitinhonha e O Farol, em Minas Gerais; O Antonina, no Paraná; Democracia e O tempo, no Rio Grande do Sul” (RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009).

⁸⁰ “[...] o jornalismo foi tanto o espaço que possibilitou a inserção do acadêmico/bacharel em *loci* diversos daqueles exclusivamente ditados pela ciência do Direito, quanto o espaço destinado à criação

interpretado de modo diverso. Um exemplo desta distinção no uso da imprensa foi levado a cabo por Joaquim Saldanha Marinho⁸¹, um dos redatores da Revista *O Direito*, quando a maçonaria no Brasil, da qual era membro, incitou expressamente seus membros a se manifestarem em periódicos da época acerca da discussão em torno da separação entre Igreja e Estado:

Tal reação pela imprensa, reclamada tanto pelos membros do Partido Republicano, quanto pelos maçons, que poderiam ser republicanos, liberais, conservadores ou monarquistas, foi arquitetada magistralmente por Saldanha Marinho, que ocupava uma função central em ambos os centros privilegiados de poder em vias de radicalização. Ainda mais sentado como estava na cadeira de presidente do IAB, sob a égide da suposta neutralidade do discurso jurídico, onde era conhecido como jurista invulgar e Conselheiro do Império. Quando quis ser o político debochado e intransigente nas suas convicções, era o Ganganelli, pseudônimo com que assinava os artigos publicados no Jornal do Comércio dirigidos contra a Igreja, e nos livros *A Igreja e o Estado* e *A Monarquia ou a Política do Rei*. Este é um bom exemplo de como as elites intelectuais, uns mais, outros menos, criam na cientificidade do discurso jurídico, de modo a estabelecer uma diferença de linguagem técnica, neutra e objetiva do discurso jurídico, e uma mais solta e ousada empregada na imprensa política comum. No nosso caso, o líder republicano sabia manejar muito bem esta diferença em seu favor, isto é, compreendia que, no fundo, tratava-se apenas de um detalhe, um artifício, um fetiche.⁸²

Este aspecto crítico de um jornalismo político, por assim dizer, diferia de uma atividade jornalística doutrinária cuja intenção era divulgar artigos científicos, que são, em evidência, as revistas especializadas fundadas nesse período e que serviram de fontes primárias para a presente pesquisa, inclusive algumas como a *Revista Jurídica*, fundada e editada por estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. E, por sua vez, também distinto do que pode se considerar uma atividade jornalística literária, que pode parecer mais acessória ou supérflua, na qual juristas, publicavam crônicas, contos e poesias, justamente porque esse exceder às fronteiras do direito compunha o que se esperava de um jurista culto no período, alguém que além de se dedicar às letras jurídicas deveria ser letrado também em conhecimentos acessórios.

de uma *intelligentzia*, da qual se recrutaram os intelectuais da sociedade brasileira oitocentista – administradores públicos, parlamentares, magistrados, burocratas, professores, homens de letras. Originalmente concebida como porta-voz do acadêmico, essa imprensa, pouco a pouco, transformou-se em guardiã da ordem pública e em tribuna livre para a defesa de direitos civis e políticos” (ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 163).

⁸¹ Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), natural e bacharel por Olinda. Dentre outros cargos foi senador e advogado do Conselho de Estado, signatário do Manifesto Republicano de 1870.

⁸² RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 89.

Para a finalidade atual convém destacar que o estudo acadêmico das letras e a assídua leitura de poesia por parte dos advogados nunca funcionou como modo de adorno erudito nem como mera manifestação de *status*. **Pelo contrário, a fruição literária supunha o cumprimento de um dever profissional, arraigado na tradição eloquente [...].**⁸³ (grifo nosso).

A confluência das atividades jurídicas práticas e das atividades literárias no modo de ser do jurista do século XIX pode explicar a longa lista de poetas ou literatos bacharéis na história brasileira, José de Alencar, Bernardo Guimarães e boa parte dos membros da Academia Brasileira de Letras, inclusive seu segundo presidente, Ruy Barbosa⁸⁴.

Logo, em uma primeira análise, a crítica ao bacharelismo no Brasil do século XIX parte de premissas erradas por projetar expectativas e presunções atuais a uma realidade bem distinta. Como explica Fonseca: “Adorno parece buscar no século XIX algo que lá não existe: um cientista do direito, imerso numa academia com padrões germânicos, perdendo de vista que a cultura jurídica no século XIX tinha outro matiz”⁸⁵.

Assim, ainda segundo Fonseca, no contexto do Império, São Paulo e Recife eram as únicas faculdades de direito formadoras de bacharéis e, “para o bem e para o mal, a catalisadora da cultura jurídica do período”⁸⁶. Apontar uma série de deficiências ou colecionar fatos pitorescos que ocorreram dentro das academias não pode levar a uma conclusão direta de que houve uma precariedade absoluta de formação jurídica o que levaria consequentemente a uma pobreza na própria cultura jurídica brasileira.

Portanto, cabe reconhecer que nos estudos atuais ainda há uma lacuna quanto à análise dos juristas como grupo ou categoria autônoma – com uma vocação própria⁸⁷. Tal estudo se posiciona então como uma contraposição ao que existe hoje

⁸³ “A nuestros fines actuales conviene destacar que el estudio académico de las letras y la asidua lectura de poesía por parte de los abogados nunca funcionó a modo de adorno erudito ni como una mera manifestación de **status**. Por el contrario, la fruición literaria suponía el cumplimiento de un deber profesional, arraigado en la tradición elocuente [...]”. PETIT, Carlos. **Discurso sobre el Discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal**. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 66.

⁸⁴ Entre Ruy e Rui optou-se pela grafia que aparece no artigo por ele escrito para a Revista *O Direito*.

⁸⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 291.

⁸⁶ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005. p. 110.

⁸⁷ Esse ponto será detalhado especialmente no capítulo cinco.

na História do Direito do Brasil, na qual os juristas são reconhecidos por seus méritos individuais.

Quando se fala do Brasil oitocentista é bastante comum voltar aos mesmos e óbvios nomes de juristas, ignorando as obras desses importantes jurisconsultos que tinham assento no Conselho de Estado e foram responsáveis pela montagem do arcabouço legal da monarquia, arcabouço que se transmitiu a República em não poucas áreas⁸⁸.

Grossi defende que é no campo do saber técnico, na ciência do direito, que se encontra a expressão máxima da cultura e ideologia dos juristas. O jurista é idealmente jurista enquanto cientista – ainda que o conceito de ciência⁸⁹ referido ainda estivesse em construção no período e lugar aqui analisados. O professor italiano ainda explica que um perfil histórico destina-se a guiar um caminho melhor do que uma análise fragmentada⁹⁰.

Em outras palavras, a instrumentalização técnica – se lida corretamente - revela com incrível precisão tudo o que está atrás do jurista e as suas ferramentas. A imersão da ciência jurídica em seu próprio tempo, a sua especularidade a respeito do próprio tempo, serão reveladas unicamente pela decodificação dos dados técnicos, à única condição de que o historiador esteja disponível a fazer-se intérprete e seja sobretudo capaz de fazer-se intérprete.⁹¹

Tendo Paolo Grossi sedimentado o entendimento que o direito é um universo mais que privilegiado para a compreensão da história e que cabe aos juristas uma posição de protagonismo neste estudo, resta desenvolver a ferramenta de pesquisa capaz de proporcionar o modo como identificar esses juristas. Portanto, é preciso identificar os traços intelectuais marcantes dos juristas, com quem dialogavam teoricamente, para delinear o perfil destes juristas, seus discursos e o lugar da fala.

⁸⁸ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. XV.

⁸⁹ “Substantivos como ciencia, técnica o investigación, adjetivos como lo técnico o lo científico permanecieron totalmente ajenos al lenguaje de las normas educativas: ni siquiera la elaboración de una tesis de doctorado – más exactamente ‘un discurso doctoral’ sobre argumento predefinido, según establecen los planes de estudio – encierra compromisos científicos” (PETIT, Carlos. *Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 35 (2006), 255-338. p. 266).

⁹⁰ GROSSI, Paolo. **Scienza giuridica italiana: un profilo storico: 1860-1950**. Milão: Giuffrè, 2000.

⁹¹ “In altre parole, la strumentazione tecnica – se saputa leggere – rivela con incredibile puntualità tutto ciò che sta dietro il giurista e i suoi attrezzi. L’immersione della scienza giuridica nel proprio tempo, la sua specularità rispetto al proprio tempo, sarà rivelata unicamente da una decrittazione della cifra tecnica, alle sole elementari condizione che lo storico sia disponibile a farsene interprete e sia soprattutto capace di farsene interprete” (GROSSI, Paolo. **Scienza giuridica italiana: un profilo storico: 1860-1950**. Milão: Giuffrè, 2000. p. XVI). (tradução nossa).

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas de seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. É afinal o que dá a sua especificidade à “alta intelligentsia”: dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância. Faculdade de eco de que decorrem imediatamente duas questões. Por um lado, como avaliar a amplitude deste eco e o seu impacto na esfera política? Por outro, no domínio mais preciso das culturas políticas e da sua constituição, qual a parte das grandes ideologias forjadas ou veiculadas pelos letrados?⁹²

Necessário então pavimentar o caminho de identificação dos juristas. Primeiramente, expõe-se a análise prosopográfica realizada por Roderick e Jean Barman⁹³. Para os brasilianistas o grau de bacharel em direito foi utilizado como motor da projeção social. O cenário jurídico fora forjado e moldado pelos próprios juristas, não apenas pela presença massiva nos cargos de administração estatal ou burocracia judiciária, mas também por representar o principal caminho para a ascensão social e profissional.

Os autores identificam o grupo de juristas diretamente envolvidos com a burocracia estatal como uma elite, o pertencimento a esta implicava no pertencimento à determinadas instituições.

No caso brasileiro, os citados autores apontam haver três círculos concêntricos: o primeiro, mais central, é o *core* da elite imperial no Brasil – membros da família imperial, Conselho de Estado, Senado e Conselho de Ministros.

Enquanto dificuldades teóricas consideráveis rodeiam qualquer definição abstrata de elite, as contenções práticas da pesquisa resolvem a maioria dos problemas, tornando a associação a qualquer corpo institucional o equivalente à associação à elite. No caso do Brasil Imperial, nossa própria pesquisa e nosso próprio conhecimento quantitativo do período sugerem a adoção de um modelo de trabalho composto de três círculos concêntricos. O mais ao centro é o núcleo do Império brasileiro – membros da família imperial, do Conselho de Estado, do Senado e do Conselho de Ministros. O segundo círculo, a elite intermediária, é composto de membros da Câmara de Deputados, do Alto Comando do Exército e Marinha, do Supremo Tribunal de Justiça, dos presidentes das províncias mais importantes e daqueles eleitos para a lista tríplice de vacância no Senado. Membros dessas instituições normalmente, mas não invariavelmente, pertenciam à elite. O círculo mais

⁹² SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 265.

⁹³ BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014.

externo contém a elite periférica, como os juízes das Cortes de Apelação, presidentes das províncias menores e deputados substitutos.⁹⁴

Em resumo, portanto, os autores dividem a elite brasileira em um esquema gráfico, no qual o núcleo composto por membros da família imperial, do Conselho de Estado, do Senado e do Conselho de Ministros está mais próximo do Imperador, ou, conseqüentemente, geograficamente mais próximo também da corte. O segundo círculo seria composto por membros da Câmara dos Deputados, do alto comando do Exército e da Marinha, do Supremo Tribunal de Justiça, dos presidentes das Províncias mais importantes e por aqueles eleitos em lista tríplice para o caso de vacância no Senado. O terceiro e último círculo seria composto pelos juízes das cortes de apelação, pelos presidentes das províncias periféricas e por deputados substitutos.

Essa análise apresenta *prima facie* dois problemas: o primeiro é a fragilidade do argumento que implica mútuo pertencimento a essas instituições e à elite. Replicar a delimitação do objeto utilizada nessa análise coloca a institucionalização como filtro na seleção dos juristas – o que, promoveria resultados relacionados à história do pensamento institucional da época, não necessariamente do pensamento jurídico brasileiro em geral.

O segundo problema, reconhecido pelos próprios autores, é que a seleção dos membros dessa elite em um mesmo grupo social somada a formação similar em uma das duas faculdades de direito do Império, destinadas a promover a homogeneidade⁹⁵ do discurso e a singularidade perante outros grupos sociais não foi suficiente. Não existiu uma única elite brasileira.

⁹⁴ “While considerable theoretical difficulties surround any abstract definition of an elite, the practical restraints of research resolve most of the problems by making membership in certain institutional bodies the equivalent of membership in the elite. In the case of Imperial Brazil, our own research and our own qualitative knowledge of the period suggests the adoption of a working model composed of three concentric circles. The innermost circle is the core of the Brazilian Empire-members of the Imperial Family, the Council of State, the Senate, and the Council of Ministers. The second circle, the middle elite, is composed of the members of the Chamber of Deputies, of the High Command of the Army and Navy, of the Supreme Tribunal of Justice, of the presidents of the most important provinces, and of those elected to the ‘triple list’ for a Senate vacancy. Members of these institutions usually but not invariably belonged to the elite. The outermost circle contains the peripheral elite, such as the judges of the Courts of Appeal, the presidents of the minor provinces, and the substitute deputies” (BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. *The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil*. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014. p. 424). (tradução nossa).

⁹⁵ A homogeneidade da formação de uma elite intelectual brasileira, para Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, iniciava-se ainda no Imperial Colégio Pedro II, fundado em 1837, “única instituição oficial capaz de habilitar aqueles que aspiravam aos estudos superiores, passava a constituir um instrumento de homogeneização para as futuras elites intelectuais, cujo futuro dependeria em grande parte dos lugares que encontrariam na burocracia” (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828)*. In: PRADO,

Em segundo lugar, nunca existiu uma única elite brasileira. Uma elite nacional, baseada geograficamente no Rio de Janeiro, se conectou e dominou as elites locais de importâncias variadas. O sucesso na elite nacional foi socorrido por um forte posicionamento na elite local. Levar membros das importantes elites locais – essas da província do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Sul de Minas Gerais – poderia normalmente garantir a entrada na elite nacional, se assim desejado e se houvesse para tanto a iniciativa. Uma importante limitação decorria de que a associação efetiva a elite nacional normalmente envolvia residência no ou perto do Rio de Janeiro. Membros das elites locais das províncias menores e mais fracas, em particular do Mato Grosso, Espírito Santo e Amazonas tinham pouca probabilidade de obter uma associação a elite nacional, salvo se excepcionalmente talentosos.⁹⁶

Entretanto, o estudo quantitativo de Barman e Barman evidencia que a estabilidade do Império brasileiro teve base na geração de bacharéis oriundos de Coimbra na década de 1820. Essa geração dominou o judiciário e a política até a década de 1870.

A superioridade numérica dos bacharéis em direito e a sua preeminência na tradição administrativa portuguesa ajudou a estabelecer sua dominância nas instituições políticas chave do Império, [...] a dominância dos bacharéis em direito gradualmente aumentou de forma que na metade do Império, sete de cada dez ministros e senadores eram bacharéis.⁹⁷

Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 9-32. p. 26). José Murilo de Carvalho compartilha essa visão acerca do papel formador do da instituição, afirmando que o colégio tornara-se uma escola-modelo que preparava os filhos de uma elite abastada economicamente para a formação universitária. Pela instituição teria passado boa parte da elite cultural do país, estudando ou ensinando (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

⁹⁶ “Second, a single Brazilian elite never existed. A national elite, based geographically on Rio de Janeiro, was linked to and dominated local elites of varying importance. Success in the national elite was aided by a strong position in a local elite. Leading members of the important local elites – those of Rio de Janeiro province, Bahia, Pernambuco, and Southern Minas Gerais – could usually secure entry into the national elite if they so desired and took initiative. An important constraint was that effective membership in the national elite normally entailed residence in or near Rio de Janeiro. Members of local elites of the smaller and weaker provinces, in particular Mato Grosso, Espírito Santo, and Amazonas, were unlikely to obtain national elite membership unless unusually talented” (BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014. p. 425). (tradução nossa).

⁹⁷ “The numerical superiority of the law graduates and the preeminence held by them in the Portuguese administrative tradition helped to establish their dominance of the key political institutions of the Empire, [...] the dominance of the law graduates gradually increased so that in the middle years of the Empire fully seven out of every ten ministers and senators were law school graduates” (BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014. p. 426). (tradução livre).

Da mesma posição, José Murilo de Carvalho⁹⁸ defende que a existência no Brasil⁹⁹ de uma elite que compartilhava da mesma formação, do mesmo padrão de carreira com a mesma orientação estadista.

Essa formação uniforme já se manifestava no ensino em Coimbra, universidade na qual a maioria da elite jurídica e política também havia se formado na primeira metade do século XIX¹⁰⁰. O conservadorismo coimbrão mantinha os bacharéis o mais longe possível dos aspectos perigosos do iluminismo francês¹⁰¹, como explica Carvalho:

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil*. **Comparative Studies in Society and History**, v. 24, n. 3. Julho de 1982. Cambridge University Press. p. 378-399. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/178507>>. Acesso em 3 de janeiro de 2015.

⁹⁹ Nos demais países da América Latina, um estudo conduzido por Rogelio Perdomo retrata um cenário não muito distinto do que se apresentava também no Brasil. O direito era estudado nas faculdades – com a diferença de terem sido fundadas universidades na América espanhol desde séculos antes que no Brasil – mas os graduados não eram vistos apenas como profissionais, como técnicos do direito, eram os letrados por excelência. E, entre eles, a categoria de intelectual se reservaria ao “jurista acadêmico”, aqueles “que piensan sobre el derecho y escriben sobre él, que generalmente se desempeñan como profesores universitarios y que frecuentemente también escriben ensayos o artículos de opinión sobre temas considerablemente generales” (PERDOMO, Rogelio Pérez. *Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina*. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 168-183. p. 169). O processo de ingresso nas faculdades fazia uma seleção social dos ingressos, revelando um caráter elitista: “El origen social de estos hombres (las mujeres estaban excluidas de los estudios jurídicos y tenían prohibido el ejercicio de la abogacía) era muy elevado: por lo general, se trataba de familias criollas acomodadas. Para ingresar a la universidad se requería un certificado de pureza de sangre y ser cristiano viejo, con lo cual se excluía a las personas de origen indígena, africano, moro o judío. (...) Los estudios universitarios y el título de abogado podían elevar la posición social, lo que le permitía al graduado posicionarse mejor para un buen matrimonio que incrementaría su fortuna personal.” Ainda segundo o autor, a independência latino-americana, portanto significou não apenas a separação da Espanha mas também a busca de um novo tipo de legitimidade jurídico-democrática. Daí, afirma o autor, a enorme importância da instrumentalização jurídica da independência na forma dos congressos, das constituições e das leis que acompanharam o processo, conclui que foram os juristas os grandes ideólogos do novo regime e também os organizadores dos novos estados (PERDOMO, Rogelio Pérez. *Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina*. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 168-183. p. 172-173).

¹⁰⁰ E antes da independência também. Coimbra fora o grande centro de formação de juristas do Império português, o prestígio da universidade e a valorização do grau de bacharel enraizado na cultura luso-brasileira não emergiram com o Estado Moderno ou podem ser datados no Brasil como iniciados apenas no período imperial, como se vê em Sérgio Buarque de Holanda: “apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe pátria. Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos. No século XVII, a crer no que afiança a Arte de furta, mais de cem estudantes conseguiam colar grau na Universidade de Coimbra todos os anos, a fim de obterem empregos públicos, sem nunca terem estado em Coimbra” (HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 157). O recorte temporal é apenas uma condição de viabilização da pesquisa.

¹⁰¹ “It is noteworthy that several Brazilian students who went to France or England, and even some priests trained in the colony, were more influenced by the subversive ideas of the time and more willing

Coimbra foi particularmente eficaz em evitar contato mais intenso de seus estudantes com o Iluminismo francês, politicamente perigoso. Além do fato já apontado de que o Iluminismo português foi do tipo não libertário, é preciso acrescentar que após a Viradeira¹⁰² o isolacionismo da Universidade em relação ao resto da Europa foi retomado.¹⁰³

E, tendo sido os cursos jurídicos no Brasil criados à imagem e semelhança do curso de Coimbra – compartilhando de início inclusive o mesmo estatuto – a centralização do ensino em pouquíssimos núcleos e o conservadorismo dessas instituições foram um dos elementos básicos para a manutenção e continuidade de uma monarquia centralizada, com origens ainda no período colonial. Para o autor, a principal característica dessa elite é a homogeneidade. Não apenas a homogeneidade social, obtida pelo recrutamento em uma classe ou grupo social específico, tampouco a homogeneidade ideológica, incentivada, dentre outras formas, pela formação acadêmica direcionada ou pela carreira comum, mas, no caso brasileiro, o autor aponta como fator decisivo a capacidade burocrática como elemento homogêneo à elite de juristas brasileiros, definida como “uma capacidade especial para as tarefas de governo e organização em geral”¹⁰⁴.

Todavia, a partir do final da década de 1850, o número de graduados ingressando em carreiras públicas começou a diminuir, como resultado, a quantidade de bacharéis superava o espaço disponível na elite, assim como a geração antiga bloqueava a ascensão de novos membros à elite.

Começava a transparecer uma cisão entre as gerações. Os jovens não tinham simpatia pelos “cardeais” (a elite política envelhecida), este antagonismo era exacerbado pela maneira como a elite controlava o patronato. A ascensão não era determinada pelo mérito, mas pela influência exercida a favor de alguns – os empenhos.

to put them into practice through political action than were their Coimbra fellows. It might not be an exaggeration to say that it was easier to have access to the philosophes in the captaincy of Minas Gerais, four hundred miles to the interior of Brazil, than at Coimbra” (CARVALHO, José Murilo de. *Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil. Comparative Studies in Society and History*, v. 24, n. 3. Julho de 1982. Cambridge University Press. p. 378-399. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/178507>>. Acesso em 3 de janeiro de 2015. p. 388).

¹⁰² Como ficou conhecido o período pós-pombalino em Portugal e as ações de “reversão” das políticas do Marquês de Pombal.

¹⁰³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 84.

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil. Comparative Studies in Society and History*, v. 24, n. 3. Julho de 1982. Cambridge University Press. p. 378-399. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/178507>>. Acesso em 3 de janeiro de 2015. p. 397.

Essa transição de gerações foi resultado de fatores diversos, dentre eles, a fase inaugurada pela Reforma Couto Ferraz em 1854 nos cursos jurídicos brasileiros. Essa reforma no ensino, como explica Venâncio Filho¹⁰⁵, encerra a fase de transitoriedade que vigorava anteriormente e estabelece bases mais duradouras, que somente serão alteradas em 1879, com a reforma do ensino livre.

O próprio contexto político e económico era diferente, já que havia no ar, mais do que nunca houvera antes, o desejo de inserir o Brasil numa modernidade política e jurídica. Já do ponto de vista da cultura, a partir da década de 1850 o estofo necessário para aflorar um pensamento jurídico brasileiro – separado da matriz portuguesa, que lhe fizera sobra até então – parecia estabelecido. Havia novas gerações de professores e de juristas que haviam sido formados nas academias brasileiras, sendo que alguns deles já gozavam de amplo prestígio nacional. [...] E foi também neste ano – mudança deveras importante – que a Faculdade de direito de Olinda se transfere definitivamente para o Recife.¹⁰⁶

O ciclo também fora rompido, na opinião de Carvalho¹⁰⁷, pela drástica redução no número de funcionários públicos que o Estado conseguiu absorver refletindo no aumento do número de advogados. Essa nova geração pressionava por mudanças que resultassem em uma maior representação de seus interesses dentro do Estado, reivindicando, por exemplo, o afastamento dos funcionários públicos quando no exercício de mandatos representativos, especialmente magistrados. Suas reivindicações no entanto, visavam a acumulação e ascensão ao poder, não a consolidação ou ampliação de suas bases sociais¹⁰⁸.

Ao contrário da geração anterior, na qual a probabilidade de pertencimento à elite recortada por Barman e Barman era conferida pelo mero ato da graduação em direito, na segunda metade do século XIX, o grau de bacharel não era mais

¹⁰⁵ “Mantém-se a mesma sistemática de matérias da lei 11 de agosto e regula-se pormenorizadamente as atribuições dos diretores das faculdades, de nomeação imperial; da Congregação; dos lentes da faculdades; bem como dos meios dos provimentos das cadeiras, e estabelece-se em caráter permanente as cadeiras de Direito Romano e Direito Administrativo. [...] Nos três últimos anos do curso haveria mais uma dissertação feita pelo estudante sobre o assunto, também dado por pontos. O provimento do lugar de lente substituto seria feito por meio da defesa da tese, preleção oral e dissertação escrita”. (VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 66).

¹⁰⁶ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005. p. 104-105.

¹⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 43.

¹⁰⁸ Por tal razão, prossegue Carvalho, por essa incapacidade de transformação da própria elite, é que acabaram sendo os líderes republicanos, aqueles remanescentes da elite imperial: Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 43-44).

suficiente¹⁰⁹. Segundo os autores, a influência passou a ser decisiva no ingresso na carreira pública. Portanto, no período considerado por José Murilo de Carvalho como o apogeu do Império, a geração de Coimbra já havia sido substituída por “brasileiros” por completo, o que pode indicar, ainda que sutilmente e muito paulatinamente uma mudança na padronização de pensamento – encontrar indícios dessa mudança gradativa é uma das expectativas da pesquisa na revista.

Mais importante, quanto à formação dos ministros, é o fato de que no período de 1853-1871 já não se encontravam no cargo bacharéis formados em Portugal (contra 45% no período anterior), e sim somente nas duas escolas brasileiras de Direito. Desaparecera por completo a geração de Coimbra – e com ela, segundo Carvalho, o efeito homogeneizador propiciado por aquela formação comum durante o período de ‘construção da ordem’.¹¹⁰

Uma das diferenças mais acentuadas entre governantes e governados no Brasil imperial é o analfabetismo. No início da década de 70, ainda de acordo com dados de Barman e Barman, menos de um a cada 4 homens sabiam ler e escrever. Mas mesmo a educação fundamental não bastava para compor a elite letrada.

Alfabetização está ligada a educação. E ser realmente educado no Brasil Imperial significava ser um ‘homem letrado’, um ‘bacharel’, o possuidor de um diploma acadêmico. Dos possuidores de diplomas pós-secundários, justamente pode-se dizer que constituíram o grupo da elite do Império Brasileiro.¹¹¹

A pretensão de ampliar a participação de letrados em um sentido mais amplo na cena política marcou a geração do final do século XIX. A ideia de uma “República das Letras” brasileira ganhou força principalmente com a queda da monarquia. Esses intelectuais que uniam práxis e política almejava um governo orientado pelos “homens de pena”. Apenas como notícia, esse grupo, oriundo de classes mais modestas, mas

¹⁰⁹ Há de se ressaltar que o bacharelismo, como se pode observar em Sérgio Buarque de Holanda, não se reduz à formação em direito, apesar de ela ser a mais significativa: “bacharel, durante o Segundo Reinado, aos poucos transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental. Na prática o bacharel era alguém com diploma em direito – dentro ou fora do país. Todavia, jovens formados em matemática ou letras também podiam portar o título e disputar as cada vez mais escassas vagas de emprego público” (SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 119).

¹¹⁰ MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

¹¹¹ “Literacy is linked to education. And to be truly educated in Imperial Brazil meant to be a *homem letrado*, a *bacharel*, the possessor of an academic degree. The holders of postsecondary degrees fairly can be said to have constituted the elite pool of the Brazilian Empire” (BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014. p. 425-426). (tradução nossa).

que teve algum estímulo e educação (seja em casa ou na Igreja, ou mesmo no trabalho no comércio, por exemplo), percebia nas “letras” um caminho para a ascensão social pelo ingresso na carreira política.

Todavia, o pertencimento institucional ou a relação com a academia não são plenamente suficientes para *cartografar* de modo mais completo possível as relações intelectuais dentre a categoria dos juristas do século XIX, pois, prosseguindo a analogia, as faculdades, o Conselho de Estado, o Supremo Tribunal de Justiça, a magistratura ou os advogados são as cidades no mapa que só se completa quando delineadas as fronteiras e, principalmente para esta pesquisa, as relações entre cada esfera, as vias que ligam um ponto a outro.

De qualquer modo, não se pode perder de vista a indubitável existência de circulação de valores e de sentidos, sempre ocorrida de modo tenso e ainda carente de uma verificação empírica profunda, entre academia e o Estado (que se dava, por exemplo, sob a forma de controle, como já visto antes), entre academia e a doutrina brasileira externa as faculdades (como no caso das obras de Teixeira de Freitas e Ruy Barbosa, mas não só), entre academia e outras instituições jurídicas culturais (como por exemplo, o Instituto dos Advogados Brasileiros, fundado em 1843) e entre academia brasileira e o foro. É nessa tensão que se produzia esse “caldo” que pode ser definido como cultura jurídica brasileira do século XIX¹¹².

O estudo do jurídico, como atenta Paolo Grossi¹¹³, deve ser realizado a partir do interno, o que poderia ser criticado como um isolacionismo dos juristas, é na verdade, o único procedimento autenticamente historicístico capaz de conseguir posicionar a reflexão jurídica no percurso histórico.

Entretanto, o que faz dos juristas um grupo consistente e diferenciado é a identificação por seus pares. Essa identificação passa pela análise em dois passos sugerida anteriormente, de início a identificação do que liam, das referências culturais e teóricas que possuíam, os círculos que frequentavam, quais obras estrangeiras recepcionavam e, principalmente, de que forma. E, em segundo lugar, que discursos reproduziam, o que e onde publicavam, de que forma atuavam na sociedade. O que se busca, ressalte-se, não é o idêntico, o unânime, mas o típico, o que vai permitir a diferenciação deste grupo de juristas em particular do universo de juristas, funcionários públicos, bacharéis etc.

¹¹² FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005.

¹¹³ GROSSI, Paolo. **Scienza giuridica italiana**: un profilo storico: 1860-1950. Milão: Giuffrè, 2000.

É o modo como o jurista se coloca diante do saber e da academia, como ele se vê e se porta diante de sua específica área de conhecimento. Afinal, o modo como o jurista vê a si mesmo como produtor de saber e também como produtor de cultura e produtor de efeitos políticos é sem dúvida uma via riquíssima para desvendarmos alguns outros traços da cultura jurídica brasileira.¹¹⁴

A questão de fundo então da presente tese, nesse primeiro momento, é como identificar esse grupo singular na segunda metade do século XIX? A delimitação do grupo de análise, juristas do final do Império, necessita de um critério, um espaço público de diálogo que pudesse ser reconstruído hoje anacronicamente – mas sem anacronismos, se possível.

Buscar fora do mundo acadêmico é, na segunda metade do século XIX, importante para expandir o horizonte de investigação sem ignorar que as academias de direito do período imperial foram o foco da cultura jurídica brasileira em todo o século XIX.

Sobretudo a partir da segunda metade do século [XIX] os testemunhos são eloquentes quanto à existência de alguns grandes mestres nas academias, que marcaram as gerações subsequentes. Nomes como Tobias Barreto, Francisco Paula Batista, Aprígio Guimarães no Recife e em Olinda e Duarte de Azevedo e João Monteiro em São Paulo, indubitavelmente foram responsáveis pela circulação de ideias jurídicas (embora não só) que marcaram a atuação das faculdades de direito em suas épocas.¹¹⁵

A intenção é dialogar com estudos¹¹⁶ desenvolvidos sobre o meio acadêmico no século XIX e a partir deles verificar também as relações entre academia e as demais esferas do jurídico. Inclusive e especialmente porque, os próprios estudantes já participavam do debate jurídico externo e foram responsáveis em boa medida pela introdução de novas ideias.

¹¹⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: < <http://goo.gl/MZeJDk>>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

¹¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**. v. 8. n. 1. Madrid, 2005. p. 107-108.

¹¹⁶ GUANDALINI JR., Walter. **Gênese do direito administrativo brasileiro: formação, conteúdo e função a ciência do direito administrativo durante a construção do Estado no Brasil imperial**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2011. RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014. DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento Criminológico na Primeira República: O Brasil Em Defesa Da Sociedade**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba. 2015.

Em tal período histórico, havia um contexto e um ambiente propício para o desenvolvimento das ideias no mundo acadêmico por diversos motivos: vivia-se uma relativa estabilidade social que permitia, e até incentivava, a atuação política e jurídica do estudante de Direito junto à sociedade, mesmo porque perseverava a possibilidade de circulação de novos pensamentos que se afastavam da influência da antiga metrópole portuguesa e que começavam a ser traduzidos de outros países da Europa.¹¹⁷

Todavia, a cultura jurídica brasileira tomava corpo e circulava também fora desse ambiente. Como bem coloca o professor Hespanha:

Completamente interna ao campo do direito era a frente em que se opunham os juristas acadêmicos que cultivavam a doutrina dos princípios e do sistema àqueles que se dedicavam a um saber de intenções mais pragmáticas, colhendo das várias fontes disponíveis construções dogmáticas 'locais'. Os primeiros reclamavam para si o primado na definição do que fosse direito, entendendo que, sem princípios e sem sistema, não se podia construir nenhum daqueles monumentos que consubstanciavam o direito perene e liberto das contingências.¹¹⁸

Corroborado por Lima Lopes para o caso brasileiro:

A meu juízo não foi obstáculo a que houvesse, fora dos estritos muros da academia, um pensamento jurídico, nem que dentro da academia se produzisse alguma coisa. Convivemos tradicionalmente com juristas fora de posições de cátedra há muito tempo no Brasil (e fora do Brasil): Rui Barbosa não foi professor, nem Pimenta Bueno, Visconde do Uruguai, Teixeira de Freitas, ou Nabuco de Araújo; não o foi tampouco décadas depois João Mangabeira. Foram, porém, juristas e deixaram sua marca nas doutrinas nacionais. Escreveram comentários à legislação, manuais práticos, textos de polêmica, leis e projetos de lei e reforma de leis, regulamentos e decretos.¹¹⁹

Enquanto em um primeiro momento no século XIX as academias de direito eram as únicas fontes formais de conhecimento jurídico, na segunda metade do século XIX, até mesmo com base no estudo quantitativo de Barman e Barman apresentado, o grau de bacharel deixou de ser garantia de ascensão social e profissional passando a ser um requisito.

¹¹⁷ RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014.

¹¹⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199. p. 181.

¹¹⁹ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos**: o Conselho de Estado no Brasil-Império. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 105.

Além disso, é ilusório acreditar que as faculdades de direito, em razão de terem como objetivo final a formação de bacharéis, eram axiologicamente neutras, à semelhança do que passava em Portugal:

A imaginária centralidade científica de Coimbra e a sua neutralidade em relação aos jogos políticos de Lisboa constituíam também um eficaz biombo em relação aos estreitos laços que os seus professores mantinham com a política da capital. De fato, não poucos dos professores de Direito desempenharam lugares políticos, como conselheiros de Estado ou dos Supremos Tribunais, como Pares, como membros de Comissões governamentais várias, como deputados e até como chefes partidários.¹²⁰

Portanto, é necessária uma revisão da crítica feita por Sergio Adorno e Venâncio Filho quanto à falta de dedicação dos catedráticos à ciência, para os quais, segundo o último, a atividade magisterial não era a mais importante, dividindo espaço na carreira com a atividade política, magistratura ou advocacia.

A formação do campo jurídico, no caso brasileiro, apresenta uma série de especificidades que merecem ser consideradas em relação à dinâmica europeia, de onde é importado o conjunto de instituições que conformam esse espaço. No caso em pauta, na 'concorrência pelo monopólio de dizer o direito', não há separação entre um polo de 'práticos' e um de 'acadêmicos'. No caso da França e da Alemanha, Bourdieu (1986) identifica um polo de juristas voltados para a 'interpretação puramente teórica da doutrina, monopólio dos professores', e um polo de 'intérpretes voltados para a avaliação prática de um caso particular, apanágio dos magistrados'. Na dinâmica brasileira, as disputas em torno da definição do direito legítimo de ser 'aplicado' e as problemáticas consideradas 'juridicamente legítimas' são definidas tradicionalmente no espaço do 'mundo prático' da advocacia e das carreiras de Estado.¹²¹

Embora Engelmann tenha desenvolvido sua pesquisa a partir da polarização entre bacharéis associados a grandes famílias de juristas e políticos, caracterizados por terem grande capital social e posição nas carreiras jurídicas e nas faculdades de direito, e, entre um grupo de enfrentamento da tradição jurídica, caracterizado pela valorização do ensino universitário inclusive como opção profissional, o judiciário aparece como um espaço de garantia e conservação social – no caso e à época, de preservação do *status quo*.

¹²⁰ HESPANHA, António Manuel. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199. p. 180.

¹²¹ ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico**: juristas e usos do direito. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2006. p. 27.

Possivelmente, a paulatina valorização do jurista com formação acadêmica acompanhou a profissionalização da advocacia e tomou fôlego com a criação do Instituto dos Advogados Brasileiros¹²², bem como, segundo Engelmann, expandiu o que o autor chama de uso “social” do direito. No Brasil, a interação forçada no trabalho judicial entre magistrado, promotor (agindo em nome da sociedade) e advogado (representando causas) faz com que concorram e se definam os principais confrontos entre concepções de direito. Nesse contexto, ao contrário do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, o espaço das faculdades de direito não se autonomiza profissionalmente em relação ao mundo dos “práticos”, estando profundamente integrado a este.

No século XIX instalava-se o debate entre legisladores e doutrinadores pelo reconhecimento da autoridade em dizer o direito ou talvez pudesse-se dizer que o mesmo enredo se apresentava em outro palco com atores diferentes. Era bastante antiga a ideia de que a positivação do direito apenas era uma forma de fixar as regras do direito natural, garantindo a preservação deste direito e não sua substituição¹²³. Consequentemente, afirma Hespanha, havia a ideia de que somente o conhecimento especializado de homens bons (*boni, honesti*) poderia reconhecer esses princípios do direito. A doutrina se fazia esfera indispensável da arte de fixar o direito e os juristas atingiriam um caráter quase sacerdotal, “detentores de um saber das coisas divinas e humanas”¹²⁴. Em que pese a criação na própria lei, no caso as Ordenações Filipinas, de expedientes que restringiam a interpretação da lei pelos juristas.

Em Portugal pelo menos, entre um direito autônomo e um direito heterônomo prevalece um sistema próprio dos juristas, acentuando-se a recuperação do tradicional papel dos juristas em criar e legitimar o direito no século XIX. O que

¹²² Instituição fundada em 1843 também estendia suas funções para além da representação da classe profissional, atuando como órgão cultural e como um órgão governamental, com caráter consultivo pelo Imperador, como também pelos tribunais e ministérios. Em 1882 os estatutos do Instituto são reformados, passando a se descrever como uma “associação científica de Advogados Brasileiros”, seus objetivos passam a ser: “1) O estudo do Direito na sua história, no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas aplicações práticas e comparação com os diversos ramos da legislação estrangeira; 2) A defesa dos réus desvalidos; 3) A organização da Ordem dos Advogados Brasileiros”.

¹²³ HESPANHA, António Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito:** ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 214.

¹²⁴ HESPANHA, António Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito:** ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 214.

contraria o senso comum de que citar o direito legislativo era mais moderno, enquanto recorrer aos jurisconsultos era algo mais antigo.

A sua sabedoria natural dotá-los-ia de uma espécie de *cassation à rebours*, um poder de anular a lei para fazer respeitar o direito. Usando a sua capacidade exclusiva para aceder ao direito natural, destruíam o monopólio parlamentar (legislativo) da declaração do direito, bem como da interpretação e integração das leis positivas.¹²⁵

Pode parecer contraditório esse desprezo ao legislativo quando a maioria do parlamento era composto por bacharéis. Entretanto, Hespanha diferencia também as diferentes esferas de comunicação dos juristas. Enquanto parlamentares não estavam para transmitir conhecimentos jurídicos ou esclarecer problemas teóricos, estavam para convencer o restante do parlamento fazendo o uso eloquente da retórica. Deixavam por isso de ser juristas? Não, o uso, nos termos de Hespanha, “do poder encantatório da palavra”, era uma das artes que deveriam dominar antes do ingresso nos cursos jurídicos¹²⁶.

O que leva a um perfil de jurista que não pode ser total sobre o sujeito, no sentido de que o perfil do jurista é, fazendo proveito da própria palavra perfil, o lado do bacharel que atua como jurista. O homem – e, no século XIX brasileiros eram apenas homens mesmo (e brancos em sua maioria, além de aristocratas e uma boa parcela se não escravocrata por convicção, proprietários de escravos) – como jurista. E essa atuação como jurista era apenas um dos perfis possíveis. Em suma, o que se revela das fontes do período é que o perfil do jurista não pode ser tomado como um tipo ideal fechado, mas como uma parte do todo com algumas características principais como a formação acadêmica, a participação no debate doutrinário, a interação com seus pares. Essas características são paralelas e a elas se somam a atuação parlamentar, o exercício da advocacia, a composição de conselhos e outras instituições da burocracia estatal e até mesmo a cátedra acadêmica. O perfil do jurista no século XIX é agregador e não excludente.

¹²⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito: ordem, razão e decisão** (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 215.

¹²⁶ No Brasil, essa disposição foi posta no artigo 8º da Lei de 11 de agosto de 1827: Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.

2.2 A REVISTA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA CULTURA JURÍDICA

As remissões ao termo *jurisconsulto* não eram e não seriam encontradas em textos legislativos. É a doutrina que assume o dever de debruçar-se sobre a opinião dos doutos. É uma figura – de linguagem e real – que aparece somente no discurso doutrinário do direito, é externa ao legislativo e nem sempre, por razões diversas, transparece na jurisprudência. Já foi determinado anteriormente que o significado de jurista ou jurisconsulto à época envolvia o saber das leis, o ser versado nas leis e no Direito. Os excertos a seguir introduzem um segundo elemento fundamental a configuração do jurista, a assimilação do termo jurista ou jurisconsulto pelos próprios juristas da época e a identificação e reconhecimento de si mesmo e de seus pares com essa noção.

Em texto de Augusto Teixeira de Freitas sobre o fideicomisso:

A forma substancial (Bartolo de *alveo derelicto*) em qualquer cousa é invisível, segundo os Filósofos; *porém, para nós Jurisconsultos*, a forma substancial da causa é o que dá sua consistência, e onde recebe denominação, isto é, 'nome apelativo'¹²⁷. (Grifo nosso)

Tertuliano Henriques¹²⁸ utiliza também o termo jurisconsulto nesse mesmo sentido:

Os jurisconsultos são unânimes em considerar a apelação um recurso por sua natureza amplíssimo, que devolve ao juízo superior o conhecimento de todo o processo, ou para corrigir ou para aprovar.

Antonio Carneiro da Rocha refere-se a Candido Mendes também dessa maneira:

E o Sr. Candido Mendes, Jurisconsulto como é, tanto conheceu que não tinha assento nas nossas leis os *defensores espontaneos*, que procurou inculcar-se defensor por parte da justiça, dizendo: 'Eu e meu collega estamos aqui como se o proprio Tribunal nos tivesse designado; consideramos-nos perfeitamente nomeados e não *defensores espontaneos*'.¹²⁹ (grifo do autor).

¹²⁷ FREITAS, Augusto Teixeira. Substituição Fideicomissária. **O Direito**. v. 9. 1876. p. 648.

¹²⁸ HENRIQUES, Tertuliano. A Relação pôde reformar a sentença na parte em que não tenha sido apelada? **O Direito**. v. 11. 1876. p. 291.

¹²⁹ ROCHA, Antonio Carneiro da. Nos julgamentos perante o Supremo Tribunal de Justiça, não se pôde admitir defensor espontaneo ao Réo que não quer defender-se. **O Direito**. v. 3, 1874. p. 601.

Essa percepção subjetiva na comunicação entre os juristas no século XIX é possível de ser apreendida, ainda que com limitações, pela análise de conteúdo aplicada aos textos do periódico *O Direito*. Pois, como escreve Wanderley Guilherme dos Santos, prefaciando o livro de Eduardo Campos Coelho, “desafortunadamente não sobrou vivalma do século XIX”¹³⁰. Considerando-se que a comunicação entre os ausentes depende de um meio físico para sua difusão¹³¹, hoje sendo remanescentes dos anos mil oitocentos apenas os meios impressos, a pesquisa historiográfica deve com eles se conformar.

Dentre as possíveis fontes tipicamente jurídicas, por assim dizer, estão livros, periódicos, autos de processos, pareceres e repositórios de jurisprudência. Diante da necessidade de escolha e recorte, e, por sua particular relação com o tempo, os periódicos, conforme explica Petit¹³², oferecem uma vantagem frente aos livros. No século liberal, fazia-se necessário antecipar pontos de vista, oferecer notícia de mudanças legislativas, responder às consultas de um modo mais dinâmico – dinâmico em termos do século XIX, lembre-se. Outras fontes mencionadas, os livros principalmente, parecem ser mais um instantâneo de uma determinada configuração jurídica, do que expressão de um debate jurídico. Os autos de processos e os repositórios de jurisprudência, por sua vez, aparentam ser mais um diálogo restrito aos partícipes daquela relação jurídica e restritos à finitude intrínseca aos próprios fatos concretos.

Além disso, os periódicos permitem que não se delimite ulteriormente os autores, oferecendo um *pool* potencial de pesquisa maior que o dos livros¹³³.

Petit cita o jurista espanhol Joaquín Francisco Pacheco, pioneiro do *iusperiodismo*, quando afirmava que revista era o espaço natural para a transformação do método científico pelo ensaio e experimento. Opinião compartilhada por Savigny, fundador da Escola Histórica, que afirmava que a literatura de uma nação não permanece imóvel nem se apresenta unicamente em livros e autores isolados, mas é

¹³⁰ COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹³¹ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373.

¹³² PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006), 255-338.

¹³³ A *Revista O Direito* também foi usada como referência acerca de notícia da publicação de livros, entretanto o volume e a variedade de autores que publicavam livros era muito inferior ao número de articulistas da revista, o que confirmou essa suposição inicial para seleção da fonte primária de pesquisa.

produzida e incentivada continuamente por toda a comunidade, inclusive com a reação do público. O papel de intermediário entre autor e comunidade jurídica pode muito bem então ser desempenhado pela revista, pois ela manifesta a comunidade de ideias de seus autores e colaboradores, sua frequência é capaz de causar uma impressão mais viva que os livros.¹³⁴

Posto que se se pretende encontrar na cultura jurídica o que efetivamente circulava e tinha impacto na doutrina e na jurisprudência há que se voltar o olhar para um espaço mais amplo que o interno de instituições como Conselho de Estado ou Instituto dos Advogados. A imprensa então parece ser o meio adequado para o desenvolvimento da pesquisa, suprimindo a necessidade por publicidade e debate.

Em outras palavras, a revista não só se converteu no texto da nova época; não só soube cobrir as necessidades de um ordenamento construído dia após dia sobre as ruínas de um regime antigo. A revista foi também o instrumento idealizado por juristas para elaborar um discurso comum em torno às normas e outorgar-lhe assim a categoria de ciência.¹³⁵

Inverte-se assim a tradicional progressão dos trabalhos acadêmicos de culminar em um estudo de caso. É o “estudo de caso” que fornecerá um panorama da comunicação *inter pares* permitindo a delimitação do grupo de juristas cuja doutrina teve maior impacto e ressonância.

Mas qual a relevância das revistas jurídicas no século XIX? Em boa medida, os precursores do estudo das revistas especializadas como fontes para a história jurídica foram Paolo Grossi e Vitor Tau Anzoátegui na obra *La revista jurídica en la cultura contemporánea* publicada em 1997. Da qual se extrai:

As revistas jurídicas são o nervo do sistema jurídico do século XX, tendo um trabalho editorial geral no campo da ciência, das artes e letras. Permitem tomar o pulso da vida do Direito. Reside nelas a liberdade que não possuem os tratados e manuais. Nelas encontramos o passado, o presente e o futuro, sejam obras frustradas sejam capítulos em futuras publicações (TAU Anzoategui, 1997, 8).
Eles contêm a criação jurídica do jurista com independência do absolutismo legal ou como nascimento do conhecimento jurídico. Nelas brotam novas

¹³⁴ PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006). p. 258.

¹³⁵ “En otras palabras, la revista no solamente se convirtió en el *texto* de la nueva época; no sólo supo cubrir las necesidades de un ordenamiento construido día tras día sobre las ruinas de un régimen *antiguo*. La revista fue también el instrumento ideado por juristas para elaborar un discurso común en torno a las normas y otorgarle así la categoría de *ciencia*” (PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006). p. 258). (tradução nossa).

disciplinas, em um rápido processo de especialização. Mostram o complexo pensamento jurídico em diferentes níveis de expressão (Grossi, 1997, 24).¹³⁶

Entretanto, ainda uma década antes, Grossi já conduzia um trabalho de fôlego sobre as publicações jurídicas na Itália, com a organização do volume 16 dos *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno* e na publicação contemporânea de *La Scienza Del Diritto Privato: Una rivista progetto nella Firenze di fine secolo 1893-1896*. Na apresentação dos Quaderni de 1987, Grossi responde de forma excepcional à questão levantada anteriormente:

Uma Revista pode também ser um recipiente inócuo e insignificante de material que se empilham em seu interno sem ordem ou elegância, mas deve ao invés ser – e frequentemente o é – a intenção da comunidade sobre o trabalho é comum, e, portanto, laboratório experimental e, portanto, o projeto em ação. Como tal, como uma manifestação intensamente especular do jogo de forças e do debate circulante em uma área disciplinar, a Revista é tema e problema investigado a um tempo com atenção e abundância de pesquisas em vários territórios culturais; se pode até constatar que tem sido praticamente ignoradas pelos juristas. No entanto, estamos convencidos que, ontem como hoje, ontem – sem dúvida – mais que hoje, isto constitui um dos temas mais expressivos da cultura jurídica, que encontrou na publicística periódica a oficina adequada para traçar uma programação e condicionar-se, ao mesmo tempo, a alcançá-los. Mesmo nessa circunstância os juristas revelam ser o que muito frequentemente são: os personagens distraídos e péssimos administradores principalmente porque ignorantes da entidade e relevância de sua herança cultural.¹³⁷

¹³⁶ “Las revistas jurídicas son el nervio del orden jurídico del siglo XX, tienen una labor editorial generalizada en el campo de las ciencias, las artes y las letras. Permite tomar el pulso a la vida del Derecho. Reside en ellas la libertad que no poseen los tratados y los manuales. En ellas encontramos el pasado, el presente y el futuro, sean obras frustradas sean capítulos de futuras publicaciones (TAU ANZOÁTEGUI, 1997, 8). Ellas contienen la creación jurídica del jurista con independencia del absolutismo legal o como nacimiento del conocimiento jurídico. En ellas se ve brotar nuevas disciplinas, en un rápido proceso de especialización. Muestran el complejo del pensamiento jurídico en diferentes niveles de expresión (GROSSI, 1997, 24)” (ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. GROSSI, Paolo. La revista jurídica en la cultura contemporánea, Buenos Aires, Ediciones Ciudad Argentina, 1997. Apud: FRONTERA, Juan Carlos. El Desarrollo De La Filosofía Del Derecho Y Su Enseñanza A Través De La Revista Jurídica Y De Ciencias Sociales (1884-1910). **Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja"**. Ano II, n. 2, 2008). (tradução nossa).

¹³⁷ “Una Rivista può anche essere un contenitore innocuo e insignificante di materiali che si accatastano al suo interno senza ordine e garbo, ma dovrebbe invece essere – e spesso lo è – collettività intenta nel lavoro comune, e pertanto laboratorio sperimentale, e pertanto progetto in azione. Come tale, come manifestazione intensamente speculare del gioco di forze e del dibattito circolante in un’area disciplinare, la Revista è tema e problema investigato da tempo con attenzione e dovizia d’indagini in parecchi territori culturali; si può anche constatare tuttavia che è stato pressoché ignorato dai giuristi. Eppure, siamo convinti che, ieri come oggi, ieri – senza dubbio – più che oggi, questo costituisca uno dei temi più espressivi della cultura giuridica, che ha trovato nella publicistica periodica l’officina adeguata per tracciare disegni programmatici e cimentarsi, nello stesso tempo, a realizzarli. Anche in questa circostanza i giuristi rivelano d’essere quel che troppo spesso sono: dei personaggi distratti e dei pessimi amministratori del loro patrimonio culturale; pessimi amministratori soprattutto perché ignorante della entità e rilevanza di quel patrimonio” (GROSSI, Paolo. Pagina Introduttiva. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), 8 v. 16 (Milão, 1987). p. 1-5. p. 1). (tradução nossa).

A liberdade proporcionada pelo meio periódico e a necessidade de soluções eficazes para os problemas teóricos enfrentados pelos operadores do direito são razões para a disseminação das revistas no século XIX, elas supriam – e se propunham a suprir – carências de acesso à legislação atualizada e a bibliografia. Assim, o que a revista como fonte é capaz de oferecer é o debate público e as relações de reconhecimento mútuo entre os juristas.

Frequentemente – certamente não sempre, mas frequentemente – é uma cultura local que aflora, sobretudo entre os Oitocentos e Novecentos, que, [...] mostra claro os traços de uma inserção no debate cultural ampla, revela sensibilidade de disponibilidade no “alargamento” do discurso da baixa corte dos dispositivos técnicos ao mais amplo espeço dos problemas puramente teóricos, às construções sistemáticas, a idealidade ideológica de opções filosóficas que circulam na encruzilhada entre os dois séculos. É uma selva esquecida de minúsculos “temas” e pequenos “foros” locais, todos esquecidos sim, mas talvez não tudo esquecível; [...] Como acontece em certos sôtãos esquecidos, acreditamos que não faltarão “surpresas” gratificantes.¹³⁸

Grossi, ainda, em texto introdutório às atas do encontro realizado em Florença em abril de 1983 acerca da Cultura das revistas jurídicas italianas¹³⁹, afirma que a revista é a peculiar expressão da ciência jurídica. O professor italiano¹⁴⁰ indica que a revista deve ser entendida como um instrumento que supera os limites do técnico-profissional e permite uma percepção do que é comum ao técnico-doutrinário e ao técnico-prático na cultura jurídica em geral. A revista deve ser imaginada em uma

¹³⁸ “Spesso – certamente non sempre, ma spesso - è una cultura locale che affiora, soprattutto a cavaliere fra Ottocento e Novecento, [...] mostra chiare le tracce di un inserimento nel dibattito culturale a largo raggio, rivela sensibilità e disponibilità nello ‘elargimento’ del discorso dalla bassa corte degli accorgimenti tecnici al più ampio spazio dei problemi squisitamente teoretici, alle costruzioni sistematiche, alle idealità ideologie opzioni filosofiche che circolano nell'affollato quadrivio fra i due secoli. È una selva dimenticata di minuscole ‘Temì’ e piccoli ‘Fori’ locali, dimenticati sì tutti ma forse non tutti dimenticabili; [...] Come per certe dimenticate soffitte, crediamo che non mancherebbero ‘sorprese’ gratificanti” (GROSSI, Paolo. Pagina Introduttiva. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), 8 v. 16 (Milão, 1987). p. 1-5. p. 4). (tradução livre).

¹³⁹ Neste colóquio é proposta a interessantíssima questão acerca das revistas como formadores da cultura jurídica ou apenas um meio de transmissão e fomento. GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminar. In: **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane**: Atti dell'incontro di studio. v. 13. Milão: Giuffrè, 1984.

¹⁴⁰ “Intendiamo cioè assumere la Rivista come strumento che superi i termini limitati, anche se pienamente legittimi, dell'adeguamento técnico-professionale; concepire la Rivista come inserita in una costellazione di problemi, che possono ben transcendere quell'adeguamento fino a conseguire la percezione di quell'universale che è la civiltà circostante; immaginare la Rivista in una dimensione critica, né recettiva né passiva ma incisiva, non serbatoio di material put utilissimi, sibbene progetto e programma; la Rivista insomma come tentativo di interpretazione dela realtà nella sua globalità e complessità, sia pure in un linguaggio e com approcci tecnici proprii e peculiar, sia pure con una angolazione che coglie quella realtà in certi suoi valori autonomi e irripetibili” (GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminar. In: **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane**: Atti dell'incontro di studio. v. 13. Milão: Giuffrè, 1984. p. 10).

dimensão crítica, nem receptiva, nem passiva, mas incisiva enquanto tentativa de interpretação da realidade complexa seja pela de sua linguagem própria e peculiar ou pela sua perspectiva que capta a realidade em certos valores autônomos.

Essa realidade, ao final do século XIX, era, por natureza, plural. A efervescência causada pelo surgimento de nações soberanas, direito nacional, legislador estatal, códigos, convivendo harmonicamente nessas décadas, indica um processo maior do que uma mera coincidência cronológica, conforme explica Petit. Para o autor, todos esses fatores foram estudados nas páginas das revistas jurídicas e era em suas páginas que se elaboraram novos modos de expressão e de pensamento que a nova ordem nacional exigia¹⁴¹.

Sobretudo, o professor italiano explica que a revista se apresenta como uma comunidade operante dedicada a um fim, sendo para ele o ambiente ideal para a promoção cultural – ao menos enquanto seu arquétipo ideal¹⁴².

[...] próprio no aspecto de comunidade de juristas na experiência, laboratório onde dimensão científica e dimensão prática devem harmonicamente sae integrar – é o autêntico canal de vazão de um pensamento jurídico; um pensamento que é perenemente percorrida por uma íntima tensão a encarnar-se, a ordenar a experiência, a tornar-se história: que é feita de princípios fundantes de natureza ética ou política, mas também e sobretudo de vendas e doações, de testamentos e de promissórias, de servitudo predial e de regulamentos de divisa, armadura técnica de episódios mínimos desta ou daquela existência individual, mas base, suporte e condição para ulteriores e gerais e maiores invencões teóricas; das quais produtos legítimos, ademais dos filosóficos e especulativos, são professores, juízes, advogados, notários, causídicos, todos operários de um trabalhoso processo que se inicia com um murmúrio que se torna um “discurso”, onde a “ideia” toma forma nem pedaço do cotidiano e tem-se as primeiras consolidações e as primeiras verificações.¹⁴³

¹⁴¹ PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006), 255-338.

¹⁴² GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminar. In: **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane**: Atti dell'incontro di studio. v. 13. Milão: Giuffrè, 1984. p. 10.

¹⁴³ “[...] próprio nel su aspetto di comunità di giuristi immersa nell’esperienza, laboratorio dove dimensione scientifica e dimensione pratica dovrebbero armonicamente integrarsi – è l’autentico canale di scorrimento d’un pensiero giuridico; un pensiero che è perenemente percorso da una intima tensione a incarnarsi, a ordinare esperienze, a diventare storia: che è fatto sì di principi fondanti di natura ética o política, ma anche e soprattutto di vendite e di donazioni, di testamenti e di cambiali, di servitù predial e di regolamenti di confini, armature tecniche di episodi minimi di questa o quella esistenza individuale ma base, supporto e condizione per ulteriori e generali e maggiori invenzioni teoriche; del quale produttori legittimi, accanto ai filosofi e agli speculativi, sono legislatori, professori, giudici, avvocati, notai, causidici, tutti operai d’un operoso cantiere dove inizia il balbettio che poi diventerà ‘discurso’, dove le ‘idee’ prendono avvio nel crogiuolo del quotidiano e hanno le prime consolidazioni e le prime verifiche” (GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminar. In: **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane**: Atti dell'incontro di studio. v. 13. Milão: Giuffrè, 1984. p. 16). (tradução nossa).

Para Grossi, investigar a revista é interrogar a identidade cultural enraizada na experiência jurídica. Diante disso não parece exagerada a afirmação de Pasquale Beneduce¹⁴⁴, ao pontuar o papel das revistas – no caso, da revista *Archivio giuridico* – como motor de multifacetada transição do jurista eloquente ao jurista universitário. Beneduce afirma que as revistas, sobretudo em seu primeiro ano de publicação, podem ser consideradas como um laboratório experimental no qual se testavam denominações de recrutamento, inclusão e assujeitamento de forças, de interlocutores e de problemas que acabam por entregar uma amostra do perfil da publicação e dos personagens intelectuais que ali se expressavam¹⁴⁵.

Sobretudo, para Beneduce, a revista não é tanto uma nova prova da identidade originária, estatutária e científica do jurista [italiano], mas é o lugar aberto às mudanças, ao trânsito de ideias e à resistência inerentes às diferentes profissões do jurista, e no qual se distinguem diferentes atores e trajetórias. Portanto, as revistas, para uma pesquisa que busca mapear justamente os agentes dessa experiência, são fontes mais palpáveis e também mais plurais desse cenário.

A revista jurídica é de singular relevância para o estudo tanto da esfera subjetiva dos juristas que colaboravam com a publicação, quanto por possibilitar a apreensão – sempre incompleta – do discurso jurídico.

Desta forma, o “Arquivo” às suas origens não só resume o modo de organização e de inspiração cultural da velha “sociedade de discursos” – academias e jornais forense – representativos de limitada subjetividade de uma determinada classe e interesses profissionais, mas prenuncia com clareza cada vez maior [...] sua vocação revista nacional, de doutrinas e disciplinas, endereçada a uma intercultura jurídica italiana e à unificação dos seus principais grupos intelectuais. Ao mesmo tempo que faz o caminho da imagem e da hegemonia de um novo jurista, professor universitário e cientista, acadêmico e funcionário público que ocupa uma posição dominante da cena nacional.¹⁴⁶

¹⁴⁴ BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 44-45.

¹⁴⁵ “La rivista - soprattutto nei primi anni della sua pubblicazione – può essere, considerata come un laboratorio nel quale si sperimentava un opera esemplare di nominazione – cioè di reclutamento, inclusione e assoggettamento – di forze, interlocutori e orizzonti di problemi che confluiranno in una sorta di giacimento “originário” da cui la nuova scienza giuridica nazionale trarrà non pochi aspetti del suo profilo e del suo personale intellettuale” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 45).

¹⁴⁶ “In questo modo l' “Archivio” alle sue origini non solo ricapitola il modulo organizzativo e d'ispirazione culturale delle antiche “società di discorsi” – le accademie e i giornali forensi – rappresentative di limitate soggettività di ceto e di particolari interessi professionali, ma prefigura con sempre maggiore chiarezza (...) la sua vocazione di rivista nazionale, di dottrine e di discipline, indirizzata all'inter cultura giuridica italiana e all'unificazione dei suoi maggiori gruppi intellettuali. Contemporaneamente infatti si fa strada l'immagine e l'egemonia di un nuovo giurista, professore universitario e scienziato, studioso e

Como explica Armando Soares de Castro Formiga¹⁴⁷, a escrita e a cultura foram espaços de afirmação do jurista brasileiro dos oitocentos que aproveitavam as revistas especializadas como lugar de experimentação de projetos e ideias, mas também de polemizar fatos, e, principalmente, completa Formiga, de revelar novos personagens.

O mesmo autor relata que a primeira destas publicações de cunho jurídico-jornalístico foi a *Gazeta dos Tribunaes*¹⁴⁸ era publicada no Rio de Janeiro a partir de 10 de janeiro de 1843 com duas edições por semana até 1846. Seu escopo era dar publicidade aos julgamentos publicando acórdãos, sentenças e despachos de diferentes instâncias, replicar a parte do *Jornal do Commercio* referente à legislação geral do Império, crônicas, notícias e avisos do fórum. Em seu número de inauguração defendeu a necessidade da criação de uma associação de advogados, o que aconteceria ainda no mesmo ano com a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros¹⁴⁹.

O Instituto dos Advogados Brasileiros publicou a partir do ano de 1862 com periodicidade trimestral a *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*¹⁵⁰. Em seus próprios termos, “a Revista tem por fim a publicação pela imprensa de tudo quanto for concernente ao Instituto”¹⁵¹, tendo sido, comparativamente às demais revistas editadas até então, a mais robusta.

Os periódicos editados nas duas décadas seguintes ao número inaugural da *Gazeta dos Tribunaes*, do ponto de vista editorial, apresentavam um conteúdo acanhado, típico das gazetas. Respeitáveis revistas de caráter doutrinal somente apareceriam nos idos de 1862, com o lançamento dos primeiros números da *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, órgão oficial do Instituto dos Advogados Brasileiros (semente da

funzionario pubblico che occupa da posizione dominante la scena nazionale” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell’Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 110). (tradução nossa).

¹⁴⁷ FORMIGA, Armando Soares de Castro. **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX**. História do direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010. p. 23.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/gazeta-dos-tribunaes-dos-juizos-e-factos-judiciaes-do-foro-e-da-jurisprudencia/709492>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

¹⁴⁹ FORMIGA, Armando Soares de Castro. O periodismo jurídico oitocentista na órbita das academias brasileiras. **Revista de Integração Universitária**, v. 1. Palmas, Faculdade Católica do Tocantins, 2007, p. 105-116.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/revista-do-instituto-da-ordem-dos-advogados-brasileiros/324345>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

¹⁵¹ Artigo 5º do Programa da Revista publicado em seu primeiro número. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/324345/per324345_1862_00001.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2015.

OAB), e da Revista Jurídica, de José da Silva Costa e José Carlos Rodrigues.¹⁵²

Em 1862 foi lançada sob direção de José da Silva Costa, à época estudante do 5º ano da Faculdade de Direito de São Paulo e por José Carlos Rodrigues, estudante do 3º ano da mesma faculdade, a *Revista Jurídica: Doutrina Jurisprudência e Bibliografia* que trazia artigos, julgados e resenhas bibliográficas. Na apresentação¹⁵³ do periódico, escrita por Ernesto Ferreira França, expõe que o objetivo principal da publicação é superar as contradições notadas dos arestos aos Tribunais derivadas, segundo o autor, do isolamento decorrente da amplitude do território nacional.

No quadro político do Alto Segundo Reinado, jovens idealistas lançaram o Manifesto Republicano e cobravam mais intensamente o fim da escravidão. Nesta época, importantes publicações começaram a circular. Traziam, além da doutrina, comentários às decisões jurisprudenciais e inseriam os diplomas legislativos mais relevantes. Destacaram-se *Gazeta Jurídica* (1873) e *O Direito* (1873). Ao todo, Formiga (2005) catalogou 52 periódicos jurídicos, editados entre 1843 e 1900. Destes, 23 originam na órbita das Academias de Direito.¹⁵⁴

Em janeiro de 1873, Carlos Frederico Marques Perdigão lança a *Gazeta Jurídica*, que, em seu texto introdutório, defendia a necessidade de criação de uma jurisprudência brasileira pela repercussão dos julgamentos do Supremo – sem defender propriamente a correção das decisões, mas de forma a evitar as constantes consultas e recursos.

Também em 1873, era publicada a Revista *O Direito: Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência*, fundada por João José do Monte Júnior, da qual se tratará adiante.

¹⁵² FORMIGA, Armando Soares de Castro. O periodismo jurídico oitocentista na órbita das academias brasileiras. *Revista de Integração Universitária*, v. 1. Palmas, Faculdade Católica do Tocantins, 2007. p. 108.

¹⁵³ FRANÇA, Ernesto Ferreira. A Revista Jurídica. *Revista Jurídica: Doutrina Jurisprudência e Bibliografia*. N. 1. Volume 1. São Paulo, 1862. Disponível em: < <http://goo.gl/0mBHuz>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

¹⁵⁴ FORMIGA, Armando Soares de Castro. O periodismo jurídico oitocentista na órbita das academias brasileiras. *Revista de Integração Universitária*, v. 1. Palmas, Faculdade Católica do Tocantins, 2007, p. 108.

2.3 A CENTRALIDADE DA REVISTA *O DIREITO* NO PERIODISMO JURÍDICO BRASILEIRO

Felizmente o século XIX brasileiro é razoavelmente profícuo de fontes escritas preservadas. Entretanto, sendo o objetivo da pesquisa uma visão panorâmica dos formadores da cultura jurídica brasileira nesse período, a fonte deveria ser abrangente tanto no sentido de juristas como no período histórico. Outras pesquisas já desenvolvidas com a Revista *O Direito* chamaram a atenção para seu estudo como fonte primária. A revista cobre um período significativo da segunda metade do século XIX tendo sido publicada a partir de julho de 1873 até 1913. Seu acervo completo hoje encontra-se integralmente digitalizado disponível na biblioteca digital do Supremo Tribunal Federal. Um primeiro olhar sobre o material permitiu considerá-lo amplo o suficiente em número de autores acadêmicos ou de fora da academia, magistrados e advogados etc., variado o bastante em temas, abrangente quanto ao período, além de ter sido publicada com regularidade.

Ao contrário da maioria das publicações mencionadas, *O Direito* não teve interrupções nem drásticas mudanças em seu formato. Além disso, no período estudado manteve seu quadro de redatores e editores, o que oferece um parâmetro de estabilidade para desenvolver a análise que aqui se pretende. Outra vantagem é o fato de *O Direito* pertencer a um particular, João José do Monte Júnior, e não a uma instituição. Aponta-se como vantagem pois entende-se que em sendo uma publicação privada, independente de qualquer vínculo institucional, o universo de articulistas e julgados tende a ser maior. A revista publicada pelo IAB em seu primeiro editorial expunha o escopo de publicar somente artigos de seus afiliados.

Outra característica da revista que deve ser destacada para os fins dessa pesquisa é que se trata de um material técnico-jurídico. Os temas são em maioria discussões teóricas acerca da interpretação de leis ou regulamentos ou de institutos jurídicos. Uma minoria de textos revela o debate sobre casos concretos ou críticas à jurisprudência contemporânea.

Em contrapartida, poderia se alegar que, em sendo uma publicação de propriedade particular de João José do Monte Júnior, teriam preferência as opiniões e posições doutrinárias que lhe interessassem. Entretanto, ao que indica a nota do proprietário da Revista transcrita abaixo, em artigo acerca do que ficou conhecido

como a *Questão Religiosa*¹⁵⁵, não havia qualquer óbice em publicar posições contrárias à sua.

Para evitar equívocos, cumpre-nos declarar que a redação do *Direito* não tem responsabilidade ou solidariedade alguma nos artigos ou críticas assignadas por qualquer dos membros da redacção. Cada um responde pelo que escreve e assigna, e não a redacção.

Ao inverso das publicações políticas, que precisam de que haja homogeneidade de ideias entre seus redactores, uma Revista jurídica deve ser um campo neutro em que se discutão com isenção todas as theses no interesse da sciencia e da jurisprudência.

No templo da sciencia do direito podem ser sacerdotes maçons, ultramontanos, liberaes, conservadores e republicanos. Para que tirar-lhe esta majestosa tolerancia, a que devemos o aperfeiçoamento das leis?

Fica, pois, entendido que pelos artigos do “Direito” responde só quem os assigna, e que esta Revista é um porto aberto a todos, menos aos piratas.

Monte Junior.¹⁵⁶

José Reinaldo de Lima Lopes corrobora a afirmação da escassez de revistas especializadas até o início da década de 1870, “não havia publicação regular e estável de periódico jurídico relevante no Brasil. As leis eram publicadas remetendo-se cópias para as câmaras, guardado original na Coleção de Leis. As câmaras ficavam encarregadas de dar publicidade. A jurisprudência é limitada”¹⁵⁷. Prossegue o autor:

De forma continuada, particular e não oficialmente, publica-se *O Direito* a partir de 1873. Contém legislação, doutrina e jurisprudência e seus editores são magistrados, um advogado do Conselho de Estado e um advogado. Sua apresentação, porém, é muito cautelosa e representativa do pensamento da época: a jurisprudência não pode usurpar o papel da lei, como no Antigo Regime havia frequentemente acontecido.¹⁵⁸

Nesse ponto, João José do Monte Júnior, expõe na introdução do primeiro volume da revista que a publicação não seria restrita à divulgação de julgados, mas também à sua crítica:

Como exemplos bons de serem imitados, e não como leis, as quais absolutamente se deva obedecer, faremos publicar os julgados de nossos tribunais; não só aqueles que pela justiça de suas decisões fazem conhecer

¹⁵⁵ Forma como ficou conhecido o episódio que resultou no processo dos bispos s, Dom Vital e Dom Macedo Costa, por aplicarem ordenações papais não aprovadas pelo governo e desobedecerem ordem imperial direta em sentido contrário. A questão, obviamente, foi parte de um processo do agravamento dos conflitos e animosidades envolvendo a Igreja, a maçonaria e o Estado com antecedentes e repercussões que excedem os limites desse texto.

¹⁵⁶ *O Direito*. v. 3, 1874, p. 607.

¹⁵⁷ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 310.

¹⁵⁸ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 310.

a sabedoria de seus autores, demonstram escrupulosa aplicação das leis aos casos ocorrentes, estabelecem e firmam a jurisprudência, senão também os que, não sendo dignos de serem imitados, por lhes faltarem esses requisitos, mereceram a justa e severa crítica, de que os faremos acompanhar. Finalmente procuraremos em artigos de doutrina formar a verdadeira inteligência das decisões dos tribunais e das leis, e far-lhes-emos sensata crítica, condição para o aperfeiçoamento delas.¹⁵⁹

Haroldo Valladão entende que a Revista *O Direito* constitui-se na revista jurídica mais relevante do século XIX¹⁶⁰. A publicação também foi referência para os trabalhos de Sérgio Said Staut Júnior¹⁶¹ e Breezy Miyazato Vizeu¹⁶², dentre tantas outras teses acadêmicas.

Assim, pelo impacto que teve a revista em seu tempo e pela diversidade de conteúdo que reproduzia, além de elementos práticos como a continuidade e regularidade de sua publicação, crê-se que a *Revista O Direito* é um espaço suficientemente aberto no qual hoje é possível identificar e reconstruir – ainda que com alguma artificialidade-, os diálogos e referências da geração de juristas que se propõe a investigar. Petit explica que “as revistas eram uma magna coleção documental de atos verbais e escritos apoiados diretamente em uma compreensão oratória da expressão intelectual”, o autor ainda dá exemplos como um dirigente fiscal que emite um informe no qual “diz” isto ou aquilo; o discurso inaugural de um estabelecimento literário ou um discurso jurídico diante das diferentes Academia, o juramento, uma tese que refuta algo escrito na imprensa etc.¹⁶³

¹⁵⁹ **O Direito**, v. 1, ano I, p. 2.

¹⁶⁰ VALLADÃO, Haroldo. História do direito especialmente do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973, p. 88. Apud. STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

¹⁶¹ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

¹⁶² FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica**. 2008. 138f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2008.

¹⁶³ “Las revistas eran una magna colección documental de actos verbales y de escritos apoyados muy directamente en un entendimiento oratorio de la expresión intelectual. Abramos en efecto un volumen cualquiera. ¿Y qué tenemos? Por ejemplo, documentos judiciales varios, según los cuales un diligente fiscal emite informe y “dice” esto y lo otro (37-39, 151-152, 389- 390, 397-398, etcétera); una nota laudatoria de Cirilo Álvarez, nuevo presidente del Tribunal Supremo (quien, aún muy joven, dados sus “grandes conocimientos... en la ciencia del Derecho, y su afición à la literatura” se dedicó “desde luego al ejercicio de la profesión de Abogado, que le proporcione el dar a conocer sus grandes dotes oratorias y su capacidad para vencer toda clase de dificultades prácticas”, 88-96, p. 91); el discurso inaugural de un establecimiento literario (con el argumento, apropiadísimo, de la “Influencia del idioma sobre la legalidad y de esta sobre aquel”, 215- 231); otro discurso jurídico, ahora ante la Academia matritense de Jurisprudencia, sobre una candente materia de derecho eclesiástico (422-441); un escrito doctrinal, breve de una página, sobre un punto de la ley Orgánica del Poder Judicial (448), a los que podemos sumar otros similares, no mucho más extensos (por ejemplo, “Juramento”, 410-413); la revisión de las

Além disso, o periódico fornece um limite temporal preciso, do ano de sua fundação 1873 até o final do Império em 1889. Sendo possível reconstruir o cenário intelectual desta data até a Proclamação da República, pesquisas futuras poderão dar continuidade ao trabalho nas primeiras décadas da Primeira República.

Além do proprietário da revista, João José do Monte Junior, formavam o grupo de redatores d'*O Direito*: os Conselheiros Francisco Balthazar da Silveira, Antonio Joaquim Ribas e Joaquim Saldanha Marinho e os Desembargadores Tristão Alencar Araripe e Olegário Herculano de Aquino e Castro.

O proprietário João José do Monte Junior nasceu em 1843, no Sergipe, e formou-se em 1864, no Recife. “Iniciou a carreira como advogado em Santa Maria Madalena, na província do Rio de Janeiro, onde se destacou como renomado causídico e onde também parece ter feito fortuna”¹⁶⁴. A fundação da revista parece estar relacionada aos recursos de Monte Júnior e a convivência com Saldanha Marinho, com quem passou a trabalhar em 1873, quando passou a viver no Rio de Janeiro.

Entre o afã do jovem advogado recém-chegado do interior e com certo capital, de brilhar no foro da Corte, e a astúcia da velha raposa da política e do direito [...] tudo indica que a ideia de fazer do novato o proprietário da revista foi parte de uma grande estratégia para que o periódico fosse depois aparelhado pelos companheiros de redação mais calejados e descontentes com a política imperial.¹⁶⁵

Dentre os demais, portanto, o mais conhecido foi Joaquim Saldanha Marinho. Nascido em Olinda em 1816, filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos, uma das primeiras vítimas da Revolução Pernambucana de 1817. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1836, exerceu a magistratura ininterruptamente pelos doze anos seguintes. Foi deputado provincial por três

tesis mantenidas en una lección doctoral de derecho penal, mediante unas pocas páginas (370-378) así inspiradas por dicha actuación oral precedente; una de esas lecciones, ahora sobre la sucesión por causa de muerte (343- 363); la polémica literaria con un orador académico, cuya tesis se refuta en una suerte de diálogo servido por la imprenta [...]” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el Discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 129).

¹⁶⁴ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 78.

¹⁶⁵ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 78.

legislaturas consecutivas até a dissolução da Câmara em razão do desfecho da Revolução Praieira no Recife em 1848.

Sendo um dos maiores nomes daquela geração, jornalista, líder republicano, ex-presidente de província, presidente interino do IAB e Grão-Mestre da Maçonaria, tinha uma especial vocação para reunir as pessoas em torno de si. No testemunho de Joaquim Nabuco, “Saldanha Marinho viera da imprensa, tinha a familiaridade, o caráter comunicativo da profissão”. E foi com este carisma especial que o distinguia, mas também dotado de grande cálculo político [...].¹⁶⁶

Saldanha Marinho foi declaradamente republicano, inclusive, o título de Conselheiro pode ter sido uma maneira de isolá-lo da corte onde exercia frontal oposição ao regime monárquico¹⁶⁷. Saldanha Marinho também foi o primeiro signatário e um dos autores do Manifesto Republicano, publicado no primeiro volume do jornal *A República* em 3 de dezembro de 1870.

Para o jurista, a monarquia era ilegítima desde a origem – desde a dissolução da Constituinte de 1823¹⁶⁸. Essa ideia é articulada no panfleto *O Rei e o Partido Liberal*, escrito em 1869, no qual o autor critica a tolerância do Partido Liberal com a monarquia. Destaca-se que:

Datado de 30 de junho de 1969, *O Rei e o Partido Liberal* foi imediatamente refutado num folheto escrito pelo jovem conservador Tristão Alencar Araripe, intitulado *Ligeira Análise do Folheto publicado na Corte sob o Título: O Rei e o Partido Liberal*. Nele, Araripe sustentava que a monarquia havia assegurado a unidade do Império contra as ameaças de desmembramento do território e que o poder moderador era indispensável à preservação do território, da pátria e da segurança individual. A contestação levou Saldanha marinho a escrever como tréplica outro folheto, datado de 15 de agosto do mesmo ano.¹⁶⁹

A despeito da disputa no plano intelectual e da defesa de ideais diametralmente opostos, Saldanha Marinho e Tristão Alencar Araripe participaram do

¹⁶⁶ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 67.

¹⁶⁷ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 75.

¹⁶⁸ LYNCH, Christian. Joaquim Saldanha Marinho, 1816-1895: O Rei e o Partido Liberal, 1869. In: PRADO, Maria Emília (org.). **Obras políticas do Brasil Imperial**: Dicionário do Pensamento Brasileiro. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 1, p. 133-139.

¹⁶⁹ LYNCH, Christian. Joaquim Saldanha Marinho, 1816-1895: O Rei e o Partido Liberal, 1869. In: PRADO, Maria Emília (org.). **Obras políticas do Brasil Imperial**: Dicionário do Pensamento Brasileiro. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 1, p. 133-139. p. 138.

conselho editorial da revista durante todo o período estudado. Talvez essa convivência, não seja *apesar* da distância ideológica, mas *devida* a ela, o que reforça o caráter agregador identificado na revista quando a sua seleção como fonte primária para o trabalho.

“Tristão Alencar Araripe nasceu em Icó, na província do Ceará, no dia 7 de outubro de 1821, filho de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, herói da Confederação do Equador que presidiu à República que daí resultou, e Dona Ana Tristão Araripe”¹⁷⁰. Apesar disso, sua carreira política foi construída no Partido Conservador – outra demonstração de que uma leitura meramente antagônica entre os partidos do Império é por demais insuficiente. Formou-se em São Paulo em 1845. Foi deputado provincial e magistrado, ascendendo a desembargador do Tribunal da Relação da Bahia em 1870 e em São Paulo quatro anos mais tarde. Em 1875, foi para a corte. Sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886. Na República, ocupou a cadeira de Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1890, e ministro das Relações Exteriores e da Fazenda em 1891. Foi sócio e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A contribuição de Antônio Joaquim Ribas na revista parece ser resultado de sua extensa rede de relacionamentos em São Paulo. Recebendo ali o grau de bacharel em 1839 e no ano seguinte, o de doutor. Na mesma faculdade foi professor das cadeiras de economia política, direito administrativo, direito público, direito civil e direito eclesiástico. Em 1860 foi nomeado catedrático de direito civil, análise e comparação do direito romano. Dentre seus amigos e alunos estavam “Rio Branco, Ferreira de Menezes, José Carlos Rodrigues, Prudente de Moraes, Campos Sales, Teófilo Otoni, Rangel Pestana, Cândido de Oliveira, Martinho Prado, Tavares Bastos, Cesário Alvim, Fagundes Varela, Rodrigo Lobato, Diogo de Vasconcelos, Bernardino de Campos, Pacheco Chaves, Levindo Lopes, Virgílio de Melo Franco, Miguel de Godoy Moreira e Costa e Carlos Afonso de Assis Figueiredo. A extensa rede de sociabilidade de Ribas nos dá bem a conta da sua influência no meio intelectual e político do Império”¹⁷¹.

¹⁷⁰ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito”** – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 59-60.

¹⁷¹ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito”** – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 89-90.

Outro membro da redação de *O Direito* intimamente ligado à “Questão Religiosa” foi o Conselheiro Francisco Balthazar da Silveira, enquanto procurador da coroa, o autor da denúncia dos bispos Dom Vital e Dom Macedo na “Questão Religiosa”. Balthazar da Silveira nasceu na Bahia, em 1827. Foi o único dos redatores da revista que estudou em Coimbra – onde cursou os quatro primeiros anos, concluindo os estudos em São Paulo em 1832. Foi magistrado, chegando a Relação da Corte em 1863. Aposentou-se em 1886, então como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Como se pode notar, a “Questão Religiosa” não só pegou em cheio o surgimento da revista *O Direito* como a ela deu causa, estendendo-se ao longo dos cinco anos seguintes, desdobrando-se em diversas outras vertentes da separação entre o Estado e a Igreja, seja na liberdade de expressão, do ensino, de culto, enfim, tudo sendo objeto de debate dentro do periódico.¹⁷²

Entretanto, embora tenha surgido em meio à polêmica “Questão Religiosa” a revista não se limitava a ela e, mais importante evidência é a de que a publicação perdurou, sobrevivendo não só aos embates políticos mas ao fim do Império e ao período militar da Primeira República, o que, em uma primeira aproximação parece revelar seu caráter plural no campo das ideias e utilitarista como importante fonte jurisprudencial e legislativa da época.

Francisco Balthazar da Silveira faleceu em fevereiro de 1887, na edição deste mês foi colocada aparentemente após a impressão do volume, nota de página toda com os seguintes dizeres: “A Redacção d'*O Direito* pranteia a morte do seo preclaro collega o Exm. Sr. Conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira, magistrado emérito e cidadão eminente por suas não vulgares virtudes cívicas e privadas”. Nos volumes seguintes, eram identificados apenas os demais cinco redatores.

Por fim, Olegário Herculano Aquino e Castro nasceu em São Paulo em 1820. Bacharel pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1848, doutorando-se no ano seguinte. Foi magistrado, promotor de justiça e chefe de polícia, antes de ascender ao cargo de desembargador da Relação da Corte em 1875. Em 1886 foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Federal, com um breve interlúdio entre julho e dezembro de 1889, quando foi nomeado Conselheiro de Estado extraordinário, e diante da

¹⁷² RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito”** – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 91.

incompatibilidade entre os cargos, foi aposentado. Havendo cessado as razões da aposentadoria, retornou ao posto de Ministro. Assim como Tristão Alencar também foi membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁷³.

2.3.1 Inflexões metodológicas: dos procedimentos de pesquisa na Revista *O Direito*

Os artigos da Revista *O Direito* oferecem certas vantagens frente a outras fontes possíveis e igualmente válidas. Em primeiro lugar, uma maior variedade de temas e autores. Interessa extrair dos textos o que eles podem transmitir ao invés de localizar nos textos indícios e pistas que possam interessar ao historiador acerca de um tema específico. Sem entrar nos meandros do extenso debate historiográfico sobre a dicotomia objetividade e subjetividade do pesquisador, o método de aproximação ao discurso foi o da análise de conteúdo, declaradamente, à sombra do trabalho feito por Antonio Manoel Hespanha¹⁷⁴.

É justamente esta percepção subjetiva que deve ser hoje controlada por processos que, com todos os défices que possam ter, nos informem sobre o que os próprios textos, eles mesmos, nos transmitem. Um destes métodos é o da análise de conteúdo que, tomando o próprio texto e prescindindo das intenções dos autores ou dos enviesamentos da leitura, extrai a informação bruta que o texto nos pode dar.¹⁷⁵

Entretanto, as fontes também devem ser exploradas apenas na extensão de seus limites. Portanto, seguindo a mesma proposta, conforme explica Hespanha¹⁷⁶ sobre o método, a análise de conteúdo se apresenta eficiente quando há a necessidade de busca de informação relevante em corpos textuais massivos. Ainda que com limitação, o método pode oferecer uma forma de se responder uma

¹⁷³ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito”** – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009. p. 56.

¹⁷⁴ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 110.

¹⁷⁵ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 110.

¹⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 11.

importante questão de pesquisa, nos termos colocados pelo próprio autor, a questão de saber qual era o direito efetivamente aplicado. Quais eram os atores sociais envolvido efetivamente no debate jurídico do século XIX e o que efetivamente circulava e fomentava seu discurso?

Para o presente estudo foram considerados todos os volumes disponíveis¹⁷⁷ publicados entre 1873 e 1889. A revista, que a partir do sexto volume alterou o subtítulo para *O Direito: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência*, dividia-se em quatro partes: Doutrina, Jurisprudência, Legislação e Bibliografia. Eventualmente eram publicadas outras sessões como Variedades, na qual eram lançados dados sociais e institucionais, por exemplo os nomes de todos os bacharéis por São Paulo até então.

A parte de Doutrina sempre trazia um ou mais artigos com tema variado. Com a pesquisa foi possível comprovar a variedade temática a que se propunha a revista. A classificação dos temas levada a cabo no Apêndice 1 foi feita com base na leitura superficial dos textos, buscando-se a mais geral possível. Assim que sucessões, direitos reais e divórcio, por exemplo, foram incluídos sob o ramo do Direito Civil. Artigos acerca de regimentos de custas, competências de escriturários, formas de organização do poder judiciário, por sua vez, foram colocadas sob o rótulo Administração da Justiça. Artigos destinados à crítica contemporânea, à magistratura enquanto corpo social e à jurisprudência foram assim classificados.

A classificação não se destina a determinar qual dos ramos do direito era mais difundido ou fomentava mais questões dos doutrinadores, mas permite uma aproximação às principais problemáticas dos juristas. Quais eram as questões que os moviam? Economia ou Direito Canônico ou Natural tinham presença menor que preocupações acerca dos direitos sucessórios de órfãos, para citar um exemplo bastante recorrente. Ainda nessa seara é importante lembrar que se tratava de uma publicação técnica, destinada a ser material de consulta para juristas e para advogados e não advogados que operavam o sistema judicial¹⁷⁸. A “utilidade” da

¹⁷⁷ Apenas o volume 2 não foi localizado, entretanto, o volume 1 contempla todos os números de 1873 e os volumes 3, 4 e 5 os números de 1874, assim que a ausência do volume 2 pode ser reflexo da mudança de organização da publicação no decorrer de sua existência.

¹⁷⁸ Semelhante ao *Archivio giuridico* italiano, estudado por Pasquale Beneduce: “L’Archivio giuridico’ presenta ai suoi esordi un atteggiamento inclusivo e pragmatico indirizzato verso il mondo italiano degli avvocati e dei magistrati del foro e nei confronti dei modelli a cui quest’ultimo fa ancora riferimento, in primo luogo la cultura francese e le sue maggiori riviste a contenuto misto. I contatti dell’«Archivio» con i giuristi pratici delle varie città italiane intendono infatti assicurare al periodico, oltre a un numero consistente di collaboratori e lettori, anche un costante alimento finanziario e ideale” (BENEDUCE,

revista estava em levar a preço acessível – em relação aos livros – o repertório atualizado da jurisprudência no país e os textos legislativos atualizados. Os artigos doutrinários, por assim dizer, eram uma informação extra, uma amostra do pensamento dos “grandes juristas da época” e uma vitrine de projeção para aqueles menos conhecidos.

Além do exposto, faz-se a ressalva de que a classificação foi discricionária e pretendeu, neste aspecto, manter-se simples, não considerando o quão especializado e autônomo se encontrava cada uma das disciplinas ou ramos do direito, como Eleitoral e Tributário por exemplo, assumidamente é uma classificação artificial. Entretanto, não foram inseridos termos anacrônicos, ainda que alguns ramos só viessem a adquirir sua especificidade posteriormente, a exemplo do direito eleitoral enquanto disciplina autônoma, preocupações acerca do direito aplicado às eleições utilizavam esse termo, o qual foi mantido.

Dessa feita, portanto, os resultados mostram relativa paridade entre direito público e direito privado. A maior parte dos artigos trata de temas de direito civil, comercial ou direito criminal.

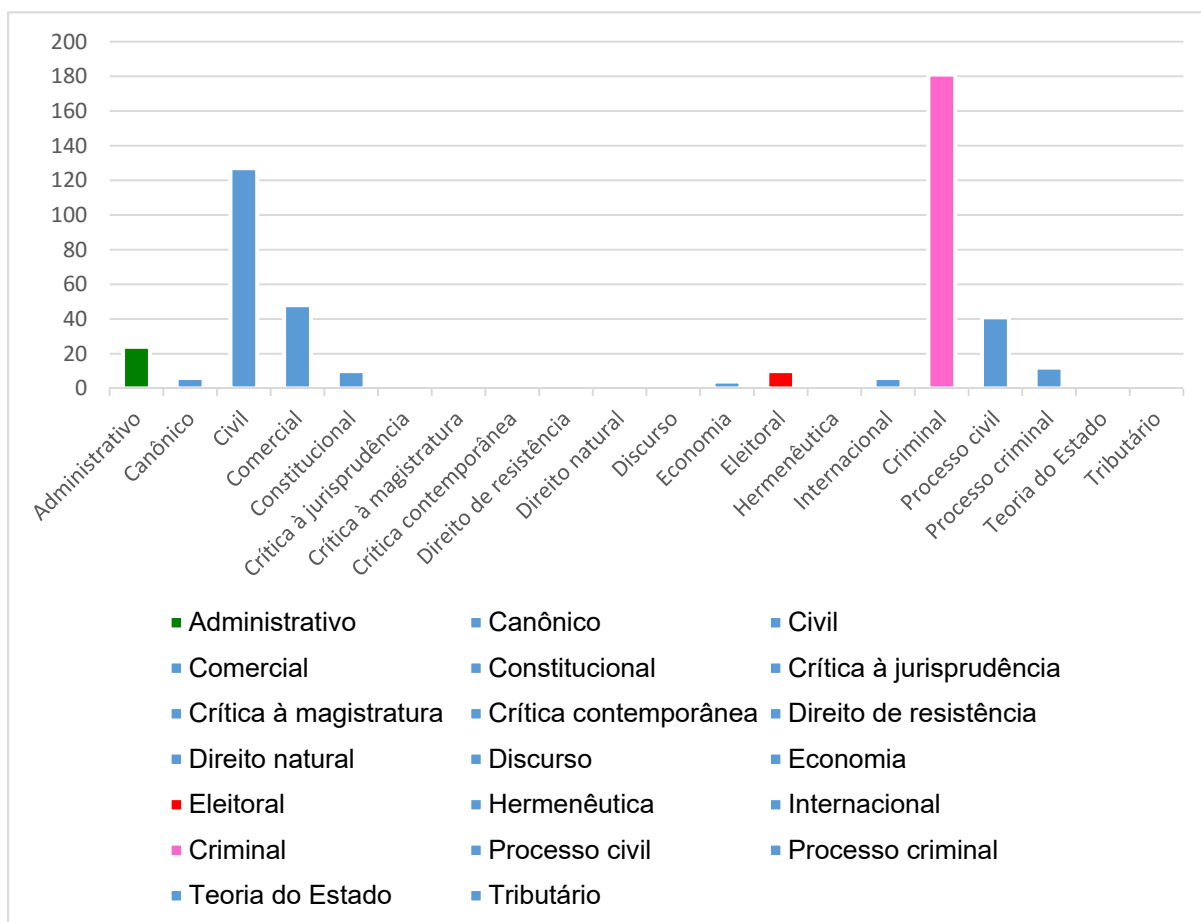


Figura 1: Temas dos artigos de doutrina da Revista *O Direito* (volume 1 a 50).

A seção de Jurisprudência é dividida em Jurisdição Civil, Criminal e Comercial, possui julgados de diversos Tribunais da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça. A parte de Legislação reproduz as leis publicadas naquele ano, decretos resoluções de consulta ao Conselho de Estado, atas de órgãos oficiais e avisos do governo. Foi idealizada para suprir “com vantagem a colação das leis, pois que será acompanhada de um índice remissivo e individuado, que facilitará a consulta”¹⁷⁹. A última parte, Bibliografia, contemplava os livros que haviam sido enviados à redação da revista, resenhas breves sobre obras recentes, mas não era publicada em todos os volumes.

¹⁷⁹ *O Direito*. v. 1, 1873, p. 2.

A paginação é sequencial compreendendo todo o volume, assim como o índice temático, que é único para cada volume. Também a partir do sexto volume em 1875, em cada volume eram publicados quatro números mensais organizados sob um único índice. Cada volume possui aproximadamente entre seiscentas e novecentas páginas.

Esse material oferece como fonte primária¹⁸⁰, uma seleção de juristas, tanto aqueles que se dedicavam a escrever breves artigos de doutrina e os remetiam para publicação, quanto aqueles que eram convidados a escrever na Revista, como foi o caso de Teixeira de Freitas.

A execução do trabalho, integralmente disponibilizada nos anexos do trabalho, deu-se da seguinte forma:

- (a) Primeiramente foram elencados todos os articulistas, com o correspondente título – quando havia¹⁸¹ – do artigo de doutrina, referenciando volume, número e ano da correspondente revista. Apesar da principal finalidade ser a localização dos artigos, com esses dados também será possível observar volumes e consequentemente períodos com maior ou menor publicação ou a concentração de temas.
- (b) Ademais, foi indicado o principal conteúdo do texto. Se de cunho teórico, a qual ramos do direito se ocupava principalmente, crítica à legislação ou à jurisprudência, eventual publicação de discursos proferidos e consultas.

¹⁸⁰ A sugestão de tal metodologia foi afortunadamente feita pelo professor António Manuel Hespanha e que fora também objeto de uma das sessões de seu curso em Curitiba no ano de 2013, do material de apoio utilizado nas aulas se extrai: “A análise de conteúdo é um método largamente usado de tratamento – hoje frequentemente automatizado – da informação. O seu objectivo é o de, por meios tendencialmente objectivos, captar os sentidos dos textos - incluindo as suas dimensões performativas e as suas relações com o ambiente cultural em que são produzidos - utilizando elementos do próprio texto. Pode revestir várias modalidades, desde as mais simples (contagem das ocorrências – ou co-ocorrências - de certas palavras) a análises mais complicadas, como a da descoberta de estruturas de argumentação ou organização textual” (HESPANHA, António Manuel. **Breve Nota Introdutória à Análise do Discurso Jurídico**. Disponível em: <<https://goo.gl/XZ8OVq>>. Acesso em 3 de março de 2015). Além disso também devem ser consideradas as limitações da análise de conteúdo, a simples contagem da ocorrência de certos termos informa muito menos do que sua contextualização e que sua análise combinada (HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 109-151).

¹⁸¹ Interessante observar que muitos artigos principalmente nos primeiros anos da revista não eram intitulados. Por vezes os autores enumeravam as principais teses que pretendiam abordar em alguns pares de tópicos. Nos resultados da pesquisa, esse pequeno texto foi apresentado à guisa de título para identificação do texto. Essa estética era encontrada em outros textos, citando Hespanha o curioso caso do livro de Jean Guillaume: *Esprit du Code Napoléon, tiré de la discussion, ou, Conférence historique, analytique et raisonnée du projet de Code civil, des observations des tribunaux, des procès-verbaux du Conseil d'état, des observations du tribunat, des exposés de motifs, des rapports et discours, &c, &c.*

Estas consistiam em um breve resumo de caso e um questionamento acerca da lei aplicável e possível solução. Obviamente, os textos são multifacetados, a classificação foi implementada para facilitar a identificação dos textos e um possível caráter geral da revista analisada – se mais opinativo ou teórico.

- (c) Em terceiro lugar foram relacionadas todas as citações¹⁸² feitas pelos articulistas em seu texto. Essa seleção, não existindo forma automática de execução, foi feita “manualmente” pela leitura dos textos selecionados. Nesse trabalho foi possível observar a inexistência de um padrão para citações, sendo estas em geral alusões a autores e obras de renome, que contextualizadas à época dispensavam maiores referências. Diferentemente do que fez Hespanha¹⁸³, a intenção é mapear todas as citações para desvendar quais as autoridades que circulavam no período, portanto, desde logo os resultados devem ser interpretados como aqueles autores que eram lidos ou com os quais os articulistas tiveram contato, não aqueles que eram necessariamente mais aceitos pela doutrina.

Ainda quanto às citações, elas foram divididas discricionariamente para expor melhor as nuances de cada texto, em especial, trabalhando-se com centenas de citações, estas foram divididas em diretas, indiretas, referências e menções. Como citação direta foram selecionadas as citações que indicassem transcrição literal entre aspas, sendo indiferente a referência bibliográfica completa com obra e página. Foram consideradas citações indiretas aquelas que indicassem paráfrase de outros textos, em geral, acompanhadas de verbos como afirmar, explicar, entender conjugados na terceira pessoa do singular, por exemplo, "O S. senador Candido Mendes entende

¹⁸² “Desde la perspectiva del colaborador que las realiza, las notas de bibliografía documentan un interesante momento profesional que conjura vínculos, refuerza o relaja contatos, asegura la distribución de libros, difunde modelos, estimula la práctica del comentario recíproco... En una palabra, la vía para renovar um meritorio, mas envejecido, periódico también es el médio de formar una comunidad de disciplina y, en fin, de realizar el diseño ‘científico’ del saber jurídico en un ámbito dominado hasta entonces por el ‘modelo forense’ descrito más arriba” (PETIT, Carlos. *Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 35 (2006), 255-338. p. 315).

¹⁸³ O professor português, no texto citado, trabalha com as fontes citadas de “propósito”, pois lhe interessa relacionar as fontes utilizadas enquanto “razões de decidir”, já que por vezes não citadas autoridades rejeitadas ou leis revogadas ou razões divergentes do autor do texto, mas também possíveis. (HESPANHA, António Manuel. *Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 109-151).

que, em razão da facilidade que se procura dar às transações, o rigor do antigo direito se tem modificado"¹⁸⁴.

A classificação em referência foi utilizada quando o articulista apenas indicava outras referências sobre o tema, sem paráfrase ou sem discorrer sobre a fontes especificamente. Como exemplo, a nota 2 do texto de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck: "(2) Ord., liv. 4º, tit. 19, princ. - Teixeira de Freitas, Consolidação das Leis Civis, art. 366 e nota; Murlon, *Répétition sur le Cod.* (mesmo § ns. 1035 w 1482; Laurent, *Cours de Droit Civil*, ns. 468, e neste Merlin, *Repertoire*, vb. *Loi*, § 6º, n. 7; vb. *Nullité*, § 1º, n. 5"¹⁸⁵. Por fim, ainda foram diferenciadas as meras menções ou alusões a obras, autores, autoridades ou pensadores. Nessa categoria incluíram-se citações simples, como exemplo: "Não podemos, porém, deixar de reconhecer que, se esta é a opinião de Olegário (Prática das Correições) e Barroso (Questões Práticas de Direito Criminal), opinião contrária é seguida por autoridades como M. da Cunha (Observações sobre o Código do Processo Criminal), e Ramalho (Elementos do Processo Criminal)"¹⁸⁶.

Outras informações quanto à referência bibliográfica da obra (como ano de publicação e idioma) foram colacionadas sempre que localizadas no texto analisado. O estilo da época não obrigada a um padrão na forma de citação, nem mesmo ao que hoje se considera uma convenção mínima e atribuir autoria e citar a obra utilizada. Portanto, são comumente observadas citações como "ensina o ilustrado autor das Primeiras Linhas do Processo Orphanológico", sem que seja necessário apontar que o ilustrado autor foi José Pereira de Carvalho. Outras muitas não há citação a uma obra específica, mas referência a linha seguida pelo autor: "Só sendo o fiador judicial pôde executar-se a sentença contra o devedor (Guerreiro, Moraes, Phebo), porque ahi está o Codigo, na fiança judicial até as testemunhas de abonação são

¹⁸⁴ Extrato do texto: 1º A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nula? 2º A cessão de uma execução, em que se pode opor embargos infringentes do julgado, é valiosa?, de autoria de João Damasceno Pinto de Mendonça, publicado no primeiro volume da Revista O Direito em 1873.

¹⁸⁵ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. 1º A omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nullidade de pleno direito absoluta?... **O Direito**. v. 46. P. 13.

¹⁸⁶ Extrato do texto: O perdão do ofendido miserável isenta seu defensor das penas, não sendo o crime d'aqueles em que cabe ação pública?, de autoria de Antonio de Ferreira França, publicado no terceiro volume da Revista O Direito em 1874.

solidariamente responsáveis”¹⁸⁷. Outras vezes a identificação do autor se torna verdadeiramente impossível:

*A este respeito, porém, cabe-nos repetir as seguintes palavras de um distinto escritor, com relação ao assunto: “As proposições absolutas não são sempre exatas na ciência do Direito; as verdades as mais rigorosas não são muitas vezes senão relativas; por exemplo pode acontecer algumas vezes que o mesmo bem seja considerado sob aspectos diferentes: e assim um bem imóvel, mesmo por sua natureza, pode ser considerado em certos casos e relativamente a certas pessoas como um bem móvel”.*¹⁸⁸ (Grifo nosso)

Ainda é importante destacar que, com o objetivo de evitar “falsos positivos” nos resultados da pesquisa, foram omitidos em cada texto resultados duplicados. Assim se, em um mesmo texto o autor cita reiteradamente o mesmo autor e mesma obra, foi registrada na tabela apenas uma citação, entretanto, se as citações foram diferentes quanto à forma, direta, indireta ou simples menção, essa distinção foi mantida nos resultados, sempre que evidente. Mas cumpre ressaltar que essa foi uma opção metodológica visando responder à questão de identificar nos resultados as fronteiras do grupo de juristas e suas fontes mais do que a relevância localizada dessas.

Para a análise e catalogação das fontes doutrinárias, em razão do volume do material analisado, houve ainda a necessidade de recorte temático para que as citações apuradas tivessem coerência. A maioria dos artigos se inclui em dois grandes ramos: direito civil ou direito criminal. A opção pela seleção dos artigos relacionados ao direito civil se deu pela dimensão dessa esfera no século XIX, devido em parte à grande influência das ordenações portuguesas e pela resistência à proposta “modernizadora” embutida no direito público¹⁸⁹.

Ademais, direito privado, em geral, e o civil, em especial, oferecem um olhar sobre a sociedade e as relações sociais diferente do direito público, permitindo alcance e aplicação da analogia, da interpretação, dos princípios, sejam de direito

¹⁸⁷ SILVEIRA, Luiz de Souza da. Os fiadores commerciaes gozam do beneficio de ordem. **O Direito**, v. 5, 1874. p. 172.

¹⁸⁸ MENDONÇA, João Damasceno Pinto de. As construcções e bemfeitorias (immoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca. **O Direito**. v. 9. P. 429-430.

¹⁸⁹ SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010. p. 1. De qual também trata: HESPANHA, António Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito**: ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013.

natural¹⁹⁰ ou mesmo princípios morais que, em contrapartida da restrição do assunto, são capazes de expandir o horizonte pesquisado.

É dentro desta “agenda” de investigações que acredito que a pesquisa a partir do pensamento jurídico brasileiro do século XIX pode ser um instrumento de análise importante para que se avalie adequadamente o processo de conformação histórica dos direitos civis e da complexa constituição das “liberdades jurídicas” no Brasil. O modo peculiar como os conceitos jurídicos do direito privado brasileiro se moveram e se acomodaram ao longo do século XIX mostra características bastante próprias da nossa conformação jurídica, com consequências importantes nas discussões institucionais. Basta lembrar que o Brasil ingressa na modernidade jurídica do século XIX pela metade, combinando, de um lado, a aplicação da Constituição e de leis com pretensões e linguagens modernas e, de outro lado, aplicando doutrinas e referências jurídicas próprias do período histórico pré-liberal (como as Ordenações Filipinas). Aqui, ao contrário dos outros países da América Latina, a codificação civil não se realiza no século XIX, o que significa que este peculiar aparato modernizador chamado “código” (que, como se sabe, traz em si projeto de equalização formal dos indivíduos e ao mesmo tempo dá as condições ao dimensionamento burguês da sociedade) não produziu aqui os efeitos de outros lugares. Ou seja: o Brasil do século XIX, do ponto de vista jurídico, expressa uma tensão entre arcaísmo e inovação; entre pré-modernidade e modernidade; entre a era do “*ius commune*” e a era legislativa. [...] Neste contexto peculiar parece relevante estudar a reflexão no âmbito do direito privado, estudar o pensamento jurídico. Mais propriamente, enfocar o desejo de modernização do direito privado (expressada nas várias tentativas frustradas de realização do Código Civil) e o modo como o labirinto jurídico oitocentista era aqui avaliado e experimentado. Não se pode conceber que as esferas institucionais (políticas, judiciais, econômicas) não fossem diretamente afetadas pelo modo como efetivamente se dava a experiência jurídica brasileira do século XIX no âmbito dos direitos privados. E para dimensionar a experiência jurídica brasileira, inevitável se torna passar pelo filtro da reflexão doutrinária, pela produção “científica”, pelo pensamento jurídico produzido no Brasil do período.¹⁹¹

Ademais, adotando-se como pressuposto as considerações de Samuel Rodrigues Barbosa, o direito civil em si é dotado de uma complexidade peculiar. O direito civil, resumidamente, é tomado por um conglomerado de atos legislativos, assistemáticos, somado a vigência das Ordenações Filipinas e mediadas por uma

¹⁹⁰ Carlos Petit trata da relação estreita entre direito civil e identidade nacional. Em que pese o autor tratar unicamente da Espanha, o caráter “universal” do direito civil por regular as relações humanas mais íntimas também o faz, sem contradição, profundamente “nacional”. “Así nos explicamos por fin (i) el confesado iusnaturalismo del célebre civilista: la *nacionalidad* (española) del derecho civil coexiste sin contradicciones con la *universalidad* del derecho natural, pues el primero declinaría *nacionalmente* las directrices del segundo; de hecho, sin poner nunca en riesgo su repercusión universal, el contenido ‘espiritual’ del derecho español ofrecía, en sí mismo, un insoslayable componente identitario. Y por supuesto, los *principios generales* del viejo art. 6, “unos para toda España” según advierte DE CASTRO Y BRAVO (1949, p. 411), serían en gran parte “los principios de Derecho natural”. (PETIT, Carlos. Derecho civil e identidad nacional. **Revista para el Análisis del derecho**. Barcelona, Julho de 2011. p. 6. Disponível em: <www.Indret.com>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

¹⁹¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Teixeira de Freitas: um jurista “traidor” na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 452, p. 341-354, 2011. p. 344.

“longa jurisprudência inculta e incerta”¹⁹² em constante tensão com a Lei da Boa Razão.

Não obstante, as fontes do direito no Império do Brasil não representaram a consumação, o remate do projeto de fazer da lei nacional a fonte exclusiva. Complexidade do direito civil não quer significar apenas a multiplicidade e contingência das fontes legisladas.¹⁹³

Ao longo dessa centena de artigos, o universo de autores se expandiu. A pesquisa foi feita da seguinte forma, primeiramente, como descrito no capítulo anterior, todos os artigos de doutrina dos cinquenta primeiros volumes da *Revista O Direito* foram relacionados. A cada um foi atribuída a autoria e localização. Com a leitura superficial dos textos foi possível verificar o principal ramo do direito de cada um. Elencados então todos os artigos cujo principal tema era de direito civil, totalizando aproximadamente 116 textos, foi realizada a leitura completa desses artigos e relacionadas todas as fontes doutrinárias citadas (Apêndice 2).

Omitiram-se do Apêndice 2 as fontes legislativas, nacionais ou estrangeiras, pois o foco da presente pesquisa é apresentar um universo de juristas e autores mutuamente relacionados, mais do que relacionar as fontes de cada jurista.

Das fontes citadas foram, por sua vez, colacionados os seguintes dados nome completo da obra, autor, data de publicação, idioma da citação e classificação da citação.

A classificação das citações foi elaborada com a finalidade de melhor expor as nuances de cada texto, em especial, trabalhando-se na casa das centenas de citações (cerca de 1.320). Assim, cada citação era classificada em direta, indireta, menção ou referência. Como citação direta foram selecionadas as citações que indicassem transcrição literal entre aspas, sendo indiferente a referência bibliográfica completa com obra e página. Foram consideradas citações indiretas aquelas que indicassem paráfrase de outros textos, em geral, acompanhadas de verbos como afirmar, explicar, entender conjugados na terceira pessoa do singular, por exemplo, "O S. senador Candido Mendes entende que, em razão da facilidade que se procura

¹⁹² BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 362.

¹⁹³ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 363.

dar às transações, o rigor do antigo direito se tem modificado"¹⁹⁴. Ainda, foram diferenciadas as meras menções ou alusões a obras, autores, autoridades ou pensadores. Nessa categoria incluíram-se referências como exemplo: "Não podemos, porém, deixar de reconhecer que, se esta é a opinião de Olegário (Prática das Correições) e Barroso (Questões Práticas de Direito Criminal), opinião contrária é seguida por autoridades como M. da Cunha (Observações sobre o Código do Processo Criminal), e Ramalho (Elementos do Processo Criminal)"¹⁹⁵. Por fim, foram nomeadas referências aquelas de caráter meramente bibliográfico, sem remissão a trechos específicos da obra foram classificadas dessa forma quando apenas indicavam outros textos complementares à leitura, em geral em notas de rodapé.

A forma de citação, à falta de um conjunto de regras, pode parecer, aos pesquisadores de hoje, incompleta. Ainda que fosse possível pelo contexto e pela temática deduzir o restante da referência bibliográfica da obra citada, a apresentação dos resultados anexa manteve apenas os dados que apareciam no corpo do próprio texto analisado. Ainda que incompletas citações como "ensina o ilustrado autor das Primeiras Linhas do Processo Orphanológico", eram suficientes aos interlocutores o texto, sem que fosse necessário apontar que o ilustrado autor foi José Pereira de Carvalho. Ainda é importante destacar que, com o objetivo de evitar "falsos positivos" nos resultados da pesquisa, foram omitidos em cada texto resultados duplicados. Essa foi uma opção de pesquisa em razão das perguntas feitas às fontes, no intuito de compor um universo de fontes dos juristas. Pesquisas diferentes comportam outro método. Assim se, em um mesmo texto o autor cita reiteradamente o mesmo autor e mesma obra, foi elencada na tabela apenas uma citação, entretanto, se as citações eram diferentes quanto à forma, direta, indireta ou simples menção, essa distinção foi mantida nos resultados.

Resta ainda esclarecer que embora seja de conhecimento geral a data de publicação de muitas das obras ali citadas, manteve-se o ano da publicação indicada nos artigos e o idioma em que foi feita a citação quando direta. O ano foi mantido com a intenção de apresentar a edição a que o articulista teve acesso e não

¹⁹⁴ Extraído do texto: 1º A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nula? 2º A cessão de uma execução, em que se pode opor embargos infringentes do julgado, é valiosa?, de autoria de João Damasceno Pinto de Mendonça, publicado no primeiro volume da Revista O Direito em 1873.

¹⁹⁵ Extrato do texto: O perdão do ofendido miserável isenta seu defensor das penas, não sendo o crime d'aqueles em que cabe ação pública?, de autoria de Antonio de Ferreira França, publicado no terceiro volume da Revista O Direito em 1874.

necessariamente o ano de lançamento da obra. Da mesma forma, o idioma indicado é o idioma no qual a citação foi feita e não o idioma da obra, pois ainda que muitas das obras ali mencionadas não possuísem tradução para o português, os articulistas traduziram os excertos que lhes interessavam, ainda que isso não fosse expressamente indicado como obrigam as normas de trabalhos científicos hoje.

Finalmente, são necessárias ressalvas quanto aos totais absolutos de citações, autores etc. Além do fator humano, no caso, as possíveis e eventuais falhas da pesquisadora, há ainda casos em que o nome do autor ou a obra citada era apresentado de forma tão peculiar e resumida que não foi possível identificar com segurança de quem se tratava. E ainda, a carência de regras para as citações, a necessidade de resumi-las utilizando-se abreviações ou a própria notoriedade da obra faz com que os resultados possam, em especial no tocante aos livros citados, tornar os resultados imprecisos. Tome-se o exemplo de Coelho da Rocha do qual foram localizadas menções à obra *Instituições do Direito Civil Portuguez*, por outras vezes referida apenas como Direito Civil ou Direito Civil Pátrio, até onde foi possível conferir e para efeitos práticos é possível concluir que se tratava da mesma e principal obra do autor, cujos demais títulos não se assemelham. Somem-se a esses elementos algumas falhas de impressão ou na digitalização da Revista. De todo modo, crê que há uma margem de erro pequena em relação ao todo.

Dessa feita, os articulistas, na centena de artigos de direito civil selecionados, valeram-se de cerca de 440 fontes diferentes.

A tabela abaixo elenca os autores mais citados nos artigos de direito civil da Revista *O Direito* entre 1873 e 1889. Subsequentemente, para análise da doutrina, os autores foram então divididos em três grupos: doutrina portuguesa, brasileira e estrangeira – à exceção da portuguesa, obviamente.

Autor citado	Em quantos artigos	Nacionalidade
Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	57	Português
Pascoal José de Mello Freire	49	Português
José Homem Corrêa Telles	44	Português
Manuel Antonio Coelho da Rocha	42	Português
Augusto Teixeira de Freitas	42	Brasileiro
Friedrich Carl von Savigny	30	Alemão
Robert Joseph Pothier	24	Francês
Manuel Borges Carneiro	22	Português
Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	20	Português

Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro	20	Brasileiro
Raymond-Théodore Troplong	20	Francês
Charles Gustave Maynz	19	Alemão
Ulpiano	19	Romano
Lafayette Rodrigues Pereira	17	Brasileiro
Philippe Antoine Merlin	17	Francês
Alvaro Valasco	16	Português
Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	16	Português
Manuel Alvarez Pegas	15	Português
Antonio Joaquim Ribas	14	Brasileiro
Jean-Charles Florent Demolombe	14	Francês
Ferdinand Mackeldey	13	Alemão
Joaquim Ignacio Ramalho	12	Brasileiro
Agostinho Marques Perdigão Malheiro	12	Brasileiro
Diogo Guerreiro Camacho de Aboim	11	Português
Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	10	Brasileiro
Candido Mendes de Almeida	10	Brasileiro
Dalloz	10	Francês
Paulo	10	Romano
José Pereira de Carvalho	10	Português
José Antonio Pimenta Bueno	9	Brasileiro
Francisco de Paula Baptista	8	Brasileiro
Charles Bonaventure Marie Toullier	8	Francês

Tabela 1: Autores mais citados nos artigos selecionados de doutrina (Direito Civil).

Considerado no quadro acima a soma dos artigos que citam alguma doutrina portuguesa, os autores lusitanos ainda, na segunda metade do século XIX, representam a maioria das fontes citadas. Isso leva à conclusão lógica que a maior influência dos juristas brasileiros seguia sendo de doutrinadores portugueses. Entretanto, ainda que essa seja uma dedução possível a partir dos dados coletados, outros fatores como idioma e acesso às obras também podem ter contribuído. Ademais, são autores familiares aos juristas, alguns estudados desde a faculdade como é o caso de Pascoal José de Mello Freire, cujas obras eram indicadas como compêndios ainda na década de 1830 na Faculdade de Direito de São Paulo.

ANNOS.	CADEIRAS.	Nomes dos Lentes Proprietarios.	MATERIAS QUE SE ENSINAM.	COMPENDIOS.
1. ^o	Uma unica.	Dr. José Maria de Avellar Brotero.....	Direito Natural e Publico, analyse da Constituição do Imperio.....	Perrecau.
2. ^o	1. ^a	Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.....	Continuação das materias do 1. ^o anno; Direito das Gentes e Diplomacia.....	Vattel, e Martens, manual de Diplomacia.
	2. ^a	Dr. Anacleto José Ribeiro Coutinho.....	Direito Publico Ecclesiastico.....	Gmeiner.
3. ^o	1. ^a	Dr. Prudencio Geraldês Tavares Cabral.....	Direito Civil Patrio.....	Pascoal José de Mello Freire.
	2. ^a	Dr. Manoel Dias de Toledo.....	Direito Patrio Criminal.....	Codigos Criminal e do Processo.
4. ^o	1. ^a	Dr. Vicente Pires da Motta.....	Continuação do Direito Patrio Civil.....	Dietz, Mello Freire.
	2. ^a	Dr. Clemente Falcão de Souza.....	Direito Marítimo e Mercantil.....	Azuni, e Codigo do Commercio Francez.
5. ^o	1. ^a	Dr. Carlos Carneiro de Campos.....	Economia Politica.....	Cathecismo de Say.
	2. ^a	Dr. Antonio Maria de Moura.....	Theoria e Pratica do Processo.....	Mello Freire.

Figura 2: **Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo.** São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838.

Ademais, as obras identificadas, em especial as portuguesas, compunham o repertório intelectual dos juristas pois eram comuns também a outras esferas de comunicação. Sérgio Staut¹⁹⁶ identificou nos julgados publicados sobre posse na Revista *O Direito*, entre 1873 e 1913, trinta e oito doutrinadores, dentre os quais vinte e um estão entre os mais citados nos artigos doutrinários de direito civil. Breezy Miyazato Vizeu¹⁹⁷ analisou artigos relacionados ao direito matrimonial, entre 1873 e 1900, identificando vinte autores citados, dentre os quais treze coincidem com os mais citados indicados na tabela acima. Por fim, corroborando os resultados da presente pesquisa, Keila Grinberg¹⁹⁸, ao analisar as ações de liberdade no Tribunal da Relação entre 1871 e 1888, localiza vinte autores citados, dezessete desses autores também localizados dentre os mais citados nos artigos doutrinários pesquisados.

¹⁹⁶ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

¹⁹⁷ FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica.** 2008. 138f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2008.

¹⁹⁸ GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

3 PERFIL E DISCURSO DOS JURISTAS A PARTIR DOS ARTIGOS DA REVISTA *O DIREITO*

3.1 CONTORNOS DO PERFIL DO JURISTA

Foram analisados no total cinquenta volumes da revista, publicados desde sua fundação até o final do ano de 1889. Foram contabilizados 553 artigos publicados na seção Doutrina do periódico. Com exceção das consultas com múltiplas respostas e pareceres de conselhos com autores diferentes, foram identificados cerca de 224 autores distintos¹⁹⁹. A imprecisão na quantidade de autores se deve à própria forma de identificar a autoria dos textos na publicação. Os autores eram identificados pelo nome ao final do texto, entretanto, nem sempre subscreviam os textos da mesma forma, por exemplo, Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho era também identificado pelas iniciais A. H. de S. Bandeira filho. Em outros casos, simplesmente, não foi possível identificar exatamente o autor, como no caso de Ferreira Alves, que podia tanto ser Joaquim Augusto Ferreira Alves ou outro autor identificado como J. V. Ferreira Alves.

A revista também aceitava artigos anônimos, os quais continham apenas as iniciais ao final A. A. M., D. A. ou C. Outros, totalmente anônimos. Em um deles, a leitura oferece resposta à razão do anonimato. O artigo intitulado “Da necessidade de se fundamentarem as sentenças” publicado no vigésimo primeiro volume da revista em 1881, critica veementemente o poder judiciário especificamente os magistrados. Ainda no início do texto lê-se:

Da não fundamentação da sentença se deduz, por logica conclusão, o seguinte dilema: ou que o juiz, por ignorância ou desleixo, deu a sentença, sem pleno conhecimento da causa, ou que a proferia contra os ditames da própria consciência, movido pela peita ou suborno.²⁰⁰

Entretanto, o restante do texto se atém a uma breve contextualização acerca da instituição da fundamentação das sentenças na França e prossegue trazendo legislação e doutrina acerca da necessidade de serem todas as decisões judiciais motivadas. O rol de autores citados não diverge – como se verá – daqueles utilizados

¹⁹⁹ Autores e títulos foram indicados no Apêndice 1, juntamente com o volume da revista em que aparecem para localização e a classificação discricionária do principal tema abordado.

²⁰⁰ Da necessidade de se fundamentarem as sentenças. *O Direito*. v. 21. 1881. p. 36.

por outros articulistas: Lamoignon, Bonnier (Elements de Procedure Civile), Bordeaux (Philosophie de la procédure civile), Boehmer, Kurulff, Savigny (Traité de Droit Romain) e Ribas (Curso de Direito Civil Brasileiro).

Outro caso é a série de artigos sob o título “Crítica forense” cujo autor é indicado com o seguinte texto apenas: “Os artigos publicados no Direito sob o título Crítica Forense são escritos por um distinto magistrado, membro da Relação da Bahia”.

Autores de maior assiduidade na Revista *O Direito* na fase do Império brasileiro foram elencados em ordem decrescente na tabela abaixo:

Autor	Artigos publicados	Participação
Antonio Joaquim de Macedo Soares	33	1874-1888
Luiz Francisco da Camara Leal	20	1875-1878
Tertuliano Henriques	19	1874-1884
Olegario Herculano D’Aquino e Castro	16	1873-1883
Antonio Joaquim Ribas	15	1873-1878
Tristão de Alencar Araripe	14	1873-1882
Augusto Teixeira de Freitas	12	1876-1877
Aristides Augusto Milton	11	1877-1885
Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	9	1874-1885
Carlos Honorio Benedicto Ottoni	9	1875-1889
Francisco Luiz Correa de Andrade	8	1874-1887
João Vieira de Araújo	8	1886-1889
Francisco Balthazar da Silveira	7	1873-1876
Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	7	1886-1889
Ernesto Pinto Lobão Cedro	6	1875-1888
João Joaquim Fonseca de Albuquerque	6	1877-1878
Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	6	1874-1884
Antonio Dino da Costa Bueno	5	1877-1883
Francisco de Paula Lacerda de Almeida	5	1878-1883
Francisco Ferreira Dias Duarte	5	1885-1889
Hermenegildo Militão de Almeida	5	1881-1883
João Damasceno Pinto de Mendonça	5	1873-1880
Jose de Souza Reis	5	1881-1882
M. Jorge Rodrigues	5	1874-1882
Sebastião Cardoso	5	1875-1879
Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond	4	1877-1878
Antonio José Rodrigues Torres Netto	4	1874-1887

Godofredo Autran	4	1884-1886
Joaquim Alves Carneiro de Campos	4	1875
Leonidas Marcondes de Toledo Lessa	4	1875-1885
Severino Eulogio de Ribeiro Rezende	4	1883-1889
Antonio Coelho Rodrigues	3	1876-1889
Antonio Pereira Rebouças	3	1874-1876
Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	3	1876
Aristides Spinola	3	1874-1888
Brasílio Augusto Machado de Oliveira	3	1875-1886
Demosthenes da Silveira Lobo	3	1879-1881
Francisco de Mello C. de Vilhena	3	1876-1878
Francisco de Paula Sales	3	1876-1878
Francisco Ferreira Corrêa	3	1874-1876
Graciliano de Paula Baptista	3	1878-1886
Ignacio Antonio Fernandes	3	1876-1889
João José do Monte Júnior	3	1873-1885
João Pereira Monteiro	3	1875-1883
João Theodoro Xavier	3	1875-1876
José Bernardo de Arroxellas Galvão Filho	3	1889
José Rubino de Oliveira	3	1876
José Xavier Carvalho de Mendonça	3	1886-1888
Luiz de Souza da Silveira	3	1874-1876
Luiz Lopes Baptista dos Anjos Junior	3	1878-1884
Tarquínio de Souza Filho	3	1882
Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo	3	1879-1889
Francisco Pinto Pessoa	3	1876-1877

Tabela 2: Autores que mais publicaram na Revista *O Direito* entre 1873 e 1889.

Todos os demais 171 autores publicaram duas ou apenas uma vez na revista durante o período investigado²⁰¹. O que confirma a diversidade de autores e a abertura da publicação a um variado conjunto de juristas.

Dentre aqueles que mais escreveram, estão quase todos os membros do conselho editorial da própria revista: Francisco Balthazar da Silveira, Tristão de Alencar Araripe, Olegário Herculano d'Aquino e Castro e Antonio Joaquim Ribas, já brevemente biografados anteriormente. João José do Monte Júnior escreveu três

²⁰¹ A relação completa de autores e quais artigos publicaram individualmente na revista está no Apêndice 1 ao final do trabalho.

artigos e Joaquim Saldanha Marinho apenas um, embora tenha tido pareceres e decisões enquanto membro do Conselho de Estado publicadas com frequência.

Outro ponto inicial a se destacar é distribuição da participação dos articulistas ao longo do período estudado. Antonio Joaquim Macedo Soares, Tertuliano Henriques, Antonio Herculano de Sousa Bandeira Filho e outros publicavam com regularidade ao longo dos anos. Outros, dentre os quais se destaca Augusto Teixeira de Freitas publicou doze artigos em apenas dois anos, em mais de uma ocasião portanto, publicou mais de um artigo por volume da revista (lembrando que os volumes continham quatro números).

O grupo de 53 juristas acima foi responsável portanto por sessenta por cento do total de artigos publicados na revista até a última edição de 1889. Portanto, para analisar o perfil dos articulistas do periódico analisado, em que pese serem a minoria, é possível considerá-los uma minoria qualificada.

3.1.1 Os Articulistas de *O Direito*

Antonio Joaquim de Macedo Soares, natural da província do Rio de Janeiro, obteve o grau de bacharel em 1861 em São Paulo. Logo em seguida, em 1862, iniciou sua carreira na magistratura, tendo exercido o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos em Saquarema e Araruama (província do Rio de Janeiro), até 1874, quando foi nomeado Juiz de Direito da comarca de São José e Campo Largo, no Paraná. Em 1876, exerceu o mesmo cargo na comarca de Mar de Espanha, província de Minas Gerais e na comarca de Cabo Frio, novamente no Rio de Janeiro. A partir de 1886 foi nomeado para a 2ª Vara Comercial da Corte do Império, cargo que exercia quando foi proclamada a República²⁰².

Em geral, seus artigos abordam assuntos correlatos à carreira desenvolvida na magistratura, assuntos técnicos como questões relacionadas ao juízo de órfãos e bem particulares como o artigo sobre o imposto sobre heranças no Paraná intitulado “Imposto de 2 % sobre o monte-mór das heranças, na província do Paraná”, publicado em 1877, um ano após o início de sua atividade nesta província.

²⁰² <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>

Dentre os temas, abordou principalmente assuntos relacionados ao direito criminal e processual. Além de artigos críticos acerca do sistema judiciário da época. Aparece também com frequência artigos sobre processos de herança e administração de bens de órfãos, tema recorrente em todo conjunto de artigos de direito privado como se verá.

Também fora das páginas da revista, Macedo Soares também teve uma profícua produção literária, das quais destacam-se os dicionários: *Dicionário brasileiro da língua portuguesa elucidario etimologico crítico das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vem com forma ou significação diferente – 1875-1888* e *Diccionario brasileiro da lingua protugueza*. Segundo Carmo, a obra foi publicada em 1888, embora tenha restado inacabada, foi a primeira tentativa de descrever o vocabulário brasileiro:

A primeira publicação deste dicionário encontra-se nos anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no volume XIII. Infelizmente, o dicionário ficou inacabado, a parte publicada vai de A até Candeieiro, ou seja, de A a C. Devido ao grande sucesso da obra, em 1889 saiu uma separata dos anais, cerca de 200 exemplares idênticos à primeira publicação.²⁰³

As outras obras, a se deduzir de seus títulos, possuem um caráter mais técnico-jurídico e de praxe do fórum. Dentre as quais se destacam: *Questões de direito e praxe criminal, civil, comercial, orphanologico e administrativo*, *Tractado jurídico practico da medição e demarcação das terras tanto particulares, como publicas para uso dos juizes, advogados, escrivães, pilotos e mais pessoal dos juizos divisórios* e *Tractado regular e practico de testamentos e successões, ou, compendio methodico das principais regras e principios que se podem reduzir das leis testamentarias, tanto patrias como subsidiarias*.

Em texto publicado no 32º volume da revista, sob o título “A Lei de 7 de Novembro de 1831 está em vigor” inicia nos seguintes termos:

Está em vigor a L. de 7 de Novembro de 1831 no seu art. I.º, que declara livres os Africanos importados depois d'ella? A só propositura d'esta questão no Senado dá a medida do estado da opinião do paiz na serie dos magnos problemas suscitados pelo elemento servil. A nação espanta-se ao ver que

²⁰³ CARMO, Anderson Braga do. A Sociedade Brasileira No Século XIX: Uma Construção Léxico Discursiva Da História. **Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 24 a 26 de outubro de 2012, ISSN 2178-7751.

tem no seio da sua legislação esse monumento, e, pela bocca dos seus representantes, inquire: -Pois essa lei salvadora não tem tido execução? pois só agora é que o Poder Judiciário se lembra de executar l-a? E o Governo, os Governos de 52 annos decorridos não viram que a lei não era executada? como não promoveram a sua execução, pois é este o seu dever constitucional? E, pelo decurso de tão longo tempo, Dão terá ella cahido em desuso? não é uma lei morta'? não está *ipso facto* revogada? - Não! (houve felizmente ministro que o dicesse, porque si o não dicesse bocca de ministro ninguém acreditara; e esse ministro foi o eminente juriconsulto Sr. Conselheiro Lafayette); não! a lei está em vigor, sempre esteve, nem ha razão por que não esteja. Os magistrados que a vão applicando obram na orbita das suas funções proprias; e o Poder Executivo nada tem que fazer si não respeitar a independência do Poder Judicial, tão soberano como elle.²⁰⁴

Neste texto, o autor descreve os posicionamentos de diferentes senadores que argumentavam que, tendo a lei de 1831 permanecido por tantos anos sem que se fiscalizasse sua execução e não tendo chegado aos tribunais causas nela fundadas, a referida lei teria decaído²⁰⁵. Antonio Joaquim de Macedo Soares se posiciona qualificando tais discursos como ilógicos e aderindo à argumentação da época que defendia a interpretação conjunta da lei que aboliu o tráfico com a Lei dos Sexagenários levando a conclusão que a liberdade dos escravos já impunha seu reconhecimento ao menos no Judiciário, à falta de lei explícita que abolisse a escravidão.

Luiz Francisco da Camara Leal foi procurador da coroa e magistrado, chegando a ser vice-presidente interino da província do Paraná entre fevereiro e maio de 1859²⁰⁶. Autor de *Opúsculo sobre a emancipação dos escravos* e da obra *Apontamentos sobre suspeições e recusações no judiciario e no administrativo, e sobre o impedimento por suspeição no serviço simultaneo dos funcckionarios parentes ou semelhantes*. Encerrou sua profícua participação em *O Direito*, focada em temas de

²⁰⁴ SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. A Lei de 7 de Novembro de 1831 está em vigor. **O Direito**, v. 32, 1883. p. 321.

²⁰⁵ "Salvo melhor juízo, parecer ter sido no ano de 1883 que, de fato, começou-se a disseminar com maior alcance e intensidade, nos periódicos jurídicos, precedentes acatando esse entendimento, como duas sentenças do juiz municipal de São João da Barra, Amphilopho B. Freire de Carvalho, nas causas propostas pelo preto Leandro e por Antonio e Rufino (*O Direito*, v. 33, jan./abril 1884, p. 283-284 e p. 565-585). Na segunda delas, analisa-se detidamente as diversas posições pró e contra a vigência das regras de extinção do tráfico, com a conclusão, enfim, de que "O decreto de 7 de novembro de 1831 não está, nem jamais esteve em desuso". Conquanto a predisposição do magistrado para aceitar tão peremptoriamente a aplicação desses dispositivos como "favor legal à liberdade" fosse quase tão exótica quanto era seu nome, os editores da revista pareciam empenhados em fazer prevalecer tal interpretação. Os volumes seguintes conteriam inúmeros exemplos de julgados semelhantes sob a rubrica" (HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Entre o "espírito da lei" e o "espírito do século": a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão** (Curitiba, 1868-1888). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 101).

²⁰⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/2qQDVF>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

direito judiciário, em 1878 em si, ano de seu falecimento, quando ocupava o cargo de desembargador na Relação de Ouro Preto.

Olegario Herculano D'Aquino e Castro, parte do grupo do conselho editorial da revista, publicou artigos em temas bastante variados: em Direito Comercial, Criminal e assuntos relacionados à atividade na magistratura, dos quais se destacam os textos: *Prisão preventiva dos Desembargadores, Os Juizes de Direito são, competentes para nomearem solicitadores provisórios, quando haja em sua comarca provisionados pelo Presidente da respectiva Relação, independente de exame de suficiência e Tribunaes correccionaes.*

Além dos artigos acima relacionados, Aquino e Castro publicou individualmente outros sete artigos sobre a Reforma Judiciária e outros dois em conjunto com o deputado Leandro de Chaves Mello Ratisbona. Ambos juntamente com Lafayette Rodrigues Pereira integraram a comissão imperial formada em 1882 para elaborar o projeto de Reforma Judiciária. Como se vê em nota do artigo *Reforma Judiciaria: Projectos apresentados pela comissão nomeada pelo governo em 1882 e precedidos de uma exposição de motivos*, Aquino e Castro indica que a reforma foi em verdade um trabalho individual seu ao invés de conjunto:

A comissão nomeada pelo governo compunha-se do senador Lafayette, deputado Ratisbona, e desembargador Aquino e Castro. O primeiro, separando-se da reforma, apresentará em tempo os fundamentos de seu voto. O segundo achava-se ausente quando foi apresentada ao governo a exposição de motivos.²⁰⁷

Outros dois membros do conselho editorial da revista aparecem dentre aqueles que mais publicaram na revista. O primeiro o Conselheiro Antonio Joaquim Ribas, era lente jubilado de Direito Civil Pátrio e foi encarregado da consolidação das leis do Processo Civil, além de participar das comissões revisoras dos projetos do Código Civil de Teixeira de Freitas e de Joaquim Felício dos Santos. Enquanto articulista, a maioria de seus artigos ateu-se ao direito privado, nas áreas civil e comercial.

Foi discípulo direto de Júlio Frank, tendo assumido a cadeira de História Universal no curso anexo à faculdade de direito em 1841. Na faculdade de direito

²⁰⁷ AQUINO E CASTRO, Olegario Herculano de. *Reforma Judiciaria: Projectos apresentados pela comissão nomeada pelo governo em 1882 e precedidos de uma exposição de motivos*. **O Direito**, volume 31, 1883. p. 161.

lecionou Direito Administrativo, Direito Público, Direito Eclesiástico e Economia Política, Direito Natural, Direito Civil e Direito Eclesiástico. No momento da fundação da revista em 1873, já não era mais catedrático da faculdade de direito de São Paulo tendo se mudado para a corte em 1870. São consideradas suas obras mais relevantes: Direito Administrativo Brasileiro, Curso de Direito Civil brasileiro (em duas partes) e Consolidação das Leis do Processo Civil, iniciada por incumbência do governo imperial em 1871 que recebe força de por Resolução Imperial de 28 de dezembro de 1876.

O segundo, Tristão de Alencar Araripe foi encarregado pelo governo imperial da consolidação das leis criminais publicada em 1876. Sua trajetória possui traços comuns a todos os demais juristas até aqui apresentados no tocante à frequente remoção no serviço, transitando por diversas províncias e a associação ao cargo político. Logo após obter o grau de bacharel por São Paulo em 1845, foi eleito Deputado à Assembleia Legislativa da província do Ceará, em 1847, província da qual foi Presidente. Também foi eleito Deputado à Assembleia-Geral Legislativa pela referida província por quatro legislaturas. Ainda, ocupou cargos da alta administração em duas províncias do Império, Rio Grande do Sul e Pará.

Alencar Araripe foi juiz municipal e de Órfãos em Fortaleza e vila de Aquiraz, juiz de direito da comarca de Bragança, no Pará, Chefe de Polícia do Espírito Santo e da província de Pernambuco. Após, voltou ao exercício da magistratura no Recife na Vara Especial do Comércio. Em 1870, foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia e no ano seguinte da Relação da Corte e, dois anos mais tarde, desta Relação para a de São Paulo. Finalmente, em 1886, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça²⁰⁸.

O mesmo contorno tem a carreira de Carlos Honório Benedicto Ottoni, proveniente de tradicional família políticos mineiros, dentre os quais, destaca-se seu tio, Teófilo Benedito Otoni, deputado geral e senador.

Carlos Honório tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1866. Exerceu a magistratura em diferentes localidades, foi chefe de polícia e vice-

²⁰⁸ Disponível em: <<http://goo.gl/Reia3h>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

presidente de Minas Gerais em 1884, chegando a desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro após a República, cargo no qual se aposentou em 1895²⁰⁹.

A relação entre política e magistratura se estabelecia ainda na faculdade onde, ainda estudantes, estabeleciam ligações pessoais. O ensino era considerado superficial, pois, como explica Andrei Koerner, o aprendizado tinha como objetivo a aquisição de um determinado estilo de comportamento político. O padrão de aprendizagem era o autoditismo e, mesmo após a formatura, o conhecimento técnico-jurídico era colocado em segundo plano frente às perspectivas na carreira política.

A nomeação para um cargo judiciário era a forma privilegiada de ingresso na carreira política imperial. Para isso, a condição prévia era a obtenção de um diploma de bacharel em direito, o qual abria a possibilidade de ascender aos mais altos postos da hierarquia estatal. Na sociedade hierarquizada do Império, o 'talento', que permitia ao indivíduo distinguir-se dos semelhantes, tinha um papel semelhante ao da nobreza de sangue. No sistema parlamentar, esse talento se manifestava na palavra fácil, na loquacidade brilhante e ágil.²¹⁰

A frequente mobilidade dos magistrados era uma forma do governo central de minimizar as ligações locais dos magistrados. Os juízes como candidatos negociavam com o poder local tanto no processo eleitoral como na prática jurídica cotidiana, ao mesmo tempo, como letrados, empregados do poder central, compunham a aliança entre as elites provinciais e nacional, às vezes por meio de casamentos, o que garantia o financiamento de suas carreiras políticas – financiamento advindo dos grandes proprietários de terra e senhores de escravo com os quais se aliavam²¹¹.

A Reforma Judiciária de 1871 teve como principal objetivo separar as funções policiais e judiciárias. Ademais, a reforma aumentou as restrições ao exercício de cargos políticos por magistrados, em parte pelos inconvenientes que a ausência dos juízes causava à administração da Justiça, e, por outro lado também em razão da

²⁰⁹ SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. Verbete OTONI, Carlos Honório Benedito. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em 3 de março de 2015.

²¹⁰ KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira (1841-1920)**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 43.

²¹¹ KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira (1841-1920)**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 46.

pressão cada vez maior por participação nos cargos políticos de elementos não ligados à burocracia estatal²¹². José Murilo de Carvalho afirma ainda que:

A aprovação do projeto foi o primeiro grande golpe no poder dos magistrados. A reforma judiciária de 1871 continuou o esforço profissionalizante afastando os juízes mais e mais de tarefas não diretamente vinculadas ao cargo. A abundância de bacharéis também pressionava nessa direção, de vez que a acumulação de cargos políticos e judiciários reduzia as oportunidades de emprego para os novos. A eliminação dos magistrados e empregados públicos em geral da representação nacional reduziu o peso do Executivo, ornou o legislativo mais representativo, ao mesmo tempo em que enfraquecia a posição estatizantes entre os políticos e dava margens a um aumento da representação dos interesses de grupos.²¹³

O próximo em volume de artigos foi Augusto Teixeira de Freitas. Bacharel por Olinda em 1837, após período na Faculdade de São Paulo, Teixeira de Freitas exerceu a advocacia no Rio de Janeiro a partir de 1843, tendo atuado como advogado perante o Conselho de Estado e, notoriamente, encarregado pelo governo imperial em 1859 da elaboração de um projeto de Código Civil brasileiro.

A participação de Augusto Teixeira de Freitas na Revista *O Direito* foi breve, mas singular. Na ocasião da publicação de seu primeiro artigo no periódico, o proprietário, Monte Júnior, transcreve a carta de Teixeira de Freitas a ele concordando com a participação na revista. Após elogios iniciais à erudição do autor, José do Monte pontua que os textos encaminhados à revista foram resultado dos “profundos estudos que, no silêncio do gabinete e longe do bulício da Corte, continuou a fazer, ele, o infatigável cultor e grande mestre da ciência do Direito”²¹⁴. Essa introdução é referência a ter, Teixeira de Freitas, passado a viver em Curitiba entre 1872 e 1880, afastando-se da corte. As obras *Promptuario das leis civis*, *Additamentos à consolidação das leis civis* e *Additamentos ao código do commercio* são desse período.

Três dos artigos de Teixeira de Freitas são parte de uma série sobre a Substituição Fideicomissária e os demais versam sobre teses relevantes para o projeto de código civil, neste período, a cargo de Nabuco de Araújo, ou como se verá adiante, são respostas às críticas à Consolidação das Leis Civis ou aos próprios

²¹² CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 175.

²¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 171.

²¹⁴ **O Direito**. v. 9. P. 5.

artigos publicados, como o texto *Filiação Legítima*, resposta de Teixeira de Freitas aos comentários feitos na seção Bibliographia da Gazeta Jurídica de agosto de 1876.

Na carta publicada logo após a apresentação do proprietário da revista, Teixeira de Freitas apresenta seus próprios termos de participação na Revista:

Se prestei-me logo, ingenuamente confesso, a contribuir para os escritos da REVISTA, foi na esperança de poder discutir o projetado Código Civil, foi também na de poder pronunciar meu voto sobre qualquer publicação jurídica. Se não me é dado por *consciência na sciência*, aparentemente com o Governo Imperial por divergências do plano, apresentar eu mesmo um Projeto de Código Civil ao gosto do tempo; não está no mesmo caso quem, professando outras ideias, não tiver motivos d'escrúpulo. Na passagem, enquanto o regime das cousas não fornecer outros dados, reputo de meu dever trabalhar quanto possa para o melhor possível da quadra. Correspondendo V. S, a minha esperança, teremos ceifa abundante. Se não, respigarei timidamente, começando pela substituição fideicommissaria, cujo exordio aí vai; ficando eu em dívida de mais seis artigos na ordem dos seis quesitos, que intento resolver.²¹⁵

Teixeira de Freitas assume o compromisso com uma série de artigos acerca da substituição fideicomissária, que acabou por não finalizar, e, participações intermitentes com temas de direito civil relevantes ao debate sobre a codificação além de declarar sua intenção em participar desse debate. Não esconde seu descontentamento com a interrupção do projeto de código civil e que este não seria mais levado a cabo por ele.

Conforme pontuado anteriormente, a participação de Teixeira de Freitas foi significativa mas breve. Seus textos – além da série acerca da substituição fideicomissária, incluíam respostas às críticas de suas obras. As críticas eram internas à própria revista, encabeçadas por Antonio Joaquim Ribas ou externas, como as publicadas na Gazeta Jurídica. Nos textos se vê que o jurista não se furta a rebater as críticas a seus livros publicados, ao esboço das leis civis ou aos próprios artigos nas páginas d'*O Direito*.

No volume nono da revista, ainda em 1876, portanto, Antonio Joaquim Ribas, antes do texto de Teixeira de Freitas *Porque leis se-rege a locação de serviços civil?*, publica a seguinte nota:

Em testemunho da nossa consideração ao Sr. Dr. A. T. de Freitas, e para prova do nosso respeito a todas as opiniões conscienciosas, verdadeiras ou errôneas, não hesitamos em publicar, n'este e no passado número d'esta

²¹⁵ FREITAS, Augusto Teixeira. Carta. *O Direito*. V. 9. P. 8.

Revista, os artigos d'este nosso ilustrado colega, em que pretendeu combater a doutrina relativa à locação de serviços, exposta no Iº volume d'esta Revista. Iguais considerações nos moveram, em idênticas circunstâncias, a publicar no vol. Iº pag. 300 o artigo de outro nosso ilustrado colega, o Sr. Dr. Aureliano de Souza e Oliveira.

É, porém, dever nosso declarar que, apesar da muita ilustração e mérito científico e literário que esses artigos revelam, permanece íntegra e inabalável a doutrina sobre a locação de serviços.

Limitamo-nos a estas considerações; porquanto a polêmica facilmente degenera em *logomachia*.

A Jurisprudência é como as opulentas messes de Booz; n'ela há lugar para todos.²¹⁶

Os textos a que Antonio Joaquim Ribas se refere são críticas de Teixeira de Freitas à sua interpretação dos artigos 226 a 246 do Código Comercial. Se deduz da necessidade de publicação da nota acima que as críticas foram relevantes ou polêmicas o suficiente para motivar um esclarecimento prévio. Nos textos de Teixeira de Freitas as críticas dirigem-se diretamente ao autor como se vê nos seguintes excertos, que ainda que retirados de seu contexto original, ilustram o quão direto fora Teixeira de Freitas: “Não ser a locação de serviços permuta de mercadorias, nem compra e venda, quem o diz é o próprio Merlin Quest. De Dir. vb, Trib. De Com. §5º, citado pelo Sr, Dr. Ribas em prol da sua confusão”. E na mesma página: “Não respeitando o – *legem habemus* – aprouve ao Sr. Dr. Ribas trocá-lo por francesa doutrina, mas como?”²¹⁷. Ao que parece, no outro mês, as críticas acirraram-se um pouco no texto *Porque leis se-rege a locação de serviços civil?*, veja-se:

Para ele, o Sr. Dr. Ribas, o contrato escrito da locação de serviços torna-se inútil cautela, não livrará das exceções de incompetência, visto como resta o sigilo do caráter mercantil dos serviços contratados. [...] Além de que, o estimável Jurisconsulto, arguindo ao Art. 226 do nosso Cód. do Com. uma *forma vaga de redação*, tirou de si o pecado, em que só ele incorreu. [...] Se tal explicação é redondamente inaceitável, se o Sr. Dr. Ribas não quer o extremo da locação de serviços com os dois requisitos da certeza de tempo e preço, e se provavelmente não quererá por amplíssimo o outro extremo dos contratos lucrativos ou onerosos em relação aos contratos benéficos ou gratuitos; cairemos no absurdo imoral, ou da lesão constante em locações de serviços, ou da miséria avarenta de locadores de serviços sem necessidade!²¹⁸

²¹⁶ **O Direito**. v. 9. Pag. 423.

²¹⁷ Freitas, Augusto, Teixeira. Em que a locação do serviço mercantil se distingue da civil? **O Direito**. v. 9, p. 196.

²¹⁸ Freitas, Augusto Teixeira de. Porque leis se-rege a locação de serviços civil? **O Direito**, v. 9, p. 426.

Ao final do terceiro texto sobra a substituição fideicomissária, Freitas coloca em nota outro comentário alheio ao conteúdo jurídico do texto precedente, dirigido a críticos ao que se subentende:

O Direito é a vida presente, toda-inteira, com a sua luta do mal contra o bem; e será também a vida futura neste mundo com suas instituições novas, que aos nossos Juristas incumbe descortinar nas vigentes, como figuras do que tem de ser, e deve ser. Se ainda não estais na posse do bem, se o buscais de reformas em reformas; nada mais injusto, para não o dizer inconsiderado, que recusardes, ou censurardes, trabalhos conscienciosos, a pretexto de reformadores, inovadores, metafísicos, ininteligíveis! Não quereis reformas direitas, inovações direitas, metafísica direita, inteligências direitas? A existência não é campo dividido, para que alguma de suas partes escape ao Direito. Alargai vossos espíritos, é a ignorância e o erro que devem subir à ciência e à verdade; e não estas, que devem descer ao contentamento dos paladares, ou por medo de continuadas injustiças, ou para aplacar juízos desfavoráveis. Apesar de tudo, mereceis muito, esperai a dedicação de meus esforços!²¹⁹

Ainda, o último texto de Freitas veiculado na Revista *O Direito* é uma resposta às críticas quando do lançamento da terceira edição da Consolidação das Leis Civis feitas na Gazeta Jurídica por Carlos Perdigão. A resposta de Freitas não tem o mesmo tom incisivo das respostas dadas a Antonio Joaquim Ribas, que fazem com que estas se destaquem ainda mais do tom e estilo da época.

Ninguém suponha, que este trabalho, em princípio de mais três ou quatro do mesmo gênero, exprime algum ressentimento contra as censuras, que na sua –Bibliografia acaba de fazer a Gazeta Jurídica - do 1º do corrente mês, dando notícia da 3ª Edição da Consolidação das Leis Civis-. Ao contrário, considere-se este trabalho como fraco sinal do Autor daquela Obra pelos elogios, talvez exagerados, que teve a fortuna de merecer; e que largamente compensariam muitas outras censuras, que partissem do ilustrado Sr. Dr. Carlos Perdigão, e que ele tem direito de fazer, e que o Autor da Consolidação das Leis Civis - tem obrigação de aquilatar conscienciosamente, ou por homenagem à verdade, ou em reforço das suas opiniões.²²⁰

A defesa de Teixeira de Freitas prossegue no volume seguinte da Revista, no artigo intitulado *Filiação Legítima*:

Quatro censuras despendeu a Gazeta Jurídica em sua Bibliografia de Agosto de 1876 pags. 549 a 556 com a 3ª Edição da – Consolidação das Leis Civis. A primeira d'elas já respondida foi n'esta Revista sob a epígrafe - Incapacidade dos Loucos -, como vê-se da Caderneta de Setembro do mesmo ano pags. 5 a 8; e agora responde-se à segunda, antecipando-se

²¹⁹ FREITAS, Augusto Teixeira de. **O Direito**. v. 9, p. 658.

²²⁰ FREITAS, Augusto Teixeira de. **O Direito**. v. 11, p. 5.

ipsis verbis o que achar-se-á no respectivo tema dos - Aditamentos a Consolidação das Leis Civis-, por ora inéditos.²²¹

Mais adiante:

O Autor da - Consolidação das Leis Civis folheou, e refolheou, seu infortunado Livro, sem aí achar leito para tão medonhas increpações. Se lhe-foram feitas, injustiça clamorosa, acusação sem acusado. Se algures esconde-se o delinquente, acusação em Tribunal diverso.²²²

Assim encerra-se a participação de Teixeira de Freitas n' *O Direito*. Entretanto, prosseguia a divulgação do lançamento de suas obras e de seu filho na seção de Bibliografia do periódico, o que indica que não houve uma ruptura com a Revista.

Aristides Augusto Milton permite introduzir o terceiro aspecto importante na construção de um perfil do jurista brasileiro dos oitocentos, pois além da atuação na esfera jurídica como juiz municipal e juiz de direito, na esfera política como presidente da província de Alagoas em 1881, chefe de polícia do Sergipe e deputado provincial e geral filiado ao partido conservador, destacou-se também por sua atuação na imprensa. Na esfera da atividade jornalística, trabalhou como redator no Correio da Bahia (1872-1876), além de colaborar em outros jornais, como O País, A Tribuna e Jornal do Comércio e A Ordem. Milton chegou a fundar o fundou o Jornal da Cachoeira em sua cidade natal²²³. Suas obras mais importantes foram *Campanha de Canudos*, escrita antes da obra de Euclides da Cunha, *A Constituição do Brasil: notícia história, texto e comentário de 1898*.

Em contrapartida, a temática de seus textos não se distancia do caráter técnico da Revista, como o “atualíssimo” artigo intitulado *Para que o réo, maior de 13, e menor de 14 annos, possa ser julgado isento de toda responsabilidade pelo juiz formador da culpa, não carece ser provada a casualidade do facto. O discernimento do menor é que precisa de prova, e, verificado elle, ao mesmo juiz cabe proceder de accôrdo com o art. 13 do Codigo Criminal*.

Dentre aqueles que publicaram mais artigos no periódico pesquisado, destaca-se ainda João Vieira de Araújo. Doutor em direito pela Faculdade de Recife, onde ingressou como lente substituto em 1877, tornando-se catedrático em 1884.

²²¹ FREITAS, Augusto Teixeira de. **O Direito**. v. 12, p. 649.

²²² FREITAS, Augusto Teixeira de. **O Direito**. v. 12, p. 657.

²²³ FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. Verbete Aristides Augusto Milton. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Também foi magistrado e presidente da província de Alagoas. Destacou-se no cenário jurídico do país por ter sido um dos primeiros a absorver e divulgar o pensamento criminológico europeu, especialmente na Escola do Recife, a qual integrou²²⁴.

Os artigos de João Vieira de Araújo comprovam a dedicação ao direito criminal com especial ênfase nas doutrinas criminológicas, a deduzir dos títulos: *A nova escola de direito criminal os juristas italianos E Ferri, F. Puglia e R. Garofalo, O Direito e o Processo Criminal Positivo, Anthropologia Criminal e O Estupro Violento*. A análise global dos artigos permite perceber que foi ele a apresentar o debate criminológico italiano, com um tom bastante nítido de novidade.

A seu turno, os juristas metaphysicos e classicos, não comprehendendo que as sciencias moraes e políticas, inclusive o direito, não podem ficar fóra do concerto universal das outras sciencias, porque a philosophia as domina todas, esbravejaram inutilmente contra as novas idéas, não obstando as conversões que começaram a operar-se entre eles e de que são exemplos Pessina, o grande professor de Napoles, rival de Carrara em merecimento, Polletti, Ellero e outros.

A'quelle livro seguiram-se diversos trabalhos de Ferri, Puglia, Garofalo e sectarios, já avulsos, já em revistas italianas, dentre as quaes é órgão principal da escola o *Archivo di psichiatria e scienze penali etc*.

A escola hoje está fundada, tendo como chefes na ordem jurídica esses ultimos autores e contando com uma falange de collaboradores que dentro em pouco se tornará legião.²²⁵

Por fim, ainda que não se pretenda construir a história apenas dos “grandes juristas”, a quantidade de autores identificados nos apêndices pode fazer com que passem despercebidas as participações esporádicas de certos juristas. Lafayette Rodrigues Pereira escreveu sobre a sucessão dos filhos naturais no quarto volume em 1874. Saldanha Marinho, em comparação com os demais membros do conselho editorial da revista, foi o que teve a presença mais discreta, publicando apenas *O Regulamento n. 5581 de 31 de Março de 1874, ante o Direito Internacional Privado*, em 1886, no 41º volume. O jurista aparece ainda com a publicação de seus pareceres no âmbito do Conselho de Estado.

Tobias Barreto De Menezes escreveu *Qual a extensão da ideia do mandato de que trata o art 4º do Código Criminal?*, publicado em 1883. E, Ruy Barbosa, *Escravos de Filiação Desconhecida*, em 1887.

²²⁴ DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento Criminológico na Primeira República: O Brasil Em Defesa Da Sociedade**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba. 2015.

²²⁵ ARAÚJO, João Vieira. *A nova escola de direito criminal os juristas italianos E Ferri, F. Puglia e R. Garofalo, O Direito e o Processo Criminal Positivo*. **O Direito**, v. 47, 1888. p. 481.

A título de esboço de conclusão, o perfil do jurista tem três aspectos principais e indissociáveis. O primeiro é sua formação jurídica. São homens letrados, oriundos de uma elite, quando não provindos de famílias economicamente abastadas, ao menos pertencentes a uma elite cultural. Levando-se em consideração o contexto socioeconômico brasileiro, não há como colocá-los em posição distinta senão na elite. Apor o jurista ao bacharel significa restringir a interpretação dada ao bacharelismo como único modelo de jurista possível em todo século XIX e restringir o significado do termo jurista àqueles preocupados – ou interessados, no mínimo em participar do debate doutrinário. As condições materiais do jurista – a necessidade do exercício de uma profissão jurídica, inserida ou não na burocracia estatal, a formação acadêmica precária e deficiente, as dificuldades de acesso a bens culturais – compõem o perfil do próprio jurista brasileiro, na medida em que ele se adapta às vicissitudes locais, e não podem ser medidas em termos de atraso cultural face à Europa.

O segundo aspecto é o reconhecimento por seus pares, o prestígio, o destaque, o impacto que os artigos, obras e mesmo textos legislativos que estes juristas elaboravam fazia com que adquirissem notoriedade advinda de sua própria produção intelectual. Um indício é a referência a fontes brasileiras expostas a seguir. Outro, é a reverência a certos autores transparente no modo como a citação é feita. A partir do que foi exposto quanto à participação efetiva na revista, percebe-se que não há apenas uma via para o status de jurista, ou seja, não apenas professores com vários títulos publicados podem participar do debate doutrinário, entretanto, independentemente da profissão – da “vida ocupada” – o que os faz pertencer ao corpo²²⁶ de juristas, é a participação no diálogo doutrinário, é o tornar-se referência para outros juristas. Essa interação depende de um reconhecimento tácito e mútuo explicado, apenas como hipótese, pela linguagem em comum e pela interação social e profissional. Destacando-se deste modo a importância da bibliografia em comum e dos espaços de sociabilidade, presenciais – salões, Instituto dos Advogados, reuniões do Conselho de Estado etc. – ou literários como as revistas.

O terceiro ponto que compõe o perfil do jurista brasileiro é que, não obstante a prevalência do exercício da magistratura associada a cargos eletivos ou a altos cargos na burocracia estatal, a profissão jurídica em si, não era determinante para o “estado” de jurista. Entretanto, o exercício de uma ou mais carreiras jurídicas, políticas

²²⁶ A ideia de corpo será detalhada no capítulo final sob as considerações da obra *Il Corpo Eloquent* de Pasquale Beneduce.

ou literárias, sim, pode ser considerado um aspecto geral. Representa o caráter polivalente dos juristas que é ao mesmo tempo necessário para a subsistência material, para o acesso aos círculos de debate da cultura jurídica mas também critério de respeitabilidade no meio. Em resumo, o perfil do jurista se constrói a partir o lugar da fala, do posicionamento do jurista não só perante o saber jurídico mas perante seus pares e instituições.

3.2 VOZES NO DISCURSO JURÍDICO

Esquemáticamente, se a história do pensamento jurídico europeu continental pudesse ser representada em uma linha contínua e colorida, na qual os grandes esquemas de pensamento aparecesse em uma cada uma das cores primárias e os momentos de transição entre um e outro em cores secundárias, seria possível observar, primeiramente, uma forma bem mais sinestésica de estudar história do pensamento e, em segundo lugar o caminho dessas correntes de pensamento ao longo do século XIX mas também sobre o mapa da Europa. Haveria pontos vermelhos, amarelos e azuis, mas muito mais roxos, verdes e laranjas. Haveria, portanto, um liberalismo e republicanismo convivendo com o sistema escravista²²⁷ ou positivismo e evolucionismo²²⁸ convergindo em prol da modernização da nação. A convivência contraditória entre essas tendências, acabava por diluir as dualidades alta e baixa cultura, modernidade e pré-modernidade jurídica, legalismo e cientificismo. No

²²⁷ Sobre o Partido Republicano Paulista: “[...] os paulistas produziram apenas dois documentos doutrinários importantes. O primeiro destinava-se a fixar a posição do partido em relação ao problema da escravidão. [...] Em relação ao problema da escravidão, o partido tomou uma posição sibilina. Reconhecia, de um lado, a importância do problema, mas de outro lado, declarava se tratar de uma questão social cuja solução era de responsabilidade dos partidos monárquicos e não deles, republicanos. Na realidade, a decisão correspondia a uma negativa em tomar posição a favor da abolição” (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 209).

²²⁸ “Positivismo e evolucionismo – Comte e Spencer – foram correntes de pensamento que, diversas entre si, [...] operaram de modo convergente no combate pela modernização cultura da nação. A hipótese de um progresso linear é comum a ambas. [...] As distorções ideológicas de cada uma dessas doutrinas não se fizeram esperar. Propondo-se a organizar a sociedade, os discípulos de Comte pregavam formas de governo de conotação virtuosa que recuperava o seu significado no contexto da antiga Roma. No polo oposto, os evolucionistas pendiam para o liberalismo puro e duro, pois julgavam que o Estado não deveria intervir na trama social onde os mais fortes e hábeis entrariam em competição para alcançar a primazia. Em compensação, cada uma das posições trouxe algum benefício: aos positivistas caberia a prioridade nas propostas relativas aos direitos sociais; aos liberais, na luta pelos direitos políticos” (BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 259).

translado dessa complexidade para um contexto brasileiro, acrescentem-se ainda, como esboçado por Fonseca, os tons terciários do eurocentrismo e localismo, liberalismo e escravidão, democracia e elitismo. Essas dualidades, segundo o mesmo autor, relativizadas de maneira um pouco mais acentuada, pudessem levar a conclusão de que a fronteira entre o “que os juristas brasileiros do século XIX pudessem chamar de uma genuína e pura ‘ciência jurídica europeia’ e aquilo que seria uma ‘ciência jurídica brasileira’ seja de tal modo imprecisa a ponto de tornar-se indefinível”²²⁹.

A ciência jurídica brasileira deve ser lida evitando-se, conforme propõe Fonseca, uma concepção anticolonialista que tende a ver as criações dos juristas locais como expressões de criatividade e originalidade, mas também com resistência a concepções que transplantam simplesmente a tradição jurídica europeia. Certamente, negando a interpretação antagônica, há uma mescla de ambas cuja chave de leitura é a adaptação, a acomodação, a conformação. E, antes disso ainda, tratar da herança da tradição europeia no Brasil *per se* já é uma problemática própria quando se questiona qual a tradição é referida:

Ademais, essa grande dicotomia (da qual derivam outras, como “centro” X “periferia”, por exemplo) tem outras fragilidades. Como afinal definir a Europa (ou mesmo a tradição da cultura jurídica europeia)? Pois certamente os juristas mais lidos pelos professores e juristas do Brasil eram os portugueses – que a sua vez, até sua própria codificação civil em 1867, construíam seu sistema fazendo usos dos modelos das outras “nações polidas e civilizadas” de Europa, para usar a linguagem da já referida “Lei da Boa Razão” de 1769. Então quando se fala de tradição europeia se está falando de França? Ou de Alemanha? Ó também da Espanha ou Itália? O problema não se faz menor quando devemos referirnos a Brasil. Pois afinal, a qual Brasil estamos nos referindo? Ao Brasil da Corte Imperial no Rio de Janeiro, sede do Instituto dos Advogados Brasileiros e de um Tribunal de relações? Ao Brasil do Recife, já decadente economicamente, mas também sede de uma das faculdades de direito economicamente, mas também sede de uma das faculdades de direito que se assumia germanófila? Ou de Curitiba, uma pequena vila (como tantas e tantas outras do interior do Brasil), com instituições municipais rudimentares e majoritariamente iletradas?²³⁰

²²⁹ “La relativización de todas las dualidades hasta aquí enumeradas puede llevar, con un poco de exageración retórico calculada, a otra conclusión tal vez un tanto más radical: tal vez la frontera entre aquello que los juristas brasileños del siglo XIX pudiesen llamar de una genuina y pura “ciencia jurídica europea” y aquello que sería una “ciencia jurídica brasileña” sea de tal modo imprecisa al punto de tornarse indefinible” (FONSECA, Ricardo Marcelo. La cultura jurídica brasileña del siglo XIX entre hibridismos y tensiones en la tutela de los derechos: algunas hipótesis de trabajo. **Forum Historiae Iuris**. (18 de agosto 2014). Disponível em <<http://www.forhistiur.de/2014-08-fonseca/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2015). (tradução nossa).

²³⁰ “Además, esa gran dicotomía (de la cual derivan otras, como “centro” x “periferia”, por ejemplo) tiene otras fragilidades. Como al final definir a Europa (o lo mismo la tradición de la cultura jurídica europea)?

Portanto, a pluralidade de vozes no discurso jurídico europeu não permite acepções em termos apenas de recepção ou rejeição. Ainda que, essa análise se restrinja a interpretar Europa para a cultura jurídica brasileira apenas como Portugal²³¹, pois ainda assim a atomização de um panorama europeu mais amplo também sofreu transformações, críticas e adaptações com esse filtro português.

Do ponto de vista jurídico, Portugal faz parte, desde o século XIII aos meados do século XIX, de um vasto espaço dominado pela tradição jurídica do direito comum (*ius commune*). A história do direito português – considerada a expressão no seu sentido mais restrito – é, portanto, a história do direito comum europeu, com algumas especialidades do direito do reino, mais visíveis nos domínios da organização político-administrativa (da coroa, dos concelhos, dos senhorios), do direito penal (em que Portugal dispõe da compilação global mais antiga da tradição jurídica europeia, o Livro V das Ordenações Afonsinas, de 1446) e de alguns ramos do direito contratual. Mas mesmo estas esparsas áreas da tradição jurídica mais específicas são continuamente corroídas por um discurso letrado que ia buscar toda utensilagem doutrinal no direito comum.²³²

Pues ciertamente los juristas más leídos por los profesores y juristas de Brasil eran los portugueses – que a su vez, hasta su propia codificación civil en 1867, construían su sistema haciendo usos de los modelos de las otras “naciones pulidas y civilizadas” de Europa, para usar el lenguaje de la ya referida “Ley de la buena razón” de 1769. Entonces cuando se habla de tradición europea se está hablando de Francia? Ó de Alemania? Ó también de España ó Italia? El problema no se hace menor cuando debemos referirnos a Brasil. Pues al final, a cual Brasil nos estamos refiriendo? Al Brasil de la Corte Imperial, en Río de Janeiro, sede del Instituto de los Abogados Brasileños y de un Tribunal de relaciones? El Brasil de Recife, ya decadente económicamente, pero también sede de una de las facultades de derecho que se asumía germanófila? Ó de Curitiba, una pequeña villa (como tantas y tantas otros del Brasil profundo), con instituciones municipales rudimentarias y mayoritariamente iletradas?” (FONSECA, Ricardo Marcelo. La cultura jurídica brasileña del siglo XIX entre hibridismos y tensiones en la tutela de los derechos: algunas hipótesis de trabajo. **Forum Historiae Iuris**. (18 de agosto 2014). Disponível em <<http://www.forhistiur.de/2014-08-fonseca/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2015). (tradução nossa).

²³¹ “Outro cenário dogmático é, em Portugal, a legitimidade doutrinal da importação atomística da legislação estrangeira, sem curar de verificar se isso conduzia ou não a um sistema coerente. Por razões substanciais, mas tendo subjacente à mesma ideia de coerência intra-sistemática, a importação de códigos estrangeiros era também contestada por aqueles que preferiam continuar o trabalho da pandectística, integrando o direito tradicional com o trabalho que sobre ele tinha sido feito pelo racionalismo. Como já foi notado, verifica-se, de fato, uma ulterior fratura entre os civilistas que seguem a tradição da pandectística, trabalhando o direito tradicional do reino com os contributos doutriniais e metodológicos do *usus modernus* e do jusracionalismo e os que importam diretamente os conteúdos dos códigos das nações cultas, seguindo uma outra das vias abertas pela Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. Os primeiros, na verdade, estão mais próximos de um iluminismo doutrinal, ele mesmo subsidiário de um conceito tradicional de “Boa Razão”, tido como um patrimônio doutrinal permanente, induzido das manifestações concretas do direito pátrio. Pascoal de Melo Freire assume claramente esta posição [...]” (HESPANHA, António Manuel. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199. p. 184).

²³² HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 139.

Se a mesma metáfora da linha fosse usada de forma a comparar temporalmente os momentos de emergência, recepção e circulação de cada corrente do pensamento jurídico estrangeiro, colocando a linha europeia em paralelo a brasileira, os momentos de representação de cada “cor”, de cada vertente do pensamento provavelmente estariam em compassos diferentes. Por exemplo, a modernidade jurídica que significaria, à época da instituição do Estado Nacional soberania, separação de poderes, direito individuais impressos na constituição, legalismo e a ideia de código, foi traduzida no Brasil em uma constituição outorgada, com um quarto poder moderador, que era muito mais, como explica Fonseca, uma carta de intenções ao ingresso na modernidade²³³. A subsistência dos poderes locais, a perenidade do costume e a resistência à implementação de direitos individuais marcaram a jornada de “modernização” do Brasil não só no período imperial, recordando a implementação tardia do Código Civil. A convivência de posições antagônicas não implica, entretanto, em ausência de tensão.

Todavia, progressivamente é perceptível o fato de que a tradição jurídica europeia recebida no Brasil vai sendo progressivamente trabalhada, burilada e adaptada às inúmeras particularidades e contradições vividas pelo jovem Estado, de modo a dar contornos não arbitrários e bastante típicos ao direito. E nem poderia ser diferente: o Brasil entra na época liberal como um país que busca estruturar-se jurídica e politicamente num contexto de tensão. De um lado, estão presentes as sombras do velho mundo do antigo regime, que, no caso brasileiro, implicam numa estrutura social colonial profundamente centralizada, oligárquica e montada para a exploração a partir do uso massivo do trabalho escravo. No âmbito jurídico, esta estrutura social particular é recepcionada com a vigência das velhas Ordenações Filipinas e da legislação portuguesa colonial (sobretudo no direito privado). Mas de outro lado, num convívio nada harmônico, percebe-se logo após a independência um conjunto de ideias novas, provenientes dos lugares em que ocorreram revoluções liberais, que tentam colocar o jovem Estado brasileiro entre as nações modernas (o que no âmbito jurídico se pode perceber por exemplo pelas legislações “modernizadoras”, como o código criminal de 1830, a ‘lei de terras’ de 1850 e a lei hipotecária de 1864).²³⁴

Em uma primeira aproximação estar-se-ia diante do encontro de forças divergentes: a extensão da tradição portuguesa ou europeia continental *versus* a pretensão de originalidade, ou ao menos, de uma interpretação própria, particular daquela tradição. E, diante dessa dicotomia, caba investigar a autoridade e

²³³ FONSECA, Ricardo Marcelo. La cultura jurídica brasileña del siglo XIX entre hibridismos y tensiones en la tutela de los derechos: algunas hipótesis de trabajo. **Forum Historiae Iuris**. (18 de agosto 2014). Disponível em <<http://www.forhisiur.de/2014-08-fonseca/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2015.

²³⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <<http://goo.gl/MZeJDk>>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

legitimidade dos juristas locais frente à recepção e acomodação das doutrinas estrangeiras.

A transição de gerações referida anteriormente é uma ferramenta útil para auxiliar na compreensão da forma como se deu a recepção de doutrinas europeias no Brasil oitocentista. A geração formada em Coimbra era comprometida com os interesses de unificação e centralização que marcaram o Império, entretanto, a presença mais significativa no cenário intelectual geral e jurídico a partir da década de 1870 procura o distanciamento da geração anterior também no aspecto do discurso. Enquanto boa parte dos postos centrais da elite política e judiciária ainda eram ocupados pela geração anterior, a marginalização da nova geração resultava na busca de teorias e ideologias que oferecessem a crítica à sua situação desfavorável. Em geral, aponta Angela Alonso, as críticas à essa geração apontam que ela teria incorporado ideias europeias como "ornatos discursivos". A absorção das teorias estrangeiras, que seriam artificiais por princípio em relação ao contexto brasileiro, seria apenas uma forma para a alienação e evasão da realidade nacional. Os intelectuais da geração 1870 foram acusados de privilegiarem o estudo de novos sistemas filosóficos a interpretar a realidade nacional, "ignorando solenemente, salvo honrosas exceções, como Joaquim Nabuco, os problemas cruciais da sociedade brasileira, sobretudo a escravidão"²³⁵.

De outra parte, parece que nos anos que começam a partir de 1870 existe um novo influxo de ideias que assola o meio acadêmico brasileiro. Lilia Schwarcz assinala como a década de 70 do século XIX assinala um marco para a história das ideias no Brasil, já que representa o momento da entrada de todo um novo ideário positivista evolucionista de base racional. Venâncio Filho, retomando reflexão de Roque Spencer Maciel de Barros, chega a dizer que o ano de 1870 marca o início da assim chamada "ilustração brasileira", que iria até o início da primeira guerra mundial. Antonio Paim, ao analisar o movimento chamado "escola do Recife", vai igualmente chamar a atenção para o 'surto de ideias novas' na referida década. E parece possível, de fato, notar uma alteração no modo como a cultura jurídica está se colocando no Brasil neste período.²³⁶

²³⁵ ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15(44), 35-55. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/uqRlgJ>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

²³⁶ FONSECA. Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <<http://goo.gl/MZeJDk>>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

Ainda segundo Fonseca²³⁷, há quem sustente que no Brasil era feita uma mera cópia, uma transposição mais ou menos literal dos modelos institucionais e intelectuais portugueses, franceses e alemães que se presumia que tivessem disseminação entre os juristas brasileiros, numa demonstração do mimetismo cultural brasileiro. Em contrapartida, outros autores um tanto encantados pelas peculiaridades do sistema jurídico nacional vislumbram a cultura jurídica brasileira como absolutamente independente e destacam a originalidade e a pluralidade jurídica, resultando em uma *jabuticaba*, única no mundo.

A busca de uma cultura do direito não significa a busca da “melhor cultura jurídica”. É a busca por um conjunto de significados que efetivamente circulam na produção do direito e são aceitos e prevalecem nas instituições jurídicas. O conjunto de significados remete ao arcabouço doutrinário e aos seus marcos de autoridade nacionais e estrangeiras, aos padrões de análise e interpretação, às influências e usos particulares de ideologias e concepções jusfilosóficas.²³⁸

Nenhuma das duas visões é capaz de reter a complexidade do pensamento jurídico brasileiro nesse período, nem tampouco é possível – crê-se – uma perspectiva amplamente conciliadora que enxergue a convivência das duas proposições. É possível entretanto, uma convergência de ambas com adaptações, reformulações e transformações.

As ideias faziam (e fazem) parte de um jogo histórico complexo – que se alimenta de transição, de tensão, de circulação cultural, no qual a ciência jurídica vivesse, em um terreno muito peculiar, uma releitura e uma recreação – que entretanto não deve ser considerada uma distorção; mas que terá sim o significado de ter garantido uma nova vida a ciência jurídica europeia.²³⁹

²³⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. Tra mimesi e jabuticaba: recezioni e adattamenti della scienza giuridica europea nel Brasile del XIX secolo. In: SORDI, Bernardo (org.). **Storia e diritto: esperienze a confronto** (atti dell'incontro internazionale di studi in occasione del 40 anni dei Quaderni Fiorentini (Firenze, 18-19 ottobre, 2012). v. 1. Milão: Giuffré, 2013. p. 415-425.

²³⁸ SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010. p. 33.

²³⁹ “Le idee facevano (e fanno) parte di un gioco storico complesso — che si alimenta di transizione, di tensione, di circolazione culturale, in cui la scienza giuridica europea visse, in un terreno molto peculiare, una rilettura e una ricreazione — che però non deve essere ritenuta una distorsione; avrà piuttosto il significato di aver assicurato una nuova vita alla scienza giuridica europea” (FONSECA, Ricardo Marcelo. Tra mimesi e jabuticaba: recezioni e adattamenti della scienza giuridica europea nel Brasile del XIX secolo. In: SORDI, Bernardo (org.). **Storia e diritto: esperienze a confronto** (atti dell'incontro internazionale di studi in occasione del 40 anni dei Quaderni Fiorentini (Firenze, 18-19 ottobre, 2012). v. 1. Milão: Giuffré, 2013. p. 415-425. p. 424). (tradução nossa).

Perseguir uma identificação plena dos discursos jurídicos no século XIX equivale a lutar contra moinhos de vento que assumem formas diferentes a cada ataque. Ainda mais se o objetivo principal é, novamente, permitir que as fontes exponham seu conteúdo.

Assim que não se buscou o discurso político, progressista, modernizador ou cientificista nos textos estudados, mas quais as *autorreferências* e inter-relações entre os múltiplos discursos. Explica Hespanha:

Outra característica de uma tradição jurídica como a europeia é seu caráter autorreferencial. Ou seja, todo o sistema de referências e de autoridades da tradição está contido nela mesma. [...] Também no seu desenvolvimento ou reprodução, o sistema da tradição jurídica é autossuficiente; ou seja, cria-se a si mesmo, apenas com os seus recursos e de acordo com as suas regras de reprodução – é *autopoiésis*.²⁴⁰

É bastante seguro afirmar que o Brasil teve grande influência da tradição jurídica europeia, na prática, com exclusividade desde sua colonização até o século XIX. A assimilação da doutrina portuguesa ou francesa implicava, portanto, a assimilação de todo um conjunto de referências e tradições. Hespanha²⁴¹ lembra que é o próprio sistema da tradição que define seu fechamento em relação ao meio – que o autor chama de extratexto – e os possíveis meios de comunicação. Um desses canais de comunicação possíveis, uma dessas formas de “atualizar” a tradição seria a flexibilização dos conceitos. Assim, o discurso jurídico incorporava conceitos que não necessariamente pertenciam à esfera jurídica – equidade, natureza das coisas, público e privado.

De qualquer modo, esta disponibilidade para incorporar decisões tomadas num plano extratextual não era ilimitada. O próprio sistema da tradição selecionava as instâncias extratextuais que deviam levar a cabo esta tarefa de textualização do ambiente e que eram, nomeadamente, os tribunais. Eram, de fato, os juristas letrados envolvidos na prática que deviam dar conteúdo a esses conceitos indeterminados ou mesmo incorporar na tradição normas desenvolvidas autonomamente pela prática judiciária, normas usualmente introduzidas pelas adversativas “in foro autem”..., “in praxi autem...” (“no foro, no entanto...”, “na prática, no entanto...”).²⁴²

²⁴⁰ HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 120-121.

²⁴¹ HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 122.

²⁴² HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 123.

Portanto, o discurso jamais – e, são raras as vezes em que o advérbio jamais pode ser usado sem receio – será apenas um conjunto de elementos linguísticos coordenados por regras sintáticas. O discurso deve ser analisado como peça de um jogo estratégico de “ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta”²⁴³. Nesse esteio, discurso é e deve ser tratado como um acontecimento discursivo²⁴⁴, assim:

O discurso, então, não será mais definido pela identidade do objeto, pela forma comum, pela repetição dos conceitos ou pela persistência dos temas, mas pelas condições a que tais elementos estão submetidos ao serem empregados em uma prática discursiva concretamente existente.²⁴⁵

A concepção de que o discurso, de que “as palavras” não teriam espessura social suficiente para dele se ocupar a história parece hoje superada. São percebidas as mediações, refrações e potencial criação na “representação” intelectual da realidade, como coloca Hespanha²⁴⁶. As práticas por sua vez, tampouco são tomadas ainda apenas como coisas abstraídas de qualquer interioridade, a “dialética entre práticas e representações, entre práticas e discursos, é uma quadratura do círculo”²⁴⁷.

O discurso é também palco de lutas sociais. Assim, a disputa se dá pelas regras de cada argumento. Hespanha remete a formação argumentativa e retórica nas universidades, que proporcionava à todas as pessoas cultas que participavam do debate jurídico, o conhecimento das regras do uso de cada argumento. Esses argumentos repeliam ou atraíam outros. O professor dá o exemplo da justificação da escravatura, se aceita a premissa de que havia certo grupo de homens destinados a servir, aceitava-se tacitamente que a humanidade não era una e a salvação não era universal²⁴⁸.

²⁴³ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. p. 9.

²⁴⁴ Terminologia delineada por Michel Foucault “traduzida” para a história do direito no texto: GUANDALINI JR, Walter. O Direito Etéreo: trilhas para um explorador do intangível. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 81-98.

²⁴⁵ GUANDALINI JR, Walter. O Direito Etéreo: trilhas para um explorador do intangível. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 81-98. p. 85.

²⁴⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuras da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 16.

²⁴⁷ HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuras da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 16.

²⁴⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuras da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 20-21.

Ou seja, nem tudo se pode invocar. E, mais do que isso, invocar certas razões pode ter consequências indesejadas e indesejáveis. De onde, as intenções políticas de quem dala – as “razões dos políticos”, colhidas na história política conjuntural – podem não ser a única instância decisiva do que é dito. A lógica interna do próprio discurso em que elas se exprimem fornece, seguramente, outra leitura. Os seus argumentos existem previamente nas memórias tópicas – no senso comum – de uma cultura local (por exemplo, a cultura política, ou a cultura parlamentar); os argumentos têm competências demonstrativas limitadas e organizam-se entre si segundo relações objetivas.²⁴⁹

Todavia, como um breve memorando à interpretação dos resultados da pesquisa, os discursos não surgem a partir do nada ou advém de uma razão universal, nem são tampouco produto da intenção dos sujeitos, mas vêm de práticas de discurso, nas quais uns falam e outros escutam mas em lugar e com meios sobre os quais esses mesmos sujeitos não têm poder de conformação²⁵⁰. No caso do discurso jurídico, o lugar, a tradição jurídica, precede e supera os sujeitos; bem como o meio, a linguagem no geral e, os rituais²⁵¹ próprios do direito como linguagem em especial, são compartilhados pelos sujeitos mas a eles também são, de certa forma, intangíveis. “Essas práticas fazem parte da história, mas de uma história em que, no centro, não está o Sujeito, com o seu poder de atribuição de sentido. Mas antes dispositivos objetivos que, também objetivamente, constituem os sentidos possíveis. Dispositivos, uns intelectuais, outros materiais, outros sociais”²⁵².

Para o jurista do XIX, o discurso não é apenas seu modo de expressar, de participar da cultura jurídica que o cerca, mas é também sua ferramenta de trabalho. O jurista é um experto da palavra. O direito está repleto de proposições, sejam escritas ou faladas, que possuem concretude tal a ponto de serem capazes de transformar a

²⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 21.

²⁵⁰ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 23.

²⁵¹ “A forma mais superficial e mais visível destes sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia, suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 38-39).

²⁵² HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 2.

realidade como as proposições performativas: “prometo”, “juro”²⁵³, “é aberta a sessão”.

E, ainda que, o discurso pela distância temporal somente seja possível apreender hoje o que restou em forma impressa do século XIX, ainda se vivida aquele período sob o domínio da oralidade. Ainda que circulasse em um meio letrado, as relações sociais nas quais o jurista estava imerso eram primordialmente tomadas pela oralidade. A própria forma como se estruturava a prática jurídica nos tribunais, privilegiava um primeiro momento da fala, do convencimento, e só em um segundo momento, a transcrição, a escritura²⁵⁴. A palavra escrita nesse período é ambígua, dá azo à interpretação diversa, incita a réplica para se fazer compreender²⁵⁵.

Nesse aspecto, as revistas jurídicas, com suas consultas, seus discursos e seus pareceres, eram uma forma suplementar de intercâmbio verbal, não podendo ser considerados outra coisa senão diálogo. O texto impresso era seu meio de difusão, não seu fim. Os enunciados ao final dos textos demonstram seu caráter aberto, de proposição a continuação do debate e não de definição, era comum que se submetesse, ao final, o artigo ao crivo dos pares: “São estas as ligeiras considerações que, sobre o nosso objecto, sujeitamos ao juízo esclarecido e recto dos nossos illustrados mestres na sciencia do Direito”²⁵⁶ ou “Procuramos demonstrar as

²⁵³ Beneduce aponta ainda outra função, além da performativa, do juramento, que consistiria, no imaginário forense do século XIX em uma forma de continuidade da cultura do Antigo Regime. O objeto do juramento seria conotativamente a qualidade pública do advogado ou procurador, parte de uma estratégia disciplinadora imposta ao corpo forense da Itália liberal em confronto com o aparato do estado nacional (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 141 e ss). Ademais, sobre a secularização do juramento ver: BOTERO, Andrés. Da religião do juramento ao juramento secularizado: conclusões de um estudo sobre a evolução do juramento processual na Colômbia durante o século XIX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, [S.l.], v. 60. n. 1. p. 215-246. Março de 2015. ISSN 2236-7284. Disponível em: < <http://goo.gl/EETXo4>>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

²⁵⁴ Pode-se considerar que havia uma relação diferente dos juristas para com a escrita e a oralidade, que perpassava também as considerações feitas acerca de prática e da doutrina. Os artigos da revista encontram-se no centro dessa dicotomia, pois, ainda que se encaixem sob o título “doutrina” em muitos textos se destinam a relatar determinada “prática”. A distância e a inexistência de outros possíveis canais de diálogo, tornava a revista jurídica um híbrido, como é possível perceber no seguinte excerto: “O meu fim, relatando o que se deu no tribunal, de que sou membro, na sessão de 15 deste mez, e fazendo estas ligeiras considerações, é chamar a atenção do Sr. ministro da justiça para esta especie, que ainda não está prevista no regulamento das relações, e pedir aos meus illustrados colegas que, dando o seu parecer sobre o facto expellido, exponhão a praxe seguida nos tribunaes, em que funcção” (CARDOSO, Sebastião. Como procederão as relações, quando lhes forem enviados pelos presidentes de provincia, papeis, nos quaes se encontre crime de responsabilidade? **O Direito**. v. 20. 1879. p. 7).

²⁵⁵ Remete-se ao debate entre Teixeira de Freitas e Antonio Joaquim Ribas nas páginas da Revista *O Direito*.

²⁵⁶ OLIVEIRA, José Rubino. Sobre quem recahem os impostos lançados sobre os gêneros produzidos e consumidos no paiz? **O Direito**. v.10. 1876. p. 39.

proposições da nossa epigrafe; os leitores decidirão, si atingimos o alvo, a que vizamos”²⁵⁷. Sobre essa “tradução” escreveu Aldo Mazzacane investigando a Itália medieval.

Evidentemente, o imponente processo de tradução e imposição do direito em escrita – acordos entre particulares, atos administrativos, sistematizações doutrinárias, prescrições normativas – está destinado a modificar as técnicas e procedimentos da ciência. [...] Mas as mudanças só ocorrem com a lenta passagem do tempo. O direito escrito não desfaz de súbito seus vínculos com os requisitos próprios de um sistema de relações no qual dominam a oralidade e as formas de certificação mágico-rituais.²⁵⁸

Entretanto, a passagem da oralidade para a escrita aqui também apresenta ruídos. Um caso exemplar dessa relação entre oralidade e transcrição, e, a exatidão – ou falta dela – que ocorria nessa transposição localizado na revista foi a réplica de Câmara Leal a texto publicado por Ovídio Loureiro como complemento a acórdão na seção de jurisprudência no 15º volume da revista.

Sobre questão assim formulada fez meu ilustrado colega o Sr. Ovídio Loureiro publicar, á pag. 387 deste volume do Direito, um artigo seu, com que pretende justificar seu voto dissidente dos da maioria dos julgadores do recurso eleitoral á que se referio, desenvolvendo os fundamentos que adicionou á sua assignatura, por vencido.

Houve demasiada pressa em remetter o seu trabalho ao Direito, antes de assignado o acordão, como se conhece pela minha assignatura impressa, como anteposta á do Sr. Desembargador Silva Guimarães, e pela falta, do que escrevi em seguimento á minha, reclamando contra a redacção do acordão; porque não me baseei em argumento de autoridades (que aliás estimo estejão de accôrdo com meu voto), mas em considerações de raciocínio proprio, que, contestando o digno collega Sr Loureiro, expendi na discussão do feito, em tribunal.²⁵⁹

E, quase ao final do texto:

Repetindo o que disse junto á minha assignatura ao acordão, estimei saber que, tanto a com missão da camara dos Srs. deputados como o supremo tribunal de justiça, forão de opinião igual á que humildemente sustento; mas não sabia disso antes do illustrado collega m'o haver feito saber na discussão; e, por isso, não podia o acordão ter por fundamento essas autoridades, e sim somente o que ponderei com raciocinio proprio, tendo em vista as leis que citei. [...] Não pense o illustrado collega, á quem submetto as considerações acima feitas, que tenho a pretenção de igualar-me á quem outrora disse:
- *Hos ego versiculos feci, tulit alter honores.*

²⁵⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Julgamento dos Bispos. **O Direito**. v. 5. 1874. p. 169.

²⁵⁸ MAZZACANE, Aldo. O jurista e a memória. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista**: Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 81-118.

²⁵⁹ LEAL, Luiz Francisco da Camara. O prazo marcado para decisão, pelos tribunaes da relação, de recursos eleitoraes sobre irregularidades que importem nulidade das qualificações, interrompe-se pela interposição de férias? **O Direito**. v. 15. 1878. p. 601.

Não; fique certo de que lucto com muitos obstaculos para manter a pequena *reputação scientifica* com que alguns me honrão, e não posso deixar passar sem reclamação o que indirectamente pôde affectar, com facilidade de crença, prestando-se aos bem ou mal desenvolvidos commentarios dos que vivem ou achão prazer em deprimir a tôrto e a direito por mero egoismo. Leia o collega o que ultimamente têm manifestado contra mim certos escriptores, ostensiva ou anonymamente, depois de me haverem honrado tanto os Rebouças, Thomaz Alves, Perdigão Malheiros, Silveira da Motta, Fernandes de Loureiro, Macedo Soares, Monte, Pessoa, Ferreira Corrêa e alguns outros, com expressões que tanto me penhorão; e reconhecerá justificada a minha não pretenciosa reclamação.²⁶⁰ (grifo nosso)

Esses trechos estão repletos de elementos como: autor, citação, *reputação científica*, apropriação de textos e ideias, originalidade e fidelidade do relato. O texto de Loureiro ao qual Câmara Leal faz referência não cita seu nome além de colocá-lo – prematuramente como dito – na assinatura do acórdão. Sob os olhos atuais, tendo o voto de Câmara Leal prevalecido no acórdão apenas com seu nome apostado em seguida aos fundamentos de Silva Guimarães, o que importa se Loureiro deixou de transcrever todo o debate ocorrido no tribunal? A reclamação, portanto, parece de todo despropositada e exagerada. Entretanto, considere-se que, diante de uma cultura que, como visto, favorecia as associações pessoais e na qual se desconhece exemplo em que era possível a projeção e o reconhecimento na carreira sem a rede de sociabilidade²⁶¹, a associação a uma ideia – ainda que aparentemente inofensiva como a divergência de fundamentação em um acórdão no qual Câmara Leal terminou por votar com o relator, tomavam uma dimensão de maior importância. Parece ser esse o ponto de maior desgosto de Câmara Leal, ao terem lhe sido atribuídas referências que não utilizou por ter sido *genuinamente original*. Outro ponto que merece destaque é “reputação científica”. Ainda que, com base apenas nesse fragmento isolado, não seja possível precisar a que exatamente se referia Câmara Leal. A importância dada pelo autor do texto demonstra que a problematização em torno da ciência, originalidade e interpretação pertencia também àquele contexto.

Retornando a transição para uma cultura escrita, a investigação das fontes dos juristas ainda demonstra indiretamente a circulação de livros, o que, dadas as

²⁶⁰ LEAL, Luiz Francisco da Camara. O prazo marcado para decisão, pelos tribunaes da relação, de recursos eleitoraes sobre irregularidades que importem nulidade das qualificações, interrompe-se pela interposição de férias? **O Direito**. v. 15. 1878. p. 604-605.

²⁶¹ Tratou-se anteriormente da necessidade de nomeação do Ministro da Justiça para a magistratura, da estreita relação entre elites locais e magistrados, da cooptação de Saldanha Marinho pelo governo imperial com sua nomeação a Conselheiro do Estado.

dificuldades materiais e o altíssimo nível de analfabetismo, revelam uma parcela significativa de circulação – material – de cultura jurídica, estranhamente²⁶², impressa.

Estranhamento por algumas razões, uma delas é a de que a imprensa somente pôde se desenvolver no país após a vinda da família real²⁶³, a disseminação das prensas e casas editoriais permitiu que as revistas especializadas tomassem fôlego somente na segunda metade do século XIX, a falta de publicação constante de jurisprudência e a preço acessível era um dos problemas mais cotidianos dos juristas e daqueles que trabalhavam com o foro²⁶⁴. Ainda que hoje, enquanto fontes, os escritos podem ser considerados abundantes, em realidade eram um tanto escassas à época²⁶⁵, além de custosas. Nem mesmo aos magistrados não eram afetados pela escassez de cópias de legislação, como se verifica em um dos artigos da revista:

²⁶² O caminho inverso, ou seja, a tradução dos escritos a uma maioria iletrada, e, especialmente, a forma como esse traslado fora feito, leva aos estudos sobre o imaginário jurídico popular. “Esta osmose entre a tradição jurídica letrada e a prática jurídica quotidiana efetuava-se por meio de uma série de mediações. As obras da tradição literária não chegavam à vida quotidiana na sua forma integral e original. Elas eram, de resto, escritas numa língua e num estilo que impedia a sua difusão nos meios não letrados. Por isso, as suas vias de vulgarização eram mediadores jurídicos não letrados que, não dominando de qualquer modo o sistema e as especificidades do direito erudito, dele colhiam ditos, regras muito simples, fórmulas tabeliônicas que iam incorporando na vida jurídica quotidiana, nomeadamente em função da progressiva utilização da escrita nos atos jurídicos. Esta camada de mediadores produzia, ela mesma, uma literatura própria (v. g., *ars notariae*), que vulgarizava o direito erudito e o vasava em *broearde* ou *dieta* simplificados, acessíveis, por tradição escrita ou oral, à generalidade da população. [...] Foi por essas vias que se foi criando uma cultura jurídica vulgar que passo a condicionar fortemente, [...] o imaginário popular sobre o direito, sobre a justiça, sobre os processos sociais [...]” HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 126-127.

²⁶³ A Imprensa Régia foi criada em 13 de maio de 1808 e “já nasceu com o trabalho atrasado. [...] Para ter uma ideia do trabalho acumulado e do que se juntou no percurso, basta dizer que, até 1822 foram publicados 1427 documentos oficiais. Mais: pequenas brochuras, folhetos, opúsculos, sermões, prospectos, obras científicas, literárias, traduções de textos franceses e ingleses versando sobre agricultura, comércio, ciências naturais, matemática, história, economia política [...], enfim, ali se imprimia de tudo um pouco, desde que tivesse passado pela peneira da censura. Foram 720 títulos, até 1822. (SCHWARCZ, Lília Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

²⁶⁴ “A Revista Jurídica, importantíssima publicação á que a sciencia do direito e a jurisprudencia pátria já devem relevantíssimos serviços, desde Janeiro que acha-se distribuida por seus assignantes, e exposta á venda. Continua a ser dirigida sua redacção pelo nosso illustrado collega o Sr. Dr. José da Silva Costa, o que importa dizer que ainda d'esta vez apresenta-se com o mesmo brilhantismo, com que sempre se tem revelado na discussão das theses de direito, offerecendo importante e escolhida collecção de decisões dos Tribunaes, e uma valiosa compillações de leis e decisões do Governo, cuja divulgação é de summa importancia para os que se empregão no fôro, que nem todos, ou melhor, muito poucos podem comprar as custosas collecções de leis, cujo preço, hoje, já attinge a somma não pequena. MONTE JUNIOR. Bibliographia. **O Direito**. v. 3. 1874. p. 192.

²⁶⁵ As bibliotecas públicas se desenvolveram no Brasil no século XIX, ainda que existissem bibliotecas antes disso, em geral, estavam vinculadas a conventos e ordens religiosas (como a própria biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo) e seu acesso era restrito. As bibliotecas particulares também eram raras, estimando-se que menos de 20% dos profissionais como médicos e advogados possuíam livros em suas casas. Na década de 1870, no Rio de Janeiro havia a Biblioteca Nacional, as bibliotecas da Faculdade de Medicina, Escola da Marinha, Academia de Belas Artes, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Gabinete Português de Leitura e algumas outras vinculadas a

Aos juizes, a quem fossem – individualmente – remetidas as collecções, se faria carga nas thesourarias de fazenda (a qual constaria das guias por mudança de lugar), para que as restituíssem, quando deixassem a profissão –, se não preferissem pagar a importancia dellas e conserval-as, e para que por morte delles se podesse fazer effectiva a mesma obrigação de as restituirem na pessoa de seus herdeiros.

As collecções restituídas serão dadas aos juizes novamente nomeados.

Dos juizes, que actualmente conservão as collecções recebidas, se deverão exigir declarações completas dos volumes, que lhes tem sido remetidos pela typographia nacional; não só para se lhes fazerem as devidas notas nas respectivas folhas, como para lhes serem fornecidos os volumes que lhes faltassem.²⁶⁶

A pesquisa realizada aponta evidências de quais livros efetivamente circularam no período no Brasil, principalmente se for tomado como pressuposto a necessidade de ter o livro em mãos para citá-lo diretamente. Outro ponto é que, ainda que se traduzam muitas das citações, quando estas forem diretas em idioma estrangeiro, é possível supor que a edição citada seja a original ou uma tradução (em geral, verificou-se essa situação na citação de autores alemães citados em francês).

3.2.1 As citações de fontes da doutrina portuguesa

Portanto, a doutrina portuguesa continuou tendo impacto na incipiente doutrina brasileira. Entretanto, como explica Hespanha, nem sempre são os teóricos do direito mais criativos ou originais que tem suas obras difundidas. Em geral, predomina o aspecto prático da obra, como é o caso de Manuel de Almeida e Sousa de Lobão (1744-1817), cujas citações localizadas remetiam às seguintes obras em ordem decrescente de frequência: *Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire*²⁶⁷ e o *Tractado Pratico Compendiario de todas as ações Summarias*, as

conventos ou instituições de caridade. O cruzamento dos dados de pesquisa nessas bibliotecas com as fontes citadas nos textos pelos respectivos autores completaria o quebra-cabeça sobre o momento e a forma de recepção das fontes doutrinárias europeias no Brasil. Por exemplo, os registros da Biblioteca Nacional de 1853 descrevem que “Perdigão Malheiro compareceu em 22 de novembro e solicitou 8 obras, em francês e latim, sobre viagens, descobrimentos e descrições das Índias. No ano seguinte, já no dia 2 de janeiro, o mesmo Perdigão solicitou História abreviada das viagens, por Laharpe [...]” (FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 59-79. p. 66). Ademais, as bibliotecas ofereceriam outra luz sobre a interação social pois tornaram-se também espaços de sociabilidade.

²⁶⁶ PINHEIRO, Luiz Ferreira Maciel. Distribuição das Collecções da Legislação. **O Direito**. v. 18. 1879. p. 26.

²⁶⁷ “Para o público acadêmico, porém, a sua obra prima são os comentários que escreveu, com um sensível pendor crítico, às *Institutiones iuris civilis*, em que, acolhendo embora muitas das soluções do

demais obras apareceram praticamente o mesmo número de vezes: *Segundas Linhas sobre o Processo Civil de Pereira e Souza, Fasciculo de Dissertações Juridico-Practicas, Tractado Pratico de Morgados, Tractado Pratico dos Interdictos o Remedios Possessorios, Tratado Pratico e Critico de todo Direito Emphyteutico, conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das nações e a Colleção de Dissertações Jurídico Practicas em Supplemento ás Notas do Livro III de Mello Freire.*

Sobre o autor, afirma Hespanha:

Jurista pouco original, de estilo pesado e arcaizante, foi, no entanto, um dos juristas mais lidos durante todo o século XIX. O carácter enciclopédico das suas obras, quer quanto aos temas tratados, quer quanto à bibliografia citada (sobretudo a bibliografia jurídica tradicional) tornou-o num escritor de leitura obrigatória durante quase todo o século XIX. Mesmo após a publicação do Código Civil de 1867, que alterava quase toda a legislação sobre que se baseara, continua a ser citado. [...] A importância deste facto para a história jurídica portuguesa não pode ser subestimada. Lobão, e com ele toda uma série de outros autores e de obras "menores" de intenção prática, contribuíram, por vezes muito mais do que a lei, para conformar os resultados da prática jurídica em Portugal no século passado.²⁶⁸

Portanto, num cenário de *confusão* legislativa no tocante às leis civis, parece bastante plausível que os juristas brasileiros também se valessem de autores “práticos” capazes de auxiliá-los nesse aspecto.

De Pascoal José de Mello Freire dos Reis (1738-1798), apenas uma obra é constantemente referenciada nos artigos de direito civil: *Institutiones Juris Civilis Lusitani*.

Os compêndios de Pascoal de Melo Freire atualizados até a década de 60 do século XIX. Para efeito de comparação, uma análise feita por amostragem em artigos de todos os ramos do direito mostra, proporcionalmente e parcialmente, grande

processo de Coimbra, lhe opõe frequentemente as fontes doutrinárias tradicionais ou, pelo menos, as cita como antecedentes das doutrinas mais modernas. O seu estilo é tradicionalista, pouco elegante, nem sempre claro e carregado de citações. Mas, como haveria de escrever Coelho da Rocha, ‘as suas obras para o uso do foro suprem uma livraria’. Dele escreveu Alexandre Herculano: ‘Houve na Beira um letrado de custa inteligência e nenhuma filosofia, chamado por alcunha o Lobão. [...] Este homem escreveu nas primeiras décadas deste século, em ódio da gramática e da língua, uma pilha de volumes refertos de erudições gravíssimas, pesadíssimas, pedantíssimas, onde o pró e o contra das opiniões dos jurisconsultos se acham acumulados por tal arte, que a leitura dessas dezenas de *in quartos* é o meio mais seguro de se não saber qual é o verdadeiro direito na maior parte das matérias jurídicas. São os livros de Lobão tesouro precioso, mina inesgotável de alegações eternas e contraditórias, para advogados medíocres’ (HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 120).

²⁶⁸ HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 23.

incidência de citações da obra *Institutiones Juris Criminalis* de Mello Freire também em direito criminal.

Assim, o uso das obras de Mello Freire pode ser considerado dotado de persistência e continuidade, em parte pela reedição póstuma das obras que já datavam de final do século XVIII ou início do XIX, além do uso do compêndio na faculdade de direito de São Paulo na década de 1830.

De José Homem Corrêa Telles (1780-1849) foram citadas em paridade as obras *Digesto portuguez ou Tratado dos direitos e obrigações civis, acomodados às leis e costumes da Nação Portuguesa, para servir de subsídio ao novo código civil e Doutrina das Acções* e, esporadicamente as obras *Adições á Doutrina das Acções, Commentarios á Lei da Boa Razão, Manual do Tabelião e Manual do Processo civil: suplemento do digesto portuguez*.

Sobre o *Digesto portuguez* de Corrêa Telles²⁶⁹:

Também se trata de um texto tido como exemplar, cujo objetivo foi o de estabelecer um cânone doutrinal, numa época em que a síntese de Pascoal de Melo, se ia tornando obsoleta, pela implantação do constitucionalismo e, sobretudo, pelo aparecimento de prestigiados códigos na Prússia, na França e na Áustria, bem pelo o surgir de uma doutrina anotativa (ou exegética). O autor era tido justamente como um bom e erudito jurista, embora com orientações de política do direito (e, mesmo, orientações políticas gerais) que não são as mesmas de outro grande jurista da época, Manuel Antonio Coelho da Rocha.²⁷⁰

Coincidentemente, apesar de terem orientações políticas diametralmente opostas, em volume de menções, Manuel Antonio Coelho da Rocha (1793-1850) aparece logo em seguida. Assim como no caso de Melo Freire, apenas uma de suas obras fora utilizada nos artigos pesquisados, qual seja, *Instituições do Direito Civil Portuguez*. A obra publicada pela primeira vez em 1841 teve edições até 1867.

²⁶⁹ “Correia Telles, pelo menos no plano do direito, era um conservador, como mostrara seu famoso *Commentario critico à lei da boa razão*, em data de 18 de Agosto de 1769. No seu arquivo entra mal, não apenas a legislação pós revolucionária, como a doutrina a que ela dá origem. Em contrapartida, o uso moderno na prática de Antigo Regime é-lhe familiar e palatável, bem como aqueles códigos que, como o ALR prussiano ou mesmo o Cedo civil francês, representam menos um início do que uma ratificação legislativa da tradição. O recurso à praxística do reino, além de corresponder ao perfil forense do autor, como magistrado, contribui para atenuar os exageros e perigos que ele via no sistema de fontes da Lei da Boa razão e, seguramente ainda mais, na transplantação do seu conteúdo ‘internacionalista’ para um período pós-revolucionário” (HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 135).

²⁷⁰ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 119-120.

Segundo José Reinaldo de Lima Lopes, “suas Instituições de direito civil português formaram uma inteira geração de juristas”²⁷¹.

Entre Correa Telles e Coelho da Rocha se delineavam perfis bastante diferentes. Como coloca Hespanha, “no aspecto profissional, um era advogado, o outro lente da Universidade. Um tinha-se acomodado a todos os regimes. O outro fora afastado da Universidade pelos absolutistas e reposto nela pelos liberais”²⁷².

Do autor Manuel Borges Carneiro (1774-1833) foi mencionada a obra *Direito civil de Portugal*. Esta obra restou incompleta, a publicação de três dos cinco tomos foi iniciada em 1826, mas em 1827 enquanto ocupava o cargo de desembargador ordinário da Cada da Suplicação foi novamente preso com o regresso dos absolutistas ao poder e demitido do cargo. Faleceu de cólera no cárcere. O quarto tomo da obra foi publicado postumamente em 1840.

A obra portanto, foi concluída sob a normativa da constituição monárquica portuguesa, previamente a codificação civil.

Dada sua divulgação no Brasil, a obra de Manuel Carneiro Borges (1774-1833) foi também relevante para o debate oitocentista (Borges, 1867). O trabalho é desenvolvido para o ensino do direito civil e seguindo a tradição romanista, explica inicialmente os temas gerais, como a definição de lei e sua interpretação, depois de classificar as leis (pátrias, consuetudinárias etc.). [...] O texto de Carneiro Borges ecoa ainda o problema da afirmação da dignidade do velho direito pátrio, inclusive das Ordenações, que se deveriam ter por superiores ao direito romano e doutrinário.²⁷³

De Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1796-1870) era citado com frequência suas *Primeiras linhas sobre o processo civil*, e, esparsamente, o *Esboço de hum dictionario juridico, theoretico, e practico*. Grinberg²⁷⁴, ao analisar as ações de liberdade no século XIX aponta que a maioria das referências era feita a livros que continham regras sobre andamento processual, nas quais se incluem as Primeiras Linhas também lá utilizadas com frequência.

De José Pereira de Carvalho (1781-1856) a única obra citada foi o *Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico*, que foi reeditado por Didimo Agapito da

²⁷¹ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 82.

²⁷² HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 136.

²⁷³ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 80-81.

²⁷⁴ GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Veiga Júnior com o extenso subtítulo: *Nova edição extensa e cuidadosamente anotada com toda a legislação, Jurisprudência dos tribunais superiores, e discussão doutrinal das questões mais controvertidas do direito civil pátrio com aplicação ao Juízo orphanológico.*

Até aqui, as obras portuguesas mais citadas, quando olhadas conjuntamente, apresentam alguma semelhança entre si. No já citado trabalho de Antonio Hespanha, estes mesmos autores foram agrupados como Doutrina portuguesa pós-pombalina, a partir de e inclusive Mello Freire. Segundo o autor:

[...] esta opção permitiu agrupar na mesma categoria de textos que continuamente dialogam: as *Institutiones iuris civilis*, de Pascoal de Melo Freire; as Notas a Melo, de Manuel de Almeida e Souza (Lobão); as obras de Joaquim Pereira e Sousa, nomeadamente as suas duas Primeiras (e Segundas) Linhas de Processo Civil; e algumas outras obras escritas nos finais do sec. XVIII ou nas duas décadas antes da revolução de 1820.²⁷⁵

De Antonio Ribeiro de Liz Teixeira (1790?-1847) fora utilizado apenas o *Curso de Direito Civil Portuguez ou Commentario ás Instituições do Senhor Paschoal José de Mello Freire sobre o mesmo Direito*, embora na maioria das vezes tenha sido feita remissão apenas a Direito civil como título. A obra quando de sua primeira edição teve repercussão dividida entre fortes críticas e elogios:

A *Ilustração, Jornal Universal*, tomo II a pag. 3, dando conta d'esta publicação, a qualifica de 'Obra indigesta, impropria par ao ensino, concitadora de paixões baixas, e que parece revelar um tal ou qual desarranjo mental do autor!

Ao mesmo tempo, ou pouco depois, a *Revista Universal Lisbonense*, tomo VII pag. 54, tractando da mesma obra diz 'que ela é mui proveitosa á sciencia, e que tem enchido de gloria seu autor.²⁷⁶

De Manuel Alvarez Pegas (1635-1696) era citada principalmente sua obra *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae*, tendo sido mencionada também em duas oportunidades o *Tractatus de competentis inter archiepiscopos*.

Diogo Guerreiro Camacho de Aboim (1661-1709) fora citado principalmente pelo texto *De munere Judicis Orphanorum*. O texto original possuía quatro tomos com

²⁷⁵ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 115.

²⁷⁶ SILVA, Inocêncio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez**: estudos de Innocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p. 247.

temas distintos, entretanto, as citações feitas não permitiram identificar se fora utilizada toda a obra ou o texto completo.

As obras *Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae* e *Praxis Partitionum et Collationum* de Alvaro Valasco (1526-1593) aparecem com igual frequência.

Comparativamente, a análise de conteúdo realizada por Hespanha na obra de Correa Telles, ou seja, em meados da década de 30 do século XIX em Portugal, aponta uma tendência a submersão dos “grandes tratadistas, e mesmo praxistas, dos finais do séc. XVI e primeira metade do século XVII, que entretanto, se tinham desatualizado”²⁷⁷. Essa tendência se mantém na análise da obra de Coelho da Rocha no qual a doutrina portuguesa antiga perde espaço, nela incluindo-se os decisionistas Valasco, Cabedo e Gama, os comentadores às ordenações como Pegas e Silva e o praxista Guerreiro.²⁷⁸

Estes últimos, atrelados ainda ao Antigo Regime, representam um eco forte da tradição portuguesa ressoando quase ao final do século XIX no Brasil. Sobre esses autores, afirma Hespanha:

Os juristas portugueses dos finais do Antigo Regime eram fortemente influenciados pela literatura política, social e jurídica que, por toda a Europa, preparava profundas reformas na sociedade e no poder. Ideias-chave desta literatura eram a exaltação da unidade do poder (i. e., a construção do “Estado”) e da generalidade e abstração do direito e da justiça, no seio de um projeto de racionalização global dos mecanismos sociais e políticos. Todas as formas de particularismo político (jurídico ou judiciário), como todas as manifestações de desigualdade e de “irracionalidade” eram odiosas, embora com algumas tivesse que condescender, para salvaguardar as formas de governo estabelecidas.²⁷⁹

Essa comparação indica que o abandono da doutrina tradicional portuguesa não foi tão urgente no Brasil como em Portugal.

Por fim, além da recepção de ideias, herdaram-se também os estilos literários, dos quais aparecem nos resultados com destaque os comentários e as obras casuísticas (*Decisiones*). Os comentários se tornaram significativos no século XVII.

²⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 134-135.

²⁷⁸ HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010. p. 139.

²⁷⁹ HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 328-329.

São obras nas quais é feita uma minuciosa exegese das Ordenações, os quatorze tomos de Pegas se encontram nesse gênero. Nas *Decisiones*), os juristas, geralmente aqueles que tinham feito carreira nos tribunais superiores, apontavam soluções às questões postas pela prática. Deste gênero, além de Álvaro Vaz, Jorge Cabedo também aparece dentre os autores citados. Além desses gêneros, foram importados também as obras de cunho prático notariais e processuais, os tratados (obras monográficas) e os repertórios. Estes últimos, serão substituídos ao largo do século XIX por obras sistematicamente organizadas, dos quais o exemplo mais patente é a própria revista jurídica pesquisada, criada com esta finalidade. Segundo Hespanha, esse gênero “representa a incapacidade da doutrina para transcender a fase analítica da indicação dispersa das opiniões e se encaminhar para aquela síntese orgânica de regras e de definições em que por tudo estar “no seu lugar”²⁸⁰.

3.2.2 As citações de fontes de doutrina estrangeira

A recepção²⁸¹ das ideias estrangeiras – por estrangeiras, leia-se, europeias – no Brasil é um tema complexo. A abundância de citações e referências a autores europeus ao mesmo tempo sinaliza o conhecimento de suas obras, mas não implica necessariamente na adesão de suas teorias. O que se revela na pesquisa com o periódico jurídico é a distorção por lentes próprias dos juristas brasileiros das doutrinas estrangeiras. Como explica José Murilo de Carvalho:

A abundante citação de autores estrangeiros não significava necessariamente adesão a suas ideias. Podia ser um simples recurso retórico de apelo à autoridade. Não faltou originalidade nos pensadores políticos, como o conservador visconde do Uruguai e o liberal Tavares Bastos.

²⁸⁰ HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 523.

²⁸¹ Ainda que se refira a recepção do direito romano pelos sistemas jurídicos europeus, António Manuel Hespanha traça algumas linhas gerais do estudo da recepção de textos alienígenas por uma determinada cultura. “[a] Não existe ainda uma suficiente investigação histórica para equacionar, de forma global, o problema das causas da recepção; na verdade, explicar a recepção pressupõe uma prévia descrição exaustiva deste fenómeno em todas as suas implicações jurídicas, sociais e culturais (nomeadamente, no plano das modificações que ela causou nos conteúdos da ordem jurídica, da influência que teve nos equilíbrios sociais de poder e do seu alastramento espacial). Assim, a tentativa de determinar as causas da recepção, deve ser substituída por um esforço de descrição rigorosa e exaustiva do próprio fenómeno. [b] A explicação da recepção não se deve preocupar tanto com os aspectos “internos” da construção jurídica como com o “contexto” da recepção, nomeadamente os contextos cultural e político-social (HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 448).

Sobretudo, não faltou em José de Alencar, que desenvolveu pioneiramente a ideia da representação proporcional. Nem mesmo os adeptos de sistemas fechados como o positivismo e o determinismo racial deixaram de ser originais. Os positivistas entortaram o pensamento de Comte para defender, por exemplo, um papel político para as classes médias ou a ação política revolucionária para derrubar a monarquia. Os deterministas raciais acharam um meio de combinar evolução com naturalização das diferenças biológicas. Os liberais conseguiram conviver com a escravidão. É dentro dessa complexa dialética do nacional e do universal que se deve interpretar a produção cultural do Segundo Reinado. Mesmo imbuídas do propósito de exercer missão civilizatória, não se pode acusar de alienadas as elites política e cultural da época. No caso do abolicionista Joaquim Nabuco, o nacional e o universal fundiam-se na adesão ao valor da liberdade.²⁸²

Ainda que se refira à elite política²⁸³ e cultural, englobando além dos juristas, médicos e outros profissionais liberais e artistas em geral, como já referido anteriormente, o analfabetismo atingia a enorme maioria da população, restringindo o círculo de letrados em geral, aproximando-os em suas características.

Trabalhando com a noção de centro e periferia, o eurocentrismo do século XIX na cultura brasileira se refletia no discurso dos juristas daqui. Como bem coloca Juliano Rodriguez Torres:

Isso significa que, quando alguém “repete” fragmentos de um discurso alheio no próprio discurso, em outro espaço comunicacional, associado a um contexto prático distinto, não está apenas reproduzindo os conteúdos recebidos, e sim produzindo uma interpretação segundo seus próprios “filtros” de leitura, e dele se apropriando – consciente ou inconscientemente - para interagir com os problemas peculiares da sua própria experiência. Esse novo discurso “local”, por sua vez, será lido por intérpretes igualmente situados no tempo e no espaço, cuja leitura depende de pontos de vista posicionados no interior de uma dada configuração social, econômica, política e jurídica.²⁸⁴

²⁸² CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do Período. In: _____. **A Construção Nacional: 1830-1889** (História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/Fundação Mapfre, 2011. p. 34-35.

²⁸³ A aproximação entre elite política e juristas é pertinente na medida em que são grupos que não se confundem totalmente, mas se entrelaçam, reforçado pelo abismo entre essa elite e o restante da população em termos educacionais gerais, desde a alfabetização até a formação superior. “O que acontecia com a burocracia brasileira acontecia também com a elite política, mesmo porque a última em boa medida se confundia com os escalões mais altos da primeira. Surgia, então, uma situação propícia à geração de interpretações contraditórias sobre a natureza da elite, da burocracia e do próprio Estado. Houve, assim, quem visse na elite imperial simples representante do poder dos proprietários rurais e no Estado simples executor dos interesses dessa classe. Outros, ao contrário, viam na burocracia e na elite um estamento solidariamente estabelecido que se tornava, por via do Estado, árbitro da nação e proprietário da soberania nacional. (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 41).

²⁸⁴ TORRES, Juliano Rodriguez. **A ordem e a fera: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 58.

A complexidade do direito civil deriva em parte da mistura de referências. Ao mesmo tempo em que o vínculo com Portugal ainda é muito forte e evidente, há a descoberta e o acesso facilitado a obras estrangeiras de toda sorte. O que a seu tempo chegava na península ibérica como novidade – principalmente de França e Alemanha, tinha esse mesmo caráter de atualidade aqui. Talvez como resultado de uma jornada iniciada com a Lei da Boa Razão, como aponta Samuel Barbosa:

É possível afirmar que a Lei da Boa Razão deu ensejo a uma maior complexidade do direito civil. Permitiu a remissão ao direito estrangeiro e conferiu posição de destaque à literatura jusracionalista e do *usus modernus*. Em consequência, deixa de surpreender a frequência, entre os nossos doutrinadores dos Oitocentos, de referências aos Códigos prussiano, francês, português; a autores como Heineccius, Stryk, Pufendorf, Savigny, Pothier e não desaparecem Valasco, Cabedo, Mello Freire e outros – o estudo de como se deu a recepção dessas obras por aqui está para ser feito.²⁸⁵

O autor alemão mais citado é Friedrich Carl von Savigny (1779-1861). Aparece como referência citando-se principalmente sua obra *Traité de droit romain*, esporadicamente o Tratado de posse e em apenas uma ocasião aparece explícita a citação a História do Direito romano na Idade Média. As citações quando diretas são traduzidas ao português ou valem-se da tradução francesa.

Exemplarmente, a disputa pelo poder de dizer o direito estendia-se a legítima interpretação de textos doutrinários também. No capítulo anterior foi evidenciado o debate entre Teixeira de Freitas e Antonio Joaquim Ribas através de uma série de textos e réplicas recíprocas. A tabela abaixo destaca apenas a distribuição das citações de Savigny e nela é possível observar a predominância desses dois articulistas da obra do autor alemão (quase metade do total de citações feitas a Savigny dentro do total de textos analisados). Entre Teixeira de Freitas e Antonio Joaquim Ribas²⁸⁶ nenhum outro autor se repete tantas vezes como Savigny.

Volume	Ano	Título do artigo	Articulista	Obra citada
6	1875	A constituição da família, segundo o direito pátrio...	João Pereira Monteiro	Traité de droit romain
8	1875	Da natureza da posse	Antonio Joaquim Ribas	Tratado da Posse
8	1875	Da Posse (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	

²⁸⁵ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 365.

²⁸⁶ Além de Savigny, são fontes comuns entre os dois juristas brasileiros: Antonio Ribeiro de Liz Teixeira, Bartolo, Borges Carneiro, Charles Gustave Maynz, Coelho da Rocha, Demolombe, Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, José Homem Corrêa Telles, Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, Massé, Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, Pardessus, Pascoal José de Mello Freire, Philippe Antoine Merlin e Ulpiano.

8	1875	Da Posse (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	
9	1876	Em que a locação do serviço mercantil se-distingue da civil?	Augusto Teixeira de Freitas	Traité de droit romain
9	1876	Da Posse (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	
9	1876	Emphyteuse No Brazil	Augusto Teixeira de Freitas	
9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Traité de droit romain
9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Obrig.
10	1876	Da Posse. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	
10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades...	Francisco Vilhena	Traité de droit romain
11	1876	Incapacidade Dos Loucos	Augusto Teixeira de Freitas	Traité de droit romain
12	1877	Póde ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse...	Luiz Francisco da Camara Leal	
12	1877	Filiação Legitima	Augusto Teixeira de Freitas	Traité de droit romain
12	1877	Filiação Legitima	Augusto Teixeira de Freitas	Dir.
14	1877	Concedida a moratória pelo tribunal competente...	Antonio Tiburcio Figueira	Obrig.
16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Tratado da Posse
16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho	Tratado da Posse
18	1879	É nullo o testamento se a cedula não estiver cerrada...	D. A.	
19	1879	Analyse do premio dos testamenteiros, sua lei e pratica	Eduardo Gomes Ferreira Vellozo	
27	1882	Usufructo e fideicommisso	Joaquim Antunes de Figueiredo Junior	Traité de droit romain
31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	Francisco de Paula Lacerda de Almeida	
34	1884	1. Não ha direito de escravidão...	Antonio Carneiro Antunes Guimarães	Traité de droit romain
42	1887	Emphyteuse	Antonio Xavier Freire	Tratado da Posse
43	1887	O irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commum...	M. I. Carvalho de Mendonça	História do Direito romano na Idade Média
44	1887	Escravos de filiação desconhecida	Ruy Barbosa	Traité de droit romain
46	1888	1. A omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes...	Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	Traité de droit romain
46	1888	1º Vigora entre nós a nullidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809...	Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	Traité de droit romain
46	1888	Um fideicommisso moderno e cinco accordãos	F. de C. Figueira de Mello	
47	1888	Systemas de codificação civil	Joaquim Felicio dos Santos	

Tabela 3: Citações a Savigny.

A posição de oposição teórica de Teixeira de Freitas²⁸⁷ e Antonio Joaquim Ribas²⁸⁸, compartilhando entretanto a predileção pela teoria de Savigny, é curiosa, todavia, não fizeram uso do mesmo instituto sob a ótica do autor alemão para comparação mais profunda da leitura feita por um e por outro.

A influência, recepção ou apropriação de Savigny no Brasil ocorria também nas faculdades.

Deixando de lado o praxismo dos primeiros anos, de influência tipicamente portuguesa, e colocando à parte o movimento da Escola do Recife, que pela sua importância mereceu capítulo especial, pode-se destacar na segunda metade do século XIX, em São Paulo, a influência da Escola de Savigny. [...] Em 1880, por exemplo, falando nas cerimônias de comemoração do 53º aniversário de fundação dos cursos jurídicos, o Prof. Duarte de Azevedo mostrava-se partidário irrestrito das concepções de Savigny, comparando a evolução do Direito com a da linguagem.²⁸⁹

De Robert Joseph Pothier (1699-1772) são citadas em número de vezes equivalentes as obras *Traité des obligations*, *Pandectae Justinianee in novum ordinem digestae*, e também as seguintes das quais não foi localizado o título oficial podendo ser obras de títulos semelhantes ou excertos de algum livro: *Des Testament*, *De la Vente*, *Des droits de successions*, *Traité de la possession*, *Traité de la prescripcion*,

²⁸⁷ “O uso moderno do direito romano se mostra presente em sua obra, sendo constante o recurso a romanistas dentre os quais se destacam, por exemplo, J. I. E. Ortolan e A. M. du Caurroy – ao mesmo tempo em que são destacadas as restrições metodológicas estipuladas pela Lei da Boa Razão e pelos Novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Note-se que o autor emprega especial deferência ao se dirigir a F. Mackeldey e a F. K. von Savigny” (POSADA, Estevan Lo Ré. **Preservação da tradição jurídica luso-brasileira**: Teixeira de Freitas e a Introdução à Consolidação das Leis Civis. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 11). Ademais, ainda que seja notória a presença de Savigny na Consolidação de Teixeira de Freitas, há uma absorção seletiva também dos exegetas franceses e da civilística portuguesa. “Todavia, a influência não se transmuta em adoção discriminada. Ter-se-á ocasião de perceber a formação jurídico-intelectual eclética de A. Teixeira de Freitas, típica de um momento de transição como aquele por que passava, no qual se podem constatar influências jusnaturalistas e historicistas, estrangeiras e lusitanas, às quais se adiciona um elemento autóctone que a particulariza” (POSADA, Estevan Lo Ré. **Preservação da tradição jurídica luso-brasileira**: Teixeira de Freitas e a Introdução à Consolidação das Leis Civis. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 99).

²⁸⁸ “Ao se consultarem os brasileiros que no século XIX escreveram sobre as leis e sua interpretação encontra-se gente a favor e contra sua (de Savigny) opinião. Paula Baptista (1811-1881), autor do manual clássico de hermenêutica no Brasil oitocentista, declara-se contrário à posição de Savigny; Antonio Joaquim Ribas (1819-1890), autor do manual clássico de direito civil, a seu favor. Mesmo em meio às mudanças, outros continuaram a ser citados e a reproduzir muito do patrimônio tradicional dos juristas a respeito da interpretação” (LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007. p. 72).

²⁸⁹ VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 151.

Tratado das obrigações, Tratado da posse, Tratado das Substituições e Tratado das doações testamentárias.

A obra mais citada de Raymond-Théodore Troplong (1795-1869) foi *Des donations entre vifs et des testaments*, em geral referida apenas como *Des Testaments*, as demais obras foram citadas em número menor de vezes: *Du contrat de mariage et des droits respectifs des époux*, *De la vente ou commentaire du titre VI du livre III du Code civil*, citada apenas como *De la Vente*, *De l'influence du christianisme sur le droit civil des Romains*, e, *De la prescription*, cujo título completo é *De la prescription ou Commentaire du titre XX du livre III du Code civil*.

De Charles Gustave Maynz (1812-1882) cita-se ao menos em metade das vezes a obra *Elements de Droit Romain* de 1845, entretanto, não é possível precisar todas as referências que por várias vezes indicam como título apenas *Droit Romain* que pode se referir também ao texto *Cours de droit romain* de 1876.

Philippe Antoine Merlin (1754-1838), das dezessete vezes em que é mencionado em diferentes artigos, dez citações são da obra *Répertoire universel et raisonné de jurisprudence* e quatro da obra *Recueil alphabétique des questions de droit*.

Jean-Charles Florent Demolombe (1804-1887), mais conhecido como Charles Demolombe foi citado pela obra *Cours de Code Napoleon*, ainda que esta, apesar de extensa tenha restado inacabada mesmo superando os trinta volumes.

De Ferdinand Mackeldey (1784-1834) foi citado apenas seu *Manuel de Droit Romain*.

De Désiré Dalloz (1795-1869)²⁹⁰ foi citado o *Repertoire de Jurisprudence générale du royaume*, cuja primeira edição foi publicada em 1832. Em 1845, Désiré Dalloz fundou a editora Dalloz, que atualizou o Repertório entre 1845 e 1870. A casa de publicações talvez seja, dentre as fontes analisadas, o único resquício ainda vivo do período estudado. Por sua notoriedade o próprio nome Dalloz adquiriu o sentido popular para designar códigos publicados ou repertórios de jurisprudência.

Charles Bonaventure Marie Toullier (1752-1835) a única obra a qual se fez referência foi o *Le Droit Civil Français*, título completo, *Le droit civil français suivant l'ordre du Code*.

Troplong e Demolombe são identificados como parte da Escola da Exegese.

²⁹⁰ <http://www.larousse.fr/encyclopedia>

As referências a Ulpiano e Paulo, em geral, são aforismos latinos.

Além dos autores elencados anteriormente, há ainda um rol de autores que, embora não aparecesse com tanta frequência em número de citações, não pode ser ignorado. Em especial pois a análise foi feita com base em citação em artigos distintos de forma justamente a permitir que se percebesse o alcance e o impacto das fontes citadas. Portanto, a margem dada permite que consideramos esses autores também como parte do repertório doutrinário dos juristas das décadas de 1870 e 1880.

Citados em sete artigos: Domat, Gaio, Gama, Heineccius, Mourlon e Silva²⁹¹. Em seis artigos distintos aparecem: Ortolan, Papiniano, Phebo, Pomponio, Rebouças, Samuel Stryk e Zacharie (Karl Salomone Zachariae). A listagem revela que ainda que o direito romano ainda era bastante presente.

Foram citados em cinco artigos: Bigôt-Préameneu, Duranthon, Hugues Doneau, Jhering, José Pereira de Carvalho e Nabuco de Araújo, no que se observa que persiste uma predominância de autores franceses dentre os estrangeiros. Com quatro citações destacam-se Cabedo, Montesquieu, Pardessus, Proudhon e Schneidewin.

Por fim, com três ou menos citações destacam-se Anthoine de Saint Joseph, Bacon, Grotius, Blondeau, Delvincourt, Struvio, Van Wetter, Blackstone, d'Aguesseau e Kant. A lista completa segue nos apêndices desse trabalho.

3.2.3 As citações fontes da doutrina brasileira

A citação da doutrina local é particularmente importante pois, primeiramente, demonstra que a produção literária nacional, ainda que em menor escala, não era irrelevante, como diagnosticaram Adorno e Venâncio Filho.

Estudiosos contemporâneos, como Alberto Venâncio Filho (1982) e Sérgio Adorno (1988), dão conta da debilidade, se quisermos, da produção jurídico-intelectual do Brasil independente, especialmente do Brasil pré-1870. Reconhecem, porém, como não poderia deixar de ser, que os bacharéis desempenharam papel fundamental na política brasileira, ou, se quisermos, na construção de um Estado nacional. **Nesses termos, sugerem que a**

²⁹¹ Relembrando as dificuldades práticas em identificar o autor de todos os textos.

produção brasileira foi essencialmente política, não propriamente dogmática ou técnico-jurídica.²⁹² (grifo nosso)

Entretanto, o repertório de autores contrapõe a posição acima. O discurso transparente nos artigos da revista e as fontes ali referenciadas são evidências de um discurso sobretudo técnico. A conclusão deriva de um universo ainda pequeno dentre todas as publicações e registros que ainda restam do século XIX, entretanto, como já justificado, o impacto e a disseminação da revista parecem ser suficientes para embasar esse resultado. Também, ainda que a revista fosse exclusivamente jurídica determinadas a publicar doutrina, legislação e jurisprudência, a variedade de temas jurídicos, a diversidade de autores e a pluralidade também de estilos como a crítica, o discurso, a dissertação fazem com que se possa concluir, que ainda com esse foco, havia uma preocupação dos juristas do XIX com a *sciencia* do direito, levando em consideração as mediações necessárias e a ressignificação pela qual passou o termo ciência.

Em volume de citações as fontes brasileiras apresentadas na Tabela 2 estão em menor número mas não, afora a doutrina portuguesa que supera ambas, a brasileira e as demais fontes estrangeiras estão praticamente em paridade.

Dentre os brasileiros, é frequente a citação à *Consolidação das Leis Civis* elaborada por Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883), mencionada em 37 artigos diferentes, equivalente a trinta por cento do total e por 31 articulistas²⁹³ diferentes.

As citações da Consolidação são abundantes. Entretanto, deve-se recordar que, o volume se deve também à lógica extrínseca à Consolidação, que fez com que o texto funcionasse como se código fosse, representando o último estado da legislação, tal qual expresso no contrato imperial. Como explica Samuel Rodrigues Barbosa:

²⁹² LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 100.

²⁹³ João Damasceno Pinto de Mendonça, Joaquim Augusto de Camargo, A. H. de Souza Bandeira Filho, João Pereira Monteiro, Francisco Alves Branco, Joaquim Alves Carneiro de Campos, Augusto Teixeira de Freitas, Francisco Vilhena, Luiz Francisco da Camara Leal, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Antonio Tiburcio Figueira, João Joaquim Fonseca de Albuquerque, G. Lima, Francisco de Paula Sales, Eduardo Gomes Ferreira Vellozo, Candido Borges Da Fonseca, M. Jorge Rodrigues, Vicente Ferrer De Barros Wanderley Araujo, Joaquim Antunes de Figueiredo Junior, Tarquinio de Souza Filho, Hermenegildo Militão de Almeida, Antonio Dino da Costa Bueno, Antonio Carneiro Antunes Guimarães, Antonio Xavier Freire, Miguel Bernardo Vieira D'Amorim, M. I. Carvalho de Mendonça, Ruy Barbosa, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Carlos Honorio Benedicto Ottoni, F. de C. Figueira de Mello e Joaquim Felício dos Santos. Teixeira de Freitas foi citado em todo o período analisado da publicação.

Pode ser um truísmo dizer que a Consolidação das Leis Civis não seja um Código, na medida em que não é um direito novo. O contrato com o governo Imperial definia o objetivo: ‘consiste a consolidação em mostrar o último estado da Legislação’. Porém, a importância racionalizadora da Consolidação tem a ver com características codificadoras que estão presentes. Tal meio de difusão e seleção da complexidade do direito civil tem, pois, uma importante peculiaridade: a Consolidação fez às vezes de um Código com validade empírica.²⁹⁴

Desse modo, as citações frequentes à consolidação devem ser interpretadas não somente considerando-as como texto legal – ou ao menos que “fazia as vezes de”, ainda em um período pré-codificação civil, mas também como obra doutrinária do autor. A diferenciação entre uma e outra depende unicamente do contexto, entretanto, em geral, a crítica é dirigida ao autor – na falta do legislador ordinário. Enquanto que as citações ao texto deste código “empírico” em si, percebe-se que, por muitas, o autor não chega a ser citado.

Outrossim, como bem resume Petit acerca dos comentários de Giovanni Tarello sobre o fenômeno da codificação, havia duas linhas confluentes nesse assunto.

Al reconstruir “las ideologías del siglo XVIII sobre la codificación y estructura de los códigos” Giovanni TARELLO mostró los dos recorridos o componentes ideales de la experiencia codificatoria. De un lado, la que me permito designar (no es término de TARELLO) como línea política hacia el código, que destaca en el mismo (esto sí es cosa de TARELLO) “el acto de voluntad, concreta e históricamente determinada, de una autoridad política que se extiende en los límites del Estado”; de otro lado, la que se diría línea científica, esto es, el código entendido en relación al “acto de conocimiento de la materia regulada y del sistema bajo el cual se estructuran las reglas, no en un momento determinado y en un territorio limitado sino (al menos tendencialmente) siempre y donde quiera”. Tras estilizar así la doctrina de su inacabada Storia della cultura giuridica moderna (1976) TARELLO proseguía argumentando sobre la “arbitrariedad” (voluntarismo) y la “naturalidad” (sistematicidad) que confluyeron finalmente como las dichas ideologías de la codificación (TARELLO, 1995).²⁹⁵

Sob esta ótica em que pese não ter havido ainda no século XIX o ato de autoridade estatal quando da promulgação de um código civil, a sistematicidade e, principalmente, a naturalidade do uso e desenvolvimento de doutrina sobre o projeto

²⁹⁴ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 369).

²⁹⁵ PETIT, Carlos. Derecho civil e identidad nacional. **Revista para el Análisis del Derecho**. Barcelona, julio 2011. p. 10. Disponível em: <www.Indret.com>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

de Teixeira de Freitas fez com que esse código antes do código preenchesse a linha científica proposta por Tarello em boa medida.

De Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro (1828-1904) a obra citada em 60% das ocorrências é Instituições de Direito Civil Brasileiro, pelos seguintes autores: João Damasceno Pinto de Mendonça, Joaquim Augusto de Camargo, João Pereira Monteiro, Francisco Alves Branco, Antonio Joaquim Ribas, Joaquim Alves Carneiro de Campos, Manoel Martins Torres, Augusto Teixeira de Freitas, Luiz Francisco da Camara Leal, Joaquim Corrêa de Araújo, Antonio V. Menezes de Drummond, G. Lima, Democrito Cavalcante de Albuquerque, Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo, Hermenegildo Militão de Almeida, Tarquinio de Souza Filho, Antonio Dino da Costa Bueno, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e Mileno de Torres Bandeira. Com exceção de poucos anos (1878, 1879 e de 1884 a 1887), também é citado em todo período analisado.

Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) é citado por quatorze articulistas diversos, dentre os quais João Damasceno Pinto de Mendonça, João Pereira Monteiro, Augusto Teixeira de Freitas e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Antonio Joaquim Ribas (1818-1890): a obra Consolidação das leis do processo civil, publicada em 1880 foi resultado da sistematização da legislação processual brasileira a ele encarregada pelo governo imperial²⁹⁶. Além de Teixeira de Freitas outros dois autores fazem referência ao artigo publicado no primeiro volume da Revista *O Direito*, Aureliano de Souza e Oliveira e Luiz Francisco da Camara Leal. Ruy Barbosa menciona *Consolidação das leis do processo civil* e *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Além dessas obras, é citada também o livro *Direito administrativo brasileiro*.

De Joaquim Ignacio Ramalho (1809-1902) são citadas *Praxe Brasileira* e *Instituições Orphanologicas*.

Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1824-1881) é citado, dentre outros, por Lafayette Rodrigues Pereira, Souza Bandeira Filho, Augusto Teixeira de Freitas, Carlos Honorio Benedicto Ottoni, Ruy Barbosa e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Em uma ocasião é feita referência a artigo publicado na Gazeta Jurídica. Destaca-se que, em pese ser *A escravidão no Brasil* sua obra mais notória, a obra mais citada na Revista foi *Commentario a lei n. 463 de 2 de setembro de 1847 sobre*

²⁹⁶ LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007. p. 72.

successão dos filhos naturales e sua filiação. Novamente isso comprova o caráter técnico da revista que, por vezes, como se verá a seguir, pode sugerir uma forma de escapismo ou de artificialidade proposital do discurso jurídico.

De Antonio Joaquim Gouvêa Pinto (1777-1833) foi citada somente a obra *Tratado dos Testamentos e Successões*, pelos seguintes autores João Damasceno Pinto de Mendonça, José Luiz de Almeida Nogueira, Lafayette Rodrigues Pereira, Augusto Teixeira de Freitas, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Joaquim Antunes de Figueiredo Junior, Hermenegildo Militão de Almeida, M. I. Carvalho de Mendonça e F. de C. Figueira de Mello.

Candido Mendes de Almeida (1818-1881). O Código Philippino é o texto mais citado em pelo menos 60% das menções ao autor (novamente a forma de citação impede que o resultado seja preciso), pelos autores João Damasceno Pinto de Mendonça, Francisco Alves Branco, Joaquim Alves Carneiro de Campos, Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo, Hermenegildo Militão de Almeida, Ruy Barbosa e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Assim como a Consolidação de Teixeira de Freitas teve um caráter paliativo enquanto a codificação civil não acontecia, a obra de Candido Mendes também teve um caráter além do doutrinário.

A edição de Cândido Mendes das Ordenações Filipinas merece ser investigada na sua forma e no seu desempenho como meio de difusão. Perdem-se informações valiosas ao toma-la apenas como mais uma edição das Ordenações ou como uma fonte primária sem mais. Na introdução, a edição é justificada como “um remédio provisório”, enquanto não se completa positivamente a esperada codificação do direito civil; como tal, tem que responder às necessidades do foro, à complexidade que foi mencionada acima. Em razão disso, a primeira característica saliente é o abundante material complementar ao texto das Ordenações. A edição, que saiu pela primeira vez em 1870 em dois volumes in 4º, compila esse material tanto no primeiro volume (com o texto das Ordenações), como no segundo, conhecido por auxiliar jurídico.²⁹⁷

Segue explicando o autor, que a transcrição das Ordenações é mais uma compilação das fontes legislativas posteriores que derogaram os dispositivos das Ordenações, em um procedimento que alterou, declarou ou alargou o texto “original”.

Bem se vê como a edição das Ordenações de Cândido Mendes retrata a complexidade do direito civil nos Oitocentos (fontes legisladas portuguesas,

²⁹⁷ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 366.

brasileira e de outras “Nações polidas”; estilos e arestos que remontam ao Antigo Regime; a mole da literatura do *jus commune*, da civilística do século XIX). Ao mesmo tempo, e o mais importante para o argumento, constitui uma verdadeira biblioteca que simplifica e organiza essa complexidade, uma caixa de ferramentas para o prático, servindo como substituto da biblioteca de babel do direito comum europeu, cara e de difícil acesso.²⁹⁸

Explica ainda Samuel Barbosa que, ao citar uma obra como a de Candido Mendes havia nela intrinsecamente todo um repertório de juristas, desde os tratadistas como Valasco e Cardozo do Amaral, decisionistas como Gama Pereira e Rodrigues Cordeiro. Além disso, outro recurso utilizado por Candido Mendes, evidenciando justamente o caráter de uma obra que substituíria diversas outras, é a reprodução dos “prolegômenos” de Dupin ou dos “axiomas e brocardos” de diferentes fontes, até mesmo de Lobão.

Assim que, as citações contadas, ainda que consideradas um dado objetivo, uma quantidade certa, necessitam também de interpretação posto que a citação de Dupin ou de Lobão pode ter passado pela mediação de Candido Mendes ou outros autores que executavam tarefa semelhante.

De José Antonio Pimenta Bueno (1808-1878) citam-se principalmente *Direito internacional privado* e *Direito Publico Brasileiro*.

Francisco de Paula Baptista (1811-1882), professor da Faculdade de Direito do Recife, “tendo publicado, segundo Clóvis Beviláqua (1927), apenas dois livros: *Theoria e pratica do processo civil* e *Hermenêutica Jurídica*. Os livros serviram de compêndio aos cursos, mas adquiriram grande notoriedade em todo o Império e se tornaram clássicos no Brasil”²⁹⁹. Na revista, a obra mais citada foi *Hermenêutica Jurídica*, publicado em 1860. A primeira edição datada de 1855, do *Compendio de Teoria e Prática do Processo Civil*, destinava-se a servir de compêndio nas aulas das Faculdades de Direito do Império do Brasil. Em 1872, as duas obras são publicadas conjuntamente. No prólogo desta terceira edição da obra de Paula Baptista, percebe-se o contraponto entre uma cultura baseada na oralidade e a valorização do texto escrito, pois o autor julga necessário justificar a apresentação de seu trabalho na forma-livro e destacar as vantagens do impresso no ensino³⁰⁰.

²⁹⁸ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373. p. 369.

²⁹⁹ LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007. p. 72.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Sônia Regina Martins de. Entre a retórica e a ciência: um estudo sobre os juristas brasileiros do século XIX José Maria de Avellar Brotero e Francisco de Paula Baptista. In: FONSECA,

Ora, para que os professores de direito bem instrução seus alumnos nos princípios geraes da sciencia, e d'ahi possam bem explicar as leis, que methodo de ensino deverão seguir? No ensino oral ideas de real interesse quasi sempre fogem imediatamente á memória dos ouvintes; ao passo que, quando deduzidas em notas escriptas, permanecem para facilidade e adiantamento do estudo, ficando o autor sujeito á esclarecida critica, donde possam provir melhores apreciações e combinações para a intelligência e applicação das leis e progresso da sciencia.³⁰¹

Em conclusão, a variedade e quantidade de fontes não confirma a aridez intelectual na cultura jurídica brasileira. Ainda assim, a doutrina brasileira que se apresenta pulverizada quando analisada a quantidade de articulistas da Revista *O Direito*, torna a se concentrar ao redor de uma dúzia de fontes. Parece haver, portanto, uma forma de escalonamento, não entre “alta” e “baixa” cultura, nem entre grandes juristas e juristas menores, mas entre obras mais difundidas e outras menos. Possivelmente, isso se deve a uma confluência de razões ao invés de uma causa única, dentre as quais as próprias dificuldades material em termos de publicação, acesso e custo das obras, mas também a composição de um acervo em comum entre os juristas. A comunicação somente poderia ser possível a partir de certas coincidências, de uma base comum de fontes. O desenvolvimento de uma doutrina brasileira teria que se dar a partir dessa base comum e as últimas décadas do século XIX reuniam a forte carga da tradição portuguesa, com o desejo de “modernização” expresso pela influência francesa e alemã que começava a se popularizar, conduzido por um núcleo de juristas brasileiros, num movimento de tese, antítese e síntese.

Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 197-208. p. 204.

³⁰¹ BAPTISTA, Francisco de Paula. **Compêndio de Theoria e Prática do Processo Civil Comparado com o Comercial e de Hermenêutica Jurídica para Uso das Faculdades de Direito do Brazil**. 6. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. VI.

3.3 ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO NO DIREITO PRIVADO

Até aqui foi cartografado o perfil dos autores dos artigos e as principais fontes em circulação, configurando de certa maneira o panorama intelectual dos juristas do século XIX – dentro da amostra estudada, certamente. Resta analisar como se articulava o discurso desses juristas diante das fontes e em relação ao meio. Para tanto, o discurso deve ser investigado tomando-o como um fenómeno próprio, influenciado por uma rede de relações – de citações – e referências mais ou menos implícitas. Ademais, desse “ambiente textual” também participa o entorno social³⁰².

Por esta razão, ao menos como ambição, pretende-se seguir a perspectiva do professor Hespanha, investigando o impacto e a disseminação das doutrinas, mais a forma geral de como as ideias se relacionavam nem panorama geral, do que como cada autor, corrente de pensamento ou ideologia – política, social etc. – se destacava. Busca-se uma aproximação com o que o autor nomeia de “jurista coletivo”, mais impessoal e mais difuso.

Outra linha de força desta perspectiva da história das instituições, válida sobretudo para quem estuda a atividade doutrinal dos juristas, é a de atender não tanto ao brilho e originalidade das obras ou dos autores estudados mas sobretudo ao impacto da sua produção doutrinal na vida jurídica do seu tempo. Não é que as grandes criações do espírito humano (e, portanto, também as grandes criações dos juristas) não tenham o seu lugar na história, independentemente do seu impacto cultural. Têm-no, como o tem a biografia, a crónica mundana os episódios guerreiros, realidades que, todas elas, fazem parte da tal história factual (évenementielle) a que antes nos referimos. Todavia, numa história social do direito (i.e, numa história que encare o direito como um fator de ordenação social), a perspectiva é diferente, ganhando um maior interesse os aspectos massivos a impessoais como, v.g., o do grau de difusão das obras doutrinárias (avaliado, v.g., através do número e locais das edições, do estudo dos catálogos das bibliotecas jurídicas, das citações feitas em outras obras ou nas decisões judiciais). É a partir destes aspectos que emergem os dados estruturais ou de longa duração; ou, para utilizar uma expressão de ressaibos gramscianos, o “jurista colectivo”.³⁰³

Diante dessa perspectiva, critica o autor, tampouco é suficiente uma análise apenas social dos textos, localizada na situação social dos autores. A problemática se instala quando se reduz todo o aspecto social do texto ao ambiente social de seus

³⁰² HESPANHA, António Manuel. Una história de texto. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. 187-197.

³⁰³ HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982. p. 22-23.

autores, e, dos textos, se retira apenas seu conteúdo manifesto, deixando de observar-se a estrutura formal em seu aspecto múltiplo: sistematização, organização de argumentação, imagens, tópicos, vocabulário e referências³⁰⁴.

Perante o texto, percebido como o lugar de múltiplas relações³⁰⁵, interessa, sobretudo, o aspecto pragmático, ou seja, as relações entre signos e agentes do discurso – autores e destinatários (reais ou presumidos). O texto então passa a ser um intertexto, composto não apenas pela unidade física do texto – no presente caso, do artigo – mas por uma rede de mútuas referências.

Aqui a ideia centra é a intertextualidade, quer dizer, a de que cada unidade textual “física” forma parte de um grande texto, de um intertexto, constituído por todas aquelas realidades textuais que mutuamente se invocam – expressa e intencionalmente – ou suscitam implícita e objetivamente-. O intertexto e, assim, uma rede de referências mútuas, contínuas e mutáveis, no âmbito de que cada elemento textual se transforma, adquirindo novos significados, em virtude de uma incessante corrente de incorporação de elementos significativos (heterointegração).³⁰⁶

A incorporação dessas outras realidades textuais se dá, no nível mais básico pelas formas linguísticas, estilísticas e, em um nível superior, pelos sistemas, conceitos, dogmas, referências e autoridades. Logo, a base comum de autores identificada na pesquisa em fonte primária estabelece essas duas relações. Cada texto – artigo – passa a poder ser então observado como um intertexto, como um ponto de intersecção de outros textos diversos, com referências e autoridades que “conversam” entre si. Os artigos da revista, portanto, refletem, repetem e reverberam textos externos, seja da tradição doutrinária portuguesa, francesa, ou, da recém inaugurada, doutrina brasileira. Esse resultado, dessarte, ainda que previsível,

³⁰⁴ HESPANHA, António Manuel. Una história de texto. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. 188.

³⁰⁵ Hespanha sintetiza essa multiplicidade de relações que permeiam o texto, dividindo-as em relações sintáticas, situada no nível da língua, relações semânticas, na qual é possível verificar no interior do texto seus temas, conceitos, significados, e, relações pragmáticas, que por sua vez, estabelecem as relações entre signos e sujeitos discursivos (autor e receptor) (HESPANHA, António Manuel. Una historia de texto. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 189).

³⁰⁶ “Aquí la idea central es la intertextualidad, es decir, la de que cada unidad textual “física” forma parte de un gran texto, de un intertexto, constituido por todas aquellas realidades textuales que mutuamente se invocan – expresa e intencionadamente – o suscitam – implícita y objetivamente-. El intertexto es, así, una red de referencias mutuas, continuas y mutables, en el ámbito de la que cada elemento textual se transforma, adquiriendo nuevos significados, en virtud de una incesante corriente de incorporación de elementos significativos (heterointegración)” (HESPANHA, António Manuel. Una historia de texto. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 190-191). (tradução nossa).

necessitava de confirmação para que a suposição se converta em análise da dimensão desse viés múltiplo dos textos jurídicos do final do Império.

Esse movimento permanente de invocação de um grande texto implícito se materializa, rapidamente, no obsessivo jogo de citações, que nos remetem expressamente a textos complementares, tanto formal como economicamente, integrados no discurso. Mas a heterointegração não se conclui com estas remissões expressas e intencionais do autor, pois este mesmo, ao utilizar conceitos que aparecem em outros textos da tradição, remete implicitamente a ela e espera, do leitor, a capacidade de mobilizar e de corrigir, assim, as lacunas ou indeterminações de seu discurso.³⁰⁷

Com esse elenco de fontes, verifica-se que não há, em todo o conjunto de textos analisado, uma tendência que ofusque as demais ou uma única corrente dominante sobre o pensamento jurídico como um todo. Essa conclusão era esperada, posto que, “em todos os momentos históricos a existência de uma forma de pensar hegemônico não se estabelece sem que sobreviva algo da forma anterior, com a qual continua um certo diálogo”³⁰⁸.

Diante dessas considerações, o século XIX no Brasil é um período complexo no qual estão em jogo a tradição europeia – reminiscências do período colonial e da primeira geração de juristas pós-independência – e a influência da novidade vinda da Europa, mas no qual também podem florescer elementos locais do Estado recém-independente. A partir das fontes, das citações e dos textos estudados, a cultura jurídica brasileira se mostra verdadeiramente peculiar. Como explica Fonseca³⁰⁹, a

³⁰⁷ “Este movimiento permanente de invocación de un gran texto implícito se materializa, rápidamente, en el obsesivo juego de las citas, que nos remiten expresamente a textos complementarios, tanto formal como económicamente, integrados en el discurso. Pero la heterointegración no concluye con estas remisiones expresas e intencionales del autor, pues éste mismo, al utilizar conceptos que aparecen en otros textos de la tradición, se remite implícitamente a ella y espera, del lector, la capacidad de movilizar y de subsanar, así, las lagunas o indeterminaciones de su discurso” (HESPANHA, António Manuel. *Una historia de texto*. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 191). (tradução nossa).

³⁰⁸ LOPES, José Reinaldo Lima. **O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 85-86.

³⁰⁹ “Eis, assim, a chave para compreender a peculiar cultura jurídica brasileira em seu nascimento e desenvolvimento entre meados do século XVIII e início do século XX: trata-se de um ambiente histórico em que existem renitentes permanências do direito comum na ordem jurídica privada (como foi argutamente observado por Ascarelli) mas, de outro lado, que sofre importantes descontinuidades no tempo. Todavia, tais importantes descontinuidades, que se mostram tão relevantes a ponto de dar à cultura jurídica brasileira uma marca própria e distintiva (ordenações, ‘Lei da Boa Razão’, intervenções legislativas do Império, ‘Consolidação das Leis Civis’ de Teixeira de Freitas), não podem, por sua vez, ser compreendidas unicamente à luz da recepção do direito oficial e de modo isolado da rica realidade histórica que lhe era subjacente. A compreensão das peculiaridades da formação cultural do direito privado brasileiro não deve ser destacada das profundas marcas deixadas por uma sociedade agrária, escravocrata e conservadora que, com engenhosidade ímpar, foi caminhando lentamente na direção de uma ‘modernização’ jurídica na qual eram equivalentemente importantes alguns modelos estrangeiros a serem seguidos e a necessidade de sua conformação com as injustas estruturas sociais

cultura jurídica brasileira dos oitocentos é ao mesmo tempo continuidade de estruturas, instituições e teorias jurídicas europeias e, descontinuidades capazes de distinguirem a cultura jurídica brasileira de qualquer outra. Desse contexto, e diante No entanto, transcende os textos pela escolha dos temas e pelas conclusões dos autores que a análise do discurso não deve se distanciar da compreensão da relação de pertencimento ainda a uma sociedade monárquica, agrária, escravocrata, conservadora e pré-industrial. Na qual termos como ciência, liberalismo e positivismo adquirem um conteúdo particular.

Na vida política do Império brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX, dois temas ganharam destaque nos principais debates e combates então travados: as questões abolicionistas e republicana. Não corria um dia sequer na imprensa e na vida intelectual de então sem que um deles – ou ambos – fossem discutidos acaloradamente. **Não era possível passar ao largo da polêmica ou evitar tomar posição frente às ideias debatidas, e todos os homens que, de uma forma ou de outra, exerciam alguma atividade ligada à política e ao Direito nessa época tiveram que fazê-lo.**³¹⁰ (grifo nosso).

Enquanto outros trabalhos tratam da jurisprudência das altas cortes³¹¹ ou do percurso das ações de liberdade³¹², o aspecto prático do direito, o manejo técnico do direito dos foros parece sempre ser uma esfera menosprezada nos estudos historiográficos acadêmicos. O labor prático do jurista, que nesse momento não atua como jurista dentro do perfil construído no capítulo anterior, resta um tanto negligenciada hoje. Entretanto, a força motriz de vários dos artigos estudados era justamente o que se passava no foro, a problematização da realidade diária. Como explica Pietro Costa, é a partir da experiência jurídica³¹³, que o jurista estrutura sua visão de mundo:

e políticas brasileiras". (FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**. Milão: Giuffrè, XXXIII/XXXIV (2004/2005).

³¹⁰ AMBROSINI, D.; FERNANDES, M. Elite política, abolicionismo e Republicanismo. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 199.

³¹¹ Ver: LOPES, J. R. L. (org.); et. al. **O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

³¹² Ver: GRINGERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Entre o "espírito da lei" e o "espírito do século": a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão** (Curitiba, 1868-1888). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013.

³¹³ "Dir-se-á, antes, que a missão cognitiva da história do direito – como a de qualquer outra história – não se fundamenta no material previamente estabelecido dos dados e fatos históricos e na sua utilidade para o presente, mas na historicidade da nossa própria existência. Na medida, porém, em que a história

O mundo possível que o jurista acede narrar é a realidade na qual ele concretamente atua, a realidade da experiência comum que está diante dele, com toda a sua complexidade e variedade. [...] o mundo possível que o jurista imagina é um mundo essencialmente ordenado, é o mundo como ordem.³¹⁴

O discurso atende ao aspecto da vida prática do jurista, seja aproximando-se aos interesses da profissão liberal ou do papel na burocracia estatal, devendo ser interrogado nesse aspecto, da apropriação e utilidade do discurso próprio de uma mesma vocação intelectual.

O discurso jurídico e, como se demonstrou, o discurso jurídico brasileiro do final do XIX, entremeado por uma forte e profunda tradição e a necessidade inadiável de movimento, de modernização, é o resultado da atuação do jurista em meio ao passado e futuro.

Percebe-se, assim, que o discurso jurídico não desempenha uma função apenas descritiva – quer essa descrição se refira ao objeto empírico da ciência (a regra prescritiva), quer se refira à realidade empírica em que tal objeto existe (as relações de poder). Além dessa função, o direito atua também como intervenção-projeto, com a intenção de construir uma realidade vista apenas como possibilidade para o futuro.

Ao agir dessa forma, o discurso jurídico seleciona da realidade confusa de interação social alguns poucos fragmentos, graças aos quais a confusão de conflitos é devolvida a uma narrativa que os expõe como momentos de uma ordem completa, o que possibilita enxergar a ordem em um mundo onde ela não existe, situando-a em uma temporalidade determinada de estabilidade ou transformação.

Não se trata, porém, de mera ideologia; o jurista não mente sobre aquilo que enxerga, nem se engana ao ver na realidade algo que não existe. De fato, ao enxergar a ordem em meio ao caos, o jurista efetivamente cria a ordem, assim como o escrito inventa a ordem em meio ao caos de personagens e acontecimentos da história que conta. Não é, portanto, de um mentiroso ou um mistificador; o jurista é sempre um visionário, um profeta. O saber jurídico não se limita a ocultar a realidade objetiva, mas a codifica simbolicamente ao ordenar o conjunto de significados esparsos em um sistema lógico coerente que traduz as intenções de organização e transformação do próprio grupo social a que se refere.³¹⁵

do direito acaba por recorrer necessariamente, quanto a esta questão, à própria experiência do direito, tornam-se seu objeto quaisquer domínios da história em que, possa ser encontrada a experiência humana do direito. Ela acaba por ser História, sob o ponto de vista da experiência humana do direito". (WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. Tradução: António Manoel Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 4-5).

³¹⁴ COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 196.

³¹⁵ GUANDALINI JR, Walter. O Direito Etéreo: trilhas para um explorador do intangível. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 81-98. p. 94-95.

Incidentalmente essa análise também revela, ainda que de forma não definitiva, quais autores possuíam um repertório mais vasto e o que efetivamente circulava e tinha impacto na cultura jurídica brasileira. O ecletismo de fontes e autores não diz respeito apenas ao texto, mas aos autores e – a expressão parece bem apropriada – *ao caldo cultural* na qual estão imersos.

O funcionamento da configuração jurídica brasileira, aparentemente, se estabilizava no século XIX a partir de uma convivência peculiar entre uma ideia de direito moderna, liberal e legalista e uma ideia de direito calcada no costume, aliada às referências normativas pré-modernas (tais como a doutrina do *ius commune* e as próprias ordenações) e a uma institucionalidade político-jurídica ainda bastante dependente dos poderes locais²³⁴. Os juristas teóricos, como engenheiros desse sistema complexo, esforçaram-se por reconfigurá-lo paulatinamente, sobretudo na segunda metade do século, mas não se atreveriam a desmontá-lo.³¹⁶

Como explica Hespanha³¹⁷, a literatura jurídica não era, em absoluto, puramente descritiva, ao contrário, possuía uma enorme carga preceptiva. O tom descritivo decorria de uma percepção de indisponibilidade do mundo, de uma ordem dada fundada na religião e na natureza. Mas os estados de espírito dos homens e a relação entre estes e seus efeitos sociais configurava um forte caráter preceptivo no sentido de modelação dos comportamentos como modelos forçosos de conduta.

É por volta de 1870 que um novo período vai se abrir na história do pensamento jurídico brasileiro, quando novos matizes de ideias, originados na filosofia dos séculos XVII e XVIII, começam a impregnar a vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico.

Essa prevalência de uma vontade de “interpretar o Brasil” e prescrever caminhos para a sociedade é importante para a compreensão do pensamento e do imaginário partilhado por diversos juristas do período, associados à “geração de 1870”, não porque o discurso jurídico teórico seja simplesmente um “instrumento” das ideologias, e sim porque, naquele momento histórico,

³¹⁶ TORRES, Juliano Rodriguez. **A ordem e a fera**: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 63.

³¹⁷ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 38.

pensamento jurídico e pensamento social mostram-se francamente indissociáveis.³¹⁸

A herança de uma tradição jurídica europeia estava sedimentada na cultura jurídica local, fato evidenciado pela manutenção da vigência das Ordenações Filipinas após a Independência, mas também pelo apego aos doutrinadores portugueses meio século após a independência, todavia isso não se dava sem mediações. Essa tradição aqui foi adaptada às particularidades locais, como se entre uma realidade e outra fosse colocada uma lente que distorcesse um pouco a luz.

Essas distorções podem ser comparadas às interdições ao discurso identificadas por Foucault. E o discurso jurídico, como qualquer outro³¹⁹, é passível de interdição. Nos termos postos por Foucault:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.³²⁰

O discurso jurídico sofre – e muito – dessas três interdições. Tome-se como exemplo emblemático o discurso jurídico acerca da escravidão nos textos civilistas. A problematização da escravidão como instituto de direito civil foi selecionada, ao se verificar sua relevância dentre as possíveis temáticas. Os 116 artigos de direito civil puderam ser subdivididos, esquematicamente, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

³¹⁸ TORRES, Julianio Rodriguez. **A ordem e a fera: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 65.

³¹⁹ “O jurista produz seu discurso como sujeito pertencente a uma específica comunidade profissional, como sujeito definido por uma densa rede de ações e interações, de conflitos, de solidariedade, de relações de poder, de esquemas de comportamentos, valores, normas socialmente comuns: está, por assim dizer, dentro da densa e viscosa amálgama da interação social, na qual o discurso jurídico toma forma, é lido, usado, produz seus efeitos” (COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 195-196).

³²⁰ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.



Figura 3: Divisão de temas dos artigos de Direito Civil.

Observando o gráfico, é importante questionar quais eram as preocupações mais prementes para os civilistas. Os direitos civis estavam mais relacionados aos direitos do proprietário, de terras, de escravos, de títulos ou da condição pela qual se tornavam proprietários, por dívida, hipotecas, sucessões. A condição de proprietário influenciava outras esferas da vida prática dos cidadãos, como a participação na vida política, como eleitores ou candidatos.

Considere-se a afirmação de Paolo Grossi sobre o longo processo de condensação do conceito de propriedade:

É um processo de renovação que leva cinco séculos, do XIV ao XIX, e que somente em seu êxito final obtém a inversão de um sentido, a reviravolta da mentalidade: somente na metade do século XIX o fruto, já maduro, destaca-se do ramo, mas a progressiva maturação teve uma duração plurissecular.³²¹

³²¹ GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução: Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 62.

É somente no século XIX que se definem contornos mais nítidos não só da extensão do direito de propriedade mas do ser proprietário e do que pode ser sujeitado a esse direito.

Analisando os temas identificados abordados pelos civilistas que escreveram para a revista, a partir da análise geral dos textos, verifica-se não apenas o caráter técnico da publicação, mas a aproximação à proposta editorial de oferecer ferramentas para que aqueles que operavam o direito na prática manejassem os institutos diante do emaranhado legislativo³²².

Entretanto, dentre os assuntos mais relevantes em número de artigos dedicados, a preocupação no âmbito do direito civil da escravidão merece destaque. Talvez pela concepção comum de que a escravidão fosse um conceito muito mais advindo da esfera social do que jurídica, afinal, não havia lei que a permitisse. A escravidão, como se verá adiante, enquanto instituto pertencia à esfera civil, ao direito de propriedade, logo, chama a atenção, assim como chamou a atenção da comissão avaliadora que censurou o projeto nesse aspecto, a ausência de menção à escravidão no projeto de Código Civil apresentado por Teixeira de Freitas. Como explica Paola Iglésias:

Alguns anos mais tarde, ao publicar a terceira edição da Consolidação, Freitas viria a rebater a reprimenda, argumentando que a escravidão estava condenada a “extinguir-se em época mais ou menos remota”. Não se justificaria, destarte, a inserção de disposições legais referentes à instituição em uma obra legislativa que aspirava a servir para a posteridade. Melhor seria tratar juridicamente o problema do elemento servil em um Código Negro, evitando assim que se maculassem as leis civis com “disposições vergonhosas”.³²³

³²² Ainda que se estivesse em período pré-codificação, já haviam sido promulgados importantes diplomas legislativos sobre a regulamentação da propriedade de terras, como a Lei de Terras de 1850 e a Lei da Reforma Hipotecária de 1864, entretanto, Sérgio Staut identifica em texto de Lafayette Rodrigues Pereira referência sintomática das persistências do direito romano sob o filtro das Ordenações mesmo anos após a promulgação dessas leis: “Observa-se o fato desse autor [Lafayette] estar discorrendo em 1877 sobre a aplicação do direito português recepcionado pelo direito brasileiro (especialmente as Ordenações Filipinas) justamente em matéria de direito de propriedade, aproximadamente vinte e sete anos após a promulgação da Lei de Terras de 1850. Isso parece indicar que, apesar de existir no Brasil uma legislação específica regulamentando o direito de propriedade, a base do instituto, segundo Lafayette Rodrigues, ainda era o direito romano” (STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009. p. 128).

³²³ IGLÉZIAS, Paola D’Andretta. A legislação comercial e o movimento de codificação civil no Segundo Reinado. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro** (de 1850 a 1930). São Paulo: Saraiva, 2010. p. 182.

Portanto, ainda sem a pretensão de esgotar o assunto, os textos sobre a escravidão favorecem a observação do discurso jurídico e da postura dos juristas diante dessa fronteira entre o social e o jurídico. Por um lado, pela relevância social do tema, deveria conduzir a uma ausência de neutralidade e fazer transparecer não o discurso jurídico, mas o discurso do próprio jurista. Em segundo lugar, ainda partido do senso comum, um tema que convivia factualmente tão próximo aos juristas, deveria prescindir do tecnicismo e do formalismo e ser o espaço para que os juristas modulassem seu discurso para que tivesse efeitos práticos na sociedade. Entretanto, como a seguir se demonstra, esse direcionamento não foi unânime.

A análise da escravidão nesse momento foi feita buscando apreender a cultura jurídica conforme três etapas de um processo historiográfico levantadas por Fonseca:

Trata-se, portanto, de compreender a cultura jurídica brasileira do império a partir de três ângulos, que todavia constituem lados de um mesmo cristal: trata-se, em primeiro lugar, de verificar como o saber do direito do modo como ele historicamente circula, considerando sua dinâmica interna e respeitada a sua espessura, e tomando-se sua densidade e seu papel (que não é meramente técnico, instrumental ou ideológico), para, a partir daí, verificar como ele cumpre uma função efetiva e opera efeitos concretos no âmbito cultural. Em segundo lugar, trata-se de verificar o modo como o saber jurídico dialoga com os diversos componentes culturais, verificando nas suas transformações internas o modo como ela elabora e reelabora tais componentes. Por fim – e de um modo não mecânico ou esquemático – verificar como este saber do direito – tomado a partir desta complexidade e sem reduções – estabelece sua relação com as estruturas sociais, econômicas e políticas do período histórico estudado.³²⁴

Ainda que, com as escusas prévias, se deva reconhecer que a tarefa foi realizada de forma bastante restrita.

3.3.1 O tratamento da escravidão como instituto do Direito Civil

Portanto, o assunto escravidão ou servidão como era comumente tratado o instituto civil, é um tema representativo na amostra de artigos estudados. Se for considerado, ademais, o caráter técnico demonstrado em mais de uma ocasião, que tinha a publicação *O Direito*, a servidão se apresenta como uma temática privilegiada

³²⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 293.

por demonstrar, acredita-se, além do discurso profissional ao menos um vislumbre dos aspectos extratextuais ou *intertextuais*.

Restringe-se a abordagem ao modo como os articulistas da Revista tratavam desse instituto e de que modo – inclusive pessoal – com ele se relacionavam.

À exceção das leis ou punições especiais na esfera criminal aos escravos, no âmbito civil, embora os artigos correlatos à escravidão foram aqui agrupados, o tema não era autônomo mas se relacionava ora ao direito de propriedade e sua transmissão por sucessão ora ao estado de pessoa ou à validade e eficácia da legislação. Entretanto, frise-se, ainda quando a discussão circundava o estado de pessoa, seu status era discutido não em termos de direitos individuais ou dignidade da pessoa humana, mas em relação a classificação dos escravos perante as leis de emancipação parcial ou enquanto bens. O escravo não aparecia nas páginas da revista como sujeito de direito, mas como coisa. Essa posição muda paulatinamente ao longo do período analisado, as discussões, conforme se acirram os ânimos acerca do tema também fora do mundo jurídico letrado, tendem a ser mais práticas – no sentido de que ainda que seu estatuto jurídico fosse de bens, as relações sociais pressionavam os juristas para o reconhecimento também jurídico da insustentabilidade do instituto da servidão.

A tabela abaixo relaciona os artigos sobre servidão publicados na Revista *O Direito* entre 1873 e 1887³²⁵ visando facilitar a referência.

Volume	Ano	Título do artigo	Autor
1	1873	Escravos entre bens do evento	Francisco Balthazar da Silveira
3	1874	É válida a hipoteca que, compreende só escravos, sendo posterior à publicação da Lei 1237 de 24 de setembro de 1864, porém anterior ao regulamento, que baixou para execução d'essa lei com o Decreto n 3453 de 26 de abril de 1865?	Manoel Martins Torres
6	1875	O peculio do escravo pôde compreender doações ou legados que tenham por objecto outros escravos?	José Luiz de Almeida Nogueira
7	1875	Classificação de escravos	S. Lima
12	1877	Pôde ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de <i>uti possidetis</i> ou <i>retinendae possessionis</i> , quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Câmara Leal
13	1877	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles.	Carlos Honório Benedicto Ottoni

³²⁵ Foram pesquisados os volumes da Revista até 1889, entretanto, estranhamente, ao contrário do que se passou com as demais legislações emancipatórias parciais, após a Lei Áurea, o debate na Revista cessou.

		A locação á prazo não sendo transferencia, no sentido de direito, não incorre na censura do regulamento n. 5135 de 13 de Novembro de 1872. Pouco importa que o tabellião na escriptura de locação usasse da expressão -transferencia-: a natureza do contrato é que lhe dá o nome, e não a ignorancia do tabellião.	
23	1880	A mulher escrava de seu proprio filho, tendo outros filhos menores escravos, deve preferir, na ordem da emancipação das famílias, aos conjuges de que trata o art. 27 do Reg. De 13 de Novembro de 1872?	Manoel José Espinola
31	1883	Em face do n. 1 do art. 36 do Reg. que baixou com o Decr. de n. 5135 de 1812, assiste ao senhor ou ao possuidor o direito de reclamar contra a classificação para o fim de fazer preterir o seo escravo classificado?	Antonino Neves
33	1884	A lei de 7 de Novembro de 1831	Tertuliano Henriques
34	1884	1. Não ha direito de escravidão. 2. Em causa de liberdade não se admite autoria	Antonio Carneiro Antunes Guimaraes
34	1884	A classificação dos escravos libertandos	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro
44	1887	Escravos de filiação desconhecida	Ruy Barbosa

Tabela 4: Artigos sobre a escravidão no Direito Civil brasileiro.

Primeiramente, destaca-se uma ausência. Não apenas nos textos da Revista mas também uma problematização praticamente ignorada na história do direito contemporânea. Os interesses cíveis de escravos não se restringiam apenas às ações de liberdade, a compra e venda de escravos, a participação deles no processo e as repercussões – fugas, endividamento, além da total interdição ao judiciário nesses casos – merece um estudo apurado.

Testemunhos diretos de escravos encontram-se mais amiúde em processos criminais, às vezes em processos cíveis, se bem que aí de modo mais indireto e mediado pelo advogado ou curador. Esses testemunhos são inequívocos quanto a experiência da compra e venda como uma das mais traumáticas da vida de um escravo. Uma alforria poderia permanecer difícil, até inatingível, porem a pessoa suportaria a coisa em meio a familiares e demais parceiros conhecidos no cativeiro; um castigo poderia ser humilhante, dolorido, injusto, mas havia a possibilidade da cura e o conforto dos companheiros. No entanto, a venda para outro senhor, contra a vontade do cativo, para locais distantes, até em outras províncias, seria a pior das experiências, causadora de sofrimentos insuperáveis ou rebeldias homicidas. Da novo, os arquivos cartoriais estão repletos de mães e filho, cônjuges, irmãos, separados pelo comércio de escravos, retidos no caminho de volta aos entres queridos, presos como fugidos, tornados criminosos em momento de desespero, enrolados em dívidas impagáveis contraídas na tentativa de localizar e resgatar do cativeiro alguém por quem se tinha afeto. A impossibilidade de

influenciarem de alguém forma as transações de compra e venda talvez fosse a principal experiência de impotência dentro da escravidão.³²⁶

O primeiro texto analisado, *Escravos entre bens do evento*³²⁷, de Francisco Balthazar da Silveira, insurge-se contra a consideração de escravos dentre os bens do evento (sem dono). Para o autor, a condição de escravo não poderia ser presumida pela cor da pele preta ou parda, deveria ser confessada ou provada.

A escravidão nunca se presume, e por isso um individuo, que por seu estado, e circunstancias possa despertar suspeitas, e attrahir as vistas das autoridades, não póde, vão deve ser considerado escravo, salvo se o confessa, ou se se prova em fôrma devida; fôra disto é livre.³²⁸

Relata dois casos nos quais atuou como magistrado e critica o decreto 1.896 de 14 de Fevereiro de 1857, “que é referendado por um Ministro que professa princípios liberaes, e cuja illustração é reconhecida”³²⁹ – José Thomaz Nabuco de Araujo. O referido decreto estabelecia regras aplicáveis aos escravos fugidos àqueles que, recolhidos à Casa de Correção, excederem o prazo de permanência. De forma mais veemente, o autor critica o Aviso 318 de 10 de Setembro de 1872, que determinava que os escravos considerados bens do evento não se enquadravam na hipótese do artigo 6º, §4º, da Lei do Ventre Livre de 28 de Setembro de 1871³³⁰, “que é referendado por um Ministro³³¹, que professa idéas conservadoras, e cuja illustração é também reconhecida”³³².

A crítica a liberais e conservadores de Balthazar Silveira corrobora a conjectura de que, ao fim e ao cabo, republicanismo, liberalismo e até certas modulações do positivismo, no Brasil, conviveriam com a escravidão³³³. O período

³²⁶ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 57-59.

³²⁷ A expressão advém de “coisas achadas de vento” e se referia a animais soltos e outros bens vagos. Aos poucos modificou-se para bens do evento.

³²⁸ SILVEIRA, Francisco Balthazar. Escravos entre bens do evento. **O Direito**. v. 1, 1873. p. 250.

³²⁹ SILVEIRA, Francisco Balthazar. Escravos entre bens do evento. **O Direito**. v. 1, 1873. p. 252.

³³⁰ Cuja redação determinava que fossem considerados libertos os escravos abandonados por seus senhores.

³³¹ Nesse caso não fica claro se a referência é ao Ministro titular da Justiça no gabinete Rio Branco, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, ou ao próprio Visconde do Rio Branco.

³³² SILVEIRA, Francisco Balthazar. Escravos entre bens do evento. **O Direito**. v. 1, 1873. p. 253.

³³³ “[...] historicamente o liberalismo não só conviveu, como não teve o propósito de eliminar todas as desigualdades políticas e jurídicas; e a aplicação concreta do ideário liberal não necessariamente deveria implicar a extensão do conceito de cidadania ao conjunto de uma formação social. A adoção de um código político e jurídico baseado nas noções de indivíduo e igualdade legal entre os cidadãos disse respeito primordialmente às relações no interior das classes dominantes” (SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013. p. 101).

histórico investigado, no tocante à legislação abolicionista, ao contrário do que acontecera com a abolição do tráfico anos antes, foi resultado de um processo decisório interno. Segundo José Murilo de Carvalho³³⁴, a iniciativa foi da Coroa, secundada pelo gabinete conservador e com o apoio da imprensa e parte do partido Liberal. A oposição, prossegue Carvalho, foi realizada pelos proprietários do sul, principalmente cafeicultores, “permanecendo os demais em posição de relativa indiferença”³³⁵.

O texto de Manoel Martins Torres é asséptico, apesar de considerar que a hipoteca, baixo a luz da lei de 1864, não era possível sobre outros bens que senão imóveis, não exprime qualquer juízo de valor acerca da escravidão. O próprio termo escravos no decorrer do texto poderia ser substituído por qualquer outro bem móvel sem alteração do conteúdo. Como se nota no seguinte excerto:

Assim, uma escriptura de hypotheca, feita depois de sua publicacao, embora anterior ao regulamento, e que só comprehendesse escravos, é nulla. A razão da nullidade é simples. A lei, quando determinou no art. 2º § 1º que a hypotheca só póde recahir sobre immoveis, estabeleceu um preceito geral, que em nada despendia do regulamento para a sua execucao.³³⁶

O texto de Câmara Leal é sobretudo técnico, pondera a legislação, os institutos processuais. Cita doutrinadores e restringe-se ao aspecto técnico processual do assunto, qual seja o cabimento dos interditos de posse para resguardar direitos daqueles que estão na posição intermediária entre liberdade e servidão – por exemplo, aqueles que foram libertos por testamento e que antes da abertura do documento haviam sido hipotecados a credor do testador.

Não se nota nesse texto o teor romântico acerca da emancipação ou o tom forçoso da argumentação de alguns que apesar das lacunas da legislação ou delas se valendo ou da interpretação das ditas leis se justificam pelo fim, a libertação. Como é um pouco o artigo de José Luiz de Almeida Nogueira:

Avista de todas essas considerações, nosso juizo propende a crêr que não são valiosas as doações, legados ou heranças de escravos, quando se destinam a compor o pecúlio de outro escravo.

³³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 314.

³³⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 314.

³³⁶ TORRES, Manoel Martins. É válida a hipoteca que, compreende só escravos, sendo posterior à publicação da Lei 1237 de 24 de setembro de 1864... **O Direito**. v. 3, 1874. p. 557.

Entretanto a doutrina oposta é mais humanitária, pois mais favorece à liberdade. Adoptal-a-hiamos, a salvo dos absurdos apontados, se houvesse alguma autoridade incumbida de converter em meio circulante, pelos tramites legais, os bens doados, legados ou herdados, na hypothese que nos occupa.³³⁷

Desse mesmo teor é o artigo de Manoel José Espínola, a questão se resume a possibilidade de uma das Juntas de Emancipação mudar a ordem de preferência para que uma mãe, que tornou-se escrava de seu próprio filho³³⁸, possa obter a liberdade naquele ano. Nesse breve artigo, o autor responde positivamente a questão, sob o argumento de tratar-se de reparar uma iniquidade, que, em razão da lacuna da lei, somente pudera ser dirimida pela primeira ação do Fundo de Emancipação³³⁹.

Como quer que seja, o que não convém é deixar á incerteza da jurisprudencia questões de tão grande alcance; e por isso, se por um lado é necessario que o fundo de emancipação tenha todos os annos a applicação legal, o que não tem acontecido até aqui, por outro é tambem necessario que novas disposições se addicionem a lei de 28 de Setembro de 1871, para que se realizem inteiramente os generosos intuitos da mesma lei [...].³⁴⁰ (grifo nosso).

Não é despropositada a afirmação de Joaquim Nabuco acerca da extensão da escravidão no Brasil e da dispersão na sociedade, como se observa no comentário de José Murilo de Carvalho:

Não se pode duvidar do profundo impacto que a manutenção da escravidão teve na economia e na sociedade brasileiras. Embora o trabalho escravo estivesse concentrado na agricultura de exportação, ele invadia todo o território nacional e todas as camadas da sociedade. Em texto clássico, o abolicionista Joaquim Nabuco afirmou, ironicamente, que a escravidão brasileira era mais democrática do que a dos Estados Unidos porque todos

³³⁷ NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. O peculio do escravo póde comprehender doações ou legados que tenham por objecto outros escravos? **O Direito**. v. 6, 1875. p. 183.

³³⁸ “Fallecendo em 1862 um lavrador, deixando testamento no qual legou a sua terça á um menor filho de uma das suas escravas, baptisado como livre, no inventario que se fez pelo Juizo de Orphãos coube em partilha ao mesmo menor além de outros bens a escrava que era sua mãe e teve depois mais tres filhas, irmãs uterinas de seu novo senhor” (ESPINOLA, Manoel José. A mulher escrava de seu proprio filho, tendo outros filhos menores escravos, deve preferir, na ordem da emancipação das famílias, aos conjuges de que trata o art. 27 do Reg. De 13 de Novembro de 1872? **O Direito**. v. 23, 1880. p. 8).

³³⁹ Criado pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, o Fundo reuniria recursos pecuniários destinados a libertação de quantos escravos fosse possível. A cada província ou município caberia uma cota proporcional ao número de escravos residentes, nessas localidades havia também uma Junta Classificadora, responsável pelos critérios de classificação e de exclusão dos escravos (SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. **Revista de História**: Universidade Federal da Bahia. Salvador, v. 1, n. 2, 2009, p. 18-39. p. 19).

³⁴⁰ ESPINOLA, Manoel José. A mulher escrava de seu proprio filho, tendo outros filhos menores escravos, deve preferir, na ordem da emancipação das famílias, aos conjuges de que trata o art. 27 do Reg. De 13 de Novembro de 1872? **O Direito**. v. 23, 1880. p. 10.

os brasileiros podiam possuir escravos, inclusive os libertos e os próprios escravos.³⁴¹

Ainda na mesma seara, o breve texto de Antonino Neves versa sobre a interpretação favorável sempre à liberdade do Decreto 5135 de 1872, que regulamentou a lei de 1871. O decreto permitia que o senhor ou o possuidor era competente para reclamar sobre a ordem de preferência ou preterição na classificação de escravos. Antonino Neves primeiramente entende que a conjunção *ou* empregada no texto legislativo é explicativa, logo a segunda parte se contém na primeira. Assim, somente poderia propor reclamação aquele senhor que o fizesse em favor de outro escravo também seu, preterido na classificação. Se o fizesse com a finalidade de que outro escravo que não fosse de sua propriedade fosse preferido ao seu a reclamação não seria admitida (i) por contrariar o espírito da lei e (ii) por extrapolar sua competência, já que não poderia agir contra preterição de escravo alheio. Completa o raciocínio finalístico do autor – julgador do mérito da reclamação³⁴² – que o pedido era isento, por disposição do mesmo regulamento, de selo e emolumentos, portanto:

Porque este favor? Sem duvida alguma porque as supõe o legislador em proveito do escravo; é um favor à liberdade. Ora ninguém dirá certamente que quando o senhor reclama contra a classificação para obter a preterição do seo escravo classificado, seja esta reclamação feita em proveito da liberdade.³⁴³

³⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do Período. In: _____. **A Construção Nacional: 1830-1889** (História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/Fundação Mapfre, 2011. p. 26.

³⁴² “Do ponto de vista da estratégia de transição gradual ao trabalho livre, o objetivo da ‘via judicial’ de mediação dos conflitos entre senhores e escravos era menos efetivo do que ‘moral’ – fortalecer a submissão dos escravos pela sua esperança de formar um pecúlio e poder comprar a sua liberdade. Porém, no processo que levou à abolição, advogados e juízes utilizaram esses mecanismos para obter decisões favoráveis à libertação dos escravos, ampliando-se as situações em que os magistrados eram chamados a intervir nas relações entre senhores, escravos e abolicionistas. Em síntese, essas transformações indicam que, por um lado, o Poder Judiciário recebeu atribuições formais de intervenção nas relações ‘domésticas’ entre senhor e escravo; e por outro, os magistrados tinham novas condições para julgar a favor da libertação dos escravos. Em primeiro lugar, as mudanças econômicas, sociais e políticas mais amplas que indicavam a necessidade de transformação do regime de trabalho; em segundo lugar, a presença de uma opinião pública mais favorável à libertação dos escravos; em terceiro lugar, novas condições institucionais que permitiam maior autonomia de julgamento dos juízes, e, enfim, **novas doutrinas e novas técnicas de argumentação jurídicas em favor da liberdade dos escravos**” (KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010. p. 130). (grifo nosso)

³⁴³ NEVES, Antonino. Em face do n. 1 do art. 36 do Reg. que baixou com o Decr. de n. 5135 de 1812, assiste ao senhor ou ao possuidor o direito de reclamar contra a classificação para o fim de fazer preterir o seo escravo classificado? **O Direito**. v. 31, 1883. p. 512.

Muito se expôs as condições sociais nas quais estavam imersos os juristas, escravista, agrícola, latifundiária, de capitalismo tardio, com fortes laços para com a tradição jurídica portuguesa etc. Ainda que esse cenário, pelos textos vistos até aqui fosse combatido, ainda que com timidez ou com concessões ao *status quo*, parecia que as ideias em circulação da década de 1870 em diante imbuía na cultura jurídica ao menos uma tênue vergonha ou um incômodo pela conciliação de princípios liberais e o regime de servidão. O texto de Carlos Honorio Benedicto Ottoni vai na contramão do que se apresentava como uma tendência abolicionista – ainda que com concessões.

Ao descrever as razões das teses expostas na epígrafe, extraídas de um caso concreto ocorrido na província de Minas Gerais no qual atuou como patrono do locador, na qualidade processual de assistente, dos serviços dos escravos hipotecados originalmente a Joaquim Christiano de Carvalho. O pedido dos libertandos se fundava na impossibilidade de transferência, a partir do Regulamento 5135 de 13 de novembro de 1872. A defesa de Ottoni fundamenta-se no reconhecimento de que a natureza do contrato era de locação e não de transferência, ainda que desta forma registrado pelo tabelião.

A ação proposta pelos libertandos é descrita com uma enorme carga de valoração moral, fundada, segundo Ottoni, no ódio e na má-fe: “Os escravos assim remidos do captiveiro, vierão para o poder d'elle assistente [...], e em seu poder estiverão, até que por ódio contra si surgiu a presente ação de liberdade”. O assistente, defendido por Ottoni, ao remir os escravos do cativoiro pagando a hipoteca, além de abrir “mãos de uma importante propriedade sua” ainda teve o ônus do “compromisso que contrahiu sobre os hombros de acudir e sustentar os réos em todas as suas necessidades” e, portanto, “fraudado desta maneira no seu direito com a injusta pretensão levada aos tribunaes pelos libertandos, o assistente pede somente justiça”³⁴⁴.

Se por um lado, Ottoni apenas cumpria seu dever profissional – afinal, o texto é parte dos autos do processo – buscando aqueles argumentos que melhor atendessem ao interesse de seu constituinte, considere-se também que diante da legislação vigente a escravidão ainda tolerava esse instituto. Moralmente condenável para outros juristas, mas enredado na prática jurídica do século XIX.

³⁴⁴ OTTONI, Carlos Honorio Benedicto. A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles. **O Direito**. v. 13, 1877. p. 246.

Ainda assim, a articulação de leis e doutrina que faz Ottoni para contrarrazoar o pedido dos libertandos não é de todo capciosa e coaduna com o dever do advogado, entretanto há no texto o uso de ironia indica mais uma opinião velada do que um mero instrumento retórico. Ottoni sugere um conluio entre os libertandos e o credor hipotecário, Joaquim Christiano de Carvalho, quando foram juntados aos autos cartas de liberdade condicional dada por este aos libertandos para propor a ação. Comenta Ottoni: “O requerimento e termo confissão a existencia das cartas e somente excusão-se da ma fé, que se lhes exproba, allegando que não tem a culpa que os libertandos se queirão excusar de prestar os serviços obrigados. *Pobres libertandos!*”³⁴⁵ (grifo nosso).

O texto de S. Lima pede uma interpretação mais minuciosa, o artigo, de certa forma “diz” muito mais nas entrelinhas do que abertamente. O autor inicia com uma visão lírica do que se seguiria à emancipação dos escravos, que, mesmo levando em consideração a influência da retórica e o romantismo literário, parece demasiado ingênua.

O homem, hoje escravo, poderá, amanhã, em suave enlevo, descansando das fadigas do trabalho, sob o tecto amigo da choupana livre, tendo ao lado a esposa carinhosa, contemplar com ella os filhos, entes queridos, fibras estremecidas dos seus corações de pai e de mai, alegrarem-se com elles sem temer o azorrague do senhor, e dizerem, extasiados em jubilo intenso: “A nossa familia nos pertence!”³⁴⁶

Em outro trecho, ainda que faz *mea culpa* acerca da limitada emancipação dada pela lei de 1871, como não foi possível precisar o autor do texto, não se consegue saber qual sua participação na edição da lei – se é que houve, ou se as escusas são parte de um sentimento coletivo de incômodo:

A lei emancipadora, que fez com que o Brazil agigantasse a sua civilização, tem, não obstante, defeitos, e lacunas; attendendo-se, porém, ás condições em que nos achamos, filhas pela maior parte da própria instituição anomala, verme roedor da nossa felicidade, que vicia e conspurca os principios mais puros, aninhado no santuario da familia, **é forçoso confessar que não se poderia fazer muito mais do que se fez, promessa de grandes e beneficos resultados com mais algum esforço.**³⁴⁷

Do mesmo texto, destaca-se principalmente o trecho a seguir:

³⁴⁵ OTTONI, Carlos Honorio Benedicto. A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles. **O Direito**. v. 13, 1877. p. 249.

³⁴⁶ LIMA, S. Classificação de escravos. **O Direito**. v. 7. 1875. p. 38.

³⁴⁷ LIMA, S. Classificação de escravos. **O Direito**. v. 7. 1875. p. 38-39.

Aquelles que têm prestado serviços que de sobejo compensão aos senhores do quantum despendido com a aquisição da propriedade delles, merecião que, cortando-se o mal pela raiz (libertação do ventre escravo) fossem contemplados ao menos em 2º lugar na ordem da classificação, e não devião ser atirados ao lado como trastes inutilizados, arvores que não dão mais fructos, on animaes velhos e estropiados; – **a educação moral e a instrucção daquelles que têm de conviver connosco**, que, homens como nós, pódem um dia auferir grandezas, e galgar posições distinctas, ou que ao menos tornão-se hábeis para conseguil-as, deverião ser objecto de serias preocupações por parte do legislador e do Governo, com a realização prompta de asylos para esse duplo fim, e collocação dos novos cidadãos que a lei proporciona á sociedade; – **a opção dos serviços dos ingenuos além dos 8 annos tolhe a educação e a instrucção, e torna os emancipados máos cidadãos, ou pelo menos pouco proveitosos á sociedade.**³⁴⁸

Parece, portanto, uma perspectiva – além de egoísta – influenciada por ideias modernizadoras nas quais a escravidão era posta como atraso ou impedimento ao progresso. As razões econômicas se sobrepõem às humanitárias e à caridade cristã para promover ou apoiar a liberdade dos ingênuos, antes que se corrompam no trabalho escravo. Esse temor³⁴⁹ travestido de cuidado aparece também em outros textos, representando uma postura abolicionista “em termos” ou abolicionista com concessões.

Outro exemplo, é o artigo de Luiz Ferreira Maciel Pinheiro. O texto trata das incoerências geradas pela ordem de classificação dos escravos, abordando aspectos morais, combinados com aspectos econômicos. Por exemplo, defende o autor a preferência pela libertação dos menores o quanto antes para que não permanecessem em cativeiro até os 21 anos, evitando assim que “habituem ao aviltamento da condição escrava contraíam os vícios propios dessa degradação, que certamente affeiçoará o seu character”, essa afetação no caráter dos escravos geraria um “o ódio ao trabalho forçado” capaz de aniquilar os “estímulos naturaes de prosperidade e elevação social, e, não podendo germinar iniciativa alguma nobilitante, quer para obter fortuna, quer para obter moralidade”³⁵⁰ gerando impregnando-os de

³⁴⁸ LIMA, S. Classificação de escravos. **O Direito**. v. 7. 1875. p. 39.

³⁴⁹ “[...] segundo o testemunho insuspeito de A Reforma (edição de 26 de abril de 1871), não houvera nenhuma rebelião no período 1866-1871. Mas não há como negar, tenha ou não havido maior movimentação escrava, que, na percepção da elite, ela estava presente e despertava receios tanto no que se referia à segurança externa como à interna. [...] Nas discussões do Conselho de Estado ficou clara a percepção dos perigos potenciais, para a segurança interna, de uma ausência de decisão quanto ao problema escravo. A abolição, embora ferindo interesses econômicos importantes, era mal menor diante das profundas perturbações da ordem que poderiam advir de um adiamento da decisão, como indicavam os exemplos de outros países” (CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 31.).

³⁵⁰ PINHEIRO, Luiz Ferreira Maciel. A classificação dos escravos libertandos. **O Direito**. v. 34, 1884. p. 162.

indolência, ociosidade e miséria – o que, traria prejuízos financeiros futuros ao Estado. Além de que, era do melhor interesse do Estado não ficar devendo aos senhores a indenização pela criação dos ingênuos até os oito anos de idade.

Tendendo à mesma inclinação, o texto de Tertuliano Henriques, intitulado a *A lei de 7 de Novembro de 1831*, é o perfeito exemplo do que trata Sidney Chalhoub³⁵¹:

A ideia de que a lei de Abolição tenha incorrido em confisco de propriedade escrava é curiosa, em vista da continuada diligência do governo imperial em ignorar o direito à liberdade de centenas de milhares de africanos, e de seus descendentes, escravizados à revelia da lei de 7 de novembro de 1831. Quando o assunto aflorava, era um corre-corre para silenciar os recalcitrantes.³⁵²

Henriques reage ao debate localizado na época acerca da condução dos processos de inventários, nos quais, alguns magistrados, quando arrolados dentre os bens escravos suspeitos de haverem sido importados após 1831, mediante provocação, alforriavam esses escravos. Ao tratar esses juristas como abolicionistas “em termos”, faz-se em razão de que, ainda que se perceba em certos trechos que em essência não se opõem ao fim da escravidão, mas posicionam-se em defesa da propriedade³⁵³, da legalidade estrita, como se vê na passagem a seguir:

O possuidor ainda que injusto, presume-se de boa fé, e sua posse é respeitada. No processo do inventario, antes do julgamento das partilhas, não

³⁵¹ “Não só por isso se deve ver com alguma desconfiança o gênero narrativo da lamúria senhorial – o enredo do senhor abandonado, solitário, supostamente traído por seus dependentes, cujo epítome literário é Bento Santiago, no Dom Casmurro de Machado de Assis. Pois o que mais impressiona é a coerência do governo imperial na defesa do interesse dos grandes fazendeiros quanto à propriedade escrava adquirida por contrabando após 1831. A reivindicação de indenização pela propriedade escrava em qualquer passo do governo em direção à emancipação de escravos consistiu em óbice sério à adoção de medidas a respeito do assunto até a Abolição, que veio porque tinha de vir, já que no verão de 1887/1888 tomaram o assunto nas próprias mãos e abandonaram em massa as fazendas de café. No entanto, talvez seja verdade que a monarquia caiu em 1889, entre outros motivos, porque os cafeicultores se mostraram inconformados com o fato de a lei de Abolição não ter contemplado a indenização dos proprietários pela libertação dos escravos” (CHALHOUB, Sidney. *População e sociedade*. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 75-76).

³⁵² CHALHOUB, Sidney. *População e sociedade*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 76.

³⁵³ Essa interpretação estava longe de ser extraordinária no meio jurídico, Keila Grinberg identifica interpretação de acordo nas ações patrocinadas por Antonio Pereira Rebouças: “Mesmo quando atuava como curador, ele considerava a questão da propriedade de seres humanos como se se tratasse de um bem qualquer; no caso de escravidão, na qual seus curados já tinham a posse da liberdade, ele não argumentava que o indivíduo, uma vez liberto, não podia mais ser escravizado. Ao contrário, discorria sobre as situações em que doações não podiam ser revogadas, referindo-se sempre à condição do doador, e não do beneficiado. [...] Em plena década de 1860, portanto, Antonio Pereira Rebouças reforçava a sua interpretação sobre a forma pela qual escravos conseguiriam ter acesso a direitos civil: através da obtenção de propriedade” (GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 216; 219).

ha recurso de natureza alguma, não ha embargos, não ha agravos, e as partilhas, uma vez feitas, sómente se rescindem havendo nulidade insanavel ou lesão na sexta parte (Ord. liv. 3º tit. 75; Liv. 4º tit. 96).

É, pois, um attentado, um esbulho feito aos herdeiros, privai-os da posse dos bens inventariados por simples presumpções e conjecturas.

A liberdade é muito favorecida pelo direito, mas os favores que a lei lhe prodigalisa não consistem na preterição das fórmulas, porque sem estas não ha processo.³⁵⁴

Por último, se identifica ainda discurso semelhantes entre os dois últimos textos analisados, de autoria de Antônio Carneiro Antunes Guimarães e Ruy Barbosa. Neles se identifica com ênfase uma interpretação fundada em um princípio de direito natural à liberdade, ao qual o direito de propriedade não pode se sobrepor³⁵⁵. Todavia, os argumentos e fontes eram bastante distintos.

O texto de Antunes Guimarães conduz a tese de que não há direito de escravidão. Primeiramente com base no Direito Romano, indica que somente era legítima a escravidão como resultado de guerra entre as nações.

Consolidemos as idéas. A escravidão é uma violencia á natureza das causas e á ordem preconstituída pelo Creador.

É um abuso do direito da força, á que ainda assim só deu força de direito o paganismo, veritica da restrictiva condição de uma guerra justa de nação á nação; de sorte que o escravo, presa violenta da pirataria, conserva no ethnico direito dos Romanos intemerata a primitiva liberdade.³⁵⁶

Prossegue argumentando que a tradição jurídica portuguesa, em desacordo com os princípios cristãos, permitiu a escravidão.

Á nós tambem não nos importa senão o estudo das Leis portuguezas, nas quaes a sordida cumplicidade de reis semi-pagãos com os infames tanganhões africo-luzos codificou esse barbaro direito novo de escravidão, que nem ao menos podia invocar a *ferocitatem hostium* dos Romanos; vindo assim a dizer como um protesto em nome da humanidade contra as tyrannicas Ordenações, o illustre Mello em seu citado Livro que “*Servi nigri in*

³⁵⁴ HENRIQUES, Tertuliano. “A lei de 7 de Novembro de 1831”. **O Direito**, volume 33, 1884, p. 486-487.

³⁵⁵ Como adendo, pode-se citar os estudos de Sidney Chalhoub e Hebe Matos acerca do papel dos advogados nas ações de liberdade. Esses advogados usaram do recurso à justiça como parte da estratégia de libertação de vários escravos. Explica Keila Grinberg: “Ambos [os autores] destacaram a forma como advogados e juízes exploraram a legislação em vigor na época, argumentando que a multiplicidade de leis existentes foi usada como o objetivo político de favorecer a libertação de escravos. Neste sentido, foi Chalhoub quem levou mais longe suas afirmações; citando batalhas jurídicas ocorridas em algumas ações de liberdade para mostrar como se davam os embates entre o direito de propriedade e os princípios de liberdade nos foros judiciais, ele concluiu que, dadas as várias possibilidades de entendimento dos textos legais, cada advogado e cada juiz interpretavam estas normas de acordo com as suas próprias posições políticas” (GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 234).

³⁵⁶ GUIMARÃES, Antonio Carneiro Antunes. 1. Não ha direito de escravidão. 2. Em causa de liberdade não se admite autoria. **O Direito**. v. 34, 1884. p. 11.

Brazilia, et quaesitis aliis dominationibus tolerantur: sed quo jure, et titulo me penitus ignorare fator”³⁵⁷.

O argumento final, técnico-jurídico, conduz a discussão acerca da natureza do direito, negando que os direitos reais pudessem se exercer sobre o escravo, se tanto, “quando algum direito houvesse sobre o escravo, outro não seria senão o direito pessoal aos seus serviços e nunca o pretenso direito de propriedade”³⁵⁸. Concluindo que aos direitos dessa classe – pessoais – correspondem somente ações pessoais, nas quais não caberia a autoria:

Limitamo-nos porém, á repellar a autoria como um meio protelatorio e estranho á acção pessoal e summaria, fundada no art. 7 § I da Lei de 28 de Setembro de 1871, convictos de que nenhuma injustiça, ou lesão com isso se irroga á quem quer que pretenda indemnizações do preço da liberdade, pois, invocando erro na substancia do objecto do contracto poderá por uma *conditio causa data, causa non secuta* haver de quem de direito a pretendida indemnização em processo independente d'este.

Em conclusão, hoje ao menos, não é a autoria meio juridico de perimir ou defferir a reivindicção do direito de liberdade.³⁵⁹

O texto de Ruy Barbosa, motivado pela agitação com que a “opulencia do interesse servil tem agitado contra a nossa magistratura, arguida de ‘ataque a mão armada contra a propriedade’”³⁶⁰, em razão do reconhecimento da liberdade dos escravizados de filiação desconhecida em acórdãos da Relação da Corte. Para Ruy Barbosa, entendimento contrário viola, na ordem dos argumentos desenvolvidos ao longo do texto: (i) disposições positivas da antiga lei portuguesa; (ii) a presunção de direito à liberdade; (iii) a presunção histórica contra a escravidão; (iv) a lei de 7 de novembro de 1831; (v) a fé dos tratados; (vi) o direito constitucional; (vii) a intenção explícita da lei; (viii) as regras fundamentais de interpretação.

Os descendentes dos negros desembarcados nas costas do Brazil pelos barcos da pirataria africanista depois de 1831 são cidadãos brasileiros, criminosamente retidos na escravidão.

Ora, a presumpção de liberdade é o mais antigo, o mais poderoso e o mais essencial de todos esses direitos, para os cidadãos escravizados: o meio

³⁵⁷ Em tradução nossa a frase de Mello Freire citada: “Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios, mas por que direito e com que título, confesso ignorá-lo completamente” (GUIMARÃES, Antonio Carneiro Antunes. 1. Não ha direito de escravidão. 2. Em causa de liberdade não se admite autoria. **O Direito**. v. 34, 1884. p. 13).

³⁵⁸ GUIMARÃES, Antonio Carneiro Antunes. 1. Não ha direito de escravidão. 2. Em causa de liberdade não se admite autoria. **O Direito**. v. 34, 1884. p. 20.

³⁵⁹ GUIMARÃES, Antonio Carneiro Antunes. 1. Não ha direito de escravidão. 2. Em causa de liberdade não se admite autoria. **O Direito**. v. 34, 1884. p. 24.

³⁶⁰ BARBOSA, Ruy. Escravos de filiação desconhecida. **O Direito**. v. 44, 1887. p. 5.

fundamental de reintegração delles nesse estado individual, que a lei, os tratados e a Constituição lhes asseguram.³⁶¹

Dentre os textos analisados, Ruy Barbosa é o único a utilizar o termo vítima para os escravos sem conotação metafórica e a descrever o sofrimento dos escravos com o tráfico³⁶². No texto, o autor também refuta frontalmente a ideia apresentada por Tertuliano Henriques³⁶³, desenvolvendo um argumento que ele mesmo denomina *matemático*, considera que crianças não sobreviveriam às agruras do tráfico, portanto, é uma presunção segura contabilizar ao menos nove anos para aqueles que chegaram ao Brasil antes da proibição do tráfico em 1831. A esses nove, somam-se cinquenta e seis transcorridos entre 1887 (data de publicação do artigo) e 1831, perfazendo sessenta e cinco. Concluindo que:

Logo, todos os escravizados, no Brazil, de nacionalidade africana estão livres: Livres, se têm menos de sessenta e cinco annos; porquanto, nesta hypothese, a idade prova que foram importados depois de 1831; Livres, se foram importados antes de 1831; porque, em tal caso, não podem ter menos de sessenta e cinco annos.³⁶⁴

Em comparação com os outros artigos Ruy Barbosa, nota-se, além da presença de autores do patrimônio comum, como Savigny, Mello Freire, Teixeira de Freitas, Cândido Mendes, Jhering etc., dentre todos os artigos analisados é o é único a citar, com destaque, fontes inglesas e norte-americanas como James Kent (*Commentaries on American Law*), Buxton (*The african slave-trade and its remedies*),

³⁶¹ BARBOSA, Ruy. Escravos de filiação desconhecida. **O Direito**. v. 44, 1887. p. 17.

³⁶² “O trafico, absorvido na preocupação exclusiva de reunir e conduzir bestas humanas validas para a carga do trabalho logo que aportassem ás nossas praias, não transportava senão individuos, cuja idade fosse compativel com o peso da escravidão. Os tormentos e atrocidades ultra infernaes dessa viagem dolorosa, desde as regiões devastadas de Africa até as plantações do novo continente, não permittiam á raça trucidada e arrastada do deserto pelo oceano entre supplicios inenarraveis trazer nos braços os filhos debeis, incapazes de resistir ao martyrio da travessia, que a imaginação não póde pintar. Os cinco periodos fataes dessa infinita agonia – o morticinio na luta contra os captores, os flagellos da marcha pelo areiál, a putrefacção nos armazens da costa africana, o porão da barca negreira, a phase intermedia ao desembarque e á extincção da ultima esperança sob o látego do comprador; a fome, a canicula, a infecção, a peste, o açoite, a tortura – eram superiores á energia vital da infância” (BARBOSA, Ruy. Escravos de filiação desconhecida. **O Direito**. v. 44, 1887. p. 22).

³⁶³ “A idade não se presume, prova-se; presumpções não são em direito provas, são induções e deducções, que apenas encaminhão o juizo para descobrimento dos factos. A idade não se prova unicamente pela certidão de baptismo; ella admite qualquer prova legal, na qual não se comprehende a presumpção. (L. de 24 de Setembro de 1829). A matricula nunca servio de prova para a idade dos escravos; ella não foi instituida como elemento extinctivo da servidão, mas como medida de estatistica ou, segundo a expressão do ministro da agricultura, como simples remedio compulsorio. [...] É, pois. um attentado, um esbulho feito aos herdeiros, privai-os da posse dos bens inventariados por simples presunções e conjecturas” (HENRIQUES, Tertuliano. “A lei de 7 de Novembro de 1831”. **O Direito**, volume 33, 1884, p. 486-487).

³⁶⁴ BARBOSA, Ruy. Escravos de filiação desconhecida. **O Direito**. v. 44, 1887. p. 23.

Story (*Commentaries On the Constitution Of the United States*) e quase o único a citar Dicey (*Lectures on the law of the Constitution*) e Blackstone (*Commentaries On the laws of England*).

3.3.2 Tipos não ideais dos discursos sobre a escravidão

Analizados panoramicamente, é possível agrupar os artigos, conforme a linha argumentativa/interpretativa em quatro “discursos” acerca da escravidão. Não são classificações dos textos ainda apresentados, mas antes características que podem se intercalar. O primeiro, presente nos textos do início da década de 1870 é finalista ou teleológico, parece torcer a lei até o ponto que ela favorece a liberdade. Por vezes, o argumento chega a ser falacioso e a interpretação das leis tendenciosa, justificado pelo fim último abolicionista, motivado pela caridade cristã. Pode ser considerado um primeiro impulso em direção a uma abolição geral, motivado pela lei de 1871 e reagindo ao regulamento de 1872 que restringia a interpretação mais favorável aos escravos de alguns artigos da lei.

O segundo tipo de discurso identificado é legalista, não opõe-se por princípio à abolição, mas interpreta a lei como um arcabouço legislativo no qual a abolição ainda não é possível ou é possível em casos muito específicos. Ainda reconhece a inafastabilidade do direito de propriedade. É sob essa argumentação que se localizam os juristas que saltaram em defesa dos interesses dos proprietários quando dos debates acerca das incongruências da lei de 1871.

Um terceiro discurso, ou a terceira argumentação que permeia os discursos, é uma postura mais conformadora. Aparece já em meados da década de 1880, talvez motivado pela inevitabilidade da abolição³⁶⁵, sendo os últimos suspiros da defesa da

³⁶⁵ “No início da década de 80 do séc. XIX, começava a mudar a opinião pública sobre a escravidão e o movimento abolicionista começou a atuar, inicialmente nas cidades, utilizando a propaganda e os meios legais de libertação individual de escravos. Em meados da década citada, o movimento abolicionista passou a utilizar expedientes ilegais, ampliando as suas formas de ação, constituindo redes de auxílio e estendendo sua atuação para o interior, aliando-se à resistência escrava, que crescia nas fazendas. Com isso, intensificaram-se as fugas e rebeliões coletivas dos escravos e os confrontos diretos entre escravos, proprietários, abolicionistas e autoridades. Essa ação desorganizou o trabalho escravo nas fazendas, tornou intoleráveis à opinião pública as violências cometidas contra os escravos e, enfim, os proprietários perderam o apoio do Estado para a repressão às rebeliões de escravos e ao movimento abolicionista. Em conjunto, essas mudanças precipitaram a crise final da escravidão, levando à sua abolição formal em 1888” (KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010. p. 128-129).

propriedade frente ao direito à liberdade. Apresenta razões econômicas e morais para o fim da escravidão. É sob essa lógica conformadora que, ao trazer à baila argumentos acerca da necessidade de modernização

Uma reunião dos argumentos teleológicos com essa visão conformadora pode ser interpretada como resultado da circularidade, descrita por Hespanha³⁶⁶, entre os valores, crenças e imagens da vida cotidiana, a doutrina e a prática judicial:

Pelo contrário, essa referência ao mundo de valores e de avaliações radicada no senso comum foi permanente na doutrina jurídica do *ius commune*. As soluções jurídicas assimiladas eram continuamente justificadas pelo fato de serem aceitas por pessoas comuns: por serem utilizadas há muito tempo (*usus receptae*), por se radicarem em usos sociais (*radicatae, praescriptae*), por corresponderem à ordem das coisas ou à ordem moral, como estas eram comumente percebidas (*honestae, bonnae et aequae*). Mesmo a estrutura das fontes do ordenamento jurídico – como era entendido pela doutrina – expressava o peso de um senso espontâneo de equidade. No topo estavam o costume (*consuetudo*), a doutrina recebida (*opinio juris*) e a prática judicial (*stylus curiae, praxis*).³⁶⁷

Na quarta postura aparece o elemento principiológico. O instituto da escravidão perde esse estado, o direito de propriedade sobre o escravo é desconstituído e a manutenção da servidão passa a ser interpretada como uma ofensa aos próprios princípios do sistema jurídico.

Logicamente, o esquema acima apresentado é uma hipótese, a amostragem de análise foi parcial diante do universo da cultura jurídica brasileira, carecendo de outras fontes para ampliação e aprofundamento das conclusões. Mas, ainda que a escravidão não seja o tema central da tese, era uma problematização central para os juristas do XIX. Ao contrário de uma linha historiográfica tradicional que busca na não violência da escravidão, na não escravização de indígenas e outras desculpas para uma das duas mais tardias abolições da história de todo continente americano, ainda que a pessoa do Imperador demonstrasse algum interesse ou nenhuma objeção fática

³⁶⁶ “Alternativamente, temos ainda o impressionante corpus da tradição jurídica em que estão embebidos, que funcionou no mesmo arcabouço cultural e que engendrou diversos dispositivos discursivos que permitiram um contínuo intercâmbio entre senso comum e cultura assimilada. Um deles foi a receptividade permanente, por parte da doutrina jurídica, de valores da vida cotidiana ou sociais, por meio de conceitos, como *equitas* (equidade) *bonum* ou *rectum*, v. g., *bonus paterfamilias*, pessoa comum, *recta ratio* (razão comum), *interest* (cf. Barberis, 2000), *natura rerum* (natureza das coisas), *id quod plerumque accidit* (normalidade estatística), enraizamento (v. g. *iura radicata*), expectativas sociais radicadas [no tempo ou na tradição], e assim por diante” (HESPANHA, Antônio Manuel. O direito do início da era moderna e a imaginação antropológica da antiga cultura europeia. Revista Justiça & História. Volume 2. n. 4. Disponível em: <http://goo.gl/UUB4So>. Acesso em 3 de junho de 2015. p. 18).

³⁶⁷ HESPANHA, Antônio Manuel. O direito do início da era moderna e a imaginação antropológica da antiga cultura europeia. **Revista Justiça & História**. Volume 2. n. 4. Disponível em: <http://goo.gl/UUB4So>. Acesso em 3 de junho de 2015. p. 19.

à abolição, a estrutura burocrática dominada, por laços de parentesco ou de influência, por membros da aristocracia é a única razão que se sustenta. Nesse sentido enquanto alguns juristas atuaram como agentes dessa tardia abolição, buscando mecanismos legais para frear o processo, outros atuavam sobre o mesmo emaranhado normativo buscando lacunas em favor da liberdade.

Não há dúvida de que houve escravos que souberam tirar partido das mudanças trazidas pela lei de 1871. Os arquivos cartoriais brasileiros que lograram escapar até hoje às fogueiras – ou à “reciclagem” - promovidas pelo Judiciário estão cheios de ações de liberdade de escravos fundamentadas no artigo 4º. A possibilidade aberta pela lei facilitou iniciativas coletivas para comprar liberdades, fosse pelos próprios escravos ou, mais tarde, por abolicionistas e simpatizantes. De qualquer modo, as coisas ficaram um pouco como eram antes, por a chance de obter pecúlio para comprar alforria continuou maior nas cidades do que no campo. Na corte, aliás, a oportunidade com frequência virava risco, pois logo apareceram negociantes dispostos a emprestar dinheiro aos escravos em troca de serviços exorbitantes, mal pagos. Contudo, entre 1872 e 1885, um em cada três escravos na Corte havia ficado livre; em contraste com um em cada nove na província de São Paulo, um em cada 13 na província do Rio, apenas um em cada 18 em Minas. No início da década de 1880, o abolicionista Joaquim Nabuco dizia que, para qualquer escravo brasileiro, a perspectiva de morrer no cativeiro permanecia maior do que a de atingir a liberdade.³⁶⁸

Na maioria dos textos, sejam concessivos ou restritivos quanto à liberdade dos escravos, extraem-se duas impressões: (i) um incômodo com a persistência da escravidão, encarada como um entrave à equiparação do direito nacional ao europeu.

O que o imaginário modernizador parece ter provocado na cultura jurídica brasileira de fins do século XIX não foi bem uma “superação” de um passado pré-moderno, mas sim uma relativa sensação de incômodo, da parte dos juristas, com as tensões que se faziam presentes desde meados do século XVIII, e a criação de novas formas de lidar com elas, sem necessariamente eliminá-las – o que lhes parecia inviável, ou mesmo indesejável – porém enfatizando seu pólo “moderno”, estatal, legalista e nacional.³⁶⁹

Um incômodo oriundo da própria posição ou reposicionamento do jurista na sociedade do final dos oitocentos, na qual se disseminava a sensação de não pertencimento por completo a mesma aristocracia rural escravista que os formou os fez ascender profissionalmente e com as quais ainda mantinham relações muito próximas, na forma de alianças políticas e pessoais como o casamento; mas também

³⁶⁸ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 75.

³⁶⁹ TORRES, Juliano Rodriguez. **A ordem e a fera: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 62.

se expandia o desejo de pertencer ao mesmo círculo intelectual que professava os direitos civis e as liberdades individuais sobre as quais liam e com as quais conviviam quando viajavam à Europa. Quando esses dois ambientes estravam em confronto, restava então aos juristas o caminho da hipocrisia descontente ou de uma postura abolicionista mas artificial.

E, (ii) uma artificialidade no discurso, que, em tese, era como se revestia o incômodo de certos juristas ao, ativa ou omissivamente, participarem do sistema escravista:

Ainda que se punham a legiferar ou a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim, conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada.³⁷⁰

O jurista, antes de se posicionar perante a academia, a sociedade ou o mundo jurídico, tinha de resolver internamente um conflito entre a autopreservação de seus privilégios ou a preservação de tradições muito próximas e muito caras a eles e uma posição moderna, que respondesse a problemas verificados nas tensões cotidianas e se adequasse ao que este jurista tinha como ideal social³⁷¹.

A autoridade dos juristas tinha se baseado, em grande medida, na teologia e na “metafísica”, ou simplesmente no seu reconhecimento social como produtores de abalizadas opiniões, e precisava enfrentar o desafio colocado pelo “espírito científico”. As fontes do direito pareciam-lhes dispersas e confusas. O Estado representava, ao mesmo tempo, uma presença insuficiente (na medida em que falhava, tanto na manutenção da “ordem” quanto na missão de resgatar a nação do “atraso” e conduzi-la à civilização) e uma ameaça (na medida em que se mostrava invasivo da “sociedade”, isto é, das relações econômicas privadas). A igualdade era desejada (como superação das desigualdades de status que caracterizavam o antigo regime) e temida (como perturbação das hierarquias sociais – de classe, raça ou gênero – que eram tomadas por “naturais”). Enfim, a vontade de “progresso” parecia recomendar, diante da situação brasileira, tanto uma ciência do social quanto uma ciência jurídica conceitualista, e tanto uma centralização da

³⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 163.

³⁷¹ Considerando a mesma problemática a partir do ponto de vista da atividade jurisdicional, Koerner afirma: “Nos processos em que era julgado o direito de escravos à liberdade, torna-se manifesta a oposição entre parte dos membros do Poder Judicial e os interesses de parte das classes dominantes brasileiras. Nas decisões favoráveis à liberdade dos escravos, os magistrados afirmaram a sua autonomia de julgamento em relação aos interesses daquelas classes. Os magistrados deixavam de considerar os interesses, as pessoas envolvidas e as circunstâncias especiais de cada caso. A sua prática judicial dissociava-se do modelo prudencial; eles passavam a utilizar a interpretação formal e sistemática das leis, fundando-a no princípio da liberdade individual, com o objetivo de expandir a efetividade da ordem legal” (KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010. p. 136).

produção jurídica quanto uma descrição da “evolução” do direito e das “funções” de seus institutos. Era preciso equiparar-se às “nações civilizadas” e, para isso, nenhuma tática de modernização poderia ser descartada. A par disso, era necessário garantir que o processo modernizador não se pusesse fora de controle.³⁷²

Portanto, como propõe Fonseca, a compreensão do jurista na cultura jurídica brasileira do Império passa por, em primeiro lugar compreender o direito como algo que circula historicamente e que possui uma densidade própria – não sendo apenas técnico, instrumental ou ideológico, para, a partir daí verificar sua função efetiva. Trata-se também de verificar como o saber jurídico elabora e reelabora conceitos, relacionando-os com as estruturas sociais, econômicas e políticas – e, acrescente-se, intelectuais.

Mais do que uma diferenciação de meio de comunicação, o discurso impresso passa a pertencer a outra esfera de comunicação. Para compreender esse processo de diferenciação das esferas comunicativas, Hespanha se vale das teorizações de Pierre Bourdieu. Para o autor francês, o que cria uma elite é o prestígio social, o “capital simbólico”, esse capital é ampliado, em parte, pela construção de “distinções”.

A forma de discutir, as diferenciações profissionais, as formas de tratamento (os títulos, os graus acadêmicos), as distinções, nos cultores de um saber, entre ‘teóricos e práticos’, os rituais, os lugares de residência: eis aqui vários elementos que, podendo também ter outro sentido, têm também este sentido “distintivo” e hierarquizador” das pessoas que operam num certo campo e que nele querem adquirir prestígio (“capital simbólico”). Claro que estas distinções internas ao campo herdam fatores distintivos exteriores – como a origem social, o percurso educativo, etc. – mas esses fatores sofrem uma “conversão” quando passam de um campo para o outro: o prestígio económico não se transforma automaticamente em prestígio académico, como este não gera automaticamente distinção mundana (fama).³⁷³

Bourdieu observou que, ao contrário do que sucede com outros acadêmicos, os juristas adquirem prestígio pelos laços que mantêm com o mundo da política, da notoriedade social e das elites socioeconômicas. Para o autor, ainda segundo Hespanha³⁷⁴, o saber jurídico estabelece um conjunto de modos de agir e falar, além de procedimentos próprios de avaliar, raciocinar, provar e tirar conclusões, os quais,

³⁷² TORRES, Julianio Rodriguez. **A ordem e a fera**: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 73.

³⁷³ HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 301-302.

³⁷⁴ HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 304.

interpretados como a disposição mental comum aos participantes desse campo intelectual, denomina-se *habitus*³⁷⁵.

A própria utilização do termo *habitus* evocaria o fato dos juristas estarem habituados a um certo modo de agir, pensar e se expressar, mas também, conformando juristas e não juristas a certa visão do campo do direito.

Neste sentido, o direito cria, além de normas, imagens (também elas normativas, agindo como modelos de comportamento) sobre a sociedade. E, com estas normas e com estas imagens, modela as representações e os comportamentos sociais. Neste sentido, o *habitus* jurídico – que tem a sua origem no modo como o campo do direito está organizado – estrutura as mentalidades dos juristas e, para além destas, as mentalidades sociais.³⁷⁶

Uma das formas pelas quais os juristas moldavam as mentalidades e se distinguíam dos demais grupos sociais era pela formalização da linguagem. O monopólio do saber jurídico manifestado no formalismo do discurso jurídico – na artificialidade dos discursos tratada anteriormente. Hespanha explica que essa tradução seria a função básica dos juristas, a de transformar o caos da vida em ordem do direito. Daí se torna possível compreender alguns textos citados anteriormente. Por outro lado, prossegue Hespanha:

Esta atitude explica tanto o formalismo do discurso dos juristas, como a sua arrogância em relação à vida, que os leva frequentemente a descurar, no traçado das políticas jurídicas, tanto quanto na resolução dos casos concretos, os dados da experiência cotidiana (...).³⁷⁷

³⁷⁵ “Primeiramente, uma análise da posição dos intelectuais e dos artistas na estrutura da classe dirigente (ou em relação a esta estrutura nos casos em que dela não fazem parte nem por sua origem nem por sua condição). Em segundo lugar, uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual. Em termos metodológicos rigorosos, a construção da lógica peculiar a cada um dos sistemas imbricados de relações relativamente autônomas (o campo do poder e o campo intelectual) constitui a condição prévia de construção da trajetória social como sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. O terceiro e último momento corresponde à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante” (BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987).

³⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 305.

³⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 307.

Hespanha entrevê nesse estilo formalista dos discursos a luta simbólica entre juristas acadêmicos e juristas comprometidos com a prática do foro. Nesse caso, estes sacrificariam “a consistência teórica a uma prossecução mais direta dos interesses práticos dos seus clientes”. Nesse sentido devem ser observados os textos acima, que distorcem a legislação de forma a dar interpretação favorável à liberdade.

Certamente a articulação do discurso jurídico, seja no sentido de manutenção da escravidão ou seja um discurso abolicionista merece uma pesquisa mais extensa. Todavia, como provocação, questiona-se os danos dessa às vezes tardia, às vezes esparsa, às vezes sutil ao invés de enérgica tomada de posição dos juristas frente ao instituto da escravidão.

Superada a instituição da escravidão pela pressão do movimento abolicionista e do novo contexto moral internacional, permaneceu o lugar da exclusão, mesmo que sem seu arcabouço jurídico e ideológico. A crítica moral da escravidão por si só não corresponder a sua crítica efetiva e superação. Foi uma crítica parcial de seus efeitos, de fora para dentro: suficientemente forte para desferir um golpe mortal e impedir a reprodução e expansão do regime escravocrata. Este permaneceu – e em larga medida permanece – lançando sua sombra sobre o presente, resistindo a quaisquer mudanças subsequentes, mantendo uma situação em que a exclusão moral e material é a marca da organização social e que a cidadania formal é espoliada de seus direitos mais elementares; uma situação em que os valores predominantes são exatamente os que, sob um manto de aparente grandeza, justificam uma situação de exclusão social.³⁷⁸

Sopesando as diferenças locais, caberia um estudo comparado da capacidade motriz do discurso jurídico em propulsionar mudanças sociais em geral e em particular no caso da escravidão. Considerando ainda a observação de Hespanha:

Em suma, apesar de todas as aparências estilísticas, a intenção dos textos ético-jurídicos não era a de descrever o mundo, mas de o transformar. Transformar, porém mais por meio da sua eficácia simbólica de constituir imagens, do que pela sua capacidade de enunciar normas de comportamento efetivamente dotadas de coação.³⁷⁹

Desse modo, discurso jurídico também se estrutura como o *habitus* definido anteriormente, constituindo uma realidade estrutura – pela imersão em dispositivos

³⁷⁸ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013. p. 37.

³⁷⁹ HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas**. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 39.

textuais, institucionais e sociais específicos – e estruturante – que opera em direção ao futuro, inculcando mecanismos de apreensão, avaliação e ação³⁸⁰.

Por fim, ainda segundo Hespanha, o discurso jurídico depende de um acerto mínimo de consensualidade, “para modificar eficazmente os comportamentos dos homens, a moral e o direito tinham que partir de bases consensuais de argumentação e exigir atitudes também não muito distantes daquilo que era consensualmente tido como justo”³⁸¹. A isso serviam também o apelo a valores universais – aos princípios que poderiam se sobrepor ao direito de propriedade – na medida em que transferiam o discurso de uma tecnicidade ascética, traduzindo-o em proposições morais que se adequava a múltiplos auditórios culturalmente diferentes do grupo produtor do discurso.

³⁸⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 39.

³⁸¹ HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 40.

4 ENTRE MODELOS POSSÍVEIS E O MODELO HÍBRIDO DE JURISTA BRASILEIRO

4.1 A SUPERAÇÃO DO BACHARELISMO ACADÊMICO

Ao interpelar o termo jurista no século XIX, o perfil traçado no início do trabalho buscou responder o *quem*. Quem eram, como chegaram até ali. O segundo momento discutia o que faziam, o *que diziam*, analisando conjuntamente prática e discurso como lados da mesma moeda. A terceira parte se propõe então a responder o *que* eram afinal. O que significava ser jurista no Brasil de finais do século XIX e o que esse estado de ser representava. A opção de nomear “modelos”, ao invés de conceitos, imagens, representações, tipos-ideais, arquétipos ou categorias, foi uma necessidade de simplificar uma discussão historiográfica necessariamente profunda. “Conceito” traz em si uma carga interpretativa que o relaciona com a história das ideias e, a intenção declarada desde o início, era guiar a pesquisa dentro da história do pensamento jurídico. “Imagens” e “representações” remetem, por sua vez, à substituição, ao “apresentar-se ao invés de”, e, o que se pretendia verificar era o “apresentar-se como”, qual modo tinham os juristas de se relacionar nas redes de contatos do Segundo Reinado, sem julgá-los quanto ao seu vínculo com a “realidade”. Tipo-ideal e arquétipo não estão suficientemente “longe da árvore”, estando por demais relacionados às conceituações dadas por Weber e Jung e seus respectivos continuadores e comentadores, que não necessariamente são inaplicáveis ao caso, mas às quais não se quer restringir.

O termo categoria entretanto “remete, na reflexão sobre o conhecimento, para a ideia de modelos de organização das percepções, da ‘realidade’”³⁸², denota uma capacidade ativa. Nesse sentido, categoria ou modelo serve ao propósito de identificar, afinal, o que eram os juristas. Quais traços distintivos podem agrupá-los em categorias ou modelos que transcendam a exemplaridade.

Realmente, muitos nomes não são apenas nomes. ‘Intelectual’, ‘burguês’, ‘proletário’, ‘homem’, ‘demente’, ‘rústico’, são, além de sons e letras, estatutos sociais pelos quais se luta, para entrar neles ou para sair deles. Numa sociedade de classificações ratificadas pelo direito, como a sociedade de

³⁸² HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13.

Antigo Regime, esses estatutos eram coisas muito expressamente tangíveis, comportando direitos e deveres específicos, taxativamente identificados pelo direito. Daí que, ter um ou outro desses nomes era dispor de um ou outro estatuto. Daí que, por outro lado, classificar alguém era marcar a sua posição e política. A mobilidade de estatuto que então existia não era tanto uma mobilidade social, nos termos em que hoje a entendemos (enriquecer, estudar, melhorar o círculo das suas relações, mudar de bairro); era antes e sobretudo uma mobilidade onomástica ou taxinômica – conseguir mudar de nome, conseguir mudar de designação, de categoria (discursiva), de estado (nobre, fidalgo, jurista, peão, lavrador). Claro que a mudança de vida podia ter importância; mas quem decidia dessa importância era a própria entidade conceptual que designava o estado pretendido. Ou seja, era o conceito de nobreza (a definição da categoria da nobreza) que decidia que mudanças de vida eram necessárias para se ser admitido.³⁸³

Portanto, com o intuito inicial de traçar um panorama geral dessa categoria, foram investigados possíveis padrões no modo de ser dos juristas. A análise, reiterese, é parcial, tanto pelas limitações da fonte quanto pelo direcionamento ao ramo do direito civil.

Com ênfase ainda maior, os juristas são tomados como um corpo coletivo, cujos modelos excedem a exemplaridade e mesmo dentre os quais os juristas se deslocam mais ou menos em direção a um ou a outro.

Primeiramente, retome-se a descrição do cenário acadêmico dos juristas brasileiros nas faculdades nacionais. Sérgio Adorno, ao tratar da faculdade de direito de São Paulo, remete ao ambiente fora da academia como o verdadeiro responsável pela formação do bacharel, identificando no rol dos egressos, um número inexpressivo de jurisconsultos.

[...] a Academia de Direito de São Paulo produziu uma safra numericamente inexpressiva de jurisconsultos, em favor de um contingente quantitativamente significativo de advogados, administradores, parlamentares, oradores, jornalistas e artistas. A prática de conciliar tendências filosóficas antagônicas e de harmonizar ideias jurídicas de distintas filiações ontológicas e gnosiológicas, minimizou os pressupostos críticos da atividade didático-pedagógica, e, em contrapartida, fez sobressair seu lado reverso: uma formação puramente ornamental, nutrida, em parte, da exposição quase literal de doutrinadores do Direito e de comentários dos códigos, sem qualquer efeito construtivo e modificador do comportamento.³⁸⁴

A observação de Adorno merece algumas ponderações. Quanto à primeira parte, Adorno, acredita-se, tem em mente um modelo de jurisconsulto que, até onde

³⁸³ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010. p. 18.

³⁸⁴ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 102-103.

foi possível investigar, não existiu no Brasil³⁸⁵, haja vista não ter sido localizado jurista brasileiro que não tenha sido também advogado, parlamentar, jornalista – ainda que se admita prova em contrário, o padrão não se localiza aí. Entretanto, se por um lado Adorno exclui, de antemão, esse rol de profissionais do grupo de juristas ou jurisconsultos, ele também deixa de fora desse elenco de profissões, os professores. Todavia, a formação acadêmica do bacharel deveria direcionar-se para a construção do direito pátrio, capaz de “modificar o comportamento do corpo discente e lhe propiciar, através de um plano pedagógico definido, uma formação profissional, qualquer que ela tenha sido, sólida ou não”³⁸⁶.

O modelo de referência do jurista ideal para Adorno – e também para aqueles que creem no bacharelismo como explicação uníssona para a formação do corpo coletivo de juristas desse período – é o jurista alemão, um cientista de molde

³⁸⁵ Seria estender excessivamente a pesquisa investigar o que o sociólogo Sérgio Adorno entendia como jurisconsulto, ciência e qual seria a real função da universidade. Entretanto, parece evidente que esses conceitos foram anacronicamente transplantados para o século XIX brasileiro. Em síntese, Adorno atribui um valor negativo ao que considerados inerente à própria condição de ser jurista nos oitocentos. A franca influência portuguesa encarnada na Universidade de Coimbra, em verdade, trouxe também um modelo de ensino universitário que, possivelmente, divergia do modelo de comparação do autor. “Durante todo o século XIX e na primeira metade do século XX, a Europa conviveu com uma imensa multiplicidade de modelos de formação superior. Praticamente cada país do continente europeu adotou sua versão de sistema universitário diretamente gerado da universidade elitizada do século XVIII. A universidade de pesquisa inspirada na Reforma Humboldt consolidou-se na Alemanha e no Reino Unido. Na França, a rede de universidades convivia com os *collèges* (muito distintos dos colleges norte-americanos), com as *écoles supérieures* e com as *écoles polytechniques*. Nos países mediterrâneos, em especial na Itália, seguiam-se ainda formatos setecentistas de formação profissional bacharelesca. Em Portugal, além disso, as diretrizes estruturais da universidade francesa pré-Reforma Bonaparte eram respeitadas. [...] Na América espanhola, a instituição universitária chegou precocemente e, no final do século XVI, numa iniciativa conjunta do Estado Colonial e da Igreja, seis delas já haviam sido implantadas. Todas essas instituições copiavam o modelo da metrópole oferecendo os mesmos estudos e adotando a mesma estrutura. Em 1800, existiam 20 universidades ibero-americanas do México ao Chile. No século XIX, generalizou-se no continente o padrão francês de universidade napoleônica, voltada para a formação de quadros profissionais, organizadas num complexo de unidades autárquicas” (Santos BS, Almeida Filho N. **A Universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008. Disponível em: <http://goo.gl/o8n8U0>. Acesso em 5 de agosto de 2015. p. 126-127). Portanto, o sentido, a orientação de uma universidade não fora voltada para o que Adorno chama de “produção do conhecimento”, as condições materiais e culturais eram muito diferentes do modelo anglo-saxão. A ampliação da doutrina jurídica para outros espaços que não a academia, não pode ser caracterizado como demérito da cultura jurídica brasileira. Compreendendo as afirmações de Adorno apenas como um descompasso entre o modelo franco-italiano seguido pelas universidades locais versus o modelo alemão. “Algumas destas características do discurso jurídico têm efeitos também no seio do próprio campo dos juristas, hierarquizando as profissões que nele convivem. O estilo formalista, abstrato e neutral contribui para o prestígio dos juristas acadêmicos, desfavorecendo, como contrapartida, os juristas práticos. Por isso, o desenvolvimento deste “método jurídico” na Alemanha do séc. XIX coincidiu como a época em que direito era considerado como sendo um assunto para Professores (*Professorenrecht*)” (HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 308).

³⁸⁶ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 93.

savignyano, imerso numa academia com padrões germânicos, ignorando que a cultura jurídica no século XIX tinha outras influências³⁸⁷.

Por exclusão do que os juristas brasileiros eram em contraposição ao que o jurisconsulto por excelência deveria ser, para Adorno, conclui-se que o jurisconsulto deveria dedicar-se exclusivamente à ciência do direito e à produção de conhecimento. É problemático também, o que o autor considera como produção de conhecimento. Adorno afirma:

Uma simples leitura do quadro docente dessa academia [São Paulo], no período compreendido entre 1827-83, revela nomes que se destacaram no cenário político, aos quais, todavia, não lhes corresponde idêntica celebridade como produtores de conhecimento. Como já se afirmou, salvo exceções, a grande maioria dos lentes produzia textos, artigos, teses para utilização como apostilas em sala de aula, sem repercussão na cultura jurídica nacional. Personalidades que adquiriram prestígio na vida pública brasileira nada ou muito pouco produziram como doutrinadores ou jurisconsultos.³⁸⁸

Para Adorno, portanto, quaisquer outras atividades ou publicações que não estivessem na forma livro e próprios “às ciências jurídicas”, não poderiam ser consideradas produção de conhecimento. Ao elencar os professores da faculdade de São Paulo entre 1827 e 1883, identifica-se, de pronto cinco³⁸⁹ nomes que publicaram artigos na Revista *O Direito* mas que não produziram conhecimento algum nos parâmetros de Adorno. Com isso não se pretende concluir que a revista jurídica analisada concentra o mundo jurídico como um todo, pelo contrário, apenas deve ser apontado o fato que a produção jurídica ali publicada não deve ser desconsiderada preliminarmente, tampouco, outras publicações que não livros jurídicos.

A aridez intelectual descrita pelo sociólogo, pode ter sua interpretação revista, como sinais em primeiro lugar, para que a pesquisa se direcione para fora da academia, sugerindo que a cultura jurídica possuía, já no século XIX, vida própria com relativa autonomia e, em boa medida mais profícua, para além das faculdades. Em segundo lugar, esse cenário de carência acadêmica deve ser percebido como uma das faces de um panorama maior. Justamente, ou melhor, conjuntamente, com as

³⁸⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 291.

³⁸⁸ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 121.

³⁸⁹ Brazilio Rodrigues dos Santos, Antonio Dino da Costa Bueno, José Rubino de Oliveira, Joaquim de Almeida Leite Moraes Junior, Carlos Leoncio da Silva Carvalho.

limitações da academia, as atividades jornalísticas e literárias³⁹⁰, bem como uma cultura reproduzida oralmente, que foram enfaticamente relegadas a um segundo plano por Adorno e também por Venâncio Filho, são parte da cultura jurídica brasileira do século XIX e não impedimentos a ela.

Se se quiser examinar uma geração acadêmica, pode-se escolher a geração que passa pela Faculdade de Direito de São Paulo no período de 1866 a 1870, uma das mais ilustres a assinalar, nela havendo figuras que se destacariam na vida jurídica, na política, nas letras, como, entre outros, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena. Entretanto, se se pesquisar nas biografias, nas recordações, nas reminiscências, nas memórias, ver-se-á que o brilho desta geração se exerceu muito mais fora dos umbrais das Arcadas do que no estudo do Direito e no comparecimento às preleções dos professores da casa.³⁹¹

Venâncio Filho destaca a atividade jornalística de Rui Barbosa: “A atividade de Rui Barbosa exerceu-se muito mais no jornalismo acadêmico, na política, na luta abolicionista, na participação nas sociedades maçônicas, na oratória e mesmo na poesia”³⁹². Continua o autor, referindo-se também a outros juristas como Joaquim Nabuco e Rodrigues Alves: “ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas”³⁹³.

Entretanto, ao contrário da interpretação dada por Venâncio Filho, este universo de comunicação paralela e externa a academia, seja no teatro, nas agremiações, na literatura, eram parte da formação do jurista. Ainda que alguns seguissem realmente outra carreira ou se tornassem notáveis em carreiras não jurídicas, como José de Alencar, as faculdades de Direito do império eram o ambiente propício ao convívio e desenvolvimento simultâneo não apenas de uma cultura

³⁹⁰ Essa formação “acessória” também era a base do ensino no Imperial Colégio Pedro II, apontado como única instituição oficial de ensino capaz de preparar os alunos ao ensino superior e, posteriormente, para cargos na burocracia estatal. Descreve Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, que “o ensino que o colégio propiciava tendia a revestir-se de um caráter essencialmente literário, livresco e ornamental, com o intuito de formar os oradores retóricos que ocuparam o parlamento do segundo Reinado” (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828)*. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 9-32. p. 26).

³⁹¹ VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 133.

³⁹² VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 134.

³⁹³ VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 136.

jurídica, mas de uma cultura letrada em geral. Venâncio Filho percebe essa multiplicidade como dissimulação:

As faculdades de direito foram, pois, o viveiro de uma elite de cultura e administração e a política, o jornalismo, as letras e o magistério (e até mesmo o teatro), **infiltrados de bacharéis, desertores dos quadros profissionais** e que guardaram, com a ilustração, apenas o título e o anel de rubi no dedo, como sinais de classe e de prestígio.³⁹⁴ (grifo nosso).

A existência da imprensa (no sentido lugar de impressão) no Brasil não pode ser confundida com sua disseminação. A transição do homem auditivo para o visual para o qual tudo aquilo que antes era ouvido passa a ser visto em uma página, foi gradual e sempre parcial em relação à sociedade dos oitocentos. O consumo da letra impressa foi por muito tempo o consumo de poucos títulos, lidos continuamente e, com frequência, em atos coletivos³⁹⁵.

Por isso, não foi, isoladamente, com o surgimento de meios de impressão que se modificou a valorização de um saber eloquente baseado na transmissão oral de conhecimento dominante até então.

Gabriela Lima Ramenzoni³⁹⁶, em dissertação de mestrado, sistematiza os tipos de juristas encontrados nas pesquisas de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre de um lado, e, de Sérgio Adorno, Raymundo Faoro e Aurélio Wander Bastos, de outro, agrupando-os em duas categorias complementares entre si: o bacharel ornamental e o bacharel burocrático.

O bacharel ornamental, oriundo de um ensino jurídico ornamental³⁹⁷, se caracterizava por uma erudição de fachada, transmitida em sala de aula e descontextualizada tanto da vida prática quanto ao contexto cultural na qual se

³⁹⁴ VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 143.

³⁹⁵ “As práticas das aulas lidas’ eram, também comuns, João Silveira de Sousa adotava esse sistema, segundo o testemunho pessoal de Clóvis Beviláqua: ‘Ouidas na aula, as preleções de Silveira de Souza eram, entes, monótonas do que atraentes porque, segundo testemunhei em 1878 e era o seu sistema, ele as levava escritas e as lia. Chegava envolvido na sua beca negra, tomava assento na cátedra e, erguido ao fundo da sala, levantava os óculos de presbita para a frente e punha-se a ler fluentemente, mas sem calor, sem interrupção, seguidamente até que a sineta dava o sinal de estar finda a aula” (VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 118).

³⁹⁶ RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014.

³⁹⁷ “Em relação à cultura intelectual, o nosso ensino ainda perpetuava, até meados do século XIX, a tradição ornamental, fabricante de humanistas para as duas faculdades de Direito do país e que estar devolviam depois à administração e à política imperial” (COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Livraria José Olímpio Editora: Rio de Janeiro, 1956. p. 144).

inseririam os alunos. Essa tese, critica acertadamente a autora, parte da ilusória premissa de que era responsabilidade do ensino moldar a sociedade, não enxergando no ensino a representação do pensamento social dominante. Era a busca por algo que não estava lá.

É baseado nesta ideia que se perpetuou no imaginário do povo brasileiro a relação enraizada do bacharel com a ideia de poder, como se fosse uma “habilitação” para o exercício do poder. E este bacharel ornamental seria um intelectual jurídico de fachada, pois não dialogava com o cotidiano social e não tinha conhecimento crítico para dar uma utilização prática ao sistema jurídico a invés de só perpetuar artificialismos, imitações (in)conscientes e impensadas de estruturas estrangeiras.³⁹⁸

O segundo tipo seria o bacharel burocrático:

Esta tese relaciona, de uma maneira geral, a formação do bacharel ao aparelho de Estado brasileiro e destaca que esta participação burocrática foi definida de forma premeditada pelas camadas da elite cultural dominantes, posto que teriam sido os cursos jurídicos tão-somente criados a fim de possibilitar o reinado dos bacharéis na burocracia do Império. Nesse sentido, o bacharel, o promotor, o juiz, junto com os parlamentares e demais estadistas, não foram criadores da ordem social e política, mas sim seus filhos legítimos. Ou seja, o sistema preparou escolas de Direito com o escopo de gerarem os letrados e os bacharéis para ocuparem os cargos da burocracia brasileira, regulando a educação de acordo com as suas exigências.³⁹⁹

Essa tese⁴⁰⁰ quando utilizada como vetor de interpretação dos juristas no século XIX, minimiza, para não dizer anula, outras formas de participação e

³⁹⁸ RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014. p. 31.

³⁹⁹ RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014. p. 34.

⁴⁰⁰ Mesmo entre os autores que privilegiam essa explicação, ela não se torna absoluta, como explica Gabriela Lima Ramenzoni: “O autor Aurélio Wander Bastos, em seu trabalho “O Estado e a formação dos currículos jurídicos do Brasil”, esmiúça este tema tratado por Faoro de uma forma mais específica sobre a instituição das faculdades de Direito no Brasil a fim de formarem tão-somente burocratas. Nessa linha de pensamento, ele considera que a organização dos cursos jurídicos no Brasil foi absolutamente voltada a fim de atender os interesses e demandas do Estado em detrimento das expectativas judiciais da sociedade. Formariam burocratas estatais e não advogados. Nesse sentido, o sistema preparava escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais. Assevera, também, que a formação dos cursos jurídicos no Brasil estava estritamente ligada à consolidação do Estado imperial e era resultado das expectativas das elites, bem como das contradições sociais. Mas em contrapartida, não desconsidera a possibilidade de produção de cultura jurídica para outros fins. Por exemplo, este autor dá uma orientação mais específica sobre como se dava o cotidiano de construção de pensamento jurídico por parte do bacharel, pois delimita que o chamado “advogado” deveria ser um bacharel mais voltado para as questões da origem do conhecimento jurídico, portanto era incentivado para o aprendizado do Direito Romano. Não obstante, quando se pretendia abrir a formação do bacharel para as questões gerais do

construção da cultura jurídica brasileira pelos juristas não burocratas e mesmo daqueles que exerciam cargos estatais, valer-se dessa tese unicamente, resulta na assumpção de que os interesses dos juristas a serviço do Estado deveriam sempre estar em conformidade com os do Estado. Entretanto, já foi observado que, por vezes, os juristas defendiam interesses que contrariavam a um só tempo o Estado e a elite econômica às quais os juristas eram oriundos ou se relacionavam por alianças políticas e pessoais.

Ainda e talvez finalmente, restam duas observações ao modelo do bacharelismo construído pela historiografia tradicional até aqui, levantadas por Ricardo Marcelo Fonseca. A primeira delas é que é exagerada a subsunção de que a formação dos juristas dava-se totalmente fora da academia ou que seus interesses estavam totalmente voltados para o externo do direito.

Como por exemplo: não parece acertado supor que os estudantes “ignoravam” a formação jurídica que dispunham nas faculdades de direito no Império (sobretudo a partir da segunda metade do século XIX) ou que esta lhes fosse absolutamente imprestável, como sugere Adorno. Se é certo que havia uma série de precariedades (sobretudo até meados do século) no ensino jurídico brasileiro, bem como um marcado autodidatismo, além da presença importante das atividades de jornalismo entre os estudantes, isso não pode significar que não houvesse uma prevalente preocupação com as disciplinas cursadas, que, afinal, eram aquelas as que possibilitariam o passaporte para a vida profissional como advogados, juizes, etc.⁴⁰¹

Portanto, ainda que as atividades extracurriculares se destacassem quando observado o espectro geral dos cursos jurídicos, é excessivo, ainda que com toda a precariedade do ensino jurídico, mesmo e sobretudo a partir da década de 1850, quando a legislação e doutrina brasileira começam a suplantam a portuguesa⁴⁰², tanto nas faculdades de direito como fora delas.

Do mesmo modo, parece descabido exigir que a produção intelectual dos juristas dos oitocentos se restringisse à literatura jurídica produzida por catedráticos das faculdades do Império. Nem toda a produção jurídica ficava adstrita ao interno

Estado e da sociedade, era incentivado o aprendizado do direito público” (RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014. p. 35-36).

⁴⁰¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 288.

⁴⁰² FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 289.

das faculdades, nem os juristas, produtores de cultura jurídica, necessariamente, se localizavam nas cátedras dessas faculdades. Como afirma Fonseca:

Ademais, é de se lembrar que os maiores juristas brasileiros do século XIX (citem-se como exemplos Teixeira de Freitas, da turma de 1864, Pimenta Bueno, da turma de 1833 e o já mencionado Ruy Barbosa, da turma de 1870) eram egressos das academias de direito brasileiras. O fato deles não terem jamais composto as fileiras docentes das faculdades de direito, por outro lado, não quer significar, por si só, que tivesse existido uma relação de estranheza entre as academias e esses doutrinadores ou que a doutrina ensinada nas faculdades ignorasse sua importante contribuição teórica (como sugere Adorno). Para ficar apenas num exemplo (pois conclusões mais abrangentes nesse sentido dependeriam de uma investigação específica), é de se notar a imensa repercussão acadêmica da célebre “consolidação das leis civis”, de Teixeira de Freitas, tanto dentro da academia quanto nos foros.⁴⁰³

A segunda observação feita por Fonseca, e fundamental para o presente trabalho, é a de que o jurista do século XIX não era alheio ao paradigma da oralidade. A retórica e a eloquência são condição de existência de um modelo particular de jurista, o jurista romântico conforme denomina Carlos Petit, do qual se tratará a seguir.

Assim, para a presente pesquisa, em concordância com as conclusões de Fonseca⁴⁰⁴, demonstrou-se ser indissociável a atuação dos juristas na imprensa ou na literatura, nem como um saber finalista conforme as necessidades profissionais práticas, havendo uma necessidade de conformar esses aspectos em um perfil híbrido, mas que corresponda a contextura estudada.

4.2 OS MODELOS DE JURISTAS NA ESPANHA

Primeiramente, por mais que pareça redundante reafirmar a tradição europeia no Direito brasileiro, é possível questionar se nem quando ao modo de ser dos juristas que aqui nasceram e estudaram, ainda que imersos em uma literatura estrangeira,

⁴⁰³ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. v. 98, 2008. p. 290.

⁴⁰⁴ “Não parece um procedimento adequado, por isso, separar o conhecimento do jurista do século XIX do conteúdo de oralidade de que ele se revestia, procurando-se, obviamente em vão, a “produção de conhecimento” do jurista como se ele fosse um cientista acadêmico do século XX. Igualmente não parece adequado o procedimento de Adorno em separar o saber do jurista deste período do saber literário e retórico (sobretudo da cultura clássica), como também, enfim, não parece adequado separar a prática do jurista da sua atividade política e jornalística. Tudo isso formava uma unidade, que constituía a própria identidade do homem das letras jurídicas do século XIX” (FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 98, 2008. p. 291).

conseguiriam eles se distanciar da Europa ao menos nesse aspecto – mais íntimo, por assim dizer.

Acontece que mais do que modelos europeus de “conduta”, o Brasil se insere na tradição latina⁴⁰⁵ de formação dos juristas. Assim que há uma patente identificação com o que acontecia simultaneamente na Europa especialmente próximo ao final do século XIX. O jurista desse período não estava alheio às tendências e teorias europeias, a comunicação pela imprensa e a possibilidade de viagens tornava o influxo de ideias nesse momento mais dinâmico. Nem o ensino jurídico⁴⁰⁶ nem na

⁴⁰⁵ Optou-se por usar o denominador comum latino para expandir a matriz colonial portuguesa, para um primeiro degrau de influência ibérica em razão do domínio do liberalismo na Espanha do século XIX que possibilita para futuros estudos estabelecer os pontos de contato com o liberalismo brasileiro, e, em um segundo degrau, permite incluir a interessante comparação com a Itália, cuja “estatização” também nesse século. Por fim, a marcação dada pelo termo “latino” permite separar definitivamente a cultura jurídica brasileira nos aspectos aqui abordados – frise-se ensino jurídico e modo de ser dos juristas – de uma tradição alemã. Aliás, como complemento, cabe pontuar o estranhamento de Jhering e Savigny diante dos juristas italianos. Jhering observa com certa complacência os juristas italianos constrangidos a deixar a cátedra para dedicar-se à advocacia, enquanto que na Alemanha a rigorosa separação das profissões tidas como inconciliáveis era considerada uma garantia dos professores alemães. Savigny, em viagem pela Itália, entendia como um desvio da atividade espiritual do jurista essa razão prática que impelia os juristas italianos a exercer outra atividade além da cátedra. Ademais, Beneduce pontua que “La Francia è innanzitutto il luogo di una esperienza politica e giuridica paradigmatica, che esercitava nei fatti una potente forza di attrazione sulle vicende italiane” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 26 e 151). Ademais, “A título de comparação, a vida dos juristas do século XIX, mesmo em França, é ainda uma vida híbrida: parte do tempo dedicam-se à academia, parte do tempo são chamados a exercer funções de governo ou de legislação e parte do tempo gastam na advocacia (Dupin [1783-1865], Cormenin [1788-1868] etc.). Alguns dos mais mencionados, como é o caso de Dalloz (1795-1869) em França, não são mesmo acadêmicos no sentido contemporâneo, mas profissionais que se dedicam a tarefas práticas, como a edição de revistas e coletâneas de decisões judiciais. Outros transitam de um lado para outro da vida jurídica, ora como professores, ora como legisladores ou homens de Estado” (LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007. p. 7-8). E, em favor dessa análise comparativa, citamos ainda Carlos Petit: “Sin poder entretenerme aquí en consideraciones comparativas, al menos debo advertir que cuanto se viene diciendo para España, gracias a la condición 'universal' de la elocuencia latina podría sin duda aplicarse a otros ámbitos geográficos y aun a tradiciones jurídicas muy distintas; no ocuparse de estas cosas cuando interesaba el análisis comparado de la profesión forense en varias experiencias nacionales es error que comete, en mi opinión, la por demás apreciable y ambiciosa obra de Hannes Siegrist, Advokat, Bürger und Staat” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000.p. 111).

⁴⁰⁶ Comparativamente, Paz Alonso descreve a Universidade de Salamanca em termos bem próximos do contexto brasileiro: “No es nada nuevo decir que las universidades, y la de Salamanca en particular para los siglos modernos, fueron criaderos de burócratas regios, y que muchos de los que ocuparon los más altos cargos se reclutaron entre sus catedráticos. Que las cátedras eran un excelente trampolín para, desde ellas, acceder a los organismos superiores de la Monarquía es algo aceptado por todos” (ALONSO ROMERO, María Paz, **Salamanca, escuela de juristas**. Estudios sobre la enseñanza del Derecho en el Antiguo Régimen. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid - Editorial Dykinson, 2012. p. 235-236).

cultura em geral⁴⁰⁷ – na qual os juristas também se inseriam – pode-se apontar uma ruptura, ao longo de todo o século XIX com a Europa.

Tal qual o Brasil, também o ensino jurídico na Espanha liberal foi uma “escola de tribunas” que configurava ambiente próprio para recriar e transmitir a cultura eloquente que dominava os saberes e profissões de então. Petit retrata as prestigiadas lições inaugurais nas universidades espanholas como vetor de interpretação para a passagem do paradigma da oralidade para o predomínio da escritura e, a reboque, de um modelo de jurista a outro.

A publicação posterior da lição inaugural era o registro fiel da cerimônia, desde a posição dos lugares dos convidados de honra até a transcrição integral do discurso incluindo quando começou e que horas acabou, constituindo-se em gênero literário próprio. As aulas deveriam, por sua vez, ser públicas e em lugar que garantisse a boa audição. “El flujo de mensajes orales constituye desde luego la base de las actividades didácticas, pues las explicaciones del catedrático se completan diariamente con preguntas”⁴⁰⁸.

Os discursos proferidos no âmbito das universidades – Petit trata da década de 1850 – sejam eles aulas inaugurais ou exames para concessão do grau eram eventos e ainda que, com o passar dos anos o caráter escrito dos exames tomasse espaço, a natureza do ritual se mantinha oral. Esses discursos, afirma o autor,

[...] respondem sem exceção às receitas das *orationes* demonstrativas dos clássicos retóricos, onde o exercício eloquente não deixa muito espaço para a ciência; com tais, frequentíssimos discursos poderia se tratar de evocar aos nomes mais célebres do claustro local, de fazer presente (‘de vida voz’) a corporação diante da sociedade e dos periódicos.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ José Murilo de Carvalho explica que a relação das elites culturais com a cultura europeia refletia-se em sua produção e em seu pensamento, fazendo-se notar no mundo das artes, mas também no mundo das ideias filosóficas e políticas. Mas é importante ressaltar que ainda que fossem estreitos os laços com a matriz cultural europeia, não é correto interpretar essa influência em termos de mera cópia. Na literatura e nas artes plásticas, por exemplo, explica Carvalho, o modo e os padrões eram europeus, mas os temas e as propostas eram brasileiros. O mesmo vale para o campo das ideias, nas quais tornamos a incluir as ideias jurídicas e soluções para o Direito Brasileiro (CARVALHO, José Murilo de. *As Marcas do Período*. In: _____. **A Construção Nacional: 1830-1889** (História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/Fundação Mapfre, 2011. p. 34-35).

⁴⁰⁸ PETIT, Carlos. **Discurso sobre el Discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal**. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 28.

⁴⁰⁹ “[...] responden sin excepción a las recetas de las *orationes* demostrativas de los clásicos retóricos, donde el ejercicio elocuente no deja mucho espacio para la ciencia; con tales, frequentíssimos discursos más bien podía tratarse de evocar a los nombres más célebres del claustro local, de hacer presente (‘de viva voz’) a la corporación ante la sociedad y los periódicos” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el Discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal**. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 31). (tradução nossa).

Essa transição de uma cultura tipicamente oral para a escrita, para a presente pesquisa, não é meramente acessório, mas é o que possibilita a comparação entre os juristas de diferentes tradições⁴¹⁰. Não apenas pela conclusão lógica de preservação e acesso ao discurso mesmo com a distância temporal e espacial, mas porque o reconhecimento de que o meio impresso poderia conter o discurso jurídico diante de uma paulatina e crescente valorização da escrita, foi uma das razões que levou os juristas da segunda metade do século XIX a publicarem seus textos.

O que se propõe é estabelecer que a distinção entre juristas e demais – sejam internos ao campo do direito (bacharéis, magistrados, advogados, professores) ou externos (médicos, políticos) – não é uma diferenciação de classe hierarquizadas. Embora a atuação como jurista seja diversa do seu agir como advogado ou professor, essa aparente dissociação é inerente ao próprio jurista latino. O que se propõe é uma definição de jurista relacionada à atuação conforme o ambiente ou a finalidade do discurso, uma vocação⁴¹¹ para ao invés de configurar uma profissão autônoma. Beneduce⁴¹² fala de um paradigma “impessoal e indivisível” do jurista.

Portanto, retoma-se também a distinção entre o bacharel e o jurista. Igualar a situação de bacharel com a vocação do jurista é reduzir o todo pela parte. O que diferencia portanto o jurista do bacharel e de outras profissões jurídicas é sua postura enquanto tal. E essa postura, esse modo de agir tomava diferentes contornos no período estudado, é isto que se denomina modelos para os fins desse trabalho. E, por isso é importante diferenciar os ambientes que modificavam a finalidade da comunicação dos juristas.

Já foram apontadas as aproximações e contingências entre juristas e bacharéis e juristas e magistrados e, ainda que de forma breve, juristas e políticos. Cabe aqui uma ponderação mais detalhada acerca da relação entre juristas e advogados. Apesar do necessário distanciamento ou desconexão entre profissão e vocação, no caso dos advogados, ao menos no que concerne aos estudos realizados na Europa por Carlos Petit e Beneduce, essa separação não sobrevive na sua integralidade.

⁴¹⁰ Importante salientar que essa mudança não implica no abandono da transmissão oral do conhecimento ou que antes disso não se fizesse uso da escrita, apenas se destaca o privilégio e a necessidade de domínio de um meio em relação ao outro.

⁴¹¹ Vocação entendida como orientação do agir, como interesse e inclinação, assim como um médico tem vocação para o cuidado.

⁴¹² BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 13.

Primeiramente, Petit explica que, a partir do paradigma da comunicação oral, referido anteriormente, a Espanha no século XIX também era escassamente tipográfica. Nas universidades espanholas desse período persistia a eloquência das lições inaugurais ou dos exames orais.

Se a universidade liberal produziu antes algum livro ou obra de consulta se trata, como acontece também nos cursos do Ateneu, de apontamentos e notas que passam diretamente do auditório à imprensa: subprodutos de 'textos vivos' que não sabem nem querem renunciar a sua primitiva expressão oral, com as imagináveis consequências.⁴¹³

Comparativamente, isso reforça as conclusões acerca das academias brasileiras, na quais Adorno não localiza “produção de conhecimento”, quando, uma forte possibilidade é a de que o conhecimento produzido apenas não ser apresentava na forma esperada.

O advogado não apenas resulta assim no jurista por excelência; não apenas seria seu discurso a expressão mais acabada da palavra posta ao serviço coletivo. [...] O homem eloquente, e somente ele, encarna ainda o tipo ideal de cidadão politicamente ativo, o que agora significa confiar no advogado para que chegue a se ouvir da voz do público. Uma sublime missão representativa, certamente, que nos explicaria o frequentíssimo desempenho de dignidades parlamentares por advogados em qualquer Estado liberal europeu e a difícil distinção entre a causa da advocacia e a causa da política: “a profissão do orador é um ministério respeitável, que requer para seu bom desempenho grandes virtudes e nobres sacrifícios. Ora advogue frente os tribunais... era na tribuna defenda os interesses dos povos e o decoro nacional; ora predique no púlpito a moral evangélica; ora derrame na cátedra a luz do ensino, sempre a missão do orador é árdua, importante e fecunda.”⁴¹⁴

⁴¹³ “Si la universidad liberal ha producido antes algún libro u obra de consulta se trata, como acontece también con los cursos del Ateneo, de apuntes y notas que pasan directamente del auditorio a la imprenta: subproductos de ‘textos vivos’ que no saben ni quieren renunciar a su primitiva expresión oral, con las imaginables consecuencias” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 57). (tradução nossa).

⁴¹⁴ “El abogado no sólo resulta así el jurista por excelencia; no sólo sería su discurso la expresión más acabada de la palabra puesta al servicio colectivo. [...] El hombre elocuente, y sólo él, encarna aún el tipo ideal del ciudadano políticamente activo, lo que ahora significa confiar en el abogado para que llegue a oírse la voz del público. Una sublime misión representativa, ciertamente, que nos explicaría el frecuentísimo desempeño de dignidades parlamentarias por abogados en cualquier Estado liberal europeo y la difícil distinción entre la causa de la abogacía y la causa de la política: “la profesión del orador es un ministerio respetable, que requiere para su buen desempeño grandes virtudes y nobles sacrificios. Ora abogue ante los tribunales... ora en la tribuna defienda los intereses de los pueblos y el decoro nacional; ora predique en el púlpito la moral evangélica; ora derrame en la cátedra la luz de la enseñanza, siempre la misión del orador es ardua, importante y fecunda” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 60-61). (tradução nossa).

O principal saber do advogado não era o conhecimento jurídico, esse, pressupunha-se existente, mas não era o principal. De nada adiantaria o conhecimento da lei sem o poder de convencimento. Antes era recomendado ao advogado sólidas lições de moral, de ética cristã. Somente depois se passaria ao estudo de uma “ciência legislativa”, que ainda não contém propriamente o direito positivo, mas consiste na doutrina de Cícero, Cujas, Domat, Heinecio, Pothier⁴¹⁵. Pouco a pouco, os tratadistas mais românticos⁴¹⁶ passam a ser sugeridos aos jovens juristas, mas ainda é mais importante um conhecimento profundo de filosofia, história, artes liberais, e, por óbvio, da oratória – mas ressalte-se, esse conhecimento não era tido como perfumaria.

O estudo acadêmico das letras incluindo poesia por parte dos advogados não funcionava, nem nunca funcionou – como explica Petit⁴¹⁷, como mero adorno ou como manifestação do *status*. Pelo contrário, esses conhecimentos estavam arraigados na

⁴¹⁵ Em outro trabalho, Petit indica a pesquisa de Jesús Martínez, que ao estudar as bibliotecas particulares, destaca o caso de Joaquín María López – proprietário de uma biblioteca que se encaixava dentro dos parâmetros da época (Composição geral das bibliotecas de juristas profissionais, políticos e burocratas em Madri: Literatura e língua: 21,80; Arte e ciência: 7,57; História e geografia: 15,45; Direito e política: 17,59; Economia: 5,44; Filosofia e pensamento: 3,98; Teologia, moral e religião: 12,23, várias: 12,64). A pesquisa concluiu que os livros tinham uma dupla utilidade, completamente diferentes mas complementares que tipificam as características do típico jurista do período: (i) os livros eram suporta às atividades profissional e política e (ii) relacionavam-se com suas atividades de lazer e vocação literária. “[...] en efecto, este abogado y político progresista, parlamentario de verbo celeberrimo desde las cortes del Estatuto, dos veces presidente del Consejo de ministros, autor de libros jurídicos (Lecciones de elocuencia general, de elocuencia forense, de elocuencia parlamentaria y de improvisación, I-II, 1849-1850; Curso político-constitucional, 1856) y famoso letrado ejerciente en Alicante y Madrid fue además un creador literario tan prolífico que la edición íntegra de sus obras y discursos cubre nada menos que siete tomos”. Outra pesquisa citada por Petit, desenvolvida por Mariano Peset y Johannes-Michael Scholz, oferece uma explicação complementar, a de que o cultivo das letras pelos advogados isabelinos seria um adorno erudito obrigatório, ou em uma expressão melhor: em uma manifestação de *status* (PETIT, Carlos. El legislador y la biblioteca. Los fondos de Andino en la Universidad de Sevilla. **Glossae**: European Journal of Legal History, ISSN 0214-669X, n. 10. 2013. p. 489-506. Disponível em: < <http://goo.gl/vHsAQj>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.)

⁴¹⁶ Acerca do repertório dos juristas: “Uns, mais próximos das posições românticas e doutrinárias – como Basílio Alberto de Sousa Pinto – com declarações rotundas sobre o primado da razão, da “natureza” e do temperamento dos povos, sobre as decisões de efêmeros arranjos políticos nas Câmaras. Outros, embora perfilhando ideais políticos mais próximos das posições democráticas – como Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886) – reclamando os direitos da “filosofia” na conformação do direito. Outros, por fim, com perfis mais “técnicos” do que “ideológicos”, invocando ou a tradição dogmática, desde os praxistas até aos autores portugueses pós-liberais – como é o caso de Manuel de Almeida e Sousa (Lobão), J. H. Correia Teles –, ou o consenso dos códigos modernos das nações mais polidas, nomeadamente a lição do Code Napoléon – como é o caso de Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850) ou José Dias Ferreira (1837-1907)” (HESPANHA, António Manuel. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito**: ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 165-166).

⁴¹⁷ PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 66.

tradição eloquente, a poesia oferecia a gente do foro palavras e estilos utilizados para contrabalançar a aridez dos materiais legais e somente assim eles poderiam desempenhar sua função.

Portanto, tem-se que o jurista romântico era aquele que propunha, talvez mais do que propunha, aquele que vivia uma possibilidade romântica de leitura do direito e da política.

Vigente um 'paradigma eloquente' do saber, codificado nos tratados sobre oratória, a inclinação às letras dos homens de leis liberais teve muito a ver com o *cursus studiorum* que empreendiam ao educarem-se como oradores e ao exercer como cidadãos úteis. Os conhecimentos de latim, moral e história, também de língua e literatura, previstos nos programas universitários e reclamados pela preceptiva arte forense refletiram e refletiram e aportaram a a base e os estímulos necessários para que o jurista eloquente frequentasse a gêneros que ninguém chamaria hoje de jurídicos [...], mas que determinava uma forma mentis e uma maneira literária de conceber o exercício profissional.⁴¹⁸

É um conceito um tanto difícil de compreender atualmente, o direito como arte em uma perspectiva estética que refutava qualquer separação entre teoria e prática, como sugeria, exemplifica Petit, Francisco Giner de los Ríos (1839-1915), para quem o ideal seria a fusão perfeita das duas esferas.

Afora a toga, a exposição sentado ou em pé, o lugar na sala, era recomendado aos advogados que discursassem de improviso, era excepcionais os casos em que um advogado lia um texto já preparado, a dimensão temporal do processo se encerrava no trabalho no foro e deveria estar livre de qualquer interferência de natureza espacial, inclusive uma folha de papel que pretendesse encerrar o discurso jurídico⁴¹⁹.

Outro acontecimento paralelo ao desenvolvimento da imprensa exerceu influência sobre os juristas do período: o surgimento do público. Sobressaia-se à

⁴¹⁸ "Vigente un 'paradigma elocuente' del saber, codificado en los tratados sobre oratoria, la inclinación a las letras de los hombres de leyes liberales tuvo mucho que ver con el *cursus studiorum* que emprendían al educarse como oradores y al ejercer como ciudadanos de provecho. Los conocimientos de latín, moral e historia, también de lengua y literatura, previstos en los planes universitarios y reclamados por la preceptiva del arte forense reflejaron y aportaron la base y los estímulos necesarios para que el jurista elocuente frecuentara unos géneros que nadie llamaría hoy jurídicos [...] pero que determinaban una forma mentis y una manera literaria de concebir el ejercicio profesional"(PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 73). (tradução nossa).

⁴¹⁹ PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 91.

existência de normas para que exigiam a autorização dos advogados, juízes e promotores para publicização de seus discursos e decisões, o espetáculo gerado pelas notícias das cortes, crônicas parlamentares e um gênero literário que há pouco surgira: o estudo de casos célebres. A acepção de público era distinta das de nação ou povo, o público tinha além de uma curiosidade cultural, opinião, justificando assim a curta distância que separava a oratória do jornalismo. Petit destaca a participação bastante ativa do advogado isabelino na redação de jornais e revistas jurídicos e políticos⁴²⁰.

Há uma circularidade percebida nos discursos jurídicos e na imprensa, a discussão do caso concreto servia para tornar visível, ou melhor, audível, o clamor público e o advogado falava de grandes ideais que envolviam a sociedade inteira. O acusado do crime poderia então ser um perigoso delinquente ou a vítima de um poder ilegítimo ou de uma injustiça social.

O alto índice de analfabetismo no Brasil, no entanto, parece ser um porém para realização de tal análise. A imprensa especializada entretanto dedicava-se também ao comentário de julgamentos ou publicação de discursos, mas, ao menos é o que se pode verificar na Revista *O Direito*, com uma crítica voltada para os aspectos técnico-jurídicos do caso concreto.

O jurista eloquente então, como o gênero do qual o romântico é espécie, destacava-se na tribuna. Seu espaço privilegiado de atuação era o foro. Havia diferenças entre a eloquência de um jurista e de um parlamentar, mas pode-se afirmar que foi a esfera parlamentar que se apropriou do abundante uso da retórica e da eloquência jurídicas convertendo, aos olhos atuais, esse discurso em um discurso político.

É bastante forte a tentação de deduzir a partidas possíveis diferenças de forma também diferenças que interessam ao conteúdo. Ainda que os cronistas da época insistissem nas regras discursivas que impunha a tribuna, onde pode falar algum conhecido advogado precisamente por ser, na qualidade de profissional (do foro) demasiado eloquente, também é certo que a prescrição contemporânea dilui um pouco aquela distinção, levantando a sua maneira a condição requintadamente política, isto é, pública que ostentava o jurista no Estado liberal.⁴²¹

⁴²⁰ PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 125.

⁴²¹ “Y es muy fuerte la tentación de deducir de las posibles diferencias de forma también diferencias que interesan al contenido. Aunque los cronistas de la época insistieron en las reglas discursivas que

Ainda no século XIX a lei escrita era escassa, uma das justificativas das várias iniciativas de revistas jurídicas na década de 1870 era justamente proporcionar aos leitores uma cópia da legislação vigente atualizada a um preço acessível⁴²²⁴²³. Petit relata que era comum ao início do processo as partes levarem a lei correspondente para o tribunal, posteriormente solicitando seu “desentranhamento” pois a lei era necessária em outros processos.

Ainda que impressa, o processo de publicização das leis dependia da oralidade para alguma divulgação. As leis deveriam ser lidas em praças públicas e depois os alcaides as deveriam reproduzir em seus municípios para dar ciência a todos.

De maneira que o verbo forense dava vida a uma legislação escrita e publicada que ninguém sabia muito bem como determinar. Sem hierarquia normativa que valesse, sem notícia clara da vigência do direito, sem sujeição efetiva do juiz à norma (ainda buscando a trabalhosa conquista de motivação), enfim, sem atenção à publicação como requisito legal que fora mais além das meras conveniências sentidas pela Administração, o corpus das leis liberais se apresenta com um déficit permanente de elementos formais e de garantias de procedimento, em benefício assim daquela concepção ‘substancialista’ do direito e da lei (ante tudo distinta por sua razão, isto é, por valores religiosos de justiça) que havia caracterizado a larguíssima experiência preliberal.⁴²⁴

imponía la tribuna, donde pudo fallar algún conocido abogado precisamente por ser, en tanto profesional (del foro) demasiado elocuente, también es cierto que la preceptiva contemporánea diluye algo aquella distinción, levantando acta a su manera de la condición exquisitamente política, esto es, pública que ostentaba el jurista en el Estado liberal” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 131-132). (tradução nossa).

⁴²² “[...] encetamos a presente publicação, a qual é nosso intuito que contenha a legislação brasileira do respectivo anno, compreendendo os Decretos, Resoluções de Consulta do Conselho de Estado, e os Avisos do Governo que encerrarem doutrina” (**O Direito**. v. 1, ano I, p. 2.)

⁴²³ Sobre a existência de lei positiva impressa mas seu desconhecimento não apenas pela população mas também pelos funcionários da justiça responsáveis também por aplica-la, interessante o relato de Andres Botero Bernal, acerca do alcaide de uma cidade colombiana na primeira metade do século XX. O alcaide deixa de aplicar a legislação vigente alegando que só não o fizer pois não sabia ler nem havia ninguém na cidade que soubesse (BOTERO, Andrés. Matizando o Discurso Eurocêntrico Sobre a Interpretação Constitucional na América Latina. **Revista da Faculdade de Direito** - UFPR, Curitiba, n. 49, p. 109-126, 2009).

⁴²⁴ “De manera que el verbo forense daba vida a una legislación escrita y publicada que nadie sabía muy bien cómo determinar. Sin jerarquía normativa que valiese, sin noticia clara de la vigencia del derecho, sin sujeción efectiva del juez a la norma (aun tras la trabajosa conquista de la motivación), en fin, sin atención a la publicación como requisito legal que fuera más allá de las meras conveniencias comunicativas sentidas por la Administración, el corpus de las leyes liberales se nos presenta con un déficit permanente de elementos formales y de garantías de procedimiento, a beneficio así de aquella concepción ‘substancialista’ del derecho y la ley (ante todo distinta por su ratio, esto es, por valores religiosos de justicia) que había caracterizado la larguísima experiencia jurídica preliberal” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 144). (tradução nossa).

Ademais, a nova sintaxe contida em termos como “representação”, “responsabilidade”, “motivação” eram radicais novidades. É nesse emaranhado de legislação (na Europa e na América) e sem saber o que está ou não vigente ou mesmo desconhecendo a existência de lei que a principal tarefa do jurisconsulto passa a ser debruçar-se sobre a lei “positiva”. Petit tão somente esboça esse novo perfil, de um jurista com tendências cientificistas, seria aquele a quem caberia transformar a legislação existente em produção jurídica, em outros termos era converter aquele emaranhado de lei – da qual nem sempre se estava certo sobre vigência e validade, quiçá constitucionalidade – em pareceres e respostas às consultas.

Desde o início da investigação nos volumes da *Revista O Direito* foi possível perceber uma diferença nesse aspecto entre o apontado por Petit e o caso brasileiro. As consultas não se destacam como gênero predominante nas publicações jurídicas locais como na Espanha⁴²⁵, mas com frequência os artigos são respostas a julgados ou a textos anteriores, ou seja, ainda que os artigos não sejam “respostas” propriamente ditas, são motivados por questões latentes e contemporâneas.

No trabalho publicado nos *Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno* em 2006, no qual aborda exclusivamente as revistas jurídicas da Espanha liberal, Petit apresenta a revista não apenas como um meio de comunicação jurídica, mas especialmente importante enquanto fonte capaz de evidenciar a transição entre um modelo eloquente e um modelo cientificista.

De um lado, Petit observa uma postura savignyana nos juristas, na qual o Direito seria um saber científico, universal, que, graças às revistas pressupõe a existência de uma comunidade intelectual em princípio limitada. “Para el profesional à la Savigny, que tiene en la cátedra el espacio de trabajo más idóneo, los periódicos

⁴²⁵ “Pero sobre todo encontramos muchísimas ‘consultas’, un peculiar género del periodismo jurídico de entonces acentuadamente ‘verbal’, pues nace de las preguntas de lectores/subscriptores que la revista contesta, por lo común mediante redactores especializados, con publicación de aquéllas de interés más amplio; en nuestra muestra son abundantes las páginas de esta clase que firma un Acacio Charrin, jurista práctico y enciclopédico que lo mismo demuestra estar al corriente de las últimas reformas del proceso criminal (235- 238) que sabe deslindar las responsabilidades del porteador en el contrato de transporte (378-383) o precisar aún la condición sucesoria del hijo extramatrimonial de un colega de profesión (441-444). Tan notable resulta la presencia de consultas en este (como en tantos otros) tomo, así como, en general, el estilo dubitativo de muchas colaboraciones iusperiodísticas que la imagen del derecho liberal reflejada en las revistas corresponde a un verdadero “derecho entre interrogantes” de inciertas normas, proyectos inconclusos y cuestiones disputadas. Un terreno jurídicamente pantanoso, en fin, que sólo tolera el peso ligero del incesante diálogo forense a la búsqueda de tópicos firmes donde agarrar un discurso corporativo” (PETIT, Carlos. **Discurso sobre el Discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 129-130).

ofrecieron un vehículo de expresión necesario al avance científico mediante la discusión y el debate”⁴²⁶.

Por outro lado, o profissional do “tipo” de Joaquín Francisco Pacheco⁴²⁷, letrado e político conservador, famoso por seus brilhantes discursos e autor de obras impressas (que, a rigor, afirma Petit, nunca foram escritas, mas sim transcritas de suas lições) – para este jurista, o afã jornalístico do advogado liberal, um autêntico *homem público* reagiu à aproximação entre a atividade forense e a atividade do diarista, pois os periódicos se tornaram o espaço onde ressoava o verbo dos novos tribunais. Essa é umas das possíveis explicações para o conteúdo marcadamente jurídico disseminado nas publicações do século XIX: crônicas de tribunais e parlamentar, por exemplo.

A dualidade entre cientificista e eloquente também pode assumir a forma de professor e advogado. Nesse aspecto e, somente a partir dessa perspectiva fazem sentido as afirmações de Adorno acerca da falta de ciência, ciência assumia nessa época um caráter totalmente diverso e portanto, a partir da experiência do século XIX, havia sim interesse pela ciência de certos juristas, outros e em verdade, a maioria, se mostravam desinteressados acerca da possível natureza científica do Direito e destinaram seus esforços para a defesa dos seus casos concretos patrocinados ou para atividades paralelas, burocráticas ou políticas.

Na realidade, a divergência se dava entre os dois principais modelos de ser e atuar como jurista, vigente na Europa do século XIX. Por um lado, encontramos a possibilidade savignyana de exercer a profissão jurídica e publicar na imprensa periódica [...]. Segundo esta primeira orientação, o Direito seria aquele saber científico – portanto universal – que, graças às revistas e a um reflexivo programa de inexorável execução, pressupõe a existência de uma comunidade intelectual em princípio limitada. Para o profissional à Savigny, que tem na cátedra o espaço de trabalho mais idôneo,

⁴²⁶ PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006). p. 259.

⁴²⁷ “Por otra parte tenemos a especialistas de la pasta de Pacheco: un gran letrado y político conservador, conocido por sus brillantes discursos y autor de obras impresas... que, en rigor, jamás fueron escritas. Pacheco es una muestra del que pudiéramos llamar modelo oratorio o forense de entender el Derecho, un conocimiento ahora más cercano de la tradicional civilis sapientia que de la emergente Rechtswissenschaft. El palacio de justicia y la tribuna parlamentaria serían sus ámbitos naturales; la cátedra y los libros resultaban, como mucho, una actividad secundaria, dependiente de prestaciones profesionales ante todo orales y “codificadas” en una pujante literatura. Dentro de tal contexto el afán periodístico del abogado liberal - un auténtico hombre público que concedía con su elocuencia valor y calor al texto muerto de las leyes – respondió a la cercanía existente entre la reposada actividad forense y el trabajo frenético del diarista: pues los periódicos eran el ágora donde resonaba el verbo de estos nuevos tribunales” (PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006). p. 259-260).

os periódicos ofereciam um veículo de expressão necessário ao avanço científico mediante a discussão e o debate.⁴²⁸

Mas Petit não limita o modelo oratório ao advogado cuja única preocupação é com a aplicação da legislação nacional – ou, no caso brasileiro, na *decifração* da legislação “nacional”. Tal visão acabaria por reduzir o jurista eloquente a um advogado totalmente alheio às inovações técnicas estrangeiras ou ao direito comparado, quando pelo contrário, os práticos foram partícipes ativos de uma comunidade internacional e acompanhavam a produção intelectual estrangeira. Este parece ser um ponto de grande diferença para com os brasileiros. Ainda que as citações a autores estrangeiros sejam frequentes, a recíproca não é verdadeira. Já nessa época tampouco se percebe a interlocução com autores latino-americanos, levando à necessária ponderação no caso brasileiro de um possível isolamento brasileiro frente ao mundo estrangeiro jurídico. A exceção da Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas e sua influência no Código Civil argentino de 1871 confirmaria a regra. Ainda que, como posto anteriormente, essa recepção das doutrinas europeias, ainda que unilateral, não se resumia a cópia passiva.

Outro ponto importante do trabalho desenvolvido por Petit é a compreensão da ressignificação do termo ciência durante a última etapa do século XIX. Quando se trata de ciência nos artigos publicados no período em torno das décadas de 1860 até final de 1880, a noção adotada em a acepção comum, de mera noção das coisas como igualmente de perícia, no sentido de ser ciência o que segue regras e princípios. De modo que ciência do Direito se resume a formação letrada de classes ou profissões jurídicas, se maior complexidade. As palavras ciência e técnica permaneceram dissociadas das normas acadêmicas, nem a tese nem o discurso doutoral comportam compromissos científicos. A própria ascensão à cátedra não era dotada de muito rigor, dependendo da capacidade de lecionar algumas vezes, tampouco o grau de doutor: “concedido honorificamente a todos os magistrados”.

⁴²⁸ “En realidad, la divergencia se daba entre los dos principales modelos de ser y actuar como jurista, vigentes en la Europa del siglo XIX. Por una parte, encontramos la posibilidad savignyana de ejercer la profesión jurídica y publicar en la prensa periódica [...]. Según esta primera orientación, el Derecho sería aquel saber científico – por ende universal – que, gracias a las revistas y a un reflexivo programa de inexorable ejecución, presupone la existencia de una comunidad intelectual en principio ilimitada. Para el profesional a la Savigny, que tiene en la cátedra el espacio de trabajo más idóneo, los periódicos ofrecieron un vehículo de expresión necesario al avance científico mediante la discusión y el debate” (PETIT, Carlos. *Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 35 (2006). p. 259). (tradução nossa).

Somente às vésperas do século XX, no auge do positivismo, a investigação científica passou a figurar entre os objetivos oficiais das universidades⁴²⁹.

Assim que não é possível afirmar, sem contextualização, que a academia era por excelência o espaço da ciência ou da eloquência, pois o imaginário ao redor da mesma instituição era completamente distinto na tradição latina e na tradição saxã. É uma hipótese legítima a absorção pela “escola do Recife” não apenas das doutrinas positivistas e cientificistas principalmente de origem alemã, mas com elas a pretensão de formar um outro tipo de academia, fundado em um modelo distinto.

No caso espanhol é a partir da reforma do ensino jurídico ocorrida na década de 1880 que a investigação científica passa a ser um dos objetivos e um compromisso natural da academia, trazendo consigo a crise da oralidade. Entretanto a superação do “modelo forense” não foi completa, “conservou seus canais e modos, cultivou o respeito por suas maiores figuras, manteve intacta, inclusive, a ‘alma da toga’”. Todavia, a presença pública do orador como quintessência do jurista perfeito já tinha passado dessa para uma melhor”⁴³⁰.

Petit identifica em um panorama geral dois grupos distintos, um jurista eloquente e um jurista de caráter cientificista. O primeiro pode ser ainda subdividido em um jurista romântico – que se dedica largamente à poesia e à literatura, e outro propriamente eloquente, cujo espaço por excelência é a tribuna e a principal ferramenta é a argumentação, dedicando-se aos discursos e aos periódicos. O segundo grande modelo, o cientista emerge paulatinamente, acompanhando não só uma passagem gradual a valorização da escrita em detrimento da oralidade, mas também a prevalência da argumentação científica sobre a retórica, esse movimento segue a emergência do cientificismo e das teorias naturalistas.

⁴²⁹ “[...] pero la ecuación existente entre la ciencia del derecho, la comparación jurídica y la investigación profesoral que enuncia la Revista de los Tribunales se traza con mayor nitidez en un artículo del responsable de su vocación internacional. Y así, cuando Manuel Torres Campos disertaba en ella sobre ‘La reforma de los estudios jurídicos’ (1878), su objetivo confesado era repudiar la formación estereotipada propia de las aulas españolas, una experiencia docente exquisitamente oral – congruente con el ‘modelo forense’ de ser y trabajar como jurista – que ya no satisfacía las exigencias doctrinales ni las prácticas. Tanta atención a los estudios desplegada desde la prensa jurídica nos resulta un fenómeno ciertamente novedoso, índice del triunfo de un ‘modelo’ alternativo pero también del papel que los órganos periódicos estaban llamados a desempeñar a la vuelta de pocos años” (PETIT, Carlos. *Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 35 (2006). p. 300-301).

⁴³⁰ “Conservó sus canales y modos, cultivo el respeto por sus mayores figuras, mantuvo intacta, incluso, el ‘alma de la toga’. Sin embargo, la presencia pública del orador como quintaesencia del jurista perfecto ya había pasado a mejor vida [...]” (PETIT, Carlos. *Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 35 (2006). p. 338). (tradução nossa).

4.3 A TRANSIÇÃO IMPERFEITA ENTRE MODELOS NO CASO ITALIANO

Pasquale Beneduce parte do que considera ser uma ideia largamente compartilhada na Itália no século XIX, o jurista como parte do corpo docente e do estudioso do direito, dotado de um saber professoral construído em boa parte pela tradição secular das universidades italianas. Segundo o autor, esse jurista passa por uma transição longa e imperfeita, na qual esse jurista passa do pertencimento a um corpo eloquente ao corpo estatal. A imperfeição dessa passagem está na permanência de características do jurista eloquente, manifestada principalmente na fisionomia familiar e verossímil do prático, ao um só tempo advogado, literato e orador, que coexiste com diferentes modelos de juristas que emergem – na Itália – a um só tempo: o jurista catedrático científicista, enaltecido pela instalação de um paradigma lógico-positivista e um jurista burocrata, cooptado por um estado recém unificado.

Assim, o jurista italiano, para Beneduce, não corresponde mais a um universal teórico absoluto, mas a um lugar de transição em direção à ciência ou ao Estado. O jurista prático e o cientista, na obra *Il Corpo Eloquent*, compõem o enigma de uma unidade de identidade, em vocações distintas.

Beneduce aponta alguns elementos anacrônicos, remanescentes de uma tratadística do século XVII: as vestimentas, os gestos, a postura, a forma do discurso forense, a argumentação e mesmo aspectos como a arquitetura do foro e um forte senso de coletividade. Como hipótese o autor indica que, diante da necessidade imperativa de unidade nacional, a “criação de hábitos” recai sobre o corpo de jurisconsultos, dotado de uma “capacidade de cultura” própria das profissões intelectuais, ou seja, de um patrimônio retórico e técnico.

O discurso desse jurista também era ambivalente, ainda que a eloquência e a retórica, bem como o sujeito do discurso fossem os mesmos, havia – e eram reconhecidas – uma função prática dedicada as causas e uma função nova do jurista funcionário do Estado e do cientista.

Em particular, a imaginação jurídica poderia identificar o advogado sem escândalo como o autor de uma performance literária e linguística, o escritor das suas alegações, assujeitando-o ora às regras pré-unificação sobre a liberdade de imprensa ora às disposições da lei de 1865 sobre a produção intelectual. Esse mesmo advogado sabia, se necessário, nas palavras de Antonio Scialoja, “deixar o uniforme” da prático, autor de memórias para os clientes, e tornar-se “escritor indiferente” por amor à verdade e da ciência. A interpelação do advogado e do jurista como o autor privado de seus gêneros

literários reafirmava por sua conta seus anacronismos e associações de trabalho legal: entre a propriedade pública e individual, o privilégio e o serviço, a “subjetividade” tradicional do jurisconsulto e do homem de letras e aquela do novo do funcionário e do cientista.⁴³¹

O autorreconhecimento dessa ambivalência dos juristas italianos transformou as críticas de Jhering e Savigny⁴³² em exaltação do gênio italiano – a partir da perspectiva dos juristas herdeiros de uma tradição romântica –, capaz de ser a um tempo advogado e professor, e das virtudes de um saber não somente empírico e não somente especulativo. Entretanto, aos poucos, o prestígio do advogado frente ao cientista do direito, era substituído por um melancólico conflito.

É em nome dessa separação incompleta do conhecimento jurídico, do seu fracasso em retirar-se da “confusão do negócio”, que a imaginação italiana perdura, por vezes, nas figuras comoventes e melancólicas de advogados, absortos em causa privada. Sua vida intelectual coincidia com a palavra eloquente, sem deixar – literalmente – nenhum traço de si mesmo em obras literárias e científicas.⁴³³

A imagem do advogado – a partir da perspectiva científicista em ebulição – parece aludir então à insuficiência ou à incompletude da metamorfose do jurista prático ao cientista, colocando-o em uma posição de atraso em relação ao estado da arte do movimento científicista e da educação. O jurista prático, nesse emergente movimento, restaria sem representação, salvo quando colocado sob os binômios da prática/teoria, ciência/aplicação, foro/universidades, municipalismo/universalidade da profissão⁴³⁴.

⁴³¹ “In particolare l'immaginazione giuridica poteva identificare l'avvocato senza scandalo come l'autore di una performance linguistica e letteraria, lo scrittore delle sue allegazioni, assoggettandolo ora alle norme preunitarie sulla libertà di stampa ora alle disposizioni della legge del 1865 sulle produzioni dell'ingegno. Questo stesso avvocato sapeva all'occorrenza, con le parole di Antonio Scialoja, «lasciare la divisa» del pratico, autore di memorie per la clientela, e divenire «indiferente scrittore» per amore della verità e della scienza. L'interpellazione dell'avvocato e del giurista come autore privato dei suoi generi letterari riproponeva per suo conto gli anacronismi e le appartenenze del lavoro giuridico: fra la proprietà pubblica e quella individuale, il privilegio e il servizio, la «soggettività» tradizionale del giureconsulto e dell'uomo di lettere e quella nuova del funzionario e dello scienziato” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 21). (tradução nossa).

⁴³² Ver nota 386.

⁴³³ “È in nome di questa incompiuta separatezza del sapere giuridico, del suo mancato ritrarsi dalla “confusione degli affari”, che l'immaginazione italiana si sofferma a volte sulle figure struggenti e melanconiche di avvocati, assorti nella causa privata. La loro vita intellettuale coincideva con la parola eloquente, senza lasciare - alla lettera - alcuna traccia di sé in opere letterarie e scientifiche” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 27). (tradução nossa).

⁴³⁴ BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 29.

Nesse diapasão aparece o conflito entre a superioridade do jurista universitário frente a racionalização do trabalho intelectual, no sentido de aferir sua produtividade.

As divisões e as polaridades dos quais são ressonância visíveis esses fragmentos da história do trabalho intelectual do advogado no século XIX, em impor uma nova cadência na história da cultura jurídica do século, caída de cada perspectiva convincente de progresso necessário para a superior identidade do jurista universitário, se projetando também, de direito, em um movimento para racionalização bem mais geral, aquele da disciplina de conduta intelectual investido nas várias paixões disciplinares, equilibrado entre os muitos dilemas da modernidade: associação privada e esfera pública, "improdutividade" e serviço, profissão e Estado, desengajamento e ação política.⁴³⁵

Como Petit, Beneduce destaca os advogados no cenário da cultura jurídico italiana, o perfil da profissão eloquente, expressa nos discursos e nas lições. O jurista “por excelência” desde antes da unificação italiana é o advogado. Beneduce aponta para uma necessidade pública do advogado, depositário fiel da confiança pública⁴³⁶. “O ‘estar no mundo’, histórico e civil, do advogado exigia a fixação no seu corpo eloquente de qualidade superior de probidade e de decoro, o esquecimento de si mesmo e uma capacidade de discernimento”⁴³⁷, nesse ponto percebemos que o jurista é uma projeção, identificada no caso italiano no advogado. Como projeção ou representação deve reunir virtudes como a retidão moral e a capacidade de discernimento superior, que não eram apenas bemvindas qualidades, mas requisitos do discurso jurídico, constituindo em última análise formas de disciplina do discurso.

Por isso também o discurso, ainda em um momento anterior à unificação, é marcado pela etiqueta⁴³⁸, pelo formalismo, pelas regras não escritas de urbanidade

⁴³⁵ “Le scissioni e le polarità di cui sono risonanza visibile questi frammenti di storia del lavoro intellettuale del giurista nell'Ottocento, nell'imporre una nuova cadenza periodizzante nella storia della cultura giuridica del secolo, sganciata da ogni stringente prospettiva di progresso necessario verso la superiore identità del giurista universitario, si proiettano anche, di diritto, in un movimento di razionalizzazione ben più generale, quello della disciplina della condotta intellettuale investita nelle varie passioni disciplinari, in bilico fra i molti dilemmi della modernità: appartenenza privata e sfera pubblica, 'improduttività' e servizio, professione e Stato, disimpegno e azione politica” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 35). (tradução nossa).

⁴³⁶ Embora o autor também faça menção aos “paglietti”, que no dialeto napolitano significava advogado em moral e competência dúbias, astuto.

⁴³⁷ ““Lo ‘stare al mondo’, storico e civile, dell'avvocato esige la fissazione nel suo corpo eloquente di qualità superiori di probità e di decoro, l'oblio di se stesso e una capacità di discernimento” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 111). (tradução nossa).

⁴³⁸ Essas regras de percorriam praticamente todos os aspectos da vida do jurista – do que fazer e como se portar em casa, na rua ou no escritório ao modo de se vestir constituíam verdadeiro “disciplinamento

que decorrem de uma responsabilidade pública da conversação civil, conforme afirma o autor italiano “avvocato è in primo luogo uomo pubblico in quanto giurista ‘parlante’”⁴³⁹. Em verdade, essas regras poderiam se encontrar na forma escrita nos textos de “pedagogia do bom advogado”, citando as obras *Delle viziose maniere del defender nel foro* e *Respublica jurisconsultorum e le Ferie Autumnales* de Giuseppe Aurelio Di Gennaro⁴⁴⁰.

Os juristas são tomados como um corpo coletivo ao ponto em que os retratos, as biografias, os elogios são “indiferentemente história do corpo eloquente, de suas ‘ordens’, de suas alegações, do ciclo de decadência e renascimento da eloquência judiciária, história do governo da palavra forense com as suas obrigações e regras”⁴⁴¹.

Todavia, ainda que Beneduce tome por base o advogado italiano, o autor esclarece que, aproximando-se do caso francês, eram compreendidos dentre os funcionários públicos os oficiais civis do Estado: advogados, notários, magistrados, procuradores, todos aqueles cuja função se revestia de um caráter público.

Ao mesmo tempo a representação do advogado como depositário de um cargo público e, portanto, especial entre as muitas variações possíveis da categoria de funcionário público, torna-se um elemento constitutivo da antropologia forense. Esta representação alcançava resultados múltiplos: conferia ao trabalho intelectual do advogado, escritor de discursos para a causa particular, uma qualidade pública; reclassificava pontualmente, com tenaz paciência estipuladora, a partir destes discursos a atos do ofício forense, a vários títulos inclusive na administração da justiça, a subjetividade do procurador e do advogado, que correspondia - mais uma vez invocando a analogia com a experiência francesa - uma diversa mistura de “índole pública” e de exposição na vida civil; justificava a anomalia no corpo eloquente da profissão no século do individualismo, da liberdade de indústria

'non legislativo' del corpo forense che, con le sue tradizioni retoriche e abitudini linguistiche, si colloca trasversalmente nell'universo ottocentesco dominato dal primato del codice, delle libertà economiche e degli Statti nazionali. Si è infatti più volte affermato come l'immaginario forense considerasse questo quadro, costituito dal repertorio di virtù e dalle regole di condotta dettate all'avvocato dalla sua stessa tradizione, come il supplemento necessario, costituito dai profili dell'urbanità del mestiere, alla razionalizzazione della professione per via legislativa, che pure si svolgeva parallelamente all'interno dello Stato liberale. L'anomalia, più volte avvertita, del corpo eloquente, l'eccezione ammessa della professione del – l' avvocato trovava la sua giustificazione nell'Italia dell'Ottocento in un nuovo reticofa di prescrizioni della condotta” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 289).

⁴³⁹ BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 111.

⁴⁴⁰ BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 205.

⁴⁴¹ BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 151.

e dos Estados nacionais; impunha uma nova cadência no paradigma do advogado na história jurídica do país.⁴⁴²

Novamente, Beneduce também conduz a passagem de um paradigma da oralidade para a escrita. O jurista prático, advogado ou magistrado, no momento pós-unificação dominado por uma ideologia lógico-positivista, restaria inapreensível pelo estudo histórico sem a emersão de um sistema de códigos, signos, regras de retórica e de conduta pública ou privada.

À essa ambiguidade do jurista prático a obra *Il Corpo Eloquente* dá bastante destaque. O jurista prático, o advogado, basicamente, era caracterizado pela dualidade entre a função civil – e os textos produzidos para esse fim, as peças jurídicas – e uma qualidade pública de seus serviços. Com a elevação dos estados nacionais, essa dualidade aparecia como uma anomalia no corpo intelectual.

Pode-se concluir que a profissão com a sua involuntária exposição pública aparece – e olha para si mesma – como uma exceção significativa, propriamente a partir de seu elevado recurso retórico, em comparação com a falta de paixão pública e da fraqueza do projeto [...] que comprimiam a vida civil e política italiana do século XIX.⁴⁴³

Assim como a imagem da profissão é ambígua dedicada a causa privada, simultaneamente pública e civil, o discurso do jurista prático também é cindido, essa bipartição do discurso percorre todo o caminho da transição do jurista aos aparatos do estado nacional.

A imagem do jurista permanece equilibrada entre a figura do autor e a posse privada de seus discursos e do destino público da produção de trabalho "imaterial", entre devoção à causa privada e a dedicação exclusivo ao Estado.

⁴⁴² “Al tempo stesso la rappresentazione dell'avvocato come depositario di un ufficio pubblico e dunque specie fra le numerose possibili varianti della categoria di funzionario, diviene un elemento costitutivo dell'antropologia forense. Questa rappresentazione raggiungeva risultati molteplici: conferiva alla stessa opera intellettuale dell'avvocato, autore di discorsi per la causa, una qualità pubblica; riclassificava puntualmente, con tenace pazienza definitoria, a partire da questi discorsi e atti del mestiere forense, a vario titolo inclusi nell'amministrazione della giustizia, le soggettività del procuratore e dell'avvocato, cui corrispondeva - ancora una volta invocando l'analogia con l'esperienza francese – una diversa misura di «indole pubblica» e di esposizione nella vita civile; giustificava l'anomalia del corpo eloquente della professione nel secolo dell'individualismo, della libertà di industria e degli Stati nazionali; imponeva infine una nuova cadenza periodizzante del paradigma dell'avvocato nella storia giuridica del paese” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 119). (tradução nossa).

⁴⁴³ “Si potrebbe concludere che la professione con la sua involontaria esposizione pubblica appare - e guarda a se stessa - anche come una eccezione significativa, proprio a partire dalla sua eminente risorsa retorica, rispetto alla mancanza di passione pubblica e alla debolezza di progetto [...] che comprimavano la vita civile e politica italiana dell'Ottocento” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 211). (tradução nossa).

Divide-se igualmente entre os seus diferentes universos de pertencimento: o corpo eloquente, prático e pré-científico do advogado e a nova identidade do professor de Direito nas universidades, cientista e professor da escola nacional.⁴⁴⁴

O voltar-se do jurista para o Estado nacional na Itália oitocentista foi uma transição imperfeita. Bastante diferente da homogeneidade – que não é sinónimo de unanimidade – da elite jurídica brasileira, na Itália não houve uma “natural” identificação ou aproximação dos juristas com o Estado nacional. A imperfeição e as contradições dessa transição são apontadas por Beneduce em dois eixos. O primeiro coloca esse corpo intelectual justamente no centro entre as liberdades políticas, intelectuais e “de indústria” – que ganham força no século XIX, pela conjugação de fatores como codificação e industrialização – e o Estado. O segundo eixo que obstaculiza uma conversão completa e radical é o estatuto da produção imaterial. Tudo isso torna a conceituação de um perfil unitário assaz instável.

Este personagem corresponde à imagem do jurista, dividido e não resolvido entre profissão e Estado, obra autoral por um lado e atribuições da agente público do outro, dedicação à causa privada e devoção ao Estado, contribuindo, em seu nome, para indicar a passagem de uma conversão intelectual imperfeita do jurista para o Estado, em vez da ideia de uma identificação natural do jurista desde o início com os dispositivos estatais.⁴⁴⁵ (grifo nosso).

A integração dos juristas ao Estado nacional foi a consequência necessária de uma configuração histórica, mas a burocratização ou a politização do jurista na Itália não se desvinculou dos aspectos eloquentes ou corporativos trazidos como bagagem do momento anterior à unificação.

A raiz profunda do crescente poder social das profissões imateriais – em particular dos advogados – foi inscrita dessa maneira da singular vocação pública e impolítica da sua “capacidade de cultura”, dos detentores de “bens

⁴⁴⁴ “L’immagine del giurista resta in bilico tra la figura dell’autore e del possesso privato dei suoi discorsi e la destinazione pubblica della produzione «immateriale» dell’opera, tra la devozione alla causa privata e la dedizione esclusiva allo Stato. Si divide in eguale misura tra i suoi differenti universi di appartenenza: il corpo eloquente, pratico e prescientifico dell’avvocato, e la nuova identità dell’insegnante di diritto nelle università, scienziato e professore della scuola nazionale” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell’Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 289). (tradução nossa).

⁴⁴⁵ “Tale carattere riguarda l’immagine stessa del giurista, diviso e irrisolto tra professione e Stato, opera di autore da un lato e compiti del funzionario pubblico dall’altro, dedizione alla causa privata e devozione allo Stato, contribuendo, per suo conto, a indicare il passaggio di una conversione intellettuale imperfetta del giurista allo Stato, piuttosto che l’idea di una naturale identificazione del giurista fin dall’origine con gli apparati statualistici” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell’Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 300). (tradução nossa).

espirituais" incluídos com a unificação no circuito constitucional e civil do país.⁴⁴⁶

Em síntese, Beneduce percorre um caminho praticamente inevitável do jurista em direção à inserção na burocracia estatal – que pode tomar a forma de cátedra universitária, pois o professor também era “funcionário”. Entretanto, o autor observa as reminiscências de um modelo eloquente de jurista. A persistência de aspectos de um modelo eloquente localiza o jurista italiano dos oitocentos em um tipo unitário e paradoxal.

A proposta de Beneduce, é de uma antropologia não unitária e que não exclui qualquer outra proposta possível, a qual o próprio autor sintetiza:

Dentro do mundo forense, a própria antropologia está dividida, porque o escritório do advogado está povoado por advogados, efetivamente, mas também por procuradores. Nessa mesma linha, diante da antropologia simples do jurista universitário, vejo uma forte tangibilidade físico-espacial na antropologia do advogado: no próprio momento do paradigma lógico-positivista, há uma grande riqueza de prescrições, de proibições, de regras sobre como deve ser construída a cada d advogado, onde ela deve estar situada dentro da cidade, que parte dela deve estar aberta ao público, aos clientes. Porém é a própria antropologia dos discursos, a antropologia da profissão intelectual do jurista a que resulta diversificada. Por exemplo, é necessário então qualificar e requalificar a propriedade intelectual dos discursos: o autor das alegações, da memória defensora é o advogado como autor privado, e não mais o professor ou magistrado quando leciona ou dita a sentença.⁴⁴⁷

4.4 UMA PROPOSTA HÍBRIDA COMO MODELO PARA O JURISTA BRASILEIRO

4.4.1 Novos interlocutores

Diante do longo percurso apresentado, resta verificar de que forma o perfil e o discurso do jurista, analisados com base na pesquisa na Revista *O Direito*, e as

⁴⁴⁶ “La causa profonda della crescente potenza sociale delle professioni immateriali – in particolare degli avvocati – era iscritta così nella singolare vocazione pubblica e impolitica dela loro “capacità di cultura”, di ceti possessori di “beni spiritual” entrati con l'unificazione nel circuito costituzionale e civile del paese” (BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996. p. 396).

⁴⁴⁷ COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 217-218.

contribuições acerca dos modelos de juristas de Europa do século XIX contribuem para uma aproximação de um modelo do jurista brasileiro.

Primeiramente, foi verificada a necessidade de superar o bacharel paulista descrito por Adorno, que se dedicava mais à imprensa e à literatura que ao saber jurídico ou que, uma vez que tenha recebido o grau de bacharel inseria-se na roda da burocracia estatal na qual era movido pela influência e favores. Esse bacharel também existia mas, se suas preocupações e ambições se restringissem à nomeação política ou às garantias profissionais do funcionalismo estatal, este não pode ser equiparado ao jurista. O bacharelado em direito aparece como uma condição de existência do jurista, mas não marca toda a extensão do significado do termo. Ademais, a *cultura do bacharel* neste momento final do século XIX era em maior parte composto por bacharéis em direito, mas não mais se restringia a formação nas Faculdades de Direito.

Mas ainda é necessário retornar – e reforçar – a distinção entre bacharel e jurista. O bacharelismo, apontado desde Holanda (1995) e Faoro (2001), reassume em Carvalho (2007) o papel coadjuvante que lhe é peculiar, diante da magnitude do conceito de jurista: Um bacharel é simplesmente alguém com diploma em direito, embora alguns pudessem ser bacharéis em matemática ou em letras. De qualquer modo, o progressivo aumento do número de pessoas cuja única qualificação era bacharel parece indicar com clareza o problema já apontado do crescente excedente de formados em direito em relação às posições na magistratura. No início, os jovens graduados podiam conseguir rapidamente um cargo de promotor ou juiz municipal ou juiz de órfãos. Posteriormente, isso se tornou cada vez mais difícil e os jovens deputados sem emprego público e ainda não estabelecidos como advogados seriam classificados pelo secretário da Câmara, ou eles próprios se classificariam, simplesmente, como bacharéis, o que lhes dava pelo menos o prestígio do título.⁴⁴⁸

Ao que complementa o autor quando dissociar o bacharel do jurista “propriamente dito”, insere o elemento político como elemento de distinção:

No caso do Brasil Império, o bacharel almejava – e efetivamente conquistava – postos e cargos no poder público, não que fossem mais rentáveis do que o exercício profissional particular, mas porque engendrava status capaz de alçar o jovem recém-formado aos quadros da política imperial, razão de ânsia por meios e bens materiais até agora vislumbrados pelos bacharéis: segurança, estabilidade, menos esforço pessoal. Os poucos bacharéis que atingiram o “grau” de jurista no Império estavam sendo constituídos sob influência de regimes políticos (e jurídicos) distintos, quais fossem o republicanismo franco-norte-americano (revolucionário) e o

⁴⁴⁸ SOUZA, André Peixoto. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. p. 106.

monárquico franco-europeu (absolutista), o que facilitou a institucionalização, no Brasil, através da Constituição outorgada de 1824, dos três já tradicionais poderes, acrescidos do Poder Moderador, de inspiração absolutista.⁴⁴⁹

Da mesma forma que as referências ao bacharelismo não poderiam mais, no limiar do século XIX, restringir-se somente aos formados em ciências jurídicas, a homogeneidade da elite burocrática não se sustentava. Segundo José Murilo de Carvalho:

Os dados mostraram também que a homogeneidade da elite variou ao longo do período. Na segunda metade do século, sobretudo após 1871, houve mudanças significativas que afetaram a homogeneidade de treinamento e socialização. Profissionais liberais passaram a predominar, cresceu a mobilidade, a carreira foi reduzida. As desigualdades provinciais também se faziam presentes, apesar de toda a ênfase da desprovincialização, e não somente por pura competição por prestígio, mas com base em reais divergências de interesses econômicos. Esses pontos são importantes a fim de se exagerar o aspecto de monolitismo da elite a ponto de torna-lo obstáculo em vez de auxílio à compreensão do sistema imperial.⁴⁵⁰

Acerca dessa mudança interna na elite jurídico-burocrática do Estado, podem se apontar algumas razões. A primeira seria o fechamento do acesso à burocracia estatal em termos de acesso, ou seja, ingresso, mas também de ascensão em decorrência da saturação econômica do Estado e da reforma judiciária de 1871, que restringiu o paralelismo entre as carreiras na magistratura e na política. Houve também razões acadêmicas: movimentos acadêmicos como a Escola do Recife responsáveis pela introdução das doutrinas italianas no âmbito penal, mas o cientificismo⁴⁵¹ como um todo, além das reformas também no ensino jurídico, introduziram novas perspectivas de estudo do direito. Os “novos” bacharéis já tinham traços diferentes em sua formação que a geração que ocupou as posições de elite até a metade do século.

A questão então, colocada também por Costa, “de que modo os juristas adotaram o paradigma lógico-positivista”⁴⁵², é proposta aos juristas do passado, numa

⁴⁴⁹ SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010. p. 76.

⁴⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 139.

⁴⁵¹ Novamente colocamos esse movimento cientificista, positivista e evolucionista em um grande conjunto, relevando – sem deixar de reconhecer – as diferenças e particularidades de cada uma dessas correntes para evitar os caminhos que desde a introdução não pretendíamos percorrer.

⁴⁵² COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 172.

sutil diferenciação, entre os domínios da historiografia e da teoria do direito. Prossegue Costa:

Nessa linha, que relato historiográfico podemos apresentar? Não posso obviamente comprometer-me em uma extensa exposição. Posso somente apresentar como hipótese as principais rupturas de tal relato, que por sinal, é amplamente conhecido. É uma narração que indica como antecedente a crise da interpretatio iuris na Europa do direito comum e põe como pressupostos essenciais dessas vicissitudes as codificações do século XIX de um lado, e a revisão jurídica “pandectística” do direito romano, de outro. Os tipos de pensamento jurídico que daí derivam são sensivelmente diferentes, quando não opostos, mas acabam tendo ao menos um ponto de convergência: concebem de modo semelhante o jurista, seu papel profissional, sua legitimação social; apresentam de modo similar o discurso jurídico, sua lógica, sua função.⁴⁵³

De tal modo que, nesse ponto, a história do pensamento brasileiro parece distanciar-se enfaticamente da europeia. As vicissitudes locais, propriamente a transposição de gerações na década de 1870, possibilitou a introdução do positivismo como uma das principais correntes que influenciou os juristas brasileiros⁴⁵⁴. Ainda com laços bastante estreitos com a aristocracia, essa nova elite intelectual relacionava-se não apenas com a aristocracia rural, mas também com a burguesia comercial e burocrática. Contudo, continua não sendo uma troca de “elites”, por assim dizer, esses novos burgueses ingressam nas Faculdades de Direito⁴⁵⁵ do país, mas “as camadas populares ainda então não se encontravam em condições econômicas capazes de galgar as barreiras que as separavam das elites do país”⁴⁵⁶.

Logo, essas “ideias modernizadoras” expressas no cientificismo e evolucionismo não implicam em ruptura – talvez o termo apropriado, utilizado por José Murilo de Carvalho, seja fratura – com todos os aspectos da geração pré-1870. Ignorar o prestígio e as relações de poder estabelecidas por esta geração não era do interesse dos juristas de 1870 em diante, ainda mais frente a articulação de novos debates pela

⁴⁵³ COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 172.

⁴⁵⁴ COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Livraria José Olimpio Editora: Rio de Janeiro, 1956. p. 139.

⁴⁵⁵ Venâncio Filho traz o relato de Almeida Nogueira, que mostra sutilmente que os estudantes ainda que provenientes de uma aristocracia escravocrata mudavam durante o curso jurídico, ou, ao menos, enfrentavam a contradição entre as ideias humanistas que estudavam e a realidade do país: “Em geral, quando o estudante recebia sua carta de bacharel, outorgava ao seu fiel criado a carta de liberdade. Perdia o escravo, mas conservava o amigo” (VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d. p. 132).

⁴⁵⁶ COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Livraria José Olimpio Editora: Rio de Janeiro, 1956. p. 139.

autoridade em dizer o direito pela ocupação de postos centrais no Estado: médicos, legisladores, magistrados, professores, advogados, militares⁴⁵⁷ e sacerdotes⁴⁵⁸.

Os juristas “evolucionistas” brasileiros respondiam, portanto, a um desafio: o de preservação das suas prerrogativas simbólicas – tradicionalmente (e sobretudo na tradição jurídica portuguesa), os juristas foram os responsáveis por definir as bases da ordem social, como tem ressaltado António Manuel Hespanha, e no Brasil oitocentista permaneciam no posto de “intérpretes do social” e protagonistas da vida pública – diante da ameaça dos saberes concorrentes e da necessidade percebida (e, mais que isso, por eles mesmos desejada) de adequar-se aos parâmetros de racionalidade do “século da ciência”. Para isso, era preciso assumir as feições arrojadas do “moderno”, superando o estigma que, cada vez mais, pairava sobre a figura do “bacharel”.⁴⁵⁹

Portanto, a ampliação dos atores sociais tradicionalmente alheios ao mundo jurídico mas com voz sobre o direito, obrigava os juristas a se reposicionar, profissionalmente, pois o grau não mais conferia acesso automático a um futuro na burocracia estatal, mas também diante do saber jurídico.

E, talvez, não seja mais tanto o caso de medir o grau de dependência do Estado para com os juristas e vice versa, mas de formação de novos laços sociais e interdependência entre sociedade e intelectuais⁴⁶⁰. Dessa forma, propõe-se que as diferentes esferas comunicativas do jurista sejam tomadas como formas de ampliação do espaço de intervenção dos juristas, como mediadores sociais.

⁴⁵⁷ “O Exército só voltou a agir politicamente na Questão Militar após a Guerra do Paraguai. [...] desde a década de 1850 já se formava entre os jovens oficiais uma mentalidade que entrava em aberto conflito com a elite dos bacharéis. [...] Diferentemente do que aconteceu com magistrados e padres, o setor militar da burocracia não só pôde ser absorvido e eliminado como constituiu o principal elemento da destruição do sistema imperial, agindo de dentro do próprio Estado” (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 190).

⁴⁵⁸ Alguns em ascensão como os médicos e militares outros em declínio como os sacerdotes, enquanto durante o Império o governo manteve o controle da Igreja, com a proclamação da República, a separação entre Igreja e Estado eliminou o clero da burocracia (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 187).

⁴⁵⁹ TORRES, Juliano Rodriguez. **A ordem e a fera: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013. p. 67.

⁴⁶⁰ O termo intelectual possui uma forte carga simbólica, além da problemática história desse conceito no século XX. Portanto, diante dos limites da pesquisa, adota-se um conceito fraco, à semelhança do prescrito por Bobbio: “Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante)” (BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11).

4.4.2 A “boa” imagem dos juristas

A fim de tornar mais palatável um modelo de jurista brasileiro nos oitocentos, pode-se seguir alguns procedimentos de investigação dos quais se valeram outros historiadores. Ao exemplo do que Petit demonstrou em conferência em Curitiba no ano de 2014, da imagem dos juristas permite abstrair características importantes acerca do modo como eles se apresentavam, como desejavam ser vistos⁴⁶¹.

Uma análise iconográfica tem o objetivo primeiro de descrever, literalmente, o conteúdo da imagem, é uma ferramenta de inventário dos elementos visuais que darão acesso à interpretação⁴⁶². Dentre as possíveis fontes iconográficas possíveis – charges, pinturas, gravuras – optou-se pela fotografia⁴⁶³.

Nas décadas de 40 e 50 a produção fotográfica carioca concentrou-se, por razões comerciais, no retrato⁴⁶⁴. Uma das coleções mais completas é a do fotógrafo Alberto Henschel, fotógrafo oficial do imperador, o que lhe dava fama e atraía clientes. Em 1870 se estabelece no Rio de Janeiro a Photographia Allemã Alberto Henschel & C., e, em 1882 o ateliê de Henschel em São Paulo⁴⁶⁵.

As fotografias seguem a estética das *carte-de-visite* (formato pequeno colado sobre um retângulo de papelão rígido e adornado) e destinavam-se a distribuir entre amigos e familiares, se tornariam ainda mais comuns a partir da década de 1860. Outras, como as da família real ou de outras pessoas célebres tornavam-se objeto de coleção. As imagens nessa estética oferecem a vantagem de um cenário, ou seja, mais elementos para análise. No estúdio do fotógrafo criava-se uma representação, conforme explica Boris Kossoy, tratando dos representantes da burguesia agrária e barões do café, o autor afirma que diante do fotógrafo a postura rigorosa era imperativa. Assim como:

O olhar autero era quase que uma exigência, uma verdadeira norma: apesar de estereotipado, era entendido e recebido como indicador de sua posição social e de sua idoneidade moral. Tal atitude se observa nos daguerreótipos

⁴⁶¹ “[...] o que sobreviveu para a presente análise foi justamente o testemunho visual de uma atitude individual do homem, qualquer que fosse sua posição na escala social de imortalizar-se “com a melhor aparência possível”, de preferência ‘nobremente’” (KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1998. p. 112).

⁴⁶² KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1998. p. 95.

⁴⁶³ A digitalização dos vastos acervos pelas Fundações Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, disponível online, foi um fator instrumental na pesquisa de fontes iconográficas.

⁴⁶⁴ VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 14.

⁴⁶⁵ Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

dos primeiros tempos assim como nas *cartes-de-visite* a partir da década de 1860. A respeito dessas representações, assinala Gisèle Freund: 'O ateliê do fotógrafo se converte assim num armazém de acessórios que guarda preparadas, para todo repertório social, as máscaras de seus personagens'. O personagem central do ato fotográfico-teatral era o próprio retratado; o diretos da peça, o iluminador e o contra-regra, o fotógrafo. Os cenários de fundo pintados e demais acessórios com motivos gregos, vitorianos ou *art-nouveau* compunham o necessário *décor*.⁴⁶⁶

As fotografias abaixo pertencem ao acervo da Fundação Joaquim Nabuco, sendo parte da Coleção Francisco Rodrigues: Fotografias do final do Século XIX e início do Século XX. O acervo completo possui 4919 documentos, dos quais foram visualizados 454 que continham a palavra “bacharel” na descrição do arquivo, outros 50 como resultado da pesquisa por “advogado” e 16 com o termo “juiz”, nenhuma fotografia foi classificada pela fundação com o termo “jurista” na descrição.

Primeiramente, observe-se as imagens abaixo:

⁴⁶⁶ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1998. p. 110-111.



Figura 4: Augusto de Souza Leão, bacharel em 1851.⁴⁶⁷

⁴⁶⁷ Dados da imagem: Augusto de Souza Leão, Barão de Caiará, Engenho Capibaribe, São Lourenço da Mata, Pernambuco. Autor: Alberto Henschel & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 8,7 x 5,4 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Palavras-chave: Traje Masculino, Homem, Cartola, Barba, Cena Interna, Mobiliário, Livro. Fonte: FR-03655. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-03655. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 5: Francisco Xavier Paes Barreto, ministro do império e bacharel em 1842.⁴⁶⁸

⁴⁶⁸ Dados da imagem: Francisco Xavier Paes Barreto. Autor: J. P. Joannes & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues, carte de visite, 10,4 x 6,3cm. Fonte: FR-00927. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-00927. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 6: João Augusto de Souza Leão, bacharel em 1844.⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ Dados da imagem: João Augusto de Souza Leão, Juiz de Paz (Engenho Caraúna-Jaboatão, Pernambuco). Autor: Eugenio & Mauricio. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,4 x 5,6 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Palavras-chave: Traje Masculino, Homem, Mobiliario, Fonte: FR-02527. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-02527. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 7: José Antonio de Pinho Borges, bacharel em 1865.⁴⁷⁰

⁴⁷⁰ Dados da imagem: José Antonio de Pinho Borges, Engenho Entre Rios, Jaboatão, Pernambuco. Autor: Alberto Henschel & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 8,8 x 5,6 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-01067. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-01067. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 8: Paulo Martins de Almeida, bacharel em 1860 e magistrado.⁴⁷¹

⁴⁷¹ Dados da imagem: Paulo Martins de Almeida. Autor: F. Villela. Notas: Coleção Francisco Rodrigues, carte de visite, 8,9 x 5,5cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-00528. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-00528. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 9: Vitoriano de Sá e Albuquerque, bacharel em 1842.⁴⁷²

Note-se que a estética é uniforme, barba e bigode, casaca, gravata e, eventualmente, cartola. Estão presentes também todos os elementos indicados por Kossoy: olhar austero, o mobiliário rebuscado, os padrões franceses nos tecidos e tapetes.

Preliminarmente, cabe, com brevidade diferenciar dois momentos da iconografia, um primeiro descritivo, buscando identificar os elementos que possibilitem

⁴⁷² Dados da imagem: Vitoriano de Sá e Albuquerque. Autor: Alberto Henschel & Co. Notas: Coleção Francisco Rodrigues, carte de visite, 8,8 x 5,4cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-00501. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-00501. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

a ulterior interpretação, mas que em si contém a interpretação dada pelo fotógrafo. Assim, se o fotógrafo – também homem de seu tempo compartilha do imaginário que considera o magistrado ou o advogado um homem sério com uma função pública importante, muito provavelmente ele não será representado de outra forma. Portanto:

Nos conteúdos dos documentos fotográficos se agregam e se mesclam informações e interpretações: culturais, técnicas, estéticas, ideológicas e de outras naturezas que se acham codificadas nas imagens. Essas interpretações e/ou intenções são gestadas (antes, durante e após a produção da representação) em função das finalidades a que se destinam as fotografias, e refletem a mentalidade de seus criadores.⁴⁷³

Acontece que as imagens adquirem novas camadas de significados com o tempo, tornando-se inevitável reinterpretá-las sob diferentes olhares, como explica Kossoy: “As fotografias seguem sendo interpretadas muito depois de realizadas. Ao longo de suas trajetórias oscilam de significados de acordo com a ideologia de cada momento e a mentalidade de seus usuários”⁴⁷⁴. Esse segundo momento da iconografia, pode-se considerar iconologia.

Portanto, ademais de verificar que os juristas eram retratados como homens sérios e barbudos, observe-se que só se conhece a atividade profissional deles pela legenda. Ainda que as fotografias sejam tudo menos espontâneas, ou seja, somente retirar da imagem o que ali está⁴⁷⁵. Disso, duas conclusões são possíveis, a primeira, é a de que o importante de ser retratado era mais a posição social do que a ocupação profissional. Essa conclusão é possível quando se encontra o mesmo padrão estético nas imagens de banqueiros, engenheiros, artistas e médicos do mesmo período. A segunda conclusão possível, é a de que bastava até meados da década de 1860, o jurista por si mesmo. Seu prestígio não dependia da palavra escrita, dos livros, da toga, mas apenas de sua eloquência e de seu saber. A conclusão só é possível quando comparam-se com as imagens de bacharéis, magistrados ou advogados, do período imediatamente posterior.

⁴⁷³ KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, v. 25, n. 49. p. 39.

⁴⁷⁴ KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, v. 25, n. 49. p. 39.

⁴⁷⁵ Para evitar o previsto por Boris Kossoy: “Destino perverso esse da fotografia que, num dado momento, registra a aparência dos fatos, das coisas, das histórias privadas e públicas, preservando, portanto, a memória desses fatos, e que, no momento seguinte, e ao longo de sua trajetória documental, corre o risco de significar o que *não foi*” (KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, v. 25, n. 49. p. 39). (grifo do autor).



Figura 10: Abdias de Oliveira, bacharel em 1882 e desembargador.⁴⁷⁶

⁴⁷⁶ Dados da imagem: Abdias de Oliveira. Autor: Alberto Henschel & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,5 x 5,7 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Palavras-chave: Traje Masculino, Homem, Bigode, Livro, Relógio de Igibeira. Fonte: FR-03995. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-03995. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 11: Feliciano dos Santos Pontual, advogado, bacharel em 1868.⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ Dados da imagem: Feliciano dos Santos Pontual. Autor: A. Henschel & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,1 x 5,8 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Palavras-chave: Traje Masculino, Homem, Mobiliário, Livro. Fonte: FR-03804. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-03804. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 12: Gaspar de Menezes Vasconcelos Drumond Filho, bacharel em 1875.⁴⁷⁸

⁴⁷⁸ Dados da imagem: Gaspar de Menezes Vasconcelos Drumond Filho. Autor: J. dos Santos Pereira. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 10,5 x 6,3 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-01748. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-01748. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 13: Gonçalo Paes de Azevedo Faro, bacharel em 1870 e magistrado.⁴⁷⁹

⁴⁷⁹ Dados da imagem: Gonçalo Paes de Azevedo Faro. Autor: Alberto & Henschel & Cia. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,1 x 5,4 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Palavras-chave: Traje Masculino, Homem, Mobiliário. Fonte: FR-02536. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-02536. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 14: Henrique Afonso de Miranda Leal, bacharel em 1871.⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ Dados da imagem: Henrique Afonso de Miranda Leal. Autor: Léon Chapelin. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,3 x 5,5 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-02443. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-02443. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.



Figura 15: Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, bacharel em 1874.⁴⁸¹

Portanto, *indiciariamente*, há algo que define de modo diferente aquele que se ocupada do direito a partir da metade da década de 1860, com uma discreta exceção no retrato de Augusto de Souza Leão, o elemento livro passa a integrar com mais ou menos destaque os retratos.

O mobiliário segue ornamental, há pouca mudança na vestimenta, mas o elemento de coesão entre as imagens é a visível presença do ou dos livros. Ao

⁴⁸¹ Dados da imagem: Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, deputado e jornalista, Engenho Velho, Cabo, Pernambuco. Autor: Eugenio & Mauricio. Notas: Coleção Francisco Rodrigues. carte de visite, 9,4 x 5,7 cm. Local: Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: FR-00481. Idioma: Português. Propriedade: Fundaj. Disponibilidade: Fundaj – Cehibra. Local Físico: FR-00481. Fundo Documental: Coleção Francisco Rodrigues. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

contrário da imagem de Augusto de Souza Leão em que ele é praticamente escondido sob a mão como um pequeno amuleto, nas imagens a partir de 1868 ele acompanha e completa a imagem que o jurista representa. Simbolicamente, na maioria das fotos o jurista toca ou segura o livro, apropria-se dele. Consequentemente, o jurista depende em alguma instância do saber advindo dos livros. Mas essa transição é, também no Brasil, imperfeita. Assim como a presença do livro discretamente em uma das primeiras fotografias analisadas, a presença do púlpito no retrato de Gonçalo Paes de Azevedo Faro remete a uma tradição oral, eloquente e ainda presente mesmo nas últimas décadas do século XIX.

Para que não se atribua apenas a uma estética da fotografia, observe-se os retratos do artista José Ferraz de Almeida Júnior.



Figura 16: Retrato de Clemente Falcão de Souza Filho, 1888.⁴⁸²

⁴⁸² Dados da imagem: Retrato de Falcão de Souza Filho. Data: 1888. Autor: José Ferraz de Almeida Júnior. Óleo sobre tela, 230X 142 cm. Acervo Faculdade de Direito USP. Fonte: Lourenço, Maria Cecília França. Almeida Júnior: um criador de imaginários. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2007. Apud: ARAÚJO, Raquel Aguilar de. Desmistificando Almeida Júnior: a modernidade do caipira. 19&20, Rio de

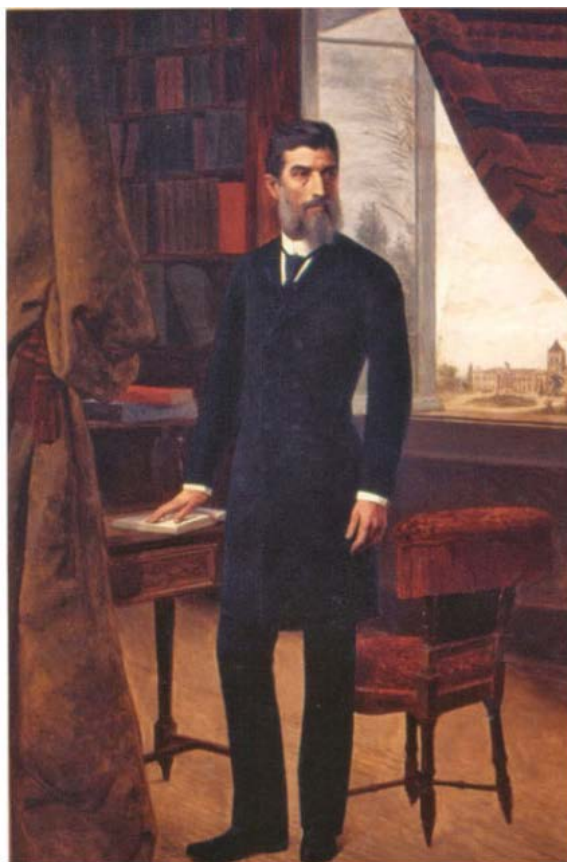


Figura 17: Retrato do Dr. Prudente de Moraes, 1890.⁴⁸³

A gama de detalhes é certamente mais rica na pintura, mas sua função também era diferente. Os retratos fotográficos serviam para a apresentação na sociedade, enquanto que os quadros iriam imortalizar a imagem dos juristas, deve-se levar em consideração que se trata de expressões artísticas diferentes. Ambos são retratados em suas bibliotecas, com livros dispostos sobre a mesa, novamente evidenciando a posse daquele conhecimento. Os ornamentos são poucos e simples, os móveis dentro de sua funcionalidade. A vestimenta é formal como se esperaria em uma pintura a óleo, permanecendo o olhar altivo, a postura firme. Quando se afirma que haveria uma expectativa de um certo ritual, de uma certa formalidade nas roupas

Janeiro, v. IX, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/qo3P8L> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

⁴⁸³ Dados da imagem: Retrato do Dr. Prudente de Moraes. Data: 1890. Autor: José Ferraz de Almeida Júnior. Óleo sobre tela, 235 X 144 cm. Acervo: Museu Paulista USP. Fonte: Lourenço, Maria Cecília França. Almeida Júnior: um criador de imaginários. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2007. Apud: ARAÚJO, Raquel Aguilar de. **Desmistificando Almeida Júnior**: a modernidade do caipira. 19&20, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/qo3P8L> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

e na postura, tem-se em mente algo um pouco além da vaidade apenas. Eduardo Campos Coelho afirma que havia uma preocupação dos próprios advogados em dissociar-se das atividades mercantis. Pretendiam expurgar a advocacia dos aspectos mecânicos e sublevar os aspectos intelectuais.

Nisso a elite dos advogados traía menos um desvelo ético do que uma apreciação estética dos valores do trabalho numa Corte povoada por escravos e por comerciantes semiletrados. Tratava-se para nossos advogados e juristas de “aristocratizar” a advocacia simultaneamente criando uma “aristocracia” de indivíduos cultos, de cultores da “ciência” do Direito. Como isto envolvia também o cultivo de um estilo de vida “aristocrático”, criava-se a ambiguidade que nem mesmo a retórica de Rui Barbosa podia dissolver.⁴⁸⁴

O elemento que complementa Clemente Falcão de Souza Filho é a toga. Reitera-se que há o olhar do artista sobre o objeto mas há também a maneira como o jurista se fazia perceber. Clemente Falcão, assim como seu pai, foi lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Lecionou Direito Civil entre 1860 e 1887, além de ter sido delegado de polícia, juiz de paz e Diretor-presidente da Companhia Paulista⁴⁸⁵. Portanto, o elemento toga no retrato do professor, parece bastante adequado e significativo, pois dentre as demais atividades exercidas, foi como professor que se fez representar.

O retrato de Prudente de Moraes é anterior ao início de sua presidência. Antes e depois do mandato, Prudente de Moraes conciliava a profissão de advogado com o exercício de cargos políticos. O elemento de destaque da obra é a biblioteca, uma demonstração de erudição e de conhecimento técnico, doutrinal.

4.4.3 O jurista por excelência

A expressão “jurista por excelência” apareceu em mais de uma forma no decorrer da pesquisa. Para Carlos Petit⁴⁸⁶ e Pasquale Beneduce, o jurista por

⁴⁸⁴ COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 299.

⁴⁸⁵ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 127.

⁴⁸⁶ “El hombre elocuente, y sólo él, encarna aún el tipo ideal del ciudadano políticamente activo, lo que ahora significa confiar en el abogado para que llegue a oírse la voz del público. ‘Una sublime misión representativa, ciertamente, que nos explicaría el frecuentísimo desempeño de dignidades parlamentarias por abogados en cualquier Estado liberal europeo y la difícil distinción entre la causa de

excelência no século XIX é homem eloquente, encarnado no cenário das profissões liberais, no advogado. É aquele que mais se aproxima diante das condições materiais de seu meio do poder sacerdotal, que possuíam nos séculos anteriores, a que se refere Hespanha. Mas que, em algum ponto do século XIX – em algum ponto diferente na Espanha, na Itália, em Portugal e no Brasil – se torna o jurista acadêmico, de cátedra, conforme afirma Pietro Costa.

Entendo que no âmbito do paradigma que chamamos, para facilitar, lógico-positivista as coisas são simples: o jurista, por definição, é o jurista acadêmico, o jurista de cátedra, e o resto deriva, dependentemente, dessa figura central. Muita água passa por debaixo da ponte, e chegamos à possibilidade de contemplar a experiência jurídica recuperando uma série de protagonistas do cenário jurídico que pareciam ter sido fagocitados, obscurecidos pela sombra desse gigante que era o jurista de cátedra. [...] já não se sabe só fazer história de uma cultura universitária e de sua correspondente casta, os juristas acadêmicos, porque a experiência jurídica está feita por muitos atores, por variados protagonistas, entre os quais efetivamente estão o advogado e sua classe, com sua produção literária e sua prática correspondentes, os juízes e suas corporações etc. A flexibilização da figura monolítica do jurista de cátedra é um processo histórico longo [...].⁴⁸⁷

Na historiografia tradicional, à qual já se fez referência, o jurista por excelência era resultado da formação bacharelesca e estava absorvido pela burocracia estatal. Pouco se olha para o advogado ou pouco se enxergam outros advogados além de Ruy Barbosa.

O grosso dos profissionais liberais era formado de advogados. Havia duas razões principais para distingui-los dos magistrados com relação à capacidade e orientação políticas. A primeira é que foram quase todos educados no Brasil e não em Coimbra como os magistrados, e já vimos as diferenças entre as duas formações. A Segunda é que o advogado tem uma relação com o Estado muito distinta da do magistrado. O último é um empregado público, encarregado de aplicar a lei e defender os interesses da ordem. O advogado é um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal pode tornar-se porta-voz de oposições tanto quanto do poder público. [...] Outros profissionais liberais estavam mais longe do Estado do

la abogacía y la causa de la política: "la profesión del orador es un ministerio respetable, que requiere para su buen desempeño grandes virtudes y nobles sacrificios. Ora abogue ante los tribunales... ora en la tribuna defienda los intereses de los pueblos y el decoro nacional; ora predique en el púlpito la moral evangélica; ora derrame en la cátedra la luz de la enseñanza, siempre la misión del orador es árdua, importante y fecunda". PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000. p. 61.

⁴⁸⁷ COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226. p. 218.

que os advogados. Tais eram, por exemplo, os médicos, jornalistas e engenheiros.⁴⁸⁸

Analisando-se portanto, a cultura jurídica brasileira para além das arcadas da academia, torna-se obsoleta a interpretação, tratada quase como um dogma, da distinção entre as academias⁴⁸⁹ de São Paulo e a do Recife, que determinava que “enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, “homens de sciencia” no sentido que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado”⁴⁹⁰.

Entretanto, o profissional da tribuna, o advogado eloquente, conviveu no Brasil com o catedrático ou com o magistrado, quando não ele próprio transitou entre outras profissões jurídicas.

Talvez os juristas do Império não estivessem tão preocupados com a “cientificidade” do direito, quanto com sua “operabilidade”. Eram construtores de um Estado, não construtores de uma academia. O direito era percebido como um saber disciplinado, claro, mas um saber diretamente voltado à operação da máquina social, ou mais precisamente da máquina estatal.⁴⁹¹

É nesse caldo que se forma o jurista. Diante de tudo isso, faz sentido apresentar o jurista como um personagem de transição como faz Fonseca com Teixeira de Freitas⁴⁹².

⁴⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 101.

⁴⁸⁹ Não que a diferença não existisse, apenas essa não era nem a única diferença entre as academias nem determinante para a carreira dos juristas após o grau. Tampouco era exclusivo do Brasil e essas diferenças geraram estudos mais profundos quando observados como não determinantes. A saber: “A imaginária centralidade científica de Coimbra e a sua neutralidade em relação aos jogos políticos de Lisboa constituíam também um eficaz biombo em relação aos estreitos laços que os seus professores mantinham com a política da capital. De fato, não poucos dos professores de Direito desempenharam lugares políticos, como conselheiros de Estado ou dos Supremos Tribunais, como Pares, como membros de Comissões governamentais várias, como deputados e até como chefes partidários”. (HESPANHA, António Manuel. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199. p. 191).

⁴⁹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁹¹ LOPES, José Reinaldo de. **Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado...** p. 10.

⁴⁹² “Teixeira de Freitas é um personagem de transição. Por um lado, já neste momento (1857) ele está tomado indubitavelmente de uma mentalidade legalista no que diz respeito à teoria das fontes, mostrando-se, neste sentido, como alguém sintonizado com o modo de apreciar o direito que se inaugura na era liberal/burguesa. [...] Em suma: por um verso, Teixeira de Freitas é um personagem de transição e, nessa medida, representativo do período de tensão entre modelos opostos por que passava o próprio direito privado brasileiro do século XIX. Mostrava-se nos limites da adesão ao canto da sereia legocêntrico e estatolatra, mas não pagava tributos a uma perspectiva meramente exegética passiva do intérprete com relação ao ordenamento jurídico. De outro lado – e nesse ponto fazia jus à influência que teve de toda a doutrina do “ius commune” – atribuía à ciência um papel protagonista e

É por esta razão e diante desse “contexto de transição (com raízes fortemente arcaicas e pré-modernas, mas muito desejosa de modernização jurídica)”⁴⁹³, que se propõe um modelo híbrido para o jurista brasileiro. As características desse modelo seriam justamente a persistência de uma presença eloquente nas diferentes esferas de comunicação – imprensa⁴⁹⁴, parlamento, Instituto dos Advogados etc., pois no período estudado aparecem indícios da presença de um paradigma “eloquente” do saber jurídico, como exemplificam Ambrosini, e Fernandes:

Na vida política do Império brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX, dois temas ganharam destaque nos principais debates e combates então travados: as questões abolicionistas e republicana. Não corria um dia sequer na imprensa e na vida intelectual de então sem que um deles – ou ambos – fossem discutidos acaloradamente. **Não era possível passar ao largo da polêmica ou evitar tomar posição frente às ideias debatidas, e todos os homens que, de uma forma ou de outra, exerciam alguma atividade ligada à política e ao Direito nessa época tiveram que fazê-lo**⁴⁹⁵. (grifo nosso).

Além da já mencionada pluralidade dos juristas, que não eram apenas juristas e magistrados ou juristas e advogados, mas eram juristas, advogados, políticos, jornalistas e, em um exemplo de perfeito exagero, cartógrafo e professor de Geografia, como foi Cândido Mendes⁴⁹⁶.

Mas esse mesmo jurista ingressava, a partir da década de 1870 no Brasil, num processo acentuado no decorrer do período estudado no presente trabalho, em um novo paradigma com ideais modernizantes e cientificistas. Então o jurista modelo do final do século XIX simultaneamente se preocupa com o aspecto teórico do direito,

conformador. Personagem complexo, como se vê” (FONSECA, Ricardo Marcelo. Teixeira de Freitas: um jurista “traidor” na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 452, p. 341-354, 2011. p. 346).

⁴⁹³ FONSECA, Ricardo Marcelo. Teixeira de Freitas: um jurista “traidor” na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 452, p. 341-354, 2011. p. 346.

⁴⁹⁴ Citando dados de A. L. Machado Neto (Estrutura Social da República das Letras), José Murilo de Carvalho destaca que 41% dos intelectuais (jornalistas, advogados, professores, médicos e engenheiros – profissionais liberais capazes de crítica dos valores e instituições vigentes) eram também jornalistas (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 101).

⁴⁹⁵ AMBROSINI, D.; FERNANDES, M. Elite política, abolicionismo e Republicanismo. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro** (de 1850 a 1930). São Paulo: Saraiva, 2010. p. 199.

⁴⁹⁶ Cândido Mendes de Almeida fez o primeiro atlas escolar do Brasil. O atlas do império, feito em 1968, era dedicado aos alunos de escolas públicas, principalmente do Colégio Pedro II. O autor, jurista e professor de geografia, buscava ativamente utilizar a geografia para promover o patriotismo (CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional** (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 87).

na construção de doutrina capaz de influenciar na jurisprudência e na criação legislativa. Esse modelo seria o do jurista brasileiro do século XIX.

Resta então sintetizar essa complexa pluralidade de vozes na cultura jurídica brasileira do século XIX. Ao que se propõe, então, para o contexto brasileiro um modelo de jurista capaz de ocupar o espaço público, pivô da circulação da cultura jurídica brasileira e que conjuga a prática e a teoria.

É como ponto de intersecção dessas duas esferas – teórica e prática – que os juristas podem ser considerados uma categoria autônoma por negação, no sentido de que eles não simplesmente bacharéis, ou magistrados, nem mesmo advogados. Assim que, se os juristas são interpretados como um corpo independente, essa autonomia é unicamente atribuída no mesmo sentido dado por Beneduce, o da autorrepresentação, de uma criação autóctone de mecanismos próprios de diferenciação.

Assim, o debate pelo lugar privilegiado na fala do direito, para Hespanha, depende de:

sua vinculação a problemas de história política; não tanto de história da política geral, ou da política constitucional. Mas de história do grupo dos juristas como participante da luta política; no caso concreto, da luta pelo poder de dizer o direito, o qual – está bem de ver – se torna num poder cardinal em sociedades em que vigora o primado do direito (ou dos direitos... definidos pelo direito) [...].⁴⁹⁷

Interpretar a categoria dos juristas de forma diversa, que não um modelo híbrido a partir da década de 1870 seria considerar que o sentido evolucionista – não só como corrente filosófica advinda da Europa, mas também como evolução, melhora, dos próprios juristas – foi favorecido e assimilado em plenitude no Brasil dessas décadas, seria ignorar a resistência de uma parcela conservadora dentre os juristas⁴⁹⁸. Especialmente no direito civil quando comparado ao direito penal.

⁴⁹⁷ HESPANHA, Antônio Manuel. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199. p. 150.

⁴⁹⁸ Maciel de Barros pontua essa resistência ademais de conservadora, católica: “A reação católico-conservadora contra as ideias liberais e cientifistas faz-se agora, incansavelmente, pelos jornais, na tribuna parlamentar, nas cátedras das faculdades, nos livros. Organiza-se o ‘laicato’ católico, frequentemente mais ortodoxo, mais ultramontano do que o clero: na Câmara dos Deputados, Leandro Bezerra e Tarquínio de Souza terçam armas com Silveira Martins, Pinheiro Guimarães, Florêncio de Abreu, etc., expoentes do liberalismo; no Senado, Cândido Mendes de Almeida, Zacarias, Figueira de Mello, Rodrigues Silva, Francisco de Paula Silveira Lobo, etc. fazem-se paladinos do *Syllabus*; no norte, Soriano de Souza e, no sul, pouco depois, Sá e Benevides, em livros e nas cátedras, fazem a apologia

Ainda que seja bastante correta a divisão entre tipos ideais feita por Maciel de Barros para o período⁴⁹⁹, é ainda mais acertada a indeterminação reconhecida pelo autor entre um liberalismo clássico e um cientificismo:

Entre as duas mentalidades aparecem verdadeiras “zonas de indeterminação”, esforços conciliadores, idas e vindas de uma para a outra. Um Rio Branco, um Joaquim Nabuco ou um Rui Barbosa são típicos exemplos dessa indeterminação: tendendo, cada vez mais, a integrar-se no novo espírito, liga-os ao liberalismo clássico a formação e uma indestrutível simpatia. Ademais, a atividade política, empurrando-os para as questões concretas, dificulta talvez a sua precisa definição intelectual, a sua segura tomada de consciência filosófica.⁵⁰⁰

Na medida em que, o modelo proposto se volta mais para o modo de ser do jurista que para suas matrizes filosóficas, mostram-se também mais pertinentes a modulação das ideias novas ou conservadoras para uma finalidade prática, de influência direta na doutrina ou na legislação – algo peculiar e único quando comparado ao jurista savignyano e sua tendência ao isolamento dessas questões mundanas.

dos ideais ultramontanos” (BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986. p. 33).

⁴⁹⁹ Do que se aproveita da excelente síntese feita por Paulo Henrique Dias Drummond: “[...] Maciel de Barros identifica três tipos ideais de intelectual que podem ser vistos como modelos explicativos desse momento de transformação do ideário nacional: trata-se dos tipos cientificista, liberal e católico-conservador. O primeiro e o segundo são marcados pela indiscriminada crença na ciência (que, afinal, é nota caracterizadora e aglutinadora no movimento novo); o que os distingue, no entanto, é o significado específico dessa crença: o cientificista vê a ciência como caminho necessário, como único instrumento capaz de indicar quais os valores e ideais humanos devem ser perseguidos; assim, mais do que limite a valores e ideais, a ciência é o próprio centro gerador desses elementos. Ao passo que o liberal, calcado no ideário contratualista, vê a ciência como “simples auxiliar na luta pela efetivação dos sonhos humanos”, os quais não podem derivar da ciência, mas sim da razão, que encontra tais sonhos gravados na própria essência humana. O terceiro, católico-conservador, encontra na religião a hierarquização dos valores: as conquistas da ciência dela dependem” (DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e ensino da cultura jurídica paranaense**: direito penal e filosofia do direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2011. p. 45).

⁵⁰⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986. p. 197.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi uma sessão tumultuada a de 19 de dezembro de 1871 do Instituto dos Advogados Brasileiros, sob a presidência do Exmo. Sr. Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo. Aliás, o tumulto apenas prolongava o da sessão anterior do dia 16. Discutia-se, acaloradamente, quais medidas deveria tomar o Instituto contra o Sr. Dr. Lopo Diniz Cordeiro, juiz suplente da 3ª vara criminal, o qual era acusado de inomináveis ofensas a alguns sócios durante audiência no foro. Falou o conselheiro Affonso Coelho, também o Dr. Duque-Estrada Teixeira (um dos ofendidos), os conselheiros Liberato e Raymundo Lima e falou o Dr. Joaquim Nabuco. Levantou-se o Dr. Joaquim Nabuco (elegantíssimo no seu *paletot* de corte inglês, os cabelos simetricamente repartidos no alto da aristocrática cabeça de *leão do norte*, uma pulseirinha teimando em aparecer sob o punho da camisa) e, limpando um imaginário pigarro, começou por lembrar aos eminentes colegas “que tem para si que o Instituto é uma maçonaria de honra, e assenta em certos princípios de dignidade profissional: a delicadeza, que faz com que a offensa feita a um de seus membros importa a offensa de todos” e que, por isso, o Dr. Lopo Diniz “offendeu” os deveres de cavalheiro, diante de cada um dos advogados, victimas de seus atos” [...].⁵⁰¹

Esse relato que transporta o leitor para a sessão do dia 19 de dezembro de 1871, ao historiador do direito se apresenta como uma bactéria para o infectologista. Deve ser olhada por diferentes ângulos, sob diferentes lentes microscópicas. A partir dessa breve descrição uma série de questões surgem. Por que esse Instituto era importante? O que poderia ser tão importante para reunir esses homens nessa instituição naquela terça-feira? Apenas nesse pequeno excerto tem-se uma dimensão da importância da fala desses senhores, não estão reunidos em torno de um documento ou lei, mas sua preocupação é um ato discursivo ocorrido em audiência. Audiência esta que não tomou assento no despacho do paço imperial, na 3ª vara criminal provavelmente da corte – ou em qualquer outra comarca.

Para o historiador, os verbos “falou” e “levantou-se”, trazem tanto ou mais significado do que traria um selo oficial. Mais ainda, para o historiador, adquire importância o paletó inglês de Nabuco, a referência que ele faz à Maçonaria e o que ele entende por deveres de cavalheiro.

Acima de tudo, o que desperta sobremaneira a curiosidade do historiador é investigar porque, quando este homem magro, de 1,86 metro de altura, que cuidava tanto da própria aparência a ponto de ficar conhecido como “Quincas, o Belo”, todos

⁵⁰¹ COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 151-152.

ouviam e sua fala era transcrita em ata para ser preservada. Que autoridade detinha e sobre o que ela se fundava.

Portanto, considerando que:

A cultura jurídica brasileira é um fato histórico antropológico que se dá a partir dos elementos (humanos, doutrinários, sociais, econômicos, etc.) presentes na sociedade brasileira desta época e dentro de aparatos institucionais localizáveis dentro das vicissitudes históricas brasileiras. Emprestando a terminologia de Michel Foucault, ela constitui uma configuração discursiva (cheia de mecanismos de controle, de seleção, de organização, como também de procedimentos de interdição e de estabelecimentos de privilégios) que só pode ser compreendida dentro de um tempo-espaço determinado, e nunca a partir de uma referência meta-histórica, dotada de uma universalidade que invoca uma ‘soberania do significante’ sobre as experiências concretas. De todo modo, tal “configuração discursiva”, bem como seu funcionamento, somente pode ser avaliada a partir de uma análise interna que compreenda seu significado e seus efeitos na sociedade, ou seja, a partir de uma análise eminentemente histórica.⁵⁰²

A cultura jurídica brasileira não se limitaria aos aspectos aqui abordados. Não é possível explicá-la apenas por seus aspectos humanos, ainda que se acredite que o aspecto humano – os juristas – estejam em uma posição central, privilegiada. As diferentes facetas da cultura jurídica brasileira, em especial a oitocentista carecem de um estudo que, a partir de uma análise interna, verifique seus efeitos na sociedade. Uma análise eminentemente histórica, como coloca Fonseca, é menos a busca pelas pedras fundamentais da cultura jurídica brasileira e menos ainda um rol de juristas célebres do que um procedimento genealógico que seja avesso à “pretensão de construir uma essencialidade que resista ao desgaste dos tempos. [...] A cultura jurídica é aquilo que circula, funciona e produz efeitos dentro de um determinado contexto histórico social”⁵⁰³.

Ao longo do texto, evitou-se ao máximo, não se sabe com qual índice de sucesso, incorrer nos pecados da historiografia moderna apontados por Hespanha:

A própria peculiar forma em que os historiadores do Direito costumam escrever história fez o resto: (I) o significado é separado do contexto do imaginário subjacente da sua época e dos usos do discurso pragmático; (II) os textos jurídicos são isolados de seu contexto não-jurídico; (III) a interpretação é moldada por categorias contemporâneas; (IV) entidades discursivas de origem “nativa” são reduzidas a antecipações de modernos

⁵⁰² FONSECA, Ricardo Marcelo. **Vias da modernização jurídica brasileira**: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. v. 98, 2008. p. 260.

⁵⁰³ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Vias da modernização jurídica brasileira**: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. v. 98, 2008. p. 261.

conceitos de regras. Mas, mais do que isso, o aspecto insólito, exótico, bizarro e perturbador do imaginário social na doutrina jurídica é omitido e sacrificado no altar da perene continuidade do “direito ocidental”.⁵⁰⁴

Não se retira da academia a importância na formação dos juristas brasileiros. A homogeneidade no ensino, seja aquele mais arraigando na tradição de Coimbra até a metade do século pelo menos ou seja o ensino de “brasileiros” para “brasileiros”.

Perfil e discurso são partes fundamentais para que se chegue a um modelo de jurista. O perfil distingue o jurista dos outros grupos sociais e o discurso o posiciona no mundo e cultura jurídicos.

Quanto ao perfil pode-se afirmar que, no período investigado, já não era um grupo homogêneo⁵⁰⁵, mas era um grupo homogêneo o suficiente para que as mudanças no regime político e no sistema produtivo não fossem rupturas abruptas, mas um processo imperfeito e complexo de transição.

Foram identificados três aspectos principais e indissociáveis no perfil do jurista brasileiro. O primeiro é, além da necessária alfabetização e erudição, sua formação jurídica deveria ser oficial e normalmente realizada em uma das duas faculdades do império. Ainda que rúbulas e provisionados operassem o sistema jurídico, eles não se “qualificavam” a juristas por lhes faltar o segundo elemento: o reconhecimento por seus pares. O prestígio que aumentava o impacto que os artigos, obras e mesmo textos legislativos elaborados por estes juristas, fazia com que sua notoriedade fosse circularmente fomentada por sua própria produção intelectual.

O terceiro aspecto do perfil é que, não obstante a prevalência do exercício da magistratura associada a cargos eletivos ou a altos cargos na burocracia estatal, a profissão jurídica em si, não era condição para o “estado” de jurista, mas era característica. O exercício de uma ou mais carreiras jurídicas, políticas ou literárias, pode ser sim considerado um aspecto geral. Representa ao mesmo tempo o caráter

⁵⁰⁴ HESPANHA, António Manuel. O direito do início da era moderna e a imaginação antropológica da antiga cultura europeia. **Revista Justiça & História**. v. 2. n. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/UUB4So>>. Acesso em: 3 de junho de 2015.

⁵⁰⁵ “Não se tratava, no entanto, de um estamento, mas de uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura. Ao longo do período imperial outros caminhos se abriram além da burocracia, como as profissões liberais – advocacia e medicina -, o jornalismo, o magistério, quando não o simples favor imperial. O segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter estrutura rígida de um estamento, de dar a ilusão de acessibilidade, isto é, estava em sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais” (CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 151).

polivalente dos juristas, a necessidade de subsistência material, e a forma de acesso aos círculos de debate da cultura jurídica.

Já quanto aos discursos, considerou-se um princípio tácito de que juristas citam juristas. A doutrina, frente legislação, que emana de um poder central, ou a jurisprudência, produto de membros da burocracia estatal, estudada aqui na forma de artigos no periódico jurídico, apresenta uma pluralidade de fontes mais interessante. A doutrina representa um aspecto “novo” do saber jurídico.

Em boa medida, a doutrina brasileira se construía exortada sobre uma necessidade de utilidade prática, de tornar acessíveis as obras de doutrina estrangeira e adaptar, traduzir, essa doutrina para estudantes para os homens do foro. Tinham o dever de fornecer algo além do pensamento original ou a opinião do autor sobre determinada matéria, deveriam trazer ao leitor o universo ao redor desse tema ao qual nem sempre ele tinha acesso.

A função dos juristas nessa época, portanto, pode-se afirmar que era a de elo, professor, de intermediário. Assim surgiram as crispas acerca da “verdadeira” tradução de determinado autor, as discussões acerca da hermenêutica jurídica que reiteradamente se debruçam sobre o dizer o direito dos juízes ou dos legisladores ou dos advogados, mas enfim, sempre relacionada ao direito prático. Essa esfera prática que frequentemente restava esquecida na historiografia.

Das fontes primárias pesquisadas, emergiu principalmente o jurista profissional. A preocupação do advogado e do magistrado quando encarna a postura de jurista é com os casos que encontra no foro os fazem raciocinar e teorizar sobre o direito abstratamente. É o caminho inverso daquele trilhado na universidade, que parte do abstrato.

A pesquisa da Revista *O Direito* foi, portanto, de certa forma, a prova real do que diversos outros trabalhos já afirmavam como suspeita ou hipótese. Havia um núcleo de juristas relevantes no século XIX, mas havia uma periferia também, no entorno das obras desses juristas orbitavam os demais. O que não significa dizer que os demais, só porque hoje não estão no rol dos grandes, foram menos importantes. Fomentavam o diálogo, propunham a crítica e se apresentavam ao debate. A pesquisa trouxe, com a esperança também de motivar futuros estudos, mais de duzentos nomes de juristas que além de egressos das faculdades de direito do Império, além de operadores do direito e partícipes da burocracia estatal, a despeito de suas convicções políticas e doutrinárias, sendo irrelevante a área do direito em que

atuavam ou tinham expertise, preocupavam-se em participar do debate doutrinário, escrevendo e publicando em periódico especializado. Colocavam suas opiniões acerca da lei e dos julgados do período como também comentavam e se tornavam alvo de críticas e comentários de seus *pares*.

Percebeu-se também que o rol de referências desses juristas foi ampliado. Em que pese ter-se satisfeito a expectativa comum das de que as referências à doutrina ficassem ao redor de nomes tradicionais como Mello Freire, Trigo Loureiro e Savigny, outras vozes apareceram. O que corrobora e colabora com outros trabalhos que investigaram a jurisprudência, demonstrando que o referencial teórico da comunidade jurídica no século XIX era, em sua maioria, comum, mas mais amplo do que originalmente se acreditava. E o estilo dos textos, as revisões, comentários, adendos a obras anteriores, reforçavam essa formação de um repertório comum.

O discurso jurídico brasileiro do final do XIX, foi resultado do embate entre uma forte e profunda tradição, que pesava sobre os ombros dos juristas, e a necessidade inadiável de movimento, de modernização ainda que resistida. Essas contradições marcam a atuação do jurista em meio ao passado e futuro.

Assim, conclui-se que ficou demonstrado o quão incorreto é qualificar o debate jurídico como irrelevante ou a cultura jurídica do século XIX como inexistente ou mesmo rudimentar.

Contudo é inegável que a cultura jurídica era sim peculiar. As tramas do discurso jurídico neste período eram formadas por linhas antagônicas. Portanto, os juristas do XIX não era um grupo tão pequeno, tão homogêneo, tão centralizado quanto o imaginado. Homogêneos na medida em que eram homens, profissionais liberais ou herdeiros da aristocracia rural e, em extensa, vasta, esmagadora maioria ocuparam algum cargo na burocracia estatal, mas que ainda assim separavam essa esfera de suas posições doutrinárias.

Note-se também que os juristas desse período eram essencialmente polivalentes e polifônicos. Sua polivalência era evidente na trajetória profissional dos juristas do período, conciliavam magistratura, magistério, advocacia e cargos públicos eletivos ou do poder executivo. Eram polifônicos, pois em cada uma dessas carreiras ocupavam uma diferente esfera de comunicação jurídica.

Nesta segunda fase do século XIX, O Brasil, apesar do caráter fortemente conservador do Império, “se moderniza e se esforça por sincronizar sua

atividade com a do mundo capitalista contemporâneo” É nesta fase que ressoará pelo Brasil a polifonia das novas correntes filosóficas europeias.⁵⁰⁶

Outra hipótese aventada, mais a título de provocação, é a artificialidade dos discursos. Uma artificial e forçada tecnicidade do estudo do direito, patente no estudo dos institutos, nas discussões legislativas, na minúcia da técnica lega que não parecem ser apenas reflexo da ascensão de uma cultura positivista no Brasil, mas também uma espécie de fuga ou desvio do confronto direto entre as posições intelectuais e as limitações materiais. O jurista suprime sua subjetividade em prol de uma objetividade artificial.

Se se destacar a ideia de descontinuidade, o papel da tradição – que sempre foi tudo como tão importante em direito – precisa de ser clarificado. Na verdade, na ideia de ruptura já estava implícito aquilo que acabamos de dizer acerca da natureza contextual do sentido. Se os sentidos (ou os valores) são relacionais, estando sempre ligados com os seus contextos, qualquer mudança no contexto do direito corta-o da tradição prévia. A história do direito será assim constituída por uma sucessão de sistemas jurídicos sincrônicos, fechados uns em relação aos outros. O sentido de cada instituto ou de cada princípio deve ser avaliado pela sua integração no contexto dos outros institutos e nos institutos ou princípios que o antecederam (na sua “genealogia” histórica). Ou seja, o direito recompõe-se continuamente e, ao recompor-se, recompõe a leitura da sua própria tradição, atualizando-as.⁵⁰⁷

O papel da tradição na construção do direito atual é o de fornecedor de componentes do atual saber jurídico: ferramentas institucionais (instituições, papéis sociais), discursivas (linguagem técnica, conceitos, dogmas), comunicacionais (redes acadêmicas ou intelectuais, bibliotecas)⁵⁰⁸. De uma forma menos elaborada que António Hespanha, foi isso que se pretendeu dizer ao destacar que o recorte temporal, circunstancial, no Império ou no início da Primeira República não tinha uma taxativa relevância no presente estudo, sendo mais um instrumento de viabilização da pesquisa.

O recorte entre o início da publicação da Revista *O Direito* e o fim do governo imperial, serviram para compor um panorama dos juristas nessas últimas décadas do XIX, um contexto de emergência de um paradigma cientificista que mudaria não apenas a direção das doutrinas, mas o paradigma comunicacional no Direito. A revista

⁵⁰⁶ COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Livraria José Olimpio Editora: Rio de Janeiro, 1956. p. 138.

⁵⁰⁷ HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica européia: síntese de um milénio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 42.

⁵⁰⁸ HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica européia: síntese de um milénio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 42.

jurídica como fonte primária possibilitou a construção de uma *metafonte*, como denomina Hespanha, cujos resultados se vêem não apenas no desenrolar da tese, mas também nos apêndices a este trabalho. Ali estão impressos não apenas indícios do uso dessa ou daquela fonte, mas a fagulha para novas pesquisas sobre a extensão da recepção no direito – privado, especialmente – dessa ou daquela fonte em termos de ruptura ou continuidade.

Os artigos publicados na revista foram fonte riquíssima para uma tentativa de apreensão do que significava ser jurista no final do século XIX, com que ele se preocupava, com quem dialogava, que posições tomava frente às grandes questões do direito privado? Obviamente, aqueles que escreviam para a revista eram uma parcela expressiva mas ainda pequena dos juristas brasileiros – e, novamente, esclarece-se que não era a publicação de artigos ou comentários na revista que caracterizava o jurista, mas seu envolvimento e efetiva participação no debate doutrinário brasileiro – mas, ainda assim uma importante parcela.

A variedade de temas e autores, a regularidade e periodicidade da publicação, a existência de um diálogo interno entre os artigos da própria revista e externos, seja com a jurisprudência ou textos de outros periódicos, além de sua independência institucional, ao menos declarada, fez da Revista *O Direito* uma fonte bastante fecunda para a análise desse período histórico.

Quanto ao método, não sem dificuldade, a sistematização em gráficos e em tabelas dos resultados e a análise de conteúdo, permitiram a síntese e o cruzamento dos dados obtidos, que não seria possível de outra forma. Somente assim, a interpretação dos dados permitiu conhecer os juristas e o conteúdo de seus discursos.

Ainda que o estudo tenha apenas tangencialmente abordado outros ambientes culturalmente diversos com América Latina, França e Alemanha, a análise comparada dos modelos de juristas ibéricos e italianos serviu para localizar o Brasil em um contexto de significativas mudanças no pensamento jurídico em escala maior. Longe de buscar se explicar a parte pelo todo, analisar como a mesma problemática se apresentava em outros povos se presta também para verificar o que de especial ou excepcional a cultura local carregava.

Essa especialidade e excepcionalidade pôde ser verificada no debate acerca da escravidão do âmbito do Direito Civil, que evidenciou que o jurista, antes de se posicionar perante a academia, a sociedade ou o mundo jurídico, tinha de resolver internamente um conflito entre a autopreservação de seus privilégios ou a

preservação de tradições e interesses relacionados a ele. Nesse tema, o jurista equilibrava seu discurso entre as tensões cotidianas, seus valores morais e ideais sociais, e, a técnica e argumentação jurídicas.

Outro ponto importante foi ultrapassar a explicação da cultura jurídica apenas pelo aspecto acadêmico, bastante disseminada ainda na historiografia contemporânea. Ainda que o estudo jurídico tenha seminal importância para o estudo da cultura jurídica, havia vida jurídica fora das faculdades de direito também. Essa interpretação do bacharelismo, aqui contestada, falha em perceber que o fluxo de influência entre a academia e as outras esferas jurídicas era recíproco e não unidirecional.

Tudo isso teve de ser considerado na abstração necessária para a formatação de um modelo de jurista brasileiro. Não é que não tenha havido um típico evolucionista no Brasil ou um puro romântico, mas nesse período de tensão entre as diferentes perspectivas teóricas no Brasil, promoviam um modelo de transição – imperfeita e incompleta.

Talvez forçados por uma ampliação no número de atores sociais, antes alheios ao mundo jurídico, que passaram a ter voz sobre o direito, os juristas tiveram de se reposicionar.

Assim, tem-se um esboço do jurista nesse período de tensões que foi o último quarto do século XIX no Brasil, no qual as tradições são ressignificadas em razão de um Estado independente. Espera-se que o aspecto humano como um pilar de interpretação da cultura jurídica brasileira do período seja motivador de outras inúmeras articulações historiográficas sejam possíveis.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALONSO ROMERO, María Paz, **Salamanca, escuela de juristas**. Estudios sobre la enseñanza del Derecho en el Antiguo Régimen. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid - Editorial Dykinson, 2012.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15(44), 35-55. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/uqRlgJ>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

AMBROSINI, D.; FERNANDES, M. Elite política, abolicionismo e Republicanismo. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. GROSSI, Paolo. La revista jurídica en la cultura contemporánea, Buenos Aires, Ediciones Ciudad Argentina, 1997. Apud: FRONTERA, Juan Carlos. El Desarrollo De La Filosofía Del Derecho Y Su Enseñanza A Través De La Revista Jurídica Y De Ciencias Sociales (1884-1910). **Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja"**. Ano II, n. 2, 2008.

ARAÚJO, Raquel Aguilar de. **Desmistificando Almeida Júnior**: a modernidade do caipira. 19&20, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/qo3P8L>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

AZEVEDO, André Nunes de. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emília. (org.) **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 123-140.

BAPTISTA, Francisco de Paula. **Compêndio de Theoria e Prática do Processo Civil Comparado com o Comercial e de Hermenêutica Jurídica para Uso das Faculdades de Direito do Brazil**. 6. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C.

L. (orgs.). **História do Direito em Perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 361-373.

BARMAN, Roderick, BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 4. Novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 3 de julho de 2014.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

BENEDUCE, Pasquale. **Il corpo eloquente**: identificazione del giurista nell'Italia liberale. Bolonha: Il Mulino, 1996.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portuguesa**. Disponível em <<http://www.ieb.usp.br/>>. Acesso em 2 de março de 2015.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOTERO, Andrés. Da religião do juramento ao juramento secularizado: conclusões de um estudo sobre a evolução do juramento processual na Colômbia durante o século XIX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, [S.l.], v. 60. n. 1. p. 215-246. Março de 2015. ISSN 2236-7284. Disponível em: < <http://goo.gl/EETXo4>>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

_____. Matizando o Discurso Eurocêntrico Sobre a Interpretação Constitucional na América Latina. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, n. 49, p. 109-126, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARMO, Anderson Braga do. A Sociedade Brasileira No Século Xix: Uma Construção Léxico Discursiva Da História. **Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 24 a 26 de outubro de 2012, SSN 2178-7751.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do Período. In: _____. **A Construção Nacional: 1830-1889** (História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/Fundação Mapfre, 2011.

_____. Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 24, n. 3. Julho de 1982. Cambridge University Press. p. 378-399. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/178507>>. Acesso em 3 de janeiro de 2015.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia coletiva**: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. Para uma nova história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1956.

COSTA, Pietro. Discurso jurídico e imaginação: hipóteses para uma antropologia do jurista. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista** - Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 167-226.

DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento Criminológico na Primeira República**: O Brasil Em Defesa Da Sociedade. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba. 2015.

Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881, dirigido por Santos valente e precedido de Plano da autoria de Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e ensino da cultura jurídica paranaense**: direito penal e filosofia do direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2011.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico**: juristas e usos do direito. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2006.

Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838.

FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica.** 2008. 138f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2008.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 59-79.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno.** Milão: Giuffrè, XXXIII/XXXIV (2004/2005).

_____. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**, v. 8, n. 1, Madrid, 2005.

_____. A noção de imaginário jurídico e a história do direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias.** Curitiba: Juruá, 2012. p. 19-30.

_____. La cultura jurídica brasileña del siglo XIX entre hibridismos y tensiones en la tutela de los derechos: algunas hipótesis de trabajo. **Forum Historiae Iuris.** (18 de agosto 2014). Disponível em <<http://www.forhistiur.de/2014-08-fonseca/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2015.

_____. Teixeira de Freitas: um jurista "traidor" na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 452, p. 341-354, 2011.

_____. Tra mimesi e jabuticaba: recezioni e adattamenti della scienza giuridica europea nel Brasile del XIX secolo. In: SORDI, Bernardo (org.). **Storia e diritto: esperienze a confronto (atti dell'incontro internazionale di studi in occasione del 40 anni dei Quaderni Fiorentini)** (Firenze, 18-19 ottobre, 2012). v. 1. Milão: Giuffrè, 2013. p. 415-425.

_____. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos.** v. 98, 2008.

_____. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX.** Disponível em: < <http://goo.gl/MZeJDk>>. Acesso em 15 de novembro de 2009.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX.** História do direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Ernesto Ferreira. A Revista Jurídica. **Revista Jurídica:** Doutrina Jurisprudência e Bibliografia. N. 1. Volume 1. São Paulo, 1862. Disponível em: < <http://goo.gl/0mBHuz>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. Verbete Aristides Augusto Milton. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

FRONTERA, Juan Carlos. El Desarrollo De La Filosofía Del Derecho Y Su Enseñanza A Través De La Revista Jurídica Y De Ciencias Sociales (1884-1910). **Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja".** Ano II, n. 2, 2008.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminar. In: **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane:** Atti dell'incontro di studio. Volume 13. Milão: Giuffrè, 1984.

_____. **História da propriedade e outros ensaios.** Tradução Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. **La cultura del civilista italiano.** Milão: Giuffrè Editore, 2002.

_____. La formazione del giurista e l'esigenza di un odierno ripensamento metodologico. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno.** Milão: Giuffrè, XXXII (2003).

_____. **Mitologias jurídicas da modernidade.** 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

_____. Pagina Introduttiva. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), 8 v. 16 (Milão, 1987). p. 1-5.

_____. **Scienza giuridica italiana**: un profilo storico: 1860-1950. Milão: Giuffrè, 2000.

GUANDALINI JR, Walter. O Direito Etéreo: trilhas para um explorador do intangível. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 81-98.

_____. **Gênese do direito administrativo brasileiro**: formação, conteúdo e função a ciência do direito administrativo durante a construção do Estado no Brasil imperial. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2011.

HESPANHA, António Manuel. **Breve Nota Introdutória à Análise do Discurso Jurídico**. Disponível em: <<https://goo.gl/XZ8OVq>>. Acesso em 3 de março de 2015.

_____. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

_____. **Imbecillitas**. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. **O direito dos letrados no Império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

_____. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX: Um ensaio de análise de conteúdo. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, ISSN 0392-1867, v. 39, n. 1, 2010.

_____. Tomando a história a sério - os exegetas segundo eles mesmos. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito**: ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013.

_____. Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do Direito em Perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008. p. 149-199.

_____. Una historia de texto. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et. al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Entre o "espírito da lei" e o "espírito do século": a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão** (Curitiba, 1868-1888). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013.

IGLÉZIAS, Paola D'Andretta. A legislação comercial e o movimento de codificação civil no Segundo Reinado. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro** (de 1850 a 1930). São Paulo: Saraiva, 2010.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira** (1841-1920). Curitiba: Juruá, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, v. 25, n. 49.

LOPES, J. R. L. (org.); et. al. **O Supremo Tribunal de Justiça do Império** (1828-1889). São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**: lições introdutórias. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 5, p. 4-36. São Paulo: 2007.

_____. **O Oráculo de Delfos**: o Conselho de Estado no Brasil-Império. São Paulo: Saraiva, 2010.

LYNCH, Christian. Entre a jurisdição constitucional e o estado de sítio: o fantasma do poder moderador no debate político-constitucional da Primeira República. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 601-653, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/RkPdGx>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

_____. Joaquim Saldanha Marinho, 1816-1895: O Rei e o Partido Liberal, 1869. In: PRADO, Maria Emília (org.). **Obras políticas do Brasil Imperial**: Dicionário do Pensamento Brasileiro. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 1, p. 133-139.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. L. **História das Ideias Jurídicas no Brasil**. São Paulo: Grujalbo, 1969.

MAZZACANE, Aldo. O jurista e a memória. In: PETIT, Carlos (org.). **Paixões do Jurista**: Amor, Memória, Melancolia, Imaginação. Curitiba: Juruá, 2011. p. 81-118.

MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (coord.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828). In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 9-32.

OLIVEIRA, Sônia Regina Martins de. Entre a retórica e a ciência: um estudo sobre os juristas brasileiros do século XIX José Maria de Avellar Brotero e Francisco de Paula Baptista. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 197-208.

PERDOMO, Rogelio Pérez. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In.: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 168--183.

PETIT, Carlos. Derecho civil e identidad nacional. **Revista para el Análisis del derecho**. Barcelona, Julho de 2011. p. 6. Disponível em: <www.Indret.com>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

_____. **Discurso sobre el discurso**: oralidad y escritura en la cultura jurídica da la España liberal (lección inaugural, curso académico 2000-2001). Huelva: Servicio de publicaciones Universidad de Huelva, 2000.

_____. El legislador y la biblioteca. Los fondos de Andino en la Universidad de Sevilla. **Glossae**: European Journal of Legal History, ISSN 0214-669X, n. 10. 2013. p. 489-506. Disponível em: <http://goo.gl/vHsAQj>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

_____. Revistas españolas y legislación extranjera. El hueco del derecho comparado. **Quaderni Fiorentini Per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, 35 (2006). p. 255-338.

POSADA, Estevan Lo Ré. **Preservação da tradição jurídica luso-brasileira: Teixeira de Freitas e a Introdução à Consolidação das Leis Civis.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica: Análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade De São Paulo. São Paulo, 2014.

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. **A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil.** Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009.

Revista ***O Direito: Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência.*** Volumes 1 a 50. 1873 a 1889.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SALVADOR, Rodolfo Aguirre. **El Mérito y la Estrategia: clérigos, juristas y médicos en Nueva España.** México, D.F.: UNAM, 2003.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. **Revista de História:** Universidade Federal da Bahia. Salvador, v. 1, n. 2, 2009, p. 18-39.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

_____. **As barbas do imperador.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Rosa Cloclet. **Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822).** 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva**

natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A-K). 1755-1824. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em: 2 de março de 2015.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez**: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no séc. XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2010.

_____. **Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no Império (1822-1891)**. Tese (doutorado). UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 2011.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. Verbete OTONI, Carlos Honório Benedito. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em 3 de março de 2015.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

TORRES, Juliano Rodriguez. **A ordem e a fera**: o fenômeno jurídico no pensamento de Clovis Beviláqua. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2013.

VALLADÃO, Haroldo. História do direito especialmente do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973, p. 88. Apud. STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, s.d.

WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. Tradução: António Manoel Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

APÊNDICES

Ano	Volume	Título	Autor	Tema
1873	1º volume	1º Em que a locação de serviços mercantil se distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviços civil?	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1873	1º volume	Processo de Fallencia. Exame Critico.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Comercial
1873	1º volume	Como se deve entender e pôr em pratica o casamento de que falla o nosso Codigo Criminal nos arts. 219 á 225?	Francisco Balthazar da Silveira	Penal
1873	1º volume	É de lei, e é conveniente, que sejam motivadas todas as sentenças.	João José do Monte Júnior	Administração da justiça
1873	1º volume	Em todos os casos, salvo o de pena ultima, para o qual exige-se unanimidade, são precisos os dous terços dos votos do conselho dos Jurados para a imposição de pena.	Tristão de Alencar Araripe	Penal
1873	1º volume	Serão os particulares obrigados á prestar qualquer compensação, quando com os alinhamentos traçados no plano da povoação, ganhem augmentar o terreno de suas propriedades?	Francisco Balthazar da Silveira	Administrativo
1873	1º volume	Não são permittidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos entre os conjuges.	João Damasceno Pinto de Mendonça	Civil
1873	1º volume	Escravos entre bens do evento.	Francisco Balthazar da Silveira	Civil
1873	1º volume	1º o conjuge catholico, divorciado, que houver mudado de religião, póde, segundo os ritos acatholicos, contrahir novas núpcias que, civilmente, validas sejam? 2º Neste caso, o casamento acatholico póde ser considerado como crime de polygamia? 3º O pastor acatholico que intervier em tal casamento, commette algum crime? 4º Conclusão.	Antonio Joaquim Ribas	Penal
1873	1º volume	Locação de serviços civil.	Aureliano de Souza e Oliveira	Civil
1873	1º volume	Deve-se proceder ao sorteio de jurados para completar o numero de 48, quando algum dos primitivamente sorteados fôr dispensado, ou por qualquer causa esteja impossibilitado de comparecer ás sessões do jury.	João José do Monte Júnior	Administração da justiça
1873	1º volume	1º A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nulla? 2º A cessão de uma execução, em que se póde oppôr embargos infringentes do julgado, é valiosa?	João Damasceno Pinto de Mendonça	Civil. Processo civil

1873	1º volume	Prisão preventiva dos Desembargadores.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Penal
1874	3º volume	A fiança do leiloeiro e do corrector não tem a mesma extensão. A fiança do corrector comprehende todos os casos de responsabilidade do afiançado; a fiança do leiloeiro, porém, restringe-se ás multas.	Tristão de Alencar Araripe	Comercial
1874	3º volume	O perdão do offendido miseravel isenta seu offensor das penas, não sendo o crime d'aquelles, em que cabe acção publica?	Antonio Ferreira França	Penal
1874	3º volume	Arrolamento.	Manoel Lopes da Cunha Maciel	Civil
1874	3º volume	A instituição dos onus reaes só deve ser transcripta para poder ser opposta aos credores hypothecarios.	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Civil
1874	3º volume	1ª É damnado o coito de mulher <i>soluta</i> com homem casado, mas divorciado perpetuamente da sua esposa <i>adultera</i> , e a prole d'elle oriunda deve considerar-se rigorosamente adulterina? 2ª O filho ou filha nascido d'esse coito, succede, <i>ab intestato</i> , ao pai ou mãe, que não tem descendencia ou ascendencia legitima, provando a sua filiação por escriptura publica? 3ª O filho legitimo de filha gerada de tal concubinato, succede, <i>ab intestato</i> , á seus avós-pai e mãe de sua mãe? 4ª Ao marido, nas supra expostas condições, é coarctada a liberdade de fazer doações ou deixar legado á sua concubina?	João Carlos de Oliva Maia	Canônico
1874	3º volume	Discurso proferido na installação da relação de S. Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1874, pelo seu presidente.	Tristão de Alencar Araripe	Administração da justiça
1874	3º volume	1º A fiança definitiva está sujeita a arbitramento? 2º A hypotheca, que presta o fiador do Reo, póde ser tomada por termo no livro das fianças? 3º No caso negativo ao precedente quesito, resulta algum inconveniente pratico d'essa impossibilidade?	M. Jorge Rodrigues	Processo Penal
1874	3º volume	A nullidade estabelecida para os contractos celebrados nos 40 dias anteriores á decretação da fallencia comprehende todos os contractos commerciaes, e não se restringe a algumas especies. (Cod. Comm. art. 129 § 5º)	Tristão de Alencar Araripe	Comercial
1874	3º volume	1º A nullidade estabelecida para os contractos celebrados nos 40 dias anteriores á decretação da fallencia comprehende todos os contractos commerciaes. 2º Intelligencia dos	José Joaquim de Oliveira Fonseca	Comercial

		artigos 129 § 5º e 827 do Código Commercial.		
1874	3º volume	É valida a hypotheca, que comprehende só escravos, sendo posterior á publicação da Lei n. 1,237 de 24 de Setembro de 1864, porém anterior ao regulamento, que baixou para execução d'essa lei com o Decreto n. 3,453 de 26 de Abril de 1865?	Manoel Martins Torres	Civil
1874	3º volume	1º Nos julgamentos perante o Supremo Tribunal de Justiça, não se póde admittir defensor espontaneo ao Réo que não quer defender-se. 2º Mas, admittindo-se-os, não se lhes deve negar o direito de recusar Juizes. 3º O Supremo Tribunal de Justiça deve designar na sentença o lugar em que o Réo deve cumprir a pena, o qual deve ser dentro do municipio e na maior proximidade possivel do lugar do delicto.	Antonio Carneiro da Rocha	Penal
1874	4º volume	O foreiro tem a respeito do subemphyteuta os mesmos direitos que pertencem ao senhorio.	Paula Baptista	Civil
1874	4º volume	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples incapacidade de succeder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Civil
1874	4º volume	Os accionistas de uma companhia ou sociedade anonyma, são obrigados em todo o tempo da vida da companhia, ou á massa d'ella depois de dissolvida pela fallencia, a realizarem o valor das acções que tomarão, embora conste dos estatutos o seguinte artigo: « Os accionistas, á proporção que se fizerem as chamadas, pagarão suas entradas, perdendo todas as que tiverem pago e todos os direitos ás suas acções, se não realizarem as entradas até 30 dias depois de feitas as respectivas chamadas, salvo ausencia provada»? Dos termos do referido artigo dos estatutos evidencia-se o que em direito se diz – comisso – e sem mais formalidade alguma o accionista que deixou de satisfazer á chamada dentro dos 30 dias, está desligado da companhia, e esta com direito de emittir as acções respectivas? Ha em direito distincção entre accionistas remissos e acionistas em comisso?	Tito Franco de Almeida	Comercial
1874	4º volume	Arrolamento das pequenas heranças no Juizo dos Orphãos.	Antonio Joaquim de Macedo Soares	Civil
1874	4º volume	A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Civil

1874	4º volume	Em vista do art. 2º do Decreto n. 4.858 de 30 de Dezembro de 1871, os recursos necesarios, proferidos, em casos de quebras, pelos Juizes Municipaes nas Comarcas geraes, devem ser interpostos para os Juizes de Direito, ou para as Relações?	A. Colin	Processo civil
1874	4º volume	Successao de filhos naturaes.	Lafayette Rodrigues Pereira	Civil
1874	4º volume	Dada a consolidação por commisso e ao mesmo tempo o adimplemento de uma hypotheca sobre terreno foreiro, deve o credor hypothecario ser preferido ao senhorio.	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Civil
1874	4º volume	Nas Comarcas geraes os Juizes Minicipaes são os competentes para proferir as decisões de abertura de fallencia.	João Gomes Ribeiro Junior	Comercial
1874	4º volume	Os sobrinhos, filhos de irmãos predefuntos co-herdão a seus tios por direito proprio e <i>in capita</i> , não <i>in stirpes</i> por privilegio ou ficção do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Civil
1874	4º volume	Crime commettido por soldado. Qual o foro? Parecer do conselheiro presidente da Relação de Pernambuco	Francisco Balthazar da Silveira	Penal
1874	5º volume	Das nullidades e seus effeitos em geral, e especialmente da falta de curador ao réo escravo. Intelligencia dos arts. 301 do Cod. do Proc. Crim. e 6º da Lei de 18 de Setembro do 1828.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Penal
1874	5º volume	A theoria da cumplicidade, adoptada pelos arts. 5º e 6º do Cod. Criminal, é conforme aos principios da sciencia do direito penal?	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Penal
1874	5º volume	As sentenças nas acções civeis de valor até 500\$000 serão embargaveis?	João Damasceno Pinto de Mendonça	Processo civil
1874	5º volume	Ferimentos. Intelligencia dos artigos 201 a 205 do Codigo Criminal.	Thomaz Garcez Paranhos Montenegro	Penal
1874	5º volume	Prescripções de obrigações Commerciaes. 1º Quando são exequiveis as facturas, ou contas de venda? 2º Quando começa a correr o prazo para prescripção das contas correntes, ou contas de venda? 3º Qual a prescripção dessas contas quando ha a estipulação de prazo e de juros. 4º Como se opera a interrupção da prescripção?	Antonio Joaquim Ribas	Comercial
1874	5º volume	Julgamento dos bispos. Foi legal a condemnação dos bispos de Olinda e do Pará, e elles não podem continuar a desempenhar no Brazil o múnus episcopal.	Tristão de Alencar Araripe	Civil

1874	5º volume	Os fiadores commerciaes gozam do beneficio de ordem?	Luiz de Souza da Silveira	Comercial
1874	5º volume	A reforma hypothecaria e os creditos privilegiados.	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Comercial
1874	5º volume	Pode a autoridade administrativa, em face do direito patrio, suscitar conflicto sobre uma questão a respeito da qual já a autoridade judiciaria deu uma sentença que passou em julgado?	Aristides Spinola	Internacional
1874	5º volume	Para escrever no processo os fundamentos de sua convicção contraria á decisão do jury tem o juiz de direito ou desembargador presidente do tribunal um praso fatal? Mormente com relação á seu substituto ou successor, no caso de molestia, impedimento ou remoção, deve o praso ser contado da interposição ou da conclusão dos autos?	Francisco Luiz Correa de Andrade	Administração da justiça
1874	5º volume	Da conciliação no cível e no commercial. I Da conciliação em geral. II Limites da these constitucional relativa á conciliação. III Quando não deve ter lugar a conciliação por incapacidade das partes. IV Quando ella não deve ter lugar pela natureza da cousa. V Quando se pode pospor á propositura da acção.	Antonio Joaquim Ribas	Comercial. Civil
1874	5º volume	Nas comarcas especiaes os juizes de direito não tem competencia para o preparo dos processos dos crimes policiaes.	João de Carvalho Fernandes Vieira	Penal
1874	5º volume	Não pode o presidente do Jury, sob pena de <i>nullidade</i> , separar por <i>decisão sua</i> , o julgamento de <i>réos presos, processados e pronunciados</i> pelo mesmo delicto. A separação é <i>direito exclusivo</i> das partes.	A. de Paula Ramos Junior	Penal
1874	5º volume	Substituição reciproca dos juízes substitutos	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Administração da justiça
1874	5º volume	A testemunha, que, não pertencendo á seita que prohiba o juramento, e se não achando nos casos em que não deve ser elle deferido se nega á jurar, ou a depor, incorre nas penas do art. 128 do Cod. Criminal? No caso affirmativo, estas penas devem ser impostas administrativamente, sem fórma e figura de juizo, ou judicialmente, isto é, por meio de processo?	Francisco Luiz Correa de Andrade	Processo Penal
1874	5º volume	O novo regimento das custas judicarias.	Antonio Joaquim de Macedo Soares	Administração da justiça
1874	5º volume	Que pena se deve applicar ao individuo que commetteu um delicto com discernimento, sendo menor de	Firmino Estevão Pinheiro	Penal

		14 annos, porem foi julgado tendo mais de 17 annos de idade?		
1874	5º volume	O art. 302 do Cod. Criminal ante o art. 21 § 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, interpretativo do art. 264 § 4º do mesmo Codigo Criminal.	Antonio Francisco Ribeiro	Penal
1874	5º volume	Intelligencia do art. 68 § 1º do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Administração da justiça
1874	5º volume	Nullidade de testamento. Summario: Os termos da questão. I. A questão diante da lei. II. Intelligencia logica da lei. III. Opinião dos paxistas. IV. Legislação comparada. V. Uma objecção. VI. Podem as ommissões do instrumento de aprovação ser supridas por prova testemunhal? VII. Favor das sucessões legitimas. VIII. Natureza das solemnidades externas dos testamentos.	Lafayette Rodrigues Pereira	Civil
1875	6º volume	Reforma Judiciaria. Inqueritos Policiaes.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Penal
1875	6º volume	Direito Internacional. I. O governo de um estado é responsavel para com os governos dos outros estados pelos prejuizos causados aos súbditos destes pelas sentenças do poder iudiciario manifestamente contrarias ás leis? II. Que responsabilidade tem os magistrados que proferirem taes sentenças? III. Passadas em julgado essas sentenças, que recurso resta aos estrangeiros, por ellas feridos em seus direitos. IV. Que valor tem um parecer do Conselho de Estado ou de uma de suas secções, reconhecendo a manifesta illegalidade de taes sentenças.	Antonio Joaquim Ribas	Internacional
1875	6º volume	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os principios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Civil
1875	6º volume	Imposto de 2 % sobre o monte-mór das heranças, na província do Paraná.	Antonio Joaquim de Macedo Soares	Tributário
1875	6º volume	A acção rescisoria não póde ser indistinctamente admittida no nosso processo civil.	Tristão de Alencar Araripe	Civil. Processo civil
1875	6º volume	Prisão por custas.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Civil
1875	6º volume	Prisão por custas.	Antonio Pereira Rebouças	Civil
1875	6º volume	Tratamento dos procuradores da corôa.	Luiz Francisco da Camara Leal	Administração da Justiça
1875	6º volume	O peculio do escravo póde comprehender doações ou legados que tenham por objecto outros escravos?	José Luiz de Almeida Nogueira	Civil

1875	6º volume	Nas comarcas geraes o despacho de abertura de fallencia compete aos Juizes de Direito, ou aos Juizes Municipaes?	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Processo civil
1875	6º volume	É de dez dias a dilação nas causas summarias de 100\$ até 500\$000.	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Comercial
1875	6º volume	A nullidade de processo perante o Jury, por não ter a verificação das cédulas sido feita pessoalmente pelo proprio Juiz de Direito, carece de reconsideração.	Gabriel Caetano Guimarães Alvim	Penal
1875	6º volume	Ferimentos. Intelligencia dos arts. 201 a 205 do Codigo Criminal.	Lydio Mariano de Albuquerque	Penal
1875	6º volume	Ferimentos. Intelligencia do art. 205 do Codigo Criminal.	José Cardoso da Cunha	Penal
1875	6º volume	Intelligencia do artigo 332 do Codigo de Processo, com relação ao reconhecimento da justificativa da defesa, por 6 votos.	José Jorge Paranhos da Silva	Penal
1875	6º volume	Sobre o arbitrio nas prisões.	José Cardoso da Cunha	Penal
1875	6º volume	Dos embargos ás sentenças na 1ª e 2ª instancia	Antonio Joaquim Ribas	Processo civil
1875	6º volume	Faculdade que tem o Governo para desapropriar, e impedir derrubadas de mattas.	Francisco Balthazar da Silveira	Administrativo
1875	6º volume	A reforma judiciaria.	Leonidas Marcondes de Toledo Lessa	Administração da justiça. Constitucional.
1875	6º volume	Nos recursos ex-officio interpostos, quer nos crimes de responsabilidade, quer nos crimes comuns, não ha necessidade de segundo recurso do recorrido?	Sebastião Cardoso	Penal
1875	6º volume	O despacho de deliberação de partilha não póde ser da competencia do juiz preparador.	José Angelo	Civil
1875	6º volume	Locação de serviços	Aureliano de Souza e Oliveira	Civil
1875	6º volume	O decreto de 2 de Maio de 1874.	Anônimo (***)	Administração Pública.
1875	6º volume	A decisão da incompetencia opposta ao Juiz Municipal no processo das causas civeis excedentes de sua alçada, pertence ao Juiz de Direito.	Felix de Bulhões	Civil
1875	6º volume	A falta de entrega do deposito civil não sujeita o depositario á prisão, mas sim ao processo criminal.	Tristão de Alencar Araripe	Penal
1875	6º volume	1º O auto de corpo de delicto póde ser alterado pelo Subdelegado, que o preside, mandando ao Escrivão accreseentar nelle cousas essencialmente contrarias ao que disseram os peritos? 2º Um tal accrescimento deve ser reputado - excesso de zelo pela justiça?	João Salomé Queiroga	Penal
1875	6º volume	Em um só processo póde ser promovida a accusação dos autores e complices de crimes meramente particulares, em que, feito o desconto	Francisco Luiz Correa de Andrade	Penal

		legal da terça parte da pena, podem os complices prestar fiança, não tendo sido elles presos em flagrante, e ainda que seja o offendido pessoa miseravel?		
1875	7º volume	Reforma Judiciária. Fiança Provisória.	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Penal
1875	7º volume	O depositario judicial, que não entrega o deposito, depois de intimado, está sujeito á pena civil de prisão?	Aniceto de Souza Pinto e Barros	Civil
1875	7º volume	E' nullo e de nenhum effeito o aceite escripto e invalidado pelo -sacado, ausente o portador.	Leonidas Marcondes de Toledo Lessa	Comercial
1875	7º volume	GARANTIA DE PROPRIEDADE. PARECER DA COMMISSÃO DE JUSTIÇA CRIMINAL, DA CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.	A. O. Gomes de Castro. H. de A. Pereira da Graça. Henrique Jorge Rebello	Penal
1875	7º volume	CLASSIFICAÇÃO DE ESCRAVOS.	S. Lima	Civil
1875	7º volume	Interpretação consultiva do art. 332 do Codigo do Processo.	José Jorge Paranhos Da Silva	Processo Civil
1875	7º volume	Classificação do crime dos quebra-kilos	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Penal
1875	7º volume	1º Em toda e qualquer causa de valor até 500\$000 as custas são pagas por ametade. 2º Os Advogados não podem contractar a quota-litis, clausula prohibida em direito. 3.0 Nas acções hypothecarias as custas judiarias são contadas pelo regimento de 1855. CONSULTA.	Caetano José de Andrade Pinto	Administração da justiça
1875	7º volume	Dos Embargos ás Sentenças na 1ª e 2ª Instancia (continuação do 6º volume)	Antonio Joaquim Ribas	Processo civil
1875	7º volume	1. Inconvenientes inherentes ao actual modo de pagarem-se os emolumentos devidos aos funcionarios da Justiça. 2. Discussão e rejeição dos alvitres que tem sido lembrados para obviar esses inconvenientes. 3. Medida que se reputa aceitavel ; os emolumentos devem ser pagos por meio de estampilha. 4. Modo pratico de realizar-se essa idéa.	A. A. M. (anônimo)	Administração da justiça
1875	7º volume	Nas acções executivas tem lugar a suspeição do Juiz?	Brasilio Augusto Machado de Oliveira	Processo civil
1875	7º volume	Interpretação do art. 344 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Penal
1875	7º volume	O Juiz de Direito póde mandar o Promotor dar denuncia, ainda tratando-se de crimes publicos ou inafiançaveis?	A. Elysio de Castro Fonseca	Penal

1875	7º volume	É injuriosa a imputação vaga, sem factos especificados, que póde prejudicar a reputação do Juiz?	Francisco Ferreira Corrêa	Penal
1875	7º volume	Art. 332 do Codigo do Processo, restabelecido pelo art. 29 § 1º da Lei n. 2,033 de 20 de Setembro de 1871.	S. Lima	Processo Penal
1875	7º volume	Discussão no conflicto de attribuições levantado pelo Presidente da provincia de S. Paulo, com referencia ao embargo de obra nova feito no edificio destinado á Escola Normal.	João Theodoro Xavier	Administrativo
1875	7º volume	A mulher viuva quinquagenaria que tem um ou mais descendentes successiveis, passando a segundas nupcias, torna-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Civil
1875	7º volume	Os Juizes Municipaes podem reformar os seus despachos de pronuncia ou não pronuncia, interpostos ex-officio?	José Calandrini de Azevedo	Penal
1875	7º volume	1º Póde o Juiz processante reformar o seu despacho, no caso de recurso? 2º A tentativa de peita é punivel?	R. S. Paes de Andrade	Penal
1875	7º volume	Os estrangeiros pódem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1875	7º volume	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves de Carneiro Campos	Civil
1875	7º volume	O perdão do offendido miseravel exime o réo da pena?	Manoel Ildefonso De Souza Lima	Penal
1875	7º volume	Quando a injuria constitue crime de responsabilidade?	Francisco Ferreira Corrêa	Penal
1875	7º volume	Ferimentos. Intelligencia dos arts. 201 á 205 do Codigo Criminal. (referência a artigos anteriores)	Sergio Lopes	Penal
1875	7º volume	O direito de marca para as mercadorias aos negociantes e para os produtos industriaes está devidamente garantido pela actual legislação brasileira.	Tristão de Alencar Araripe	Penal
1875	7º volume	Discurso pronunciado por ocasião da installação do Instituto dos Advogados de S. Paulo, pelo seu Presidente.	Joaquim Ignacio Ramalho	
1875	7º volume	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves de Carneiro Campos	Civil
1875	8º volume	Da natureza da posse. I Bibliographia. II Noção fundamental da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1875	8º volume	Os crimes do art. 19 da Lei n. 2,038 de 20 de Setembro de 1871	Antonio Carneiro Da Rocha	Penal
1875	8º volume	Preparo Das Partilhas (resposta ao artigo de 15 de março n'O Direito de José Angelo)	Joaquim Alves de Carneiro Campos	Civil
1875	8º volume	1º É valida a doação feita por mulher casada á um filho sem intervenção do marido?	Manoel Martins Torres	Civil

		2º Não sendo, é de mistér sentença que declare nulla a doação?		
1875	8º volume	DA POSSE. III. Do direito de posse IV. Dos elementos essenciaes da posse. (continuação da página 5).	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1875	8º volume	QUESTÃO DE OSSOS. 1º São elles objecto de partilha? 2º Quem deve preferir na exhumação? 3º Em que Juízo deve correr qualquer opposição?	Francisco Balthazar da Silveira	Civil
1875	8º volume	Que recurso tem os réos, que forem presos, depois de confirmados pelos Juizes de Direito os despachos de pronuncia proferidos pelos Juízos Municipais?	Sebastião Cardoso	Penal
1875	8º volume	Qual o Juiz competente nas comarcas geraes para assignar os alvarás de supprimento do consentimento de idade, os de supprimento do consentimento paterno para casamento, e as cartas de liberdade obtidas pelos escravos por meio de seus pecúlios? CONSULTA DO JUIZ MUNICIPAL DE NOVA-FRIBURGO.	Manoel Antonio Duarte de Azevedo -Sr. Presidente da província do Rio de Janeiro	Administração da justiça
1875	8º volume	Nos cazos de morte, ferimentos, ou ofensas fizicas, quando estes cazos acontecerem por impericia, imprudencia, ou falta de observância de algum regulamento, o julgamento é sempre da competência do Juri, e o juiz processante deve, da sua decizao nu summario, dar recurso voluntario as partes, ou interpôr o recurso necessario, conforme no cazo couber.	Tristão de Alencar Araripe	Penal
1875	8º volume	1º A venda, ou alheação da couza furtada, é estellionato? 2º O destino dado a cousa furtada altera a natureza do delicto?	Tertuliano Henriques	Penal
1875	8º volume	Analyse da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves De Carneiro Campos	Civil
1875	8º volume	Todos os direitos essenciaes, ou garantias politicas do cidadão, devem ser consagrados no pacto fundamental?	Luiz de Souza da Silveira	Constitucional
1875	8º volume	Os Juizes de Direito são, competentes para nomearem solicitadores provisorios, quando haja em sua comarca provisionados pelo Presidente da respectiva Relação, independente de exame de suficiência. CONSULTA DO DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CAMPO LARGO (PARANÁ)	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Administração da justiça
1875	8º volume	DA POSSE V. Dos efeitos da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Civil

		VI. Da posse successiva e simultanea. (Continuação da pag. 217).		
1875	8º volume	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Civil
1875	8º volume	APPELLAÇÃO NO CRIME. Está em seu inteiro vigor o art. 451 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.	Candido Augusto Pereira Franco	Penal
1875	8º volume	PRESCRIÇÃO. O estellionato não é delicto successivo.	José Christiano Stokler de Lima	Penal
1875	8º volume	Tem lugar o recurso de habeas-corpus, quando os Juizes punirem seus Officiaes ommissos, ou as testemunhas que desobedecerem ás suas notificações, com prisão que não passe de cinco dias? Intelligencia do art. 212 do Cod. do Proc. Crim.	Antonio Lopes Da Silva Barros	Penal
1876	9º Volume	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Civil
1876	9º Volume	A resistencia opposta á execução de ordens illegaes, uma vez que se não excedam os meios necessarios para impedil-a, é um direito ou uma simples permissão?	Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira	Direito de resistência.
1876	9º Volume	A falta de rubrica do Juiz de Direito no termo da veridição das células importa nullidade do julgamento?	Tertuliano Henriques	Processo Civil.
1876	9º Volume	DIREITO PUBLICO. O poder político é de direito divino ou de direito humano?	Luiz de Souza da Silveira	Administrativo
1876	9º Volume	No agravo de petição pode dar-se vista dos autos o agravado.	Aristides Spinola	Processo civil
1876	9º Volume	O Aviso de 27 de Outubro do corrente anno comprehende somente o caso da concessão ou denegação de licença para o casamento do menor, supprido o consentimento do pai ou tutor.	Annibal Frederico Fernandes Da Cunha Rocha	Civil
1876	9º Volume	Crimes de ajuntamentos illicitos, vadiação e uso de armas prohibidas.	Antonio Augusto Ribeiro de Almeida	Penal
1876	9º Volume	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Civil
1876	9º Volume	1.º Conflict de attribuições levantado pela Presidencia de S. Paulo. 2.º Questões sobre o contencioso administrativo provincial CONFLICTO DE ATTRIBUIÇÕES.	João Theodoro Xavier	Administrativo
1876	9º Volume	ACÇÃO RESCISORIA	Francisco Balthazar da Silveira	Comercial
1876	9º Volume	1.. Nullidade do feito, em que não consta haver-le intentado o meio conciliatorio ; . 2. É' expressamente vedado aos Promotores pUBLICOS aceitarem o patrocínio das partes nas causas	Francisco Ferreira Corrêa	Penal

		civeis, que possam afinal tomar o character crime; 3 . Impossibilidade legal de litigar o marido sobre bens de raiz, seja autor ou réo, sem outhorga da mulher.		
1876	9º volume	Inventariante incorre na sancção do art. 264 § 10 do Codigo Criminal, quando vende bens do acervo, além dos que lhe podia locar em partilha·?	J. V. Ferreira Alves	Penal
1876	9º Volume	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA (continuação)	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	9º volume	DA POSSE	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1876	9º volume	(RETROSPECTO) Porque leis se-rege a locação de serviços civil?	Augusto Teixeira De Freitas	Comercial
1876	9º volume	As construcções e bemfeitorias (immoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	João Damasceno Pinto De Mendonça	Civil
1876	9º volume	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	9º volume	Competencia para julgamento dos crimes do art. 19 da Lei n. 2,033 de 20 de Setembro de 1871	Tertuliano Henriques	Penal
1876	9º volume	1. ° Ausente o réo menor de 14 annos poderá o Juiz na formação da culpa conhecida menoridade como motivo de imputabilidade' 2, ° Poderá o Juiz no summario da formação da culpa, no caso de se provar ter o réo menor de quatorze annos obrado com discernimento, applicar a medida correccional do art. 13 do Codigo Criminal?	Joaquim Augusto Teixeira Alves	Penal
1876	9º volume	1.º Os Juizes de Direito, que nas comarcas geraes julgão as partilhas excedentes a 500\$. podem nas sentenças de julgamento alterar em todos os casos essas partilhas. ou mandal-as alterar? 2.º Intelligencia do Avisn de 11 de Agosto de 1874.	Annibal Frederico Fernandes Da Cunha Rocha	Processo Civil.
1876	9º volume	(RETROSPECTO) LIBERTAÇÃO DO VENTRE	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	9º volume	DO RECURSO DE AGGRAVO NA ACÇÃO DE DESPEJO. Interpretação do art. 15,830, 2a parte do Reg. n. 143 de 15 de Março de 1842.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Civil
1876	9º volume	FLAGRANTE DELICTO. o Juiz, presidente do jury, pó de e deve propôr aos jurados os factos constitutivos do flagrante delicto?	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Penal
1876	9º volume	O escravo condemnado á pena ultima, sendo perdoado pelo Poder Moderador, permanece na condição de escravo, ou considera se pessoa livre?	José Rubino De Oliveira	Penal

1876	9º volume	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	9º volume	O herdeiro que prefere ficar com os bens, que recebeu em dote, não está obrigado á collação ?	João Evangelista Sayão De Bulhões Carvalho	Civil
1876	10º Volume	Retrospecto. Apólices da dívida pública	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	10º Volume	Como tem lugar o crime de rebelião? -Até que ponto conserva elle esse nome?-O que são cabeças "-Porque não compreendeu o legislador nos fins deste crime os arts. 93 á 97? - Propriedade da pena applicada ou determinada para este crime.	José da Silva Costa	Penal
1876	10º Volume	E' razoavel a responsabilidade de terceiro, por conta de quem se saca a letra de cambio, imposta pelo art. 367 do Codigo Commercial? Será ella tratada pela mesma acção decendiaria, ou por acção ordinaria?	Affonso Augusto Moreira Penna	Comercial
1876	10º Volume	Sobre quem recebem os impostos lançados sobre os gêneros produzidos e consumidos no paiz? É sobre o productor ou sobre o consumidor? O que succede quanto aos generos importados e exportados?	José Rubino De Oliveira	Administrativo/ tributário
1876	10º Volume	1º Embargo ou arresto. -Suas condições.-Em que casos tem lugar. 2º Justificações. - Suas especies.- Juizo competente para nelle se fazerem. 3º Distincção entre as sentenças civeis.	Luiz Francisco da Camara Leal	Processo Civil
1876	10º Volume	(Retrospecto) Alçadas	Augusto Teixeira De Freitas	Processo Civil
1876	10º Volume	1º Qual o prazo legal para a apresentação dos embargos ao acordão em causa civil ? . 2º Não sendo apresentados no prazo legal, e não havendo a parte contraria (o vencedor) requerido cousa alguma em opposição, devem ou não ser cobrados os autos com os embargos, e estes admittidos á discussão pelo Juiz relator?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo Civil
1876	10º Volume	Ferimentos involuntarios podem ser da competencia do jury ?	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Penal
1876	10º Volume	Os Juizes substitutos, no exercicio da jurisdicção parcial, podem proferir despachos em que caiba agravo	J. N. Tolentino de carvalho	Administração da justiça
1876	10º Volume	O escravo condemnado á pena ultima, ou pena perpetua, sendo perdoado pelo Poder Moderador, permanece na condição de escravo, ou considera -se pessoa livre?	Joaquim Augusto Ferreira Alves	Penal
1876	10º Volume	O que é carta testemunhavel, quando tem lugar, e de que modo.	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo civil

1876	10º Volume	Tem lugar o procedimento official contra os criminosos por tentativas ou complicitades de crimes inafiançaveis, quando taes tentativas ou complicitades são punidas no maximo com penas que admitem fiança?	Ferreira Alves	Penal
1876	10º Volume	Nas sédes das commarcas as nomeações interinas para officios de Justiça competem aos Juizes de Direito. CONSULTA Do Juiz de Direito, Antonio Augusto Ribeiro de Almeida.	Francisco Xavier Pinto Lima	Administrativo
1876	10º Volume	Retrospecto. Alçadas (continuação da pág. 198. Vol X)	Augusto Teixeira De Freitas	Processo Civil
1876	10º Volume	Processo de supprimento do consenso paterno para a celebração das pretendidas núpcias	Antonio Pereira Rebouças	Processo Civil
1876	10º Volume	1º Qual o prazo para a apresentação dos embargos ao acordão em causa civil? 2º Não sendo apresentado no prazo legal, e não havendo a parte contraria (o vencedor) requerido causa alguma em opposição, devem ou não ser cobrados os autos com os embargos, e estes admittidos á discussão pelo Juiz relator? (nota nossa: artigo do mesmo autor publicado no mesmo volume, o qual teve resposta discordante de Henriques, importante introdução do texto)	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo Civil
1876	10º Volume	1º o sentenciado á prisão simples em crime afiançavel, appellando da sentença condemnatoria, póde prestar fiança? 2º O art. 14 § 60 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 alterou, modificou, ou revogou a disposição do art. 83 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e arts. 414 e 450 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842?	Tertuliano Henriques	Penal
1876	10º Volume	É valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em seu dote, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Civil
1876	10º Volume	DO RECURSO DE AGGRAVO NA ACÇÃO DE DESPEJO A disposição do § 3º (2ª parte) do art. 15 do Regul. de 15 de Março de 1842, só se refere aos despachos tendentes aos embargos oppostos na execução.-(Acc, da Relaç. da Côrte de 17 de Julho de 1868)	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Civil
1876	10º Volume	Em que se funda o principio da inviolabilidade e exterritorialidade dos	João Capistrano Bandeira De Mello Filho	Internacional

		ministros publicos, e qual a extensão destas immunidades?		
1876	10º Volume	Os Presidentes das juntas parochiaes e municipaes devem exhibir o livro da qualificação, nos intervallos das reuniões das ditas juntas, sempre que receberem, de autoridade competente, requisição nesse sentido, para se verificar, por meio de exame, á requerimento de qualquer cidadão, ou do Promotor Publico, a exactidão do alistamento affixado nos lugares publicos e extrahido do dito livro, comparando-o com este.	José Marcelino De Souza	Administrativo
1876	10º Volume	O Promotor Publico póde dar denuncia contra o Juiz de Direito?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Administração da justiça
1876	10º Volume	O réo escravo, condemnado pelo jury como incurso no art. 269 do Codigo Criminal, deve soffrer somente a pena de galés, ou deve ser addcionada á esta a de açoutes, em virtude do disposto na ultima parte dos arts. 272 e 60 do mesmo Codigo?	José Ignacio Gomes Guimarães	Penal
1876	10º Volume	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta. (Continuação da pag. 417 do 9º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1876	10º Volume	Nas acções executivas tem lugar a suspeição do Juiz?	Carlos Leoncio Da Silva Carvalho	Administração da justiça
1876	10º Volume	1º Qual é o prazo para a apresentação dos embargos ao acordão em causa civil? 2º Não sendo apresentados os embargos no prazo legal, sem que a parte (contraria vencedora) requeira cousa alguma em opposição, devem ou não ser cobrados os autos com os embargos e estes admitidos á discussão pelo juiz relator? (resposta ao artigo no volume 10 com mesma epígrafe de Sr. Desembargador Procurador da Corôa Luiz Francisco da Camara Leal)	Tertuliano Henriques	Processo civil
1876	10º Volume	Devem os Escrivães de appellações extrahir sentenças dos processos crimes quando os réos teem sido condemnados á prisão ou pena pecuniaria, pelo jury, e a Relação do districto, na appellção, tem deixado subsistente essa condemnação?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo Penal
1876	10º Volume	A prescripção é de Direito Natural?	João Alfredo Corrêa D'oliveira Andrade	Direito natural
1876	10º Volume	1º Allegando o pronunciado por crime inafiançavel prescripção deste, quando o processo ja tem passado para o Juizo preparador dos processos para o jury, á que Juiz compete conhecer della em	Luiz Francisco Da Camara Leal	Penal

		<p>1ª instancia,-ao Juiz municipal ou ao de Direito?</p> <p>2º Sendo o réo absolvido por procedencia de tal allegação, e tendo sido o processo instaurado ex-officio, quem deve ser condemnado nas custas?</p> <p>3º Tendo sido condemnado nas custas o cofre da municipalidade, tem ou não legitimidade de parte o Promotor Publico pára appellar da sentença no interesse da Camara Municipal?</p>		
1876	10º Volume	Analyse do Decreto n. 5933 de 24 de Março de 1873 e Aviso de 11 de Maio de 1876, relativos ás substituições dos Juizes de Direito das comarcas especiaes.	José Candido De Azevedo Marques	Administração da justiça
1876	10º Volume	A circumstancia aggravante da noite não depende da intenção do delinquente	Francisco Teixeira De Sá	Penal
1876	10º Volume	<p>Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento' e não revalidado.</p> <p>(1) NOTA DO EDITOR: O trabalho que aqui transcrevemos foi-nos offerecido por um distincto magistrado, apreciador do grande merito do erudito advogado que o elaborou; por ser trabalho feito em autos não perde o character de doutrinario, que alias o distingue, e nos determinou a inseri-lo n'esta secção da Revista. JOÃO DO MONTE.</p>	Francisco de Mello C. De Vilhena	Civil. Internacional
1876	11º Volume	Incapacidade Dos Loucos*	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1876	11º Volume	Dos inconvenientes do actual modo de votação dos tribunaes de justiça	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administração da justiça
1876	11º Volume	Os processos crimes de acção meramente particular devem ou não ser submettidos á julgamento no tribunal da Relação, havendo demora ou omissão das partes quanto ao preparo delles?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Penal
1876	11º Volume	A inviolabilidade do segredo das cartas, consagrada no § 27 do art. 179, é absoluta, ou sujeita a alguma restricção ? DISSERTAÇÃO	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Constitucional
1876	11º Volume	Competencia em materia criminal	José Rubino De Oliveira	Penal
1876	11º Volume	E' justa a disposição do art. 274 do Cod. Pen. mandando punir a tentativa do crime de roubo com a mesma pena deste crime	Francisco Pinto Pessoa	Penal
1876	11º Volume	O julgamento do capital fixo, sem accrescimo do circulante, Importará augmento de riqueza?	Antonio Coelho Rodrigues	Economia
1876	11º Volume	1º O sentenciado á prisão simples em crime afiançavel, appellando da	J. V. Ferreira Alves	Penal

		sentença condemnatoria, póde prestar fiança? 2º O art. 14 § 6º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 alterou, modificou, ou revogou a disposição do art. 83 da Lei de 8 de Dezembro de 1841, e arts. 414 e 450 do Regul. N. 120 de 81 de Janeiro de 1842? (resposta a artigo de Tertuliano Henriques, vol 10)		
1876	11º Volume	Despejo. - Distincções quanto aos embargos a ella oppostos, e effeitos destes.	Luiz Francisco Da Camara Leal	Civil
1876	11º Volume	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Civil
1876	11º Volume	DIREITO CONSTITUCIONAL. Lição Academica, analysando o art. 101 § 8º da Constituição	João Theodoro Xavier	Constitucional
1876	11º Volume	Competencia para conhecer dos factos de que trata a 2ª parte do art. 19 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, isto é, ferimentos ou offensas physiclles feitas por impericia, imprudência ou falta de observancia de algum regulamento.	Luiz Francisco Da Camara Leal	Penal
1876	11º Volume	A Relação pôde reformar a sentença na parte em que não tenha sido appellada ?	Tertuliano Henriques	Processo Civil
1876	11º Volume	Sem reforma constitucional não há lei eleitoral que regenere o systema representativo no Brazil	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Constitucional
1876	11º Volume	REFORMA JUDICIARIA AGGRAVO NO AUTO DO PROCESSO	Olegario Herculano D'Aquino E Castro	Processo Civil
1876	11º Volume	Podem ser processados pelo Chefe de Policia os crimes, de que tracta o art. 10 da Lei de 2 de Julho de 1850, no caso expecional do art. 60 do regulamento de 81 de Janeiro de 1842?	Tristão De Alencar Araripe	Penal
1876	11º Volume	Dado que um réo chame para seu Advogado ou Procurador no jury á pessoa que seja pai, irmão, ou cunhado do Juiz de Direito, o que deve ter logar, a retirada desse Juiz e chamamento de seu substituto, ou a não admissão de tal procurador?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Penal
1876	11º Volume	Poder-se-ha formular quesito de reincidencia por algum crime ainda não julgado, perdoado ou amnistiado ?	Francisco De Paula Sales	Penal
1876	11º Volume	Breves observações sobre o regimento das custas e sobre competencia em inventario.	Ignacio Antonio Fernandes	Administração da justiça
1876	11º Volume	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	João Antonio De Souza Ribeiro	Comercial

1876	11º Volume	O art. 32 do Acto Additional mutilou um órgão importante da Constituição, e não o substituiu, nem providenciou para que cessasse a necessidade das suas funções.	Antonio Coelho Rodrigues	Constitucional
1876	11º Volume	O veto concedido aos Monarchas nos governos constitucionais deverá ser absoluto ou suspensivo?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Constitucional
1877	12º Volume	REFORMA JUDICIARIA. ACÇÕES SUMMARIAS. - EXECUÇÃO.	Olegario Herculano D'Aquino E Castro	Processo Civil
1877	12º Volume	O artigo 80 da lei de 3 de Dezembro de 1841 derogou a de 10 de Junho de 1835, tornando irrecuráveis as sentenças absolutórias dos escravos nos crimes á que se refere essa lei especial?	Luiz Francisco da Camara Leal	Penal
1877	12º Volume	ANALYSE CRITICA SOBRE A LEI N. 631 DE 18 DE SETEMBRO DE 1851. <i>Omnis non sol um cessatio ignavia est, sed etiam quorendi defatigatio existimari debet turpissima, ubi id quod quoritur, est pulcherrimum.</i> SCALIGERO	Emydio Joaquim Dos Santos	Penal
1877	12º Volume	DIREITO ADMINISTRATIVO. Contencioso administrativo provincial	Antonio Dino Da Costa Bueno	Administrativo
1877	12º Volume	Casamento Civil	Antonio Candido Da Cunha Leitão	Civil. Canônico.
1877	12º Volume	Póde ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou retinendae possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco Da Camara Leal	Civil
1877	12º Volume	Dado que o autor em causa de homicidio (queixoso o pai pelo assassinato do filho) appelle da sentença absolutória do reo, e, estando o feito sem andamento em razão da fuga deste, requeira desistencia de seus direitos, deve ou não ser julgada finda por perempção da acção, não tendo o juiz de direito, nem o promotor publico appellado conjunctamente, e opinando o promotor da justiça da 2ª instancia pela prosecução da causa como de acção publica, quando ouvido por occasião da pretensão de desistencia do autor?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Penal
1877	12º Volume	DIREITO ECCLESIASTICO No Brazil, a collação dos parochos é livre, ou necessaria?	José Joaquim Tavares Belfort	Canônico.
1877	12º Volume	DISCURSO Proferido na faculdade de direito de s. Paulo a 24 de outubro de 1875, por occasião da collação do grão de	Francisco Antonio Dutra Rodrigues	Discurso

		doutor ao bacharel João e. Sayão de bulhões carvalho, Pelo padrinho do mesmo doutorando nessa solemnidade, o lente dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues.		
1877	12º Volume	Os testamentos serão de direito natural?	Francisco Pinto Pessoa	Civil
1877	12º Volume	A medicina legal e o direito criminal.	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Penal
1877	12º Volume	O empresario, director de uma companhia de estrada de ferro, com juro garantidos pela provincia e afiançados pelo governo geral, não é incompatível para ser eleito deputado; porque a estrada de ferro, nessas condições, não se reputa obra publica. RECLAMAÇÃO DO CONSELHEIRO DR. LIBERATO BARROZO (dirigida a Câmara dos Deputados)	Theophilo Ottoni-Cesario Alvim - Dantas	Administrativo
1877	12º Volume	DIREITO COMMERCIAL. Nova intelligencia do art. 129 n. 5 do codigo do commercio que assim dispoe: São nullos todos os contratos celebrados por comerciante que vier a fallir, nos 40 dias anteriores a declaração da quebra	Francisco de Mello C. De Vilhena	Comercial
1877	12º Volume	O sentenciado a prisão simples em crime afiançavel appellando em sentença condemnatoria pode prestar fiança? O art. 14 § 6º da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 alterou, modicou ou revogou a disposição do art. 83 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e art. 458 do reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842?	Tertuliano Henriques	Penal
1877	12º Volume	O que é publicação de sentença ou despacho do juiz de direito, e si póde ou não ser supprida por -cumpra-se-do juiz municipal ou de orphãos, expressamente incumbido pela lei de fazel-a.	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo civil
1877	12º Volume	O que é furto, roubo, e estellionato? Em que se assemelham e em que differem? Analyse das disposições respectivas do Cod.	Victorino Caetano De Britto	Penal
1877	12º Volume	TOLERANCIA	Antonio Ferreira França	Canônico
1877	12º Volume	FILIAÇÃO LEGITIMA (resposta de Teixeira de Freitas a comentários feitos na GAZETA JURÍDICA sua Bibliographia de Agosto De 1876 pags. 549 á 556)	Augusto Teixeira De Freitas	Civil
1877	12º Volume	Pode o juiz de direito, ou o tribunal da relação, tomar conhecimento do recurso de qualificação, não estando elle reduzido a termo e este assignado pela parte?	Tertuliano Henriques	Processo civil

1877	12º Volume	A prova da existencia dos objectos segurados reputa-se feita pela exhibição da apolice do seguro? Uma companhia de seguros, com séde fóra do imperio, pode ser declarada fallida á requerimento de um unico credôr que deixou de pagar, o qual tem, por isso, acção em juizo? Ao credôr em questão, executando sua sentença obtida contra a companhia, pode-se deferir a prizão de um agente da mesma companhia sob o fundamento de que occulta bens á penhora? PROTESTO.	Conselheiro Nabuco, Saldanha Marinho, Z. de Góes e Vasconcellos, B. de Souza Franco (pareceres de diferentes autores)	Comercial
1877	13º Volume	DA CONFISSÃO NO JUIZO CONCILIATORIO A confissão pura e simples, feita pelo devedor e acceita pelo credor, no juiz o conciliatorio, é conciliação verificada?	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Civil
1877	13º Volume	A prescripção não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	Joaquim Corrêa De Araujo	Civil. Comercial. Penal.
1877	13º Volume	A suspensão e demissão dos magistrados Pelas assembléas provinciaes.	José Avelino Gurgel Do Amaral	Administração da justiça
1877	13º Volume	Que fim teve o aviso de 20 de Setembro de 1876, quando declarou que a intimação de despachos judiciaes, por ser acto distincto da citação ou notificação, não está compreendida no art. 108 do novíssimo regimento de custas?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Administração da justiça
1877	13º Volume	Serão permittidos pelo nosso direito os testamentos de mão commum e reciprocos entre os conjuges?	Joaquim Augusto Ferreira Alves	Civil
1877	13º Volume	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles. A locação á prazo não sendo transferencia, no sentido de direito, não incorre na censura do regulamento n. 5135 de 13 de Novembro de 1872. Pouco importa que o tabellião na escriptura de locação usasse da expressão-transferencia-: a natureza do contrato é que lhe dá o nome, e não a ignorancia do tabellião.	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Civil
1877	13º Volume	Emprestimo á risco ou cambio marítimo, e seguro marítimo.	José Liberato Barroso	Comercial
1877	13º Volume	Não tendo o juiz de direito appellado da sentença definitiva na acção de liberdade, pode fazel-o, depois da sua publicação e intimação ás partes, e independente de provocação do curador do libertando? E não o tendo feito, poderá o seu substituto satisfazer essa	Tertuliano Henriques	Processo Civil

		formalidade, apesar de haver decorrido mezes, e independente tambem de provocação?		
1877	13º Volume	No juizo arbitral a clausula no compromisso-sem recurso da sentença-obsta a appellação-nas materias civeis-pela razão de haverem os árbitros excedido os poderes conferidos? <i>Não.</i>	Antonio De Vasconcellos Menezes De Drumond	Processo Civil
1877	13º Volume	O art. 10 § 4º do codigo criminal e o art. 19 da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.	Aristides Augusto Milton	Penal
1877	13º Volume	Poder-se-ha dizer entre nós, que o Imperador é um dos ramos do poder legislativo, ou que delle faz parte integrante?	Francisco Pinto Pessoa	Constitucional
1877	13º Volume	PROCESSO CRIMINAL. DA MAIORIA LEGAL PARA A CONDEMNACÃO PELO JURY. Intelligencia dos arts. 29 § 10 da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1873; 66 da lei de 3 de Dezembro, e 332 do codigo do processo criminal.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1877	13º Volume	A sentença do tribunal da relação, julgando nulla a qualificação, affecta a decisão da camara dos deputados na verificação de poderes, considerando legitimos os eleitores?	Tertuliano Henriques	Eleitoral
1877	13º Volume	No interrogatorio o accusado tem o direito de juntar quaesquer documentos e justificações, processadas em outro juizo, para serem apreciadas como fôr de direito. (Regul. de 22 de Novembro de 1871, art. 53.)	Luiz Francisco De Miranda	Penal
1877	13º Volume	RELATORIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA PROVINCIA, PELO JUIZ DE DIREITO DAS ALAGÔAS, NO QUAL SE MOSTRA A NECESSIDADE: 1º De um bom systema penitenciario; 2º Da revogação das penas de morte, galés, açoute, e prisão simples. 3º De um pequeno jury, ou tribunal correccional. 4º Da extincção dos inqueritos policiaes. 5º Da prisão antes de culpa formada dos indiciados em crimes inafiançáveis.	Francisco Luiz Correa de Andrade	Penal
1877	14º Volume	REFORMA JUDICIARIA. Juizes substitutos. - attbuições. - recursos.	Olegario Herculano D'Aquino E Castro	Administração da justiça
1877	14º Volume	Approvada, ou annullada a eleição de eleitores, pela camara dos deputados, na occasião da verificação de poderes de seus membros, está approved, ou annullado o processo da qualificação?	Tertuliano Henriques	Eleitoral

1877	14º Volume	Quaes são os efeitos da revista ?	José Maria Leitão Da Cunha	Processo civil
1877	14º Volume	Direito commercial. Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por titulo de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficão sujeitos ao prazo da moratoria ?	Antonio Tiburcio Figueira	Comercial
1877	14º Volume	Interpretação do art. 8º do regulamento de 22 de Novembro de 1871.	Paulino Rodrigues Fernandes Chaves	Penal
1877	14º Volume	A lei de 9 de Julho de 1773 § 12, tão citada em nosso foro, é lei patria?	João Joaquim Fonseca De Albuquerque	Civil
1877	14º Volume	Pode o cidadão brasileiro ser exautorado de sua nacionalidade por decreto do poder executivo?	Tristão De Alencar Araripe	Constitucional. Internacional
1877	14º Volume	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meiação?-Não	Antonio De Vasconcellos Menezes De Drummond	Civil
1877	14º Volume	O privilegio concedido pelo art. 47810 da constituição é de tal sorte restricto ao cargo, que cesse pela expiração do mandato antes do julgamento?	Dr. Tarquinio Braulio De Souza Amaranto	Constitucional. Administrativo
1877	14º Volume	1º É razoavel a responsabilidade de terceiro, por conta de quem se saca a letra de cambio, imposta pelo art 367 do código do Commercio? 2º Será ella tratada pela mesma acção decendiaria, ou por acção ordinaria ? (1). (1) Vide vol. 10, pag. 22.	J. Cesar De Moraes Carneiro	Comercial
1877	14º Volume	1º Entre os actos substanciaes do processo, ha dous verdadeiramente distinctos : -a citação e a intimação. 2º A notificação, sendo uma e outra cousa ao mesmo tempo, é nenhuma; confunde-se na execução daquelles dous primeiros actos. 3º A quem compete a intimação de despachos judiciaes?	João Joaquim Fonseca De Albuquerque	Processo civil
1877	14º Volume	Breves considerações sobre a redacção das leis e a hermeneutica juridica.	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Hermenêutica
1877	14º Volume	Será valido o acceite escripto fora da letra, ou em acto separando ?-Sim.	Antonio De Vasconcellos Menezes De Drummond	Comercial
1877	14º Volume	DIREITO CRIMINAL. Como se rege o direito que têm os herdeiros dos ofendidos para haverem a indemnisação do damno causado.-como se amplia ou se limita,-que pessoas o podem exercer,-que qualidades devem ter-; este direito se estende só ás ofensas durante a vida, ou tambem ás de além tumulo?	Emilio Valentim Barrios	Penal

1877	14º Volume	PROCESSO DAS MEDIÇÕES INTERVENÇÃO DAS MULHERES DAS PARTES. Nos juizos divisorios, em regra, não precisa citar as mulheres das partes.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo civil
1877	14º Volume	Defeitos e obscuridade da secção 1ª, cap. 2º, tit. 2. da 3ª parte do código criminal.	Daniel Caetano Guimarães Alvim	Penal
1877	14º Volume	1º O art. 281 do Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 não obriga cada permutante a duas transcrições, do seu e do título do transmittente. 2º O adquirente é obrigado a registrar sómente seu título de aquisição. DECISÃO DO JUIZ DE DIREITO DO MAR DE HESPAHNA	Antonio Joaquim de Macedo Soares	Civil. Internacional
1877	14º Volume	Commentario á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. Lima	Civil
1877	14º Volume	O casamento mixto e o dos não catholicos produz entre nós efeitos civis?	Francisco De Paula Sales	Canônico
1877	14º Volume	1º A maioria de sete votos do conselho de jurados contra o accusado sujeita-o á punição na pena immediatamente menor applicavel ao delicto. 2º Se a pena correspondente fór a minima decretada na lei, dever-se-ha fazel-a effectiva, segundo as regras geraes de direito.	José Julião Regueira Pinto De Souza	Penal
1877	14º Volume	Interpretação do art. 281 do Regul. n. 8453 de 26 de Abril de 1865.	M. De Freitas Pacheco	Administração da justiça
1878	15º Volume	RELAÇÕES REVISORAS. Analyse do decreto de 17 de Fevereiro de 1838, art. 1º, explicado pelo aviso de 13 de Novembro de 1877	Olegario Herculano D'Aquino E Castro	Processo
1878	15º Volume	A falta de nomeação de tutor no principio do inventario em que ha orphão, e fóra do prazo da Ord. liv. 1º tit. 88 § 6º e 8º annulla o mesmo inventario?	Tertuliano Henriques	Processo Civil
1878	15º Volume	1º Os contadores devem escrever pessoalmente, assignar e datar os trabalhos ou actus de seu officio. 2º Os distribuidores devem comparecer ás audiencias do juizo. 3º Nenhum empregado do fóro pode reter autos ou qualquer expediente judicial á. titulo de-não pago-de seus salarios. 4º Intelligencia de alguns artigos elo regimento das custas.	João Joaquim Fonseca De Albuquerque	Administração da justiça
1878	15º Volume	Os crimes connexos aos especiaes, processados de conformidade com a lei n. 362 de 2 de junho de 1850,	Ovidio Loureiro	Penal

		deverão ser julgados pelos juizes de direito, ou pelo jury?		
1878	15º Volume	O Papa é autoridade estrangeira, quando confere graças, na sua qualidade de Summo Pontifice? Aquelles, que as recebem, estão sujeitos a impetrar a licença de que falla a constituição?	Antonio De Vasconcellos Menezes De Drummond	Canônico
1878	15º Volume	No concurso de circumstancias aggravantes e attenuantes, deve a pena ser imposta no grão médio, sem distincção do numero, nem da qualidade das mesmas circumstancias.	Aristides Augusto Milton	Penal
1878	15º Volume	DA ASSISTENCIA DO JUIZ DOS ORPHÃOS Á AVALIAÇÃO NOS INVENTARIOS	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo civil
1878	15º Volume	PROCESSO CRIMINAL. Qual a verdadeira intelligencia do art. 332 do Cod do Proc. Crim. ?	Francisco de mello c. De vilhena	Penal
1878	15º Volume	PROCESSO CRIMINAL. DA MISERIA DO OFFENDIDO. De quem se diz ser pessoa miseravel.-Prova da miseria. É questão de facto.-Competencia para conhecer della.-O jury não a tem.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1878	15º Volume	1º O perdão do offendido-miseravel-que exhibio e provou essa qualidade, dando lugar ao procedimento official do ministério publico, ex-vi do art. 73 do Cod. do Proc. Crim., não põe termo á acção intentada, que prosegue em seus termos ulteriores. 2º A satisfação do damno causado pelo delicto não vai além da lesão material-unica reparavel. A lesão moral satisfaz-se com a vindicta publica- o castigo do delinquente; mesmo porque são inestimaveis os prejuizos causados á honra, á vida e á liberdade do cidadão.	João Joaquim Fonseca De Albuquerque	Penal
1878	15º Volume	O prazo marcado para decisão, pelos tribunaes da relação, de recursos eleitoraes sobre irregularidades que importem nulidade das qualificações, interrompe-se pela interposição de férias?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Eleitoral
1878	15º Volume	Pode-se considerar criminoso o complice, cuja desistencia tiver sido revelada ao autor antes da consummação do delicto ?	Graciliano De Paula Baptista	Penal
1878	15º Volume	Com o progresso da sociedade, qual a tendencia do salario em relação ao lucro	Tarquinio Braulio De Souza Amaranto	Economia
1878	16º volume	DA POSSE. § 10º-Diversas classificações da posse. Continuação da pag. 641 do 10º volume.	Antonio Joaquim Ribas	Civil

1878	16º volume	Nas acções de liberdade dentro de que prazo deve o curador appellar da sentença proferida contra o libertando? A appellação nestas acções está sujeita ao processo estabelecido na Ord. liv., 3º, tit. 70 e Reg. de 7 de Novembro de 1872? Executada a sentença pode ainda se appellar, invocando-se o beneficio de restituição?	Tertuliano Henriques	Processo
1878	16º volume	A divisão das pessoas em nobres de diversas gerarchias e plebeos, consagrada pelo direito civil portuguez das ordenações subsiste ainda entre nós? No caso affirmativo, quaes as leis que a adoptarão, e seus effeitos jurídicos? E as excepções ou privilegios, de que gosão os nobres são justificados, e conciliaveis com o art. 179 §§ 18 e 16 da constituição do imperio ?	Delfino Pinheiro De Ulhôa Cintra	Civil.
1878	16º volume	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de succeder ab intestado e por testamento a cidadãos brasileiros?	Francisco De Paula Sales	Civil. Internacional
1878	16º volume	Interpretação doutrinal do art. 382 do Cod. do Proc. Crim. O principio da simples maioria é o demento de julgar os crimes no foro commum. O juiz togado applica a lei ao fado de conformidade com a decisão do tribunal.	João Joaquim De Fonseca Albuquerque	Penal
1878	16º volume	O direito de perdão e amnistia, conferido ao poder moderador pela Constituição, não é absoluto, mas sofre limitação.	Tristão De Alencar Araripe	Constitucional
1878	16º volume	Administração da justiça. Reforma judiciaria. -condições necessárias á independencia dos juizes.	Raymundo Furtado De Albuquerque Cavalcanti	Administração da justiça*
1878	16º volume	É esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjunctamente com outro filho natural. CONSULTA.	Francisco do Nascimento Marques	Civil
1878	16º volume	Por simples despacho pede a autoridade judiciaria mandar archivar um summario já iniciado com a inquirição de testemunhas? Terminado o inquerito e enviado a autoridade judiciaria tem a policial competencia para proceder á exame de sanidade e neste caracter julgado?	Francisco Luiz Correa de Andrade	Penal

		Tem a mesma autoridade policial, como tal, competencia para conceder fiança definitiva?		
1878	16º volume	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	João Evangelista Sayão De Bulhões Carvalho	Civil
1878	16º volume	1º Até a ocasião de assignar o acordão o desembargador pode modificar ou reformar o seu voto? 2º Está comprehendida na razão de decidir a hypotbese de ficar o acordão para ser lavrado na conferencia seguinte â da discussão e votação' 3º Suscitando-se questão á esse respeito, que interferência pôde nella ter o presidente do tribunal? 4º Pôde o presidente, por deliberação em sentido generico, e como que moralizando sobre factos anteriormente occorridos, estabelecer regras, de character suppletorio da ommissão das leis? 5º São obrigatorias essas deliberações? Qual o meio coercitivo para que não possam ser desobedecidas ou iludidas?	Luiz Francisco Da Camara Leal	Processo
1878	16º volume	Para os exames e vistorias, que o tribunal da relação julgar indispensável fazer-se, em virtude de requerimento de parte, devem os autos descer ao juiz a quo, ou proceder-se a diligência ante o mesmo tribunal ?	Tertuliano Henriques	Processo
1878	16º volume	Concordatas amigaveis.- Novação Texto inicia com uma proposta, um "probleminha" jurídico ao qual se seguem respostas.	Respostas de Dr. Manoel do N. Machado Portella, João Francisco Teixeira, Dr. Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond, Antero Manoel de Medeiros Furtado e Dr. José Joaquim Tavares Belfort	Comercial
1878	16º volume	A propósito das eleições municipaés de Santos.-Intelligencia do art. 2 § 31, com referencia ao art. 1 § 18, da lei de 20 de Outubro de 1875; e do art. 151, com referencia ao art. 85, das instrucções regulamentares de 12 de Janeiro de 1876.	Aristides Augusto Milton	Eleitoral. Administrativo
1878	17º volume	O ESTUDO DO DIREITO ENTRE NÓS	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Crítica contemporânea
1878	17º volume	DIREITO COMMERCIAL. Diferença entre as sociedades civis e commerciaes.	Antonio Dino da Costa Bueno	Comercial

1878	17º volume	Os empregados do fôro podem por falta de pagamento da custas demorar a expedição dos autos?	Joaquim Ferreira Chaves, Filho	Administração da justiça
1878	17º volume	O perdão do ofendido miseravel põe termo á accusação promovida pela promotoria publica ex vi do art. 73 do Cod. Do Proc. Crim.? - Sim.	Francisco De Paula Lacerda De Almeida	Penal
1878	17º volume	Interpretação doutrinal do art. 332 do Cod. do Proc. Criminal. A' vista do art. 332 do Cod. do Proc., ha alguma pena applicavel ao que fôr condemnado por sete votos, tendo já o minimo em seu favor ?	M. de Freitas Pacheco	Processo Penal
1878	17º volume	PROCESSO CRIMINAL. DO VALOR DA CIRCUMSTANCIA AGGRAVANTE DA NOITE. (Nota sobre o art 16 § 10 do Cod. Crim.)	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1878	17º volume	Concurso de crimes ou accumulações de penas.	Francisco Luiz Correa de Andrade	Penal
1878	17º volume	Em que differe a prova testemunhal da documental quanto á sua natureza, tempo em que deverão ser produzidas e os efeitos de cada uma delas?	José Lomelino De Menezes Vasconcellos De Drummond	Processo civil
1878	17º volume	PROCESSO ORPHANOLOGICO. DA CONTAGEM DOS JUROS NOS INVENTARIOS.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Civil
1878	17º volume	Da denegação de licença para alienação e mais contratos onerosos sobre bens móveis e semoventes terão as ordens regulares recurso ou reclamação? A quem deverá ser dirigida a provocação?	Luiz Lopes Baptista Dos Anjos Junior	Administrativo
1878	17º volume	DIREITO CRIMINAL. Poder discricionario do presidente do jury	José Antonio De Magalhães Castro	Penal
1878	17º volume	No concurso de circumstancias aggravantes e attenuantes, deve a pena ser imposta no gráo médio sem distincção do numero, nem da qualidade das mesmas circumstancias; bem como quando destas houver absoluta carencia. O juiz de direito, na presidencia do jury, não tem poder discricionario para imposição das penas, em seus differentes grãos	Aristides Augusto Milton	Penal
1878	17º volume	Os empregados do fóro não podem, por falta de pagamento de salario, demorar a expedição de autos, ou qualquer outro trabalho á seu cargo.	João Joaquim Fonseca De Albuquerque	Administração da justiça
1878	17º volume	O menor que obtem supplemento de idade está isento da jurisdicção do juiz dos orphãos para a feitura do inventario de seu pai pre-morto.	Raymundo mendes, Candido Leão, Francisco Antonio De Castro, João Dos Reis De Souza Dantas, R. Dantas, Antonio Carneiro Da Rocha,	Civil

			Emydio Joaquim Dos Santos, Eduardo Pires Ramos, Frederico M. De Araujo	
1878	17º volume	O testamenteiro, pessoa estranha à herança, nomeado inventariante o tutor de orphãos, herdeiros escriptos, prefere, para a inventariança, ao herdeiro legitimo, que não se achava, porém, na posse material da herança, nem em companhia do finado, na época da morte deste?	Didimo Junior	Civil
1878	17º volume	PROCESSO CIVIL. DO RECURSO CONTRA O ERRO DA CONTA DAS CUSTAS FEITA PELO CONTADOR DO JUIZO	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Civil
1879	18º volume	O habeas-corpus no Brazil	Antônio Herculano De Sousa Bandeira Filho	Penal
1879	18º volume	Em que consiste o contencioso administrativo, e quaes os limites divisorios entre elle e o contencioso judiciario	José Joaquim Seabra	Administrativo
1879	18º volume	DISTRIBUIÇÃO DAS COLLECCÕES DA LEGISLAÇÃO	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Administração da justiça
1879	18º volume	Fallencia de sociedades anonymas	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Comercial
1879	18º volume	É nullo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se dela tradição ao official publico, para lavrar o instrumento de aprovação? Intelligencia do Assento de 10 de Junho de 1817. As formalidades a que estão sujeitas as diversas espécies de testamentos, devem ser observadas, sob pena de nullidade – Art. 1001 do Cod. Civ. Franc.	D. A. (ANÔNIMO)	Civil
1879	18º volume	A quem compete nas comarcas geraes a concessão de licença para casamento de orphãos nos termos da Ord, do li v. 1º, tit. 88 § 19? (Vide O Direito anno IV. Vol. IX, pag. 40).	Francisco De Paula Lacerda De Almeida	Civil
1879	18º volume	Competencia para a partilha nas comarcas geraes.	F. P. Araujo E Silva	Processo Civil
1879	18º volume	Indemnisação a testemunhas	Francisco De Paula Lacerda De Almeida	Processo penal
1879	18º volume	Estudo theorico e pratico sobre a satisfação do damno causado pelo delicto	José da Silva Costa	Penal
1879	18º volume	Antigualhas Forenses SOBRE O TRATAMENTO DEVIDO AS RELAÇÕES E MAIS TRIBUNAES SUPERIORES	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administração da justiça
1879	18º volume	REFORMA judiciaria	Carlos Augusto De Souza Lima	Processo

		AGGRAVO NO AUTO DO PROCESSO		
1879	19º volume	O decreto de 16 de Novembro de 1878	Tertuliano Henriques	Processo penal
1879	19º volume	Custas das intimações	T. Pinheiro	Administração da justiça
1879	19º volume	INTERPRETAÇÃO DO ART. 205 DO COD. CRIM.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Penal
1879	19º volume	E' o juiz municipal, e não o de direito, competente para conceder vista o processar o recurso de embargos as sentenças pelos mesmos juizes de direito proferidas, CONSULTA	José da Cunha Teixeira	Processo
1879	19º volume	Sobre a publicação das sentenças	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo
1879	19º volume	Ação rescisória. Supremo Tribunal de Justiça	F. P. Araujo e Silva	Processo
1879	19º volume	Appellação não dá-se da sentença, proferida contra escravo, accusado como incurso no art. 113, ou no art. 192, ou ainda no art. 271 doCodigo Criminal. Mas, quando é absollutoria a sentença, tem logar o recurso. Intelligencia da lei de 10 de Junho de 1835, e do art. 80 da lei de 3 de Dezembro de 1841.	Aristides Augusto Milton	Penal
1879	19º volume	Dever-se-ha dar curador ou interprete a um mudo assassino, que resistio a prisão? Será elle culpado, ou estará no Dumero daquelles quo são contemplados, no §20 do artigo 10 doCodigo Criminal?	(ANÔNIMO)	Penal
1879	19º volume	Julgamento de nulidades na Relação	Tristão De Alencar Araripe	Penal
1879	19º volume	Produz effeito contra os administradores ou directores da sociedade anonyma, a sentença que qualifica-culposa ou fraudulenta - a fallencia della ?	José Joaquim Seabra	Comercial
1879	19º volume	Analyse do premio dos testamenteiros, sua lei e pratica	Eduardo Gomes Ferreira Vellozo	Civil
1879	19º volume	Direito Civil Existe o direito de accrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	João Manoel Carlos De Gusmão	Civil
1879	20º volume	Como procederão as relações, quando lhes forem enviados, pelos presidentes de provincia, papeis, nos quaes se encontre crime de responsabilidade?	Sebastião Cardoso	Penal
1879	20º volume	Impedimento dos jurados o do Juiz de direito, que serviram no primeiro julgamento de uma causa, para servirem no segundo, indo a causa a novo jury	Antonio Augusto Ribeiro de Almeida	Processo penal
1879	20º volume	Competencia do fôro "rei sitoe" nas demarcações e divisões	M. Jorge Rodrigues	Processo
1879	20º volume	O réo, processado por crime de ferimentos graves, e condemnado	Sebastião Cardoso	Penal

		pelo de ferimentos leves, e tendo cumprido a pena, pode ser submettido a novo jury por esse mesmo crime?		
1879	20º volume	PROMPTUARIO DE AVISOS DO MINISTERIO DA JUSTIÇA REFERENTES À REFORMA JUDICIARIA	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Processo
1879	20º volume	Parecer da commissão especial da Camara dos Deputados sobre o processo de fallencia do Banco Nacional	Antonio Epaminondas de Mello	Comercial
1879	20º volume	Com o progresso da riqueza qual é a lei do valor dos serviços industriaes, e do serviço dos capitaes?	Catão Guerreiro De Castro	Economia
1879	20º volume	Em vista do art. 10 § 3º do nosso Codigo Criminal deve ser julgado improcedente o procedimento contra os que commettem crimes obrigados pela fome, ou apenas são taes crimes jmitificaveis, conforme a doutrina do art. 14 8 10 do mesmo Codigo?	Francisco Luiz Correa de Andrade	Penal
1879	20º volume	Qual é o processo da fiança commercial autorisada pelo art. 601 do Regu. n. 737 de 25 de Novembro de 1850? Pode o juiz néssa fiança dispensar as testemunhas abonatorias? Póde sem assentimento do exequente dispensar a prova de idoneidade do fiador e daquellas testemunhas? Se o fizer que recursos cabe contra o despacho que o determinar?	Demosthenes Da Silveira Lobo	Comercial
1879	20º volume	A lei da reforma judiciaria de 1871, dando no seu art. 20 ao juiz formador da culpa a attribuição de conhecer e decidir dos cazos do art. 10 do Codigo Criminal, deu-lhe ipso facto faculdade de applicar a pena correccional do art. 13 ? Ao menor de 14 annos, que, obrando com discernimento, commetteu o crime de homicídio em defeza de seu pai, deve necessariamente ser applicada a referida pena correccional?	Manoel Fernandes De Araujo Jorge	Penal
1879	20º volume	O crime do art. 247 do Codigo Criminal é particular? Incorre em suas penas o parocho, que recebe em matrimonio menores, sem licença do juz de orphãos?	Tertuliano Henriques	Penal
1879	20º volume	O juiz de direito, que em vez de deferir uma petição de habeas-corpus, manda o paciente que está preso, justificar miserabilidade, a pretexto de ter elle meios de pagar custas, commette ou não um crime de responsabilidade?	Sebastião Cardozo	Penal

1879	20º volume	Efeitos das leis positivas em relação ao espaço, ou dos conflitos entre as leis nacionais e estrangeiras. DISSERTAÇÃO	Vicente Ferrer De Barros Wanderley Araujo	Constitucional. Internacional.
1880	21º volume	Para que o réo, maior de 13, e menor de 14 annos, possa ser julgado isento de toda responsabilidade pelo juiz formador da culpa, não carece ser provada a casualidade do facto. O discernimento do menor é que precisa de prova, e, verificado e11e, ao mesmo juiz cabe proceder de accôrdo com o art. 13 do Código Criminal. Intelligencia dos arts. 10 §§ 1 e 4 do mesmo código, e 20 da lei n. 2ú3:..l de 20 de Setembro de 1871	Aristides Augusto Milton	Penal
1880	21º volume	A instalação da sessão do jury póde ter lugar com 36 jurados; não ó essencial o maximo de 48 jurados, OBSERVAÇÕES EM MAPAS DA ESTATISTICA JUDICIARIA	Joaquim De Mello Rocha	Penal
1880	21º volume	O condemnado em crime de acção puramente privada, e de alçada policial, em quanto não é requerida a execução da pena, pode exercer as funcções de jurado.	M. Jorge Rodrigues	Penal
1880	21º volume	A sentença proferida em paiz estrangeiro é exequivel no imperio?	Manoel Joaquim Da Silva Filho	Internacional. Civil
1880	21º volume	1. Ha recurso dos despachos dos juizes de direito das comarcas geraes confirmando as pronuncias proferidas pelos juizes municipaes nos crimes communs? 2. O art. 17 ~ lo da lei de 20 de Setembro de 1871 abolio o recurso de pronuncia instituido pelo art. 291 do Código do Processo e conservado pelo art. 69 §3º da lei de 3 de Dezembro de 1841?	J. Brigido	Penal
1880	21º volume	Competencia do preparo dos processos de crimes policiaes	Tristão De Alencar Araripe	Penal
1880	21º volume	Da necessidade de se fundamentarem as sentenças	Anônimo	Crítica a magistratura
1880	21º volume	Antigualhas Forenses (1) II OS TABELLIÃES DO PUBLICO, JUDICIAL E NOTAS	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administração da justiça
1880	21º volume	Pode dar-se appellação ex-officio da sentença que condemnar a galés perpetuas o réo submettido á segundo julgamento? Intelligencia da lei de 3(ºe Dezembro de 1811-arts. 79,81 e 82, c do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, arts. 449 e 502.	Joaquim De Mello Rocha	Penal
1880	22º volume	Intelligencia do art. 322 do Cod. do Proc. Crim	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo Penal
1880	22º volume	Podem os Juizes Municipaes conceder habeas-corpus?	Luiz Da Silveira	Penal
1880	22º volume	O que é tutela administrativa? Quaes sao os seus limites?	Fernando Mendes De Almeida	Administrativo

1880	22º volume	Competencia de preparo dos processos de crimes policiaes	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Penal
1880	22º volume	Analyse dos arts. 81 e 82 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e dos arts. 449,466,467, 463 e 602 do Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842	Mileno De Torres Bandeira	Penal
1880	22º volume	Immunidades dos ministros	Severino De Freitas Prestes	Internacional
1880	22º volume	Fianças criminaes	Amancio Pulcherio	Penal
1880	22º volume	A origem da soberania social será a mesma que a da sociedade?	José Joaquim Tavares Belfort	Teoria do Estado
1880	22º volume	Está em pleno vigor o art. 353 ~ 30 do Cod. do Proc. Crim. que autorisa ou antes preceitua a concessão de habeas-corpus, ao paciente cujo processo estiver evidentemente nullo.	Luiz José de Medeiros	Processo Penal
1880	22º volume	Pode o juiz de direito de comarca geral tomar conhecimento de embargos declaratorios e inovar ou emendar a sentença, já appellada ? No caso de o fazer, que recurso cabe á parte que já havia appellado ?	Demosthenes Da Silveira Lobo	Processo
1880	22º volume	A extinção da comarca de Itajahy sob o ponto de vista jurídico	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Administrativo
1880	22º volume	Empregado publico, perante nossa legislação. E' o inspector de quartelão empregado publico e está sujeito ao foro do responsabilidade?	Tito A. P. De Mattos	Administrativo
1880	22º volume	Não tem os tutores de orphãos pobres a obrigação ou dever de fazer a inscripção de hypotheca legal para assumirem a tutoria.	Candido Borges Da Fonseca	Civil
1880	22º volume	Das decisões das relações em grão de appellação sobre o crime de injurias verbaes cabe o recurso de revista?	C. B. Reis E Silva	Penal
1880	23º volume	A escriptura publica de reconhecimento do filho natural deve ser lavrada especialmente para esse fim ?	M. Jorge Rodrigues	Civil
1880	23º volume	A mulher escrava de seu proprio filho, tendo outros filhos menores escravos, deve preferir, na ordem da emancipação das famílias, aos conjuges de que trata o art. 27 do Reg. De 13 de Novembro de 1872?	Manoel José Espinola	Civil
1880	23º volume	Nas comarcas geraes, a quem compete proferir o despacho de abertura de fallencia, recebimento de embargos oppúslos ao arresto e outros?	F. Luiz C.	Processo civil
1880	23º volume	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105 PARECER	João Damasceno Pinto De Mendonça	Civil
1880	23º volume	O juiz de direito, que, em vez de deferir uma petição de <i>habeas-corpus</i> , manda o paciente, que está preso, justificar miserabilidade, a	Joaquim De Mello Rocha	Penal

		pretexto de ter elle meios de pagar custas, commette ou nao um crime de responsabilidade?		
1880	23º volume	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	Democrito Cavalcante De Albuquerque	Civil
1880	23º volume	Administração dos trabalhos e serviços das minas	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Administrativo
1880	23º volume	Direito Criminal Pôde haver complicitade punível, sem autoria responsável?	DR. Graciliano De Paula Baptista	Penal
1881	24º volume	Loterias e rifas não autorizadas. O delicto, punido pela lei n. 1099 de 18 de Setembro de 1860, não é um crime policial. Intelligencia da lei citada, do art. 12 §7 do codigo do processo criminal, art. 10 da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 e art. 47 do seu regulamento n. 4824.	Aristides Augusto Milton	Penal
1881	24º volume	Não pertencem à jurisdição commercial as letras passadas entre credor e devedor, em virtude de um contracto civil, no acto de assignarem ambos a respectiva escriptura, sendo nesta mencionadas, como representando obrigação consequente do mesmo contracto.	Nabor Carneiro Bezerra Cavalcanti	Civil. Comercial
1881	24º volume	Intelligencia do art. 275, 2ª parte doCodigo do Processo Criminal. O accusador só pôde recusar, depois que o accusado recusar doze juizes de facto?	José Casimiro Da Costa	Penal
1881	24º volume	Camaras Municipaes QUESTÕES PRACTICAS	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administrativo
1881	24º volume	Nas causas sobre bens de raiz, a conciliação deve ser tentada com marido e mulher conjuntamente? Intelligencia das Ords. liv. 3º tit. 47 e liv. 4º tit.. 48.	José De Souza Reis	Civil
1881	24º volume	Quando as Assembléas Provinciaes procedem como Tribunaes de Justiça, estão sujeitas ás leis que regulão a forma do processo perante os Tribunaes? São as Assembléas Legislativas Provinciaes competentes para decretarem a norma e forma do processo dos magistrado de que trata o § 70 do art. 11 do Acto Addicional ? Cabendo ao Poder Legislativo Provincial, deve ser determinada em lei, ou compete ao seu regimento interno?	Hermenegildo Militão De Almeida	Administração da justiça
1881	24º volume	Direito Civil O erro ou ignorancia de direito, aproveita a alguém em alguns casos?	José De Souza Reis	Civil

1881	25º volume	A questão penitenciária no Brazil	Antônio Herculano De Sousa Bandeira Filho	Penal
1881	25º volume	A acceptilação não paga imposto de transmissão	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Tributário
1881	25º volume	A questão penitenciária no Brazil (continuação)	Antônio Herculano De Sousa Bandeira Filho	Penal
1881	25º volume	Da appellação Official e do protesto por novo julgamento quando á pena de galés perpétuas se substitue a de prisão perpetua	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1881	25º volume	Contractos de « quota-litis »	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Civil
1881	25º volume	E' recebida nos effeitos regulares a appellação da sentença que em assignação de dez dias despreza embargos, desde que nelles allegou-se compensação, o que constitue o pedido incerto e illiquido e torna a causa ordinaria ?	Demosthenes Da Silveira Lobo	Processo civil
1881	25º volume	Direito Commercial A autorização para commerciar dada ao filho-familias pôde ser revogada?	Antonio Dino Da Costa Bueno	Comercial
1881	26º volume	O Recurso á Corôa é offensivo da liberdade e independência da Igreja?	João Thomé Da Silva	Processo. Direito Canônico.
1881	26º volume	Se o Estado, por cujo territorio passa, um rio que oferece navegação de alto bordo e que tem mais Estados ribeirinhos, pôde chamar-se proprietario d'aquella parte do rio que corre dentro de sua jurisdicção e imperio.	José Julio De Albuquerque Barros	Administrativo
1881	26º volume	No casamento da mulher quinquagenaria, que tem filhos ou descendentes successiveis, sendo viuva, communicão-se: a) uma terça parte dos bens por ella possuidos na epoca do casamento e dos que depois de casada lhe advierem, por qualquer titulo, de seus ascendentes ou descendentes; b) os fructos e rendimentos, das duas partes de bens declaradas inalienaveis, em face da Ord. liv. 40 ti. 103; c) os adquiridos na constância do matrimonio e os que lhe locarem de outros que não os seus ascendentes ou descendentes; d) todos os bens do outro conjuge.	Vicente Ferrer De Barros Wanderley Araujo	Civil
1881	26º volume	Questão juridica Crime de furto. (Art. 259 do cod. crim. e Dec. de 15 de Outubro de 1837).	Caetano Augusto Da Gama Cerqueiua	Penal
1881	26º volume	Juizes certos para conhecimento dos Embargos oppostos ao Acórdão embargado	C. (ANÔNIMO)	Comercial. Processo.
1881	26º volume	O legado que é deixado ao credor, opera a compensação da divida, ou entende-se dado gratuitamente?	José De Souza Reis	Civil

1881	26º volume	Estada pelas intimações de sentenças e despachos judiciais. Intelligencia do art. 108 do regimento de custas.	Salustiano José De Oliveira	Administração da justiça. Processo.
1882	27º volume	Pronuncia e libelo o promotor publico não pode articular no libello matéria principal que se não contém na pronuncia.	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1882	27º volume	Suspeição dos escrivães e tabelliães	Virgilio Martins De Mello Franco	Administração da justiça
1882	27º volume	Intelligencia do art. 105 do vigente Regulamento das Relações, nas palavras – “a sentença poderá ser uma só vez embargada”.	João Baptista Gonçalves Campos	Processo
1882	27º volume	Interpretação do art. 562 do Regul. Comm. n. 787 de 25 de Novembro de 1850.	Aristides Maia	Comercial
1882	27º volume	Proferida pelos Juizes de Direito, nas Comarcas Geraes, sentença final condemnatoria, têm elles assim, conclui do a sua jurisdição? Concedido pelo Poder competente, perdão ou commutação da pena, neste caso, antes de estar o Réo á disposição do Juiz Municipal, .como determinão, o art. -106 do Regulamento n.120 de 31 de Janeiro de 1842 e A viso de 2 de Agosto de 1858, á quem compete a execução do Decretl. do perdão ou commutação? Intelligencia dos arts. 211 S) 9, 406 e 407 do Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 e arts. 60 e,70 do Decreto n. 1458 de 14 de Outubro de 1854.	José De Souza Reis	Penal
1882	27º volume	Usufructo e fideicommisso	Joaquim Antunes De Figueiredo Junior	Civil
1882	28º volume	Tribunaes correccionaes	Olegario Herculano D’Aquino E Castro	Penal
1882	28º volume	Crítica forense HONORARIOS MEDICOS	Anônimo	Penal
1882	28º volume	A lei n. 3,029 de 9 de Janeiro de 1881 (reforma eleitoral) e sua execução). Meios de provar a renda. Os jurados de 1879. Os negociantes não matriculados. Imposto do dizimo de gado. Doações não insinuadas. Processo summario, nos casos de arrendamento. Imposto de industria ou profissão. Prazo para o segundo escrutinio. Dous, ou mais, recursos contra um mesmo alistando.	Tavares Bastos, presidente Alencar Araripe, Bandeira Duarte, Aquino e Castro.	Eleitoral
1882	28º volume	(título ilegível, texto inicia com a citação do Agravo Commercial 3183	Aristides Augusto Milton	Comercial
1882	28º volume	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	Tarquinio De Souza Filho	Civil
1882	28º volume	Em falta de irmão do defunto succudem-lhe <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	Hermenegildo Militão De Almeida	Civil

1882	28º volume	Custas judiciais nos processos de liberdade Intelligencia dos arts. 40 SI 60 da Lei n. 2,040 de 28 de Setembro de 1871 e 81 SI 30 e 80 do Dec. n. 5,135 de 13 do Novembro de 1872.	Jose De Souza Reis	Administração da justiça
1882	28º volume	Crítica do artigo 169 do Código Criminal DO PERJÚRIO	João Pereira Monteiro	Penal
1882	28º volume	Reforma judiciaria	Olegario Herculano D'Aquino E Castro	Administração da justiça
1882	28º volume	Crítica forense PROCESSO DA IMPRENSA	(anônimo) *Os artigos publicados no Direito sob o título Crítica Forense são escriptos por um distincto magistrado, membro da Relação da Bahia	Crítica contemporânea
1882	28º volume	Os escravos de propriedade agrícola hypothecados com esta devem figurar na respectiva inscrição dos livros de Registro-Hypothecario para que esta dê preferencia contra terceiros em relação a ditos escravos?	M. Jorge Rodrigues	Administração da justiça
1882	28º volume	Condição Civil do Estrangeiro	Tarquínio De Souza Filho	Civil
1882	28º volume	Direito Romano A prorrogação do prazo para pagamento exonera o fiador?	Hermenegildo Militão De Almeida	Direito romano
1882	29º volume	Reforma judiciaria SUPPRESSÃO DOS LUGARES DE JUIZES MUNICIPAES	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Administração da justiça
1882	29º volume	Os magistrados brasileiros E seus inimigos	Aristides Augusto Milton	Administração da justiça
1882	29º volume	O Divorcio	Tarquínio De Souza Filho	Civil
1882	29º volume	As acções ordinarias podem-se processar summariamente por commum accordo das Partes?	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Processo civil
1882	29º volume	Direito Romano O devedor verdadeiramente obrigado e absolvido de pagar por sentença que passou em julgado fica ainda obrigado naturalmente?	Antonio Dino Da Costa Bueno	Direito romano
1882	29º volume	Deixando o louvado, depois de juramentado, de dar o seu laudo em execução commercial, o juiz deve nomear quem o substitua independente de citação das partes? A nomeação e aprovação de louvados, não se faz do mesmo modo porque se faz em grau de appellação, quando se trata de avaliar bens. Póde-se requerer 2ª avaliação quando os bens não acharão licitantes na 1ª praça?	José Christiano Stockler De Lima	Comercial

1882	29º volume	E' admissivel a desistencia do recurso de revista perante o Tribunal da Relação Revisora?	Tertuliano Henriques	Crítica contemporânea
1882	29º volume	Prescripção de honorarios de advogado	Francisco De Paula Lacerda De Almeida	Processo civil
1882	29º volume	Direito Commercial- AS operações em conta de participação) assumem o character de verdadeira sociedade? Quaes os elementos característicos das operações em conta de participação?	João Manoel Carlos De Gusmão	Comercial
1882	29º volume	Direito Romano O pae é obrigado a dotar a filha emancipada?	Hermenegildo Militão De Almeida	Direito romano
1882	29º volume	Direito Romano O legado puro e simples, que tem de ser satisfeito por um herdeiro instituido sob condição, está sujeito á regra catoniana?	Francisco Das Chagas Souza Pinto	Direito romano
1883	30ª volume	A adopção que effeitos produz entre nós actualmente?	Antonio Dino Da Costa Bueno	Civil
1883	30ª volume	Direito administrativo Até onde chega o domínio da ação administrativa e de sua jurisdicção na desapropriação por utilidade publica geral, ou municipal da Corte?	Genuino Firmino Vidal Capistrano	Administrativo
1883	30ª volume	Apontamentos sobre Naturalização	Affonso Celso	Internacional
1883	30ª volume	Intelligencia do art. 73 do Cod. Do Proc. Crim.	João Baptista Pimentel Lustosa	Processo Penal
1883	30ª volume	Estudo de Direito Commercial da sociedade em conta de participação	João Pereira Monteiro	Comercial
1883	31º volume	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	Francisco De Paula Lacerda De Almeida	Civil
1883	31º volume	Crítica forense o JURY, E o JUIZ	*ANÔNIMO	Crítica contemporânea
1883	31º volume	REFORMA JUDICIARIA Projectos apresentados pela comissão nomeada pelo governo em 1882 e precedidos de uma exposição de motivos	Olegario Herculano d'Aquino e Castro	Administração da Justiça
1883	31º volume	Projecto sobre organização judiciaria	Olegario Herculano d'Aquino e Castro Leandro De Chaves Mello Ratisbona	Administração da Justiça
1883	31º volume	Projecto sobre administração de Justiça	Olegario Herculano d'Aquino e Castro Leandro De Chaves Mello Ratisbona	Administração da Justiça
1883	31º volume	Intelligencia do Cod. Criminal, art. 225: Tirar para fim libidinoso, por violencia, qualquer mulher da casa ou do lugar em que estiver. Penas de 2 a 10 anos de prisão com trabalho e de dotar a offendida.	Severino Eulogio Ribeiro De Rezende	Penal

1883	31º volume	Da Competencia do Juiz no conceder licença para alienação de bens dos órfãos	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Processo civil
1883	31º volume	A parte que não pagou, nem offereceo em juizo as custas de retardamento em que foi condemnada, pode appellar? Intelligencia das Ords. Do L. 3, T. 20 § 37 e T. 79 § 3º	Samuel Felipe De Souza Uchôa	Processo civil
1883	31º volume	Em face do n. 1 do art. 36 do Reg. que baixou com o Decr. de n. 5135 de 1812, assiste ao senhor ou ao possuidor o direito de reclamar contra a classificação para o fim de fazer preterir o seo escravo classificado?	Antonino Neves	Civil
1883	32º volume	A existencia e o progresso da propriedade contribuem ou não para augmentar a desigualdade das condições?	Hermenegildo Militão De Almeida	Economia
1883	32º volume	Qual a extenção da ideia do mandato de que trata o art 4º doCodigo Criminal?	Tobias Barreto De Menezes	Penal
1883	32º volume	E' conforme com a existencia do Poder Moderador a disposição do § 3º do art. 102 da Constituição?	Afonso Octaviano Pinto Guimarães	Constitucional
1883	32º volume	A Lei de 7 de Novembro de 1831 está em vigor	Antonio Joaquim De Macedo Soares	
1883	32º volume	Governo representativo	Severino Eulogio Ribeiro De Rezende	Constitucional. Eleitoral
1883	32º volume	Qual o melhor dos systemas penitenciaris conhecidos?	Joaquim De Almeida Leite Moraes Junior	Penal
1883	32º volume	Estipulação de uma servidão em favor de terrenos de um terceiro	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Civil
1883	32º volume	O talão do pagamento do imposto de industrias e profissões não é a certidão a que se refere o § 7º do art. 1º do Decr. n. 3122 do anno proximo findo e não a suppre; sendo que a sua admissão conntaria a mente da lei. Algumas considerações sobre outros documentos exhibidos para fundamentar o direito a ser considerado eleitor.	Luiz Antonio De Souza Neves	Eleitoral. Tributário
1884	33º volume	Quando o réo é convencido de muitos delictos, mas todos tendentes no mesmo fim, deve ser condemnado nas penas correspondentes a cada um delles?	Luiz Lopes Baptista Dos Anjos Junior	Penal
1884	33º volume	Variedade da jurisprudencia brasileira	Leonidas Marcondes De Toledo Lessa	Crítica à jurisprudência
1884	33º volume	A compra e venda ajustada sobre amostras determina a existencia de condição resolutive?	Luiz Lopes Baptista Dos Anjos Junior	Comercial
1884	33º volume	Direito Criminal Crime de rapto. Fim libidinoso.	Severino Eulogio Ribeiro De Rezende	Penal

1884	33º volume	Quem é o proprietario dos bens da Egreja?	Theophilo Dias De Mesquita	Canônico. Civil
1884	33º volume	A lei de 7 de Novembro de 1831	Tertuliano Henriques	Civil (escravidão)
1884	34º volume	Como se entendem as expressões do art. 4º n. 12 da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 e do art. 1º ~ 9º, membro 20, do Dec. n.3122 de 7 de Outubro de 1882-os cidadãos qualificados jurados na revisão feita no anno de 1879; os cidadãos qualificados jurados nas revisões dos annos de 1878 e 1879 ?	Eugenio De Paula Ferreira	Eleitoral
1884	34º volume	1.º Não ha direito de escravidão. 2.º Em causa de liberdade não se admite autoria	Antonio Carneiro Antunes Guimarães	Civil (escravidão)
1884	34º volume	A classificação dos escravos libertandos	Luiz Ferreira Maciel Pinheiro	Civil
1884	34º volume	Qualificação dos Jurados As novissimas Leis eleitoraes derogaram a de 3 de Dezembro, art. 27, que definiu as condições para ser qualificado jurado?	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Eleitoral
1884	34º volume	Bens da Egreja	Candido Mendes De Almeida	Canônico. Civil
1884	34º volume	Connexidade dos crimes	Tertuliano Henriques	Penal
1884	34º volume	Quando um libello inepto é recebido, e não se pode por isto cumprir o que determina. a lei para a organização dos quesitos; deve o presidente do tribunal do jury redigil-os de accordo com as provas do processo e os debates, afim de ser classificado devidamente o crime. Ao réu que, absolvido pelo jury, tem de ser posto imediatamente em liberdade, não carece passar-se ai vara de soltura. Declarando o réu no tribunal ter advogado, conquanto este na ocasião esteja ausente não deve o juiz nomear defensor <i>ex-officio</i> ; salvo si a parte concorda. Intelligencia dos arts. 59 da lei e 3 de dezembro 1841. art. 17 §§ 4 e 5 da lei de 20 de setembro 1871, e art. 322 do codigo do processo criminal.	Aristides Augusto Milton	Penal
1884	34º volume	Questão eleitoral Póde-se proceder á eleição de vereadores e juizes de paz nas parochias e districtos creados posteriormente á 31 de Dezembro de 1879 ?	Ignacio Antonto Fernandes	Eleitoral
1884	35º volume	Póde ser fundamento da boa fé para prescripção da propriedade e prescripção dos fructos tanto o erro de direito, como o erro sobre a existencia do titulo?	Brazilio Rodrigues Dos Santos	Processo civil

1884	35º volume	Suspeição do Promotor Publico	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administração da justiça
1884	35º volume	O Concelho d 'Estado e a Lei de 7 de Novembro de 1831	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administrativo
1884	35º volume	Os exames de sufficiencia para o provimento dos officios de justiça devem ser julgados por sentença pelo juiz que os preside?	Godofredo Autran	Administração da justiça
1885	36º volume	A annullação de um concurso para o provimento de officio de justiça importará a nullificação da nomeação provisoria feita pelo presidente da provincia na pessoa de um dos concorrentes?	Godofredo Autran	Administrativo
1885	36º volume	Direito romano Noção do Status.	Brazilio Augusto Machado De Oliveira	Direito romano
1885	36º volume	Direito Civil « Que normas regulam os conflictos internacionaes sobre a propriedade? »	Brazilio Rodrigues Dos Santos	Civil. Internacional.
1885	36º volume	Direito Criminal Discurso com que o Sr. Dr. Francisco Bernardino Ribeiro abriu a 2ª aula do 3º anno do curso Jurídico de S. Paulo em 1836. (I)	Francisco Bernardino Ribeiro	Penal
1885	37º volume	Injuria em carta particular é crime?	Francisco Ferreira Dias Duarte	Penal
1885	37º volume	"Repertorio synthetico de todos os avisos publicados até hoje a respeito da reforma eleitoral	*** (ANÔNIMO)	Eleitoral
1885	37º volume	Jurisdicção e competencia das Assembléas Legislativas e de suas commissões de inquerito parlamentar em materia de verificação de poderes de seus membros.	Fernandes Da Cunha Filho	Administrativo. Eleitoral
1885	37º volume	O credor de hypotheca convencional tem direito de requerer sequestro nos terrenos adquiridos pelo devedor posteriormente a hypotheca e incorporados ao immovel hypothecado?	Manoel Joaquim Da Silva Filho	Civil
1885	37º volume	Camaras Municipaes QUESTÕES PRACTICAS (continuação)	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Administrativo
1885	37º volume	O juiz de direito póde, em gráu de recurso, annullar um processo crime, desde que não forem sanaveis as nullidades de que este se resentir, e tratando-se do delictos em que tenha logar a accusação por parte da justiça. Intelligencia dos arts. 25 § 3º da lei de 3 de dezembro de 1841, e art. 200 § 2º do regulamento de 31 de Janeiro de 1842	Aristides Augusto Milton	Penal
1885	37º volume	Os crimes de calumnia e de injuria commettidos por meio de cartas missivas.	Mauricio f. Ferreira da Silva	Penal

1885	38º volume	Póde se declarar aberta a fallencia ao commerciante que tem um unico credor?	Leonidas Marcondes De Toledo Lessa	Comercial
1885	38º volume	Atenção, e não tenção é o vocabulo que acha-se escripto no artigo 10 § 4º do Codigo Crimina:	João José Do Monte Junior	Penal
1885	38º volume	A propriedade das minas	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho	Administrativo
1885	38º volume	A injuria em carta particular, que seo autor sómente enviou ao injuriado, sem te-la antes communicado á alguém, é crime perante o Cndigo Criminal?	João Braulio Moinhos De Vilhena	Penal
1885	38º volume	Da cousa julgada no civil	Alfredo Moreira De Barros Oliveira Lima	Processo civil
1886	39º volume	É LÍCITO O DIVORCIO?	Brazilio Augusto Machado De Oliveira	Civil
1886	39º volume	Direito Criminal Interpretação do art. 14, § 3º, ultima parte do 20 alinéa, do. Cod. Criminal.	Lucio De Mendonça	Penal
1886	39º volume	Conciliação	Augusto Carlos Vaz De Oliveira	Civil
1886	39º volume	De que data é contado o prazo para interposição dos recursos por inclusão indevida, ou não inclusão no alistamento eleitoral? Pôde o escrivão, sem previo despacho do juiz, tomar por termo no livro especial, um recurso que verifica ser interposto fôra do prazo legal, desacompanhado de documento comprobatorio da capacidade do recorrente e juntar a respectiva petição aos proprios autos ou processo original ? Processado um recurso pela forma supra dita, o juiz de direito não o recebendo, poderá permittir que ao recorrente seja entregue o processo original para remettel-o á instancia superior, (ou devera prohibir que os autos sejam retirados do cartorio, concedendo, entretanto, no reclamante a entrega dos seus papeis ?	Alfredo Abdon de Loyola	Eleitoral
1886	40º volume	Se para o bom desempenho das funções judiciais a pluralidade de juizes nos tribunaes é preferivel á unidade.	Graciliano De Paula-Baptista	Administração da justiça
1886	40º volume	Principios justificativos do art. 1º do Codigo Commercial	Antonio Carneiro Antunes Guimarães	Comercial
1886	40º volume	Qual a influencia do credito na produção de riqueza?	João Capistrano Bandeira De Mello Filho	Economia
1886	40º volume	Direito Criminal	João Vieira De Araujo	Penal

		Não se julgarão criminosos os que commetterem crimes casualmente no exercicio ou pratica de qualquer acto licito feito com ATENÇÃO ordinaria. – Cod. Criminal art, 10 § 4º		
1886	41º volume	O Regulamento n. 5581 de 31 de Março dê 1874, ante o Direito Internacional Privado	Joaquim Saldanha Marinho	Internacional
1886	41º volume	Direito criminal Ha verdadeira tentativa ou delicto sui generis no facto querido e preparado por meios proprios, mas tentado por impróprios?	João Vieira De Araujo	Penal
1886	41º volume	Direito Criminal Brasileiro E' applicavel a mesma pena ao autor do roubo e ao receptador - Intelligencia dos arts. 6º, 34, 35 e 274 do Cod. Crim.	João Vieira De Araujo	Penal
1886	41º volume	Regulamento n. 737, de 25 de Novembro de 1850	A. L. Ferreira Tinoco	Processo
1886	41º volume	Justificação de perda de titulo do eleitor	José Xavier De Carvalho Mendonça	Eleitoral
1886	42º volume	A proposição da acção rescisoria do contracto não induz litispendencia para a acção de dez dias, proveniente do mesmo contracto. Todavia, havendo já alguma sentença pronunciando a nullidade do contracto, o autor não poderá levantar a importancia da execução sem prestar fiança. (Reg. n. 737 de 23 de Novembro de 1850, art. 255)	João Braz De Oliveira Arruda	Processo Civil
1886	42º volume	Emphyteuse	Antonio Xavier Freire	Civil
1886	42º volume	A autoridade judiciaria, tratando-se de um crime commum, cuja formação de culpa não se iniciou nos termos da lei, terá competencia para proceder ex-officio ao respectivo corpo de delicto?	Godofredo Autran	Penal
1886	42º volume	As hypothecas constituídas anteriormente aos decrs. ns. 3272 de 5 de outubro de 1885, e 9549 de 23 de janeiro de 1886 sobre execuções cíveis e commerciaes, vedam o penhor agrícola das colheitas pendentes, sem consentimento expresso do credor hypothecario.	Eusebio Innocencio Vaz Lobo Da Camara Leal	Comercial
1886	42º volume	Qual a forma do processo a ser observada pelas assembléas provinciaes quando convertidas em tribunaes de justiça?	Godofredo Autran	Processo
1886	42º volume	Questões de alienação de bens, moveis, dotaes; - competencia de juizo para pedir-se indemnisação; - responsabilidade por quasi delicto.	Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	Penal
1887	43º volume	Legitimação per <i>subsequens matrimonium</i>	Miguel Bernardo Vieira D'amorim	Civil

1887	43º volume	Pelo preço da adjudicação devem os bens ser levados á praça, mesmo no juízo comercial (CONSULTA)	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Comercial
1887	43º volume	Direito Civil « o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commum concorre á herança desta com o conjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. Carvalho De Mendonça	Civil
1887	43º volume	Questão de compra de bens de raiz á prazo, e venda dos mesmos bens pendendo acção de lezão enorme proposta pello comprador.	Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	Civil
1887	43º volume	Incendio	Francisco Ferreira Dias Duarte	Penal
1887	43º volume	Pelo preço da adjudicação devem os bens ser levados á praça, mesmo no juizo commercial. (?)	João c. Pestana de Aguiar	Comercial
1887	44º volume	Escravos de filiação desconhecida	Ruy Barbosa	Civil
1887	44º volume	Crimes De Destruição, Damno E Outros	Francisco Ferreira Dias Duarte	Penal
1887	44º volume	A escriptura publica é da substancia de todas as doações que devam ser insinuadas?	Francisco Peixoto De Lacerda Werneck	Civil
1887	44º volume	O herdeiro, á quem foi adjudicado o bem inventariado, e que, por ser indivisivel, o juiz do inventario não mandou partilhar, não está sujeito ao pagamento da siza ou meia siza pelas tornas que fizer aos co-herdeiros.	Antonio De Campos Toledo	Civil
1887	44º volume	Estudo sobre o cap. 3º, tit. 3º da 3ª parte do Codigo Penal com as modificações da lei de 15 de outubro de 1886.	Francisco Luiz Correa De Andrade	Penal
1888	45º volume	Propriedade De Minas	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Administrativo
1888	45º volume	Direito Commercial « As mulheres das pessoas que são prohibidas de commerciar, por força do art. 20 do Codigo Commercial, podem commerciar? « Os prohibidos de commceciar podem autorizar suas mulheres ao exercido do commercio? »	Pedro Augusto Carneiro Lessa	Comercial
1888	45º volume	A pena de comisso nos estatutos das sociedades por acções	Aristides Spinola	Comercial
1888	45º volume	Os juizes de direito têm competencia para processarem e julgarem os crimes de homicidio connexos com os de responsabilidade dos empregados publicos não privilegiados ?	Ernesto Pinto Lobão Cedro	Penal
1888	45º volume	A nullidade do processo, motivada por incompetencia de juizo, póde dar logar á concessão	J. B. G. Siqueira Filho	Penal

		de habeas-corpus em favor do que é notificado para ser processado pelo crime de calumnias e injurias impressas?		
1888	45º volume	O Hypnotismo No Crime	Francisco Ferreira Dias Duarte	Penal
1888	46º volume	Divisão De Terras	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Civil
1888	46º volume	1º A omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nullidade de pleno direito absoluta? 2º O devedor executado tambem a póde allegar em embargos á execução? 3º A omissão da declaração importa em crime de estellionato?	Francisco Peixoto De Lacerda Werneck	Civil. Penal.
1888	46º volume	Direito Ecclesiastico Seria valida, no Brazil, a creação de um cardeal sem a intervenção do governo?	Abelardo Saturnino Teixeira De Mello	Canônico
1888	46º volume	O resaque póde ter logar contra os abonadores ou garantes das firmas responsaveis pela letra de cambio? Sim.	Thomaz Garcez Paranhos Montenegro	Comercial
1888	46º volume	1º Vigora entre nós a nullidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, § 8º, e a Ord. liv. 1º, tit. 78, § 14? 2º Admittida a hypothese negativa – ex-vi do Reg. de 31 de Março de 1874, subsiste a nullidade para os contratos ANTERIORES a esse Reg.?	Francisco Peixoto De Lacerda Werneck	Civil
1888	46º volume	Um fideicommisso moderno e cinco accordãos	F. de C. Figueira De Mello	Civil
1888	47ª volume	Systemas de codificação civil	Joaquim Felicio Dos Santos	Civil
1888	47ª volume	DIREITO INDUSTRIAL Caução de <i>judicato solvendo</i>	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Comercial
1888	47ª volume	A appellação nas acções summarias de reclamação de credito, de que trata o art. 860 do Código Commercial, deve ser recebida em ambos os effeitos?	José Xavier Carvalho De Mendonça	Comercial
1888	47ª volume	Póde-se admittir uma dupla intuição românica e germanica da luta juridica ou do processo? No caso affirmativo quaes os caracteres de uma e outra ?	José Izidoro Martins Junior	Processo civil
1888	47ª volume	O juiz de paz suspenso deve ser eliminado da respectiva lista, completando-se esta com o 1º immediato em votos ao 4º juiz eleito?	José Xavier Carvalho De Mendonça	Administração da justiça
1888	47ª volume	A nova escola. De direito criminal os juristas italianos e ferri, f. Puglia e r. Garofalo	João Vieira De Araujo	Penal
1888	47ª volume	Requerida a fusão das camaras por uma dellas, a outra não póde recusar-	José Liberato Barroso	Constitucional

		se á vista do art. 61 da Constituição do Imperio		
1888	47ª volume	A Anthropologia E O Direito Criminal	Antonio Joaquim De Macedo Soares	Penal
1889	48º volume	DIREITO CRIMINAL Na psychologia criminal a premeditação e a paixão são antinomicas? No caso negativo, são conciliaveis as disposições do art. 16 § 8º do Cod. Crim. e as dos arts. 10 § 3º, 18 e 19?	João Vieira De Araujo	Penal
1889	48º volume	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4º tit. 97.	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	Civil
1889	48º volume	E' o promotor publico, como recorrido obrigado a arrazoar os recursos de pronuncia, sem ter pedido vista, para isso, na fórmula do art. 73 da lei de 31 de dezembro de 1841?	Luiz Bartholomeu Marques Pitaluga	Penal
1889	48º volume	Sociedade mercantil. -Validade de sua dissolução amigavel effectuada por procurador, falecendo o socio, constituinte deste (ausente), antes das publicações legaes.	Francisco Peixoto De Lacerda Werneck	Comercial
1889	48º volume	O juiz que, nos termos do art. 5º § 13 da lei de 3 de outubro de 1834 representa contra uma requisição presidencial relativa ao juramento e posse dos suplentes de juiz municipal, que não reúnem em si os requisitos legaes, incorre por isso nas penas do Cod. Crim.?	Tribunal da Relação, 2 de julho de 1886.- Rocha, presidente.- Curado Fleury -A. J. Pereira.- A. V. Magalhães -Lins Peixoto	Penal
1889	48º volume	O art. 19 da reforma de 1871 e os arts. 16 á 18 do Codigo Criminal.	José Bernardo De Arroxellas Galvão Filho	Penal
1889	48º volume	1. Nos crimes particulares, quando não tem lugar o procedimento ex-officio, o não comparecimento do queixoso aos termos da formação da culpa importa em perempção do summario de culpa? 2. Julgado perempto o processo de formação da culpa ou summario de culpa, fica o ofendido inhibido de renovar a queixa?	Francisco Peixoto De Lacerda Werneck	Penal
1889	48º volume	O Direito E O Processo Criminal Positivo	João Vieira De Araujo	Penal
1889	48º volume	Considerações Sobre O Processo Penal Brasileiro	Virgilio Martins De Mello Franco	Penal
1889	48º volume	MATÉRIA DE COLLAÇÕES Interpretação da Ord. liv. 4º, tit. 97, § 4º EXAME DE TRES SYSTEMAS	F. DE C. Figueira De Mello	Civil
1889	48º volume	Não estão integralmente em vigor os arts. 844 e 847 do Cod. Comm., ou estão derogadas sómente as disposições finaes?	Francisco Das Chagas Souza Pinto	Comercial
1889	48º volume	DIREITO CRIMINAL O nosso codigo comprehende o delicto falho?	E. Lobo	Penal

1889	49º volume	A individualização é o principio regulador na esfera da penalidade	Jose Bernardo De Arroxellas Galvão	Penal
1889	49º volume	Anthropologia Criminal	João Vieira De Araujo	Penal
1889	49º volume	Posthumo o que seja, que direito tem?	Mileno De Torres Bandeira	Civil
1889	49º volume	Compete, ao juiz municipal, ou ao juiz de direito, decretar na pendencia da lide, ex officio ou a requerimento, exame nos livros de um dos litigantes para delles se averiguar o tocante á questão?	Severino Eulogio De Ribeiro Rezende	Comercial
1889	49º volume	DESPEJO DE CASAS	Vicente Ferrer De Barros Wanderley Araujo	Civil
1889	49º volume	Plano geral do projecto de codigo civil brasileiro	Antonio Coelho Rodrigues	Civil
1889	50º volume	O ESTUPRO VIOLENTO Esboço theorico do art. 222 do Codigo Criminal a genese athropologica do delicto	João Vieira De Araujo	Penal
1889	50º volume	A correição judicial	Francisco Ferreira Dias Duarte	Administração da justiça
1889	50º volume	Corruptela forense	Ignacio Antonto Fernandes	Comercial
1889	50º volume	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Civil
1889	50º volume	Commentario à lei de 15 de outubro de 1886	José Bernardo De Arroxellas Galvão	Penal

A	B	C	D	E	F	G	H	I
Volume	Ano	Título do artigo	Articulista	Autor citado	Obra citada	Ano da obra	Idioma	Tipo de citação
1								
2	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Philippe Antoine Merlin	Recueil alphabétique des questions de droit			Indireta
3	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Scachia			latim	direta
4	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano			latim	direta
5	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Pardessus	Dr. Comm.			direta
6	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Massé	Dr. Comm.			direta
7	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Paulo			latim	direta
8	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Tertuliano			latim	direta
9	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Zacharie	Le Droit Civil Français			menção
10	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Toullier	Le Droit Civil Français (Le droit civil français suivant l'ordre du Code)			menção
11	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Eschbach	Introd. À l'étude du Dr.			menção
12	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			menção
13	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Demolombe				menção
14	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Aug. Barb.	Leib. I Decret. Proem.			menção
15	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Port.	De donat.			menção
16	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Borges Carneiro	Direito Civil de Portugal			menção
17	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito Civil Portuguez			menção
18	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			menção
19	1	1º Em que a locação de serviços mercantili de distingue da civil? 2º Por que leis se rege a locação de serviço civil?	Antonio Joaquim Ribas	Coelho da Rocha	Direito Civil Brasileiro			menção
20	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Bigót-Prémeneu	Exposé des motifs		francês	direta
21	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			referência
22	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Suppl. às notas a Mello Freire (Colleção de Dissertações Jurídico Praticas em Supplemento às Notas do Livro III de mello Freire)			referência
23	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			referência
24	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Antonio Joaquim Gouvea Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			referência
25	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Alvaro Valasco	Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			Indireta
26	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Gama	Dec.			Indireta
27	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			referência
28	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Montaigne	Essais			direta
29	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Troplong	Du contrat de mariage et des droits respectifs des époux		francês	Indireta
30	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Ulpiano			latim	direta
31	1	Não são permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão comum e reciprocos, entre os conjuges	João Damasceno Pinto de Mendonça	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta

A	B	C	D	E	F	G	H	I
60	1	1ª A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nula? 2ª A cessão de uma execução, em que se pode opor embargos infringentes do julgado, é valiosa?	João Damasceno Pinto de Mendonça	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
61	1	1ª A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nula? 2ª A cessão de uma execução, em que se pode opor embargos infringentes do julgado, é valiosa?	João Damasceno Pinto de Mendonça	Candido Mendes	Código Philippino			Indireta
62	1	1ª A cessão de uma execução, por termo nos autos, em que não se declara o preço, é nula? 2ª A cessão de uma execução, em que se pode opor embargos infringentes do julgado, é valiosa?	João Damasceno Pinto de Mendonça	Pothier	De la Vente		latim	direta
63	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanológico			Indireta
64	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel		Nova guia dos Juizes municipais			menção
65	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel	João José de Andrade Pinto	Provinimento da Cidade de Campos, publicado na Revista Jurídica vol 8			menção
66	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel		Acórdão de 12 de agosto de 1851 publicado em Gazeta dos Tribunais			Indireta
67	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel		Prática das Correlações			menção
68	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel		Roteiro dos Orphãos			menção
69	3	Arrolamento	Manoel Lopes da Cunha Maciel		Código das leis Orphanologicas			menção
70	3	1ª A instituição dos ônus reais só deve ser transcrita para poder ser oposta E valida a hipoteca que, compreende só escravos, sendo posterior a publicação da Lei 1237 de 24 de setembro de 1864, porém anterior ao regulamento, que baixou para execução d'essa lei com o Decreto n 3453 de 26 de abril de 1865? O foreiro tem a respeito do subemphyteuta os mesmos direitos que pertencem ao senhorio.	Antonio José Rodrigues Torres Netto					nenhuma
71	3	1874		Manoel Martins Torres				nenhuma
72	4	1874	Conselheiro Paula Baptista	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções			menção
73	4	1874	Conselheiro Paula Baptista	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tratado Prático e Clico de todo Direito Ephyteutico			menção
74	4	1874		Coelho da Rocha	Direito Civil			referência
75	4	1874		Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			referência
76	4	1874		Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			referência
77	4	1874		Conselheiro Treilhard	Tit. 1º do Liv. 3º do Código Civil Francez			direta
78	4	1874		Mazerat e Chabot	Commentaire sur la loi des successions			direta
79	4	1874		Bigot-Préameneu	Exposé des motifs du Titre II, Livre III do Code Civil			Indireta
80	4	1874		Justiniano	Novella Constituto X VIII			Indireta
81	4	1874		Antonio Caelano do Amaral	memoria III			direta
82	4	1874		Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Pratico Compendiario de todas as acções Summarias			referência
83	4	1874		Coelho da Rocha	Direito Civil			referência
84	4	1874		Alvaro Valasco	Praxis Partitionum et Collationum			referência
85	4	1874			Digesto Portuguez			referência
86	4	1874		Gama	Decisionum Sup. Senat. Lusitanoe			referência
87	4	1874			Consolidação das leis civis			referência
88	4	1874		Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
89	4	1874		Callistratus	Digesto			Indireta
90	4	1874		Ulpiano	Digesto			Indireta

A	B	C	D	E	F	G	H	I
91	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Mackelvey	Manuel de Droit Rom			Indireta
92		Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	José Anasiacio de Figueiredo	Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal			Indireta
93	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Pascoal José de Mello Freire	Direito Civil Portuguez			Indireta
94	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Joaquim Ignacio Ramalho	Praxe Brasileira			Indireta
95	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
96	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo		Consolidação das leis civis			Indireta
97	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	R. Bordeaux	Philosophie de la Procedure Civile			Indireta
98	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Marciano	Digesto			Indireta
99	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Borges Carneiro	Direito Civil			Indireta
100	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Pratico Compendiario de todas as ações Summarias			Indireta
101	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Ações			Indireta
102	4	Quaes as diferenças em ordem, caracteres e efeitos entre a simples e a incapacidade de suceder e a incapacidade por indignidade?	Joaquim Augusto de Camargo	Dr. Demante	Bibliothèque du Jurisconsulte			Indireta
103	4	Arrolamento das pequenas heranças no Juizo dos Orphãos	A. J. de Macedo Soares	Cunha Maciel	artigo publicado na Revista O Direito Le Droit Civil Français (Le droit civil français suivant l'ordre du Code)			Indireta
104	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Toullier	Doctr. gen. du droit			Indireta
105	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Kant	Dig. de leg.			Indireta
106	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Papiniano	Direito Civil			Indireta
107	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Coeilho da Rocha				Indireta
108	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Guerreiro	Consultation ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			Indireta
109	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Alvaro Valasco	Primeiras linhas sobre o processo			direta
110	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Pothier	orphanologico			direta
111	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Souza Pinto	Tractado Pratico Compendiario de todas as ações Summarias			referência
112	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Ulpiano	apud			Indireta
113	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Pomponio	apud			apud
114	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Manual Pratico			Indireta
115	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Fontanella	Pactio nupt.			apud
116	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Michalor	Fratrib			apud
117	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Pedro Barboza	Manual Pratico			Indireta
118	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Gomes	Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta
119	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Joaquim José Caeiano Pereira e Sousa				Indireta
120	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
121	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Paiva e Pona	Orphanologia Pratica			referência
122	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			menção
123	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	José Homem Corrêa Telles	Tratado das Ações			Indireta
124	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Ações			Indireta
125	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	P. Barboza	Digesto portuguez			referência
126	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	José Homem Corrêa Telles	Decis.			referência
127	4	1874 A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?	José Luiz de Almeida Nogueira	Cabedo	Indireta			Indireta
128	4	1874 Successao de filhos naturaes	Lafayette Rodrigues Pereira	Conselheiro J. Saldanha	artigos publicados na Revista A Republica			Indireta
129	4	1874 Successao de filhos naturaes	Lafayette Rodrigues Pereira	Marinho	Logic. Judicialia			direta
130	4	1874 Successao de filhos naturaes	Lafayette Rodrigues Pereira	Jacques Berriat-Saint-Prix	apud			apud
131	4	1874 Successao de filhos naturaes	Lafayette Rodrigues Pereira	Deputado Junqueira	transcrição de debate			

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
132	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Moura Magalhães				transcrição de debate
133	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	França Leite				transcrição de debate
134	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Mendes da Cunha				transcrição de debate
135	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Ferraz				transcrição de debate
136	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Souza Martins				transcrição de debate
137	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Rebouças				transcrição de debate
138	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Vasconcellos				menção
139	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Melo Mattos				menção
140	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Junqueira				menção
141	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Perdigão Malheiro	Comentário a lei n. 483 de 2 de setembro de 1847 sobre successão dos filhos naturais e sua filiação			direta
142	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Pascoal José de Mello Freire	livro 4			Indireta
143	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Segundas Linhas sobre o Processo Civil de Pereira e Souza			Indireta
144	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa				referência
145	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Coelho da Rocha				referência
146	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Joaquim Ignacio Ramalho				referência
147	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Zacharie				referência
148	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Borges Carneiro				direta
149	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Mourlon	livro 1			direta
150	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Jacintho Chacon	Exposición rasonada y estudo comparado del Código Civil chileno			direta
151	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Troplong				menção
152	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Toullier				menção
153	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Demolombe				menção
154	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Vaite				menção
155	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Proudhon				menção
156	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Dalloz				menção
157	4	1874	Successão de filhos naturais	Lafayette Rodrigues Pereira	Blondeau				menção
158	4	1874	Dada a consolidação por comissão e ao mesmo tempo o adimplemento de uma hypotheca sobre terreno foreiro, deve o credor hypothecario ser preferido ao senhorio.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tratado Practico e Clico de todo Direito Ephyteutico			Indireta
159	4	1874	Dada a consolidação por comissão e ao mesmo tempo o adimplemento de uma hypotheca sobre terreno foreiro, deve o credor hypothecario ser preferido ao senhorio.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Silva	Ord.			menção
160	4	1874	Dada a consolidação por comissão e ao mesmo tempo o adimplemento de uma hypotheca sobre terreno foreiro, deve o credor hypothecario ser preferido ao senhorio.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Coelho da Rocha				menção
161	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predeltutos co-herdão a seus tios por direito proprio e in capita, não in stirpes por privilegio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Domat	Les lois civiles dans leur ordre naturel		francês	direta
162	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predeltutos co-herdão a seus tios por direito proprio e in capita, não in stirpes por privilegio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Pothier	Des droits de successions		francês	direta
163	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predeltutos co-herdão a seus tios por direito proprio e in capita, não in stirpes por privilegio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Medin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence		francês	direta
164	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predeltutos co-herdão a seus tios por direito proprio e in capita, não in stirpes por privilegio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Accursio				menção
165	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predeltutos co-herdão a seus tios por direito proprio e in capita, não in stirpes por privilegio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			direta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
			Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.						
166	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Pratico de Morgados			Indireta
167	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Pascoal José de Mello Freire				menção
168	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Ulpiano	Fragment.		latim	direta
169	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	Pascoal José de Mello Freire				apud
170	4	1874	Os sobrinhos, filhos de irmãos predututos co-herdado a seus tios por direito próprio e in capita, não in stirpes por privilégio ou fiação do direito de representação, com quando concorrem com tios sobreviventes ao irmão, de cuja herança se trata.	Antonio Pereira Rebouças	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico			Indireta
171	5	1874	Julgamento dos bispos. Foi legal a condenação dos bispos de Olinda e do Pará, e elles não podem continuar a desempenhar no Brazil o múnus episcopal.	Tristão de Alencar Araripe					nenhuma
172	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Perdigão Malheiro	Repertório ou índice alfabético da reforma hypothecaria e sobre as sociedades de credito rural			Indireta
173	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Silva Ramos	Curso de direito hypothecario			Indireta
174	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Teixeira de Freitas	Projectos e Pareceres			direta
175	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Nabuco de Araújo				menção
176	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Paranaguá				menção
177	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Francisco José Furtado	Organization du credit foncier, publicado no Journal des Economistes			menção
178	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Wolowski				direta
179	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Troplong				Indireta
180	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
181	5	1874	A. H. de Souza Bandeira Filho.	A. H. de Souza Bandeira Filho	Bacon				direta
182	5	1874	Da conciliação no cível e no commercial.	Antonio Joaquim Ribas	Jacques Berriat-Saint-Prix				Indireta
183	5	1874	Da conciliação no cível e no commercial.	Antonio Joaquim Ribas	Joaquim José Caeetano Pereira e Sousa	Dir. Adm. Bras.			Indireta
184	5	1874	Da conciliação no cível e no commercial.	Antonio Joaquim Ribas	Silva				Indireta
185	5	1874	Da conciliação no cível e no commercial.	Antonio Joaquim Ribas	Moraes				Indireta
186	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Gama	Decisão 252			direta
187	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Cordeiro	Dubilitio			direta
188	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Pinheiro	Disput.			direta
189	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Guerreiro	Recent.			direta
190	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			Indireta
191	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	José Honem Corrêa Telles				menção
192	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Coelho da Rocha				menção
193	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Blois	Ordonnance		francês	direta
194	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Demolombe				Indireta
195	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Troplong				Indireta
196	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Mackelvey	Droit Romain			Indireta
197	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				direta
198	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Dumoulin	Dissert.			menção
199	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	De Thou				direta
200	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Solon	Nullités			direta
201	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			direta
202	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Zacharie	Le Droit Civil Français			direta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
203	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Emmanuel Alvarez Pegaz				menção
204	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Jaão				menção
205	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Manica				menção
206	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Cardoso				menção
207	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			direta
208	5	1874	Nullidade de testamento.	Lafayette Rodrigues Pereira	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
209	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Montesquieu	Esprit des lois			Indireta
210	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Giraud	Hist. Du droit Romain			Indireta
211	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro		De just. et jur.			Indireta
212	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Pellat	Dir. Priv. des Rom.			Indireta
213	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Pimenta Bueno	Direito Publico Brasileiro			Indireta
214	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Athens	Phil. du Droit			Indireta
215	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
216	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Lebnitz				menção
217	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
218	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Savigny	Traité de droit romain			Indireta
219	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Hegel				menção
220	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Alfred Fouillé	Ré. De Deux Mond. (1 juin 1874)			Indireta
221	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Charles Gustave Maynz	Cours de droit romain			Indireta
222	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Troplong	De l'influence du christianisme sur le droit civil des Romains			Indireta
223	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
224	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Celestino I	Decr. de Grac.			menção
225	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	S. Agostinho				menção
226	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Pio VI				menção
227	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
228	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Alvaro Valasco	Praxis Partitionum et Collationum			Indireta
229	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
230	6	1875	A constituição da família, segundo o direito patrio, conforma-se com os princípios reguladores do direito privado?	João Pereira Monteiro	Pascoal José de Mello Freire				menção
231	6	1875	A acção rescisória não pode ser indistintamente admitida no nosso processo civil.	Tristão de Alencar Araripe	Paula Baptista	Compendio do processo civil			Indireta
232	6	1875	Prisão por custas.	Olegario Herculano d' Aquino e Castro	Pimenta Bueno				Indireta
233	6	1875	Prisão por custas.	Olegario Herculano d' Aquino e Castro	Ed. Desprez	Abol. Da prisão	1868		Indireta
234	6	1875	Prisão por custas.	Olegario Herculano d' Aquino e Castro		Praxe forense			direta
235	6	1875	Prisão por custas.	Olegario Herculano d' Aquino e Castro	Souza Pinto	Primeiras linhas sobre o processo civil brasileiro			Indireta
236	6	1875	Prisão por custas.	Antônio Pereira Rebouças					nenhuma
237	6	1875	O peculo do escravo pôde comprehender doações ou legados que tenham por objecto outros escravos? O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competencia do juiz preparador.	J. L. de Almeida Nogueira	Ferreira Borges	Dicc. Jur. Comm.			Indireta
238	6	1875		José Angelo	Alberto Carlos de Menezes	Juízos Divisorios			

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
239	6	1875	O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competência do juiz preparador.	José Angelo	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico			
240	6	1875	O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competência do juiz preparador.	José Angelo	José Bonifácio	agravo			direta
241	6	1875	O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competência do juiz preparador.	José Angelo	Ministro da Justiça	discurso proferido em 1874			Indireta
242	6	1875	O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competência do juiz preparador.	José Angelo	Manoel da Silva Mafra	artigo publicado na Gazeta Jurídica, n. 92, vol 5			direta
243	6	1875	O despacho de deliberação de partilha não pôde ser da competência do juiz preparador.	José Angelo	Gomes de Oliveira	agravo publicado em O Direito Vol 3			Indireta
244	6	1875	Locação de serviços	Aureliano de Souza e Oliveira	Antonio Joaquim Ribas	artigo publicado na Revista O Direito, vol 1			Indireta
245	7	1875	O depositário judicial, que não entrega o depósito, depois de intimado, está sujeito à pena civil de prisão?	Aniceto de Souza Pinto e Barros	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tratado Prático Compendiário de todas as ações Summarias			Indireta
246	7	1875	O depositário judicial, que não entrega o depósito, depois de intimado, está sujeito à pena civil de prisão?	Aniceto de Souza Pinto e Barros		Consolidação das leis civis			Indireta
247	7	1875	O depositário judicial, que não entrega o depósito, depois de intimado, está sujeito à pena civil de prisão?	Aniceto de Souza Pinto e Barros		Dout. das Acc.			Indireta
248	7	1875	O depositário judicial, que não entrega o depósito, depois de intimado, está sujeito à pena civil de prisão?	Aniceto de Souza Pinto e Barros	Joaquim Ignacio Ramalho	Praxe Brasileira			Indireta
249	7	1875	CLASSIFICAÇÃO DE ESCRAVOS.	S. Lima					nenhuma
250	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco		Consolidação das leis civis			Indireta
251	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Borges Carneiro	Direito Civil			Indireta
252	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Emmanuelis Alvarez Pegas	Forens.			Indireta
253	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco		Repert. das Ords.			Indireta
254	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			Indireta
255	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Pascoal José de Mello Freire	Institt. Jur. Civil			Indireta
256	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Guerreiro	Division			Indireta
257	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
258	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Themudo				Indireta
259	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Candido Mendes	Codigoo Philippino			Indireta
260	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
261	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito Civil Portuguez			Indireta
262	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Coelho da Rocha	Direito Civil			menção
263	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessivos, passando a segundas nupcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Rebouças				Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
			A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?						
264	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Teixeira de Freitas				Indireta
265	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Phebo	Decisão 93			Indireta
266	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Gama	Decisões			Indireta
267	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Cabedo	Decisão 114			Indireta
268	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Lafayette Rodrigues Pereira				Indireta
269	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Pereira Rebouças	Obsev. à 2ª edição da Consolid.			direta
270	7	1875	A mulher viúva quinquagenária que tem um ou mais descendentes sucessíveis, passando a segundas núpcias, toma-se meeira na totalidade dos bens do marido, ou exclusivamente na terça?	Francisco Alves Branco	Callistratus	Dig. Liv. 1º		latim	direta
271	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Quintus Mucius				menção
272	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Servius Sulpicius				menção
273	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Labeon				menção
274	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Galo				menção
275	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Modestino	De excusat			menção
276	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Piñheiro	De testam.			menção
277	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Guerreiro	De munere Judicis Orphanorum			Indireta
278	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano	Inst. de Justin.			Indireta
279	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Papiniano	Dir. Adm. Oras.			Indireta
280	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Pascual José de Mello Freire				menção
281	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro				menção
282	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Schneidewin	Comm. Ad Inst.			Indireta
283	7	1875	Os estrangeiros podem ser nomeados tutores ou curadores?	Antonio Joaquim Ribas	Mackelvey				Indireta
284	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos					apud
285	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Buchholz	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
286	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Lobão	Consolidação das leis civis			Indireta
287	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Teixeira de Freitas	Direitos de Família			Indireta
288	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Lafayette Rodrigues Pereira	Direito internacional privado			Indireta
289	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Pimenta Bueno	Commentário as ord.			Indireta
290	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Candido Mendes				menção
291	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro				menção
292	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Borges Carneiro				menção
293	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	José Pereira de Carvalho				menção
294	7	1875	O estrangeiro pode ser tutor?	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Silva Costa	artigo publicado na Revista Jurídica, tom. 3º			Indireta
295	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Guerreiro	Trat.			Indireta
296	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico			Indireta
297	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Primeiras Linhas sobre o processo civil			Indireta
298	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Practico Compendiario de todas as ações Summarias			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
299	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Silva Pereira	Rep. das Ords.			Indireta
300	7	1875	O despacho que obriga assignar termo de tutela tem a pena de prisão. Até quando se estende a prisão? O despacho que obriga assignar termo é appellavel.	Joaquim Alves Carneiro de Campos	Candido Mendes	Codigo Philippino			Indireta
301	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Emmanuelis Alvarez Pegaz	monografia			Indireta
302	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	monografia			Indireta
303	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Emmanuelis Alvarez Pegaz	Tractatus de competentis inter archiepiscopos			Indireta
304	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Noias de Uso Practico e Criticas as Instituições de Meilo Freire			Indireta
305	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Pascoal José de Meilo Freire	Institutas			Indireta
306	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Antonio Joaquim Ribas	Instit. de Gaio IV			referência
307	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Pothier	Instit. Justin			referência
308	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Pothier	Traité de la possession	1772		referência
309	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	A. J. Cuiperi	Observaciones selectae de natura possessionis			referência
310	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Caron	Traité théorique et pratique des actions possessoires	1842		referência
311	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Isidore Alauzet	Histoire de la possession	1849		referência
312	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Mollot	La possession, la revendication	1851		referência
313	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Miray	Theorie des actions possessoires	1853		referência
314	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Desiré Beauvois	De la possession en Droit Romain	1858		referência
315	8	1875	Da natureza da posse.	Antonio Joaquim Ribas	Savigny	Tratado da Posse	1865		referência
316	8	1875	1º É valida a doação feita por mulher casada á um filho sem intervenção do marido? 2º Não sendo, é de mistér sentença que declare nulla a doação?	Manoel Martins Torres	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Dir. Civ			Indireta
317	8	1875	1º É valida a doação feita por mulher casada á um filho sem intervenção do marido? 2º Não sendo, é de mistér sentença que declare nulla a doação?	Manoel Martins Torres	Coeilho da Rocha	Direito Civil			Indireta
318	8	1875	1º É valida a doação feita por mulher casada á um filho sem intervenção do marido? 2º Não sendo, é de mistér sentença que declare nulla a doação?	Manoel Martins Torres	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito Civil			direta
319	8	1875	1º É valida a doação feita por mulher casada á um filho sem intervenção do marido? 2º Não sendo, é de mistér sentença que declare nulla a doação?	Manoel Martins Torres	Pereira	Decis			Indireta
320	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Paphiano				Indireta
321	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Savigny				Indireta
322	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Rudorff	Not. a Sav.			Indireta
323	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Schneidewin	Inst. Imp. Comm			Indireta
324	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Hugues Doneau	Comm. Jur. Civ.			Indireta
325	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Zlitoraki				Indireta
326	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Hugues Doneau				Indireta
327	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Paulo de Castro				Indireta
328	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Theophilus				Indireta
329	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Celso	D. De poss.			Indireta
330	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Paulo	De poss			Indireta
331	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	J. B. du Ramel	Ep. 1º ad Cor			Indireta
332	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Macarel	Encyclop. Meth.	1823		Indireta
333	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Dalloz				Indireta
334	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Gab. P. de Castro	De Manu Reg.			Indireta
335	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Francisco Balthazar da Silveira	Const. do Arcebisado			Indireta
336	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Francisco Balthazar da Silveira	livro 1			Indireta
337	8	1875	QUESTÃO DE OSSOS.	Francisco Balthazar da Silveira	Pascoal José de Meilo Freire				Indireta
338	8	1875	Analyse da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta
339	8	1875	Analyse da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
340	8	1875	Analyse da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Coeilho da Rocha	Direito Civil			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
341	8	1875	Análise da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Borges Carneiro				Indireta
342	8	1875	Análise da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	José Homem Corrêa Telles	Digesto português			Indireta
343	8	1875	Análise da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
344	8	1875	Análise da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo			Indireta
345	8	1875	Análise da Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 8º	Joaquim Alves Carneiro De Campos	Samuel Stryk	Orphanológico			Indireta
346	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tratado Prático dos Interdictos o Remedios Possessorios			Indireta
347	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Savigny				Indireta
348	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Marciano				Indireta
349	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Paulo				Indireta
350	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano				Indireta
351	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Sabino				Indireta
352	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Trebatius				Indireta
353	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Schneidewin				Indireta
354	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Labon				Indireta
355	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
356	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Pothier				Indireta
357	8	1875	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas		Direito Civil Brasileiro			Indireta
358	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Pothier	Pandectas			Indireta
359	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Galo				direta
360	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Paulo				direta
361	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Mackelvey	D. Romain			Indireta
362	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Ortolan	Insitt			Indireta
363	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
364	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Cassio				Indireta
365	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Minicio				direta
366	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Juliano				Indireta
367	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Modestino				referência
368	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Pomponio				referência
369	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Pascoal José de Mello Freire	Direito Civil			Indireta
370	8	1875	A Theoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			Indireta
371	8	1875	obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
372	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Ulpiano				direta
373	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Marcello				Indireta
374	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Coelho da Rocha	Direito Civil			direta
375	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Sabino				Indireta
376	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Mucio				Indireta
377	8	1875	A Teoria da divisibilidade e indivisibilidade das cousas serve de fundamento á doutrina sobre a divisibilidade e indivisibilidade das obrigações?	Joaquim Augusto de Camargo	Papiniano				direta
378	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Pascoal José de Mello Freire Lobão	Institutiones Juris Civilis Lusitani			direta
379	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Augusto Teixeira de Freitas	Tractado Practico de Morgados			direta
380	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira				direta
381	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Antonio Joaquim Gouvea Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			direta
382	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Coelho da Rocha	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			Indireta
383	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Philippe Antoine Merlin	Des Testaments (Des donations entre vifs et des testaments)			Indireta
384	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Furgole	Dir. Rom.			Indireta
385	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Troplong	Dir. Franc.			Indireta
386	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Troplong	Des Testaments (Des donations entre vifs et des testaments)			Indireta
387	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico			Indireta
388	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Augusto Teixeira de Freitas	Dicc. de Mor.			Indireta
389	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Montesquieu	Esp. Das leis			direta
390	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Augusto Teixeira de Freitas	Carta de Aguesseau			Indireta
391	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
392	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	P. Raulica	ensaio Poder Publico			Indireta
393	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Layardière	Agricultura e População			Indireta
394	9	1876	Substituição Fideicommissaria	Augusto Teixeira de Freitas	Borges Carneiro	Direito Civil			Indireta
395	9	1876	O Aviso de 27 de Outubro do corrente anno comprehendente somente o caso da concessão ou denegação de licença para o casamento do menor, suprido o consentimento do pai ou tutor.	Annibal F. Fernandes da Cunha Rocha					nenhuma
396	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Philippe Antoine Merlin	Recueil alphabétique des questions de droit			direta
397	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Scaccia				direta
398	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Ulpiano				direta
399	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Antonio Joaquim Ribas	artigo publicado na Revista O Direito, vol 1			direta
400	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Pardeusius				Indireta
401	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Massé				Indireta
402	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Dalloz				Indireta
403	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Augusto Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
404	9	1876	Em que a locação do serviços mercantil se-distingue da civil ?	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Traité de droit romain			Indireta
405	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Troplong	Des testaments (Des donations entre vifs et des testaments)			Indireta
406	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Proudhon				Indireta
407	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			direta
408	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Coelho da Rocha	Direito Civil			Indireta
409	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			direta
410	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Demolombe	Usuf.			Indireta
411	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Villargues	Livro das Substituições			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
412	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Pascual José de Mello Freire				Indireta
413	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	José Homem Corrêa Telles				Indireta
414	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Martinus Góias				Indireta
415	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Piercentino				apud
416	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Bassiano				apud
417	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Savigny				Indireta
418	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Schneidewin				Indireta
419	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Bartolo				Indireta
420	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Baldo				Indireta
421	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Cujacius (Jacques Cujas)				Indireta
422	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Pothier				Indireta
423	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Vinnius				Indireta
424	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Domat				Indireta
425	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Cuperus				Indireta
426	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Struvio	Exereist. Thes.			Indireta
427	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Thomasius	Not. ad Pand'			Indireta
428	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Emmanuelis Alvarez Pegas	Tractatus de competentis inter archiepiscopos			Indireta
429	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Pascual José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			Indireta
430	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano				direta
431	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Marciano	De probat.			Indireta
432	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Paulo				Indireta
433	9	1876	DA POSSE (continuação)	Antonio Joaquim Ribas	Charles Gustave Maynz				Indireta
434	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Dias Ferreira	Comment.			Indireta
435	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Demolombe			francês	direta
436	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Mourlon	Répétition écrites sur le Code Napoléon			Indireta
437	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Verdier	Transcription Hypothécaire			direta
438	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Dalloz	Rep. verbo Plev. e hyp.			Indireta
439	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Flandin				Indireta
440	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Duranthon				menção
441	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Delvincourt				menção
442	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence		francês	direta
443	9	1876	As construções e benfeitorias (imoveis) em terreno alheio não podem por si sós ser objecto de hypoteca.	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Persil	Quest. sur les previl. et hypoth.			Indireta
444	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Francisco de S. Luiz	Ensaio de Synonimos			direta
445	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções			direta
446	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Almeida	Trat. dos Praz.			Indireta
447	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Augusto Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
448	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny				Indireta
449	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Nabuco de Araújo	Annaes do Senado			Indireta
450	9	1876	EMPHYTEUSE NO BRAZIL	Augusto Teixeira de Freitas	Azevedo Castro	Elemento Servil			Indireta
451	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Montesquieu				Indireta
452	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Tracy				Indireta
453	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Trat. de droit romain			Indireta
454	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Chassat	Trat. dos Stat.			Indireta
455	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Ahrens	Dir. Nat. Part. Es.			Indireta
456	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Obrig.			Indireta
457	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Demolombe	Usuf.			Indireta
458	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Charles Gustave Maynz	Droit Romain			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
459									
460	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Bartolo	Consolidação das leis civis			Indireta
461	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Cunha Miranda	Est. do Dir. de Usuf.			Indireta
462	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Cunha Miranda	Usuf.			Indireta
463	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Proudhon	Usuf.			Indireta
464	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Troplong	Des Testaments (Des donations entre vifs et des testaments)			Indireta
465	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Coelho da Rocha	Direito Civil			Indireta
466	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Joaquim José Caeetano Pereira e Sousa	Esboço de hum dicionario juridico, theoretico, e pratico			Indireta
467	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			Indireta
468	9	1876	SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSARIA	Augusto Teixeira de Freitas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Esboço do Cod. Civ.			Indireta
469	9	1876	o herdeiro que prefere ficar com os bens, que recebeu em dote, não está obrigado á collação ?	JOÃO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Tractado Practico Compendiario de todas as ações Summarias				Indireta
470	9	1876	o herdeiro que prefere ficar com os bens, que recebeu em dote, não está obrigado á collação ?	JOÃO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Gama	Decis. 33			Indireta
471	10	1876	Retrospecto. Apólices da divida publica	Augusto Teixeira de Freitas	Rebouças	Livro das Observações			Indireta
472	10	1876	Retrospecto. Apólices da divida publica	Augusto Teixeira de Freitas	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
473	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Antonio Ribeiro de Lz Teixeira				Indireta
474	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Pascoal José de Mello Freire				menção
475	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Emmanuelis Alvarez Pegas				menção
476	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Silva				menção
477	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Guerreiro				menção
478	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Pellat				Indireta
479	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez	1852		Indireta
480	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
481	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Pascoal José de Mello Freire	livro 2			Indireta
482	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães		Compendio da Faculdade			Indireta
483	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Borges Carneiro	Direito Civil			Indireta
484	10	1876	E valido o pacto, em que a mulher dá ao marido o direito de succeder em E valido o pacto, se ella não tiver herdeiros necessarios?	Aprigio Justiniano Da Silva Guimarães	Alvaro Valasco	Consultatunum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			Indireta
485	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano		latim		direta
486	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Pamponio				Indireta
487	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Labron				Indireta
488	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Juliano				direta
489	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Cujacius (Jacques Cujas)				Indireta
490	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Savigny				Indireta
491	10	1876	DA POSSE. § 8º - Posse justa e injusta.	Antonio Joaquim Ribas	Papiano				Indireta
492	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revalidado.	FRANCISCO VILHENA	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			direta
493	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revalidado.	FRANCISCO VILHENA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
494	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revalidado.	FRANCISCO VILHENA	Demangeat	notas á Feix. Direito Internacional Privado			Indireta
495	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revalidado.	FRANCISCO VILHENA	Savigny	Tratê de droit romain			Indireta
496	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revalidado.	FRANCISCO VILHENA	Pimenta Bueno	Direito internacional privado			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
497	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Pimenta Bueno	Direito Publico Brasileiro			Indireta
498	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Felix	Dir Intern. Privado			Indireta
499	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Wachter	tomo 2º			Indireta
500	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
501	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Coelho da Rocha				Indireta
502	10	1876	Casamento mixto celebrado sem as formalidades do concilio de Trento e não revolidado.	FRANCISCO VILHENA	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa				Indireta
503	11	1876	Incapacidade Dos Loucos	Augusto Teixeira de Freitas	Perdigão Malheiro	artigo publicado na Gazeta Jurídica			direta
504	11	1876	Incapacidade Dos Loucos	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Traité de droit romain			direta
505	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta
506	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
507	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	José Homem Corrêa Telles				menção
508	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	Silvestre Pinheiro				menção
509	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	Coelho da Rocha				menção
510	11	1876	Despejo. - Distinções quanto aos embargos a ella oppositos, e effeitos destes.	Luiz Francisco da Camara Leal	Ovidio Fernandes Tingo de Loureiro				menção
511	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano		latim		direta
512	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Pothier				Indireta
513	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Galo				Indireta
514	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Blumenthal	Diss. de datione in sulutum			referência
515	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Anton.				direta
516	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Diocl. E Maxim.	Const.		latim	direta
517	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Hermogen.			latim	direta
518	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Paulo			latim	direta
519	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas		Dir. Civ. Bras.			
520	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Marcello			latim	direta
521	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Pomponio			latim	direta
522	11	1876	DA POSSE. § 9.0-Dos titulos da posse. (Continuação da pag. 641 do 10º volume).	Antonio Joaquim Ribas	Juliano			latim	direta
523	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Bravard				direta
524	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Pardessus				direta
525	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Ferreira Borges				direta
526	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Pothier				menção
527	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Emerigon				menção
528	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Riviere				menção

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
529	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Estrangin				apud
530	11	1876	O segurador poderá fazer segurar por outrem o objecto do seguro, e poderá ser comprehendido no seguro o premio do primeiro seguro?	JOÃO ANTONIO DE SOUZA RIBEIRO	Zacharie	Trat. de Dir. Civil			referência
531	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Lermnier				Indireta
532	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Romulo				menção
533	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Plinio				menção
534	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Modestino				direta
535	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Alexandre Herculano				direta
536	12	1877	CASAMENTO CIVIL	ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO	Diogo Pereira de Vasconcellos	projeto de lei			Indireta
537	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Antonio Joaquim Ribas	artigo publicado na Revista O Direito			Indireta
538	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Heineccius				menção
539	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Petri Waldeck				menção
540	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Pothier				Indireta
541	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Savigny				menção
542	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Teixeira de Freitas				Indireta
543	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Mackeldey				Indireta
544	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			Indireta
545	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Cordeiro				Indireta
546	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Antonio Joaquim Ribas	Direito administrativo brasileiro			Indireta
547	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	José Homem Corrêa Telles				Indireta
548	12	1877	Pode ou não dar-se o interdicto de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou rei vindicte possessionis, quanto aos direitos que têm aquelles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.	Luiz Francisco da Camara Leal	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
			Pode ou não dar-se o interdito de manutenção de posse, conhecido pela denominação romana de uti possidetis ou retinenda possessio, quanto aos direitos que têm aqueles que se achão no estado intermedio entre o de liberdade e o de escravidão.						
549	12	1877	Os testamentos serão de direito natural?	Luiz Francisco da Camara Leal	Joaquim Ignacio Ramalho	Praxe Brasileira			Indireta
550	12	1877	Os testamentos serão de direito natural?	FRANCISCO PINTO PESSOA	Troplong				Indireta
551	12	1877	Os testamentos serão de direito natural?	FRANCISCO PINTO PESSOA	Hiliger				direta
552	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Traité de droit romain			direta
553	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Demolombe				Indireta
554	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil livro 2			Indireta
555	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Pascoal José de Mello Freire				direta
556	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			direta
557	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Borges Carneiro				direta
558	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	José Homem Corrêa Telles				Indireta
559	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Savigny	Digesto portuguez			Indireta
560	12	1877	FILIAÇÃO LEGITIMA	Augusto Teixeira de Freitas	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	Dir.			Indireta
561	13	1877	DA CONFISSÃO NO JUIZO CONCILIATORIO	A. J. DE MACEDO SOARES		Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta nenhuma
562	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Dalloz	Repertoire de Jurisprudence			Indireta
563	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Marcadé	Explication du Code Nap			Indireta
564	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Troplong	De la prescription (De la prescription ou Commentaire du titre XX du livre III du Code civil)			Indireta
565	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Bigot-Prémeneu				Indireta
566	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Dunnot				Indireta
567	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Malleville				Indireta
568	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Bremeu	Universo Juridico			Indireta
569	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Anthoine de Saint Joseph	Concordance entre les codes civils étrangers et le Code Napoléon			Indireta
570	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO		Motifs du code civil			Indireta
571	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Mourlon	Répétition écrites sur le Code Napoléon			Indireta
572	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Duranthon	Cours de Droit Civil			Indireta
573	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			Indireta
574	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta
575	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Segundas Linhas sobre o Processo Civil de Pereira e Souza			Indireta
576	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Silva	á Ord.			Indireta
577	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
578	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			Indireta
579	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO		Consolidação das leis civis			Indireta
580	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Nouguier	Des lettres de change			Indireta
581	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Gouget et Merger	Dictionaire de Droit Commercial			Indireta
582	13	1877	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Isidore Alauzet	Dictionaire du Commerce et Navigation			Indireta

A	B	C	D	E	F	G	H	I
583	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Ferreira Borges	Dicionário Jurídico commercial			Indireta
584	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Trebutien	Droit. criminel			Indireta
585	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	A. Morin	Repertoire de droit criminel			Indireta
586	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Carnot	Instruction d'crime			Indireta
587	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	F. Heile	Instruction criminelle			Indireta
588	13	A prescrição não alegada pela parte, mas constante nos autos pode ser suprida pelo juiz?	JOAQUIM CORRÊA DE ARAUJO	Pimenta Bueno				direta
589	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Antonio Ribeiro de Lz Teixeira				direta
590	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Coelho da Rocha				Indireta
591	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Pothier				Indireta
592	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Bigot-Prémeneu				Indireta
593	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Pascoal José de Mello Freire			latim	direta
594	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			Indireta
595	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
596	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Dunois				Indireta
597	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Besold				apud
598	13	Serão permitidos pelo nosso direito os testamentos de mão commun e reciprocos entre os conjuges?	JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA ALVES	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				Indireta
599	13	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles...	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Moraes Carvalho				Indireta
600	13	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles...	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa				Indireta
601	13	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles...	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				Indireta
602	13	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles...	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	José Homem Corrêa Telles				Indireta
603	13	A liberdade condicional conferida aos escravos estado-livres não impede a locação delles...	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Perdigão Malheiro	A escravidão no Brasil			Indireta
604	13	Emprestimo á risco ou cambio marítimo, e seguro marítimo.	J. L. LIBERATO BARROSO	Horacio Bay				Indireta
605	13	Emprestimo á risco ou cambio marítimo, e seguro marítimo.	J. L. LIBERATO BARROSO	Ferreira Borges				Indireta
606	13	Emprestimo á risco ou cambio marítimo, e seguro marítimo.	J. L. LIBERATO BARROSO	Pardessus				Indireta
607	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Charles Gustave Maynz				Indireta
608	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Papiniano	Dig.			Indireta
609	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Cipelli	Elementi di diritto commerciale			direta
610	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Crescenziio	Sistema del diritto civil e romano			direta
611	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados immediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Teixeira de Freitas				direta
612	14	Concedida a moratoria pelo tribunal competente, os credores por título de deposito devem ser embolsados imediatamente, ou ficam sujeitos ao prazo da moratoria?	ANTONIO TIBURCIO FIGUEIRA	Savigny	Obrig.			referência

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
613	14	1877	A lei de 9 de Julho de 1773 § 12, tão citada em nosso foro, é lei patria?	João JOAQUIM FONSECA DE ALBUQUERQUE	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
614	14	1877	A lei de 9 de Julho de 1773 § 12, tão citada em nosso foro, é lei patria?	João JOAQUIM FONSECA DE ALBUQUERQUE	Pompeu	Geogr.			Indireta
615	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Cicero				menção
616	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Bonnet				menção
617	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	d'Aguiseau				menção
618	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Samuel Stryk	Specimen usus moderni Pandectarum			Indireta
619	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Fresquet				menção
620	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Marezoll				menção
621	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Otolan				menção
622	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Thévenot				menção
623	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Bohemero	ad Pandect			Indireta
624	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Arnoldi Vinnio	Jurisprudenciae contrade sive			Indireta
625	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Coelho da Rocha				Indireta
626	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
627	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			direta
628	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			Indireta
629	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Borges Carneiro				direta
630	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Philippe Antoine Merlin	Recueil alphabétique des questions de droit			Indireta
631	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Hortensius de Saint-Albin	Logica Judiciaria			Indireta
632	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Mailier de Chassat	Traité d'interpretation des lois			Indireta
633	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Hugues Doneau				Indireta
634	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Thibaut	Theoria de interpretação logica			Indireta
635	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil			Indireta
636	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND		Repertorio á Ord.			Indireta
637	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Antonio da Gama	Decisões do supremo senado lusitano			Indireta
638	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Phebo	Decisões			Indireta
639	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Mendes á Castro	Pratica Lusitana			Indireta
640	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			Indireta
641	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Lima	á Ord.			Indireta
642	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Pothier	Traité des obligations			Indireta
643	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Bousquet	Dicc. de Dir			Indireta
644	14	1877	As fianças do marido com outorga da mulher obrigarão os bens desta, nu a sua meação? Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Duranthon	Cours de Droit Civil			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
645	14	1877	As filiações do marido com outorga da mulher obrigam os bens desta, nu a sua meação?-Não	ANTONIO V. MENEZES DE DRUMMOND	Rolland de Villargues	Dictionaire du droit civile			Indireta
646	14	1877	Commentário á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. LIMA	Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro				direta
647	14	1877	Commentário á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. LIMA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			direta
648	14	1877	Commentário á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. LIMA	Souza França	discurso parlamentar			direta
649	14	1877	Commentário á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. LIMA	Mello Mattos	discurso parlamentar			direta
650	14	1877	Commentário á lei de 2 de Setembro de 1847. Os filhos naturaes podem concorrer á herança paterna com os filhos legitimos do mesmo pai?	G. LIMA	Pedro de Araújo Lima	discurso parlamentar			direta
651	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
652	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Savigny	Tratado da Posse			Indireta
653	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Practico de Morgados			Indireta
654	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Ulpiano		latim		direta
655	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Paulo		latim		direta
656	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Pothier	Tr. De la prescrip.			Indireta
657	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Samuel Stryk				Indireta
658	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	José Homem Corrêa Telles	man. De tabell.			Indireta
659	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Bohmer	ad Pandect			Indireta
660	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Alvaro Valasco	Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			Indireta
661	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Moraes	de execut.			Indireta
662	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Lima	ad Ord.			Indireta
663	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Caldas	de empl.			Indireta
664	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Practico dos Interdictos o Remedios Possessorios		latim	Indireta
665	16	1878	Da posse	Antonio Joaquim Ribas	Pomponio				direta
666	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Montesqueu				menção
667	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
668	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Borges Carneiro				Indireta
669	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Coelho da Rocha	Direito Civil			Indireta
670	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Perdigão Malheiro				Indireta
671	16	1878	nós?	DELFINO PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA	Pimenta Bueno				Indireta
672	16	1878	direito de succeder ab intestado e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Teixeira de Freitas				direta
673	16	1878	direito de succeder ab intestado e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Hello				direta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
674	16	1878	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de suceder ab intestato e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Charles Gustave Maynz	Elements de Droit Romain			Indireta
675	16	1878	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de suceder ab intestato e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Wheaton				Indireta
676	16	1878	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de suceder ab intestato e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Fritot				Indireta
677	16	1878	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de suceder ab intestato e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Silvestre Pinheiro	Observações a Coroa Portuguesa			Indireta
678	16	1878	Aquelle que perdeu os direitos de cidadão brasileiro, perdeu ao mesmo tempo o poder paterno e o poder marital, se é casado e tem filhos, e o direito de suceder ab intestato e por testamento a cidadãos brasileiros?	FRANCISCO DE PAULA SALES	Ch. Vergé				Indireta
679	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Duranthon	Droit civil		francês	direta
680	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Familia			Indireta
681	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Perdigão Malheiro	Commentario a lei n. 483 de 2 de setembro de 1847 sobre successão dos filhos naturais e sua filiação			direta
682	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques		Consolidação das leis civis			Indireta
683	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Coelho da Rocha	Direito Civil			Indireta
684	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Daloz	Lois		francês	direta
685	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence		português	direta
686	16	1878	E esurio o filho concebido pela mulher cazada, embora nascido quando ella viuva.-Tal filho não pode ser instituido herdeiro pelo pai conjuntamente com outro filho natural.	Francisco do Nascimento Marques	Demolombe	Paternité			Indireta
687	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Savigny	Tratado da Posse		português	direta
688	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Pascoal José de Mello Freire			latim	direta
689	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Pothier	Tratado da posse			Indireta
690	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Cujacius (Jacques Cujas)	Comm.			direta
691	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Theophilo			latim	direta
692	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Huschke				apud
693	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Hugues Doneau			latim	direta
694	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Cicero			latim	direta
695	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Alvaro Valasco	Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			referência
696	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessorios no direito romano	JOAO EVANGELISTA SAYAO DE BULHÕES CARVALHO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Practico dos Interdictos e Possessorios			referência

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
697	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Ulpiano				Indireta
698	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Gaio				Indireta
699	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Paulo				Indireta
700	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Pomponio				Indireta
701	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Niebuhr				Indireta
702	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Molitor	La poss.			Indireta
703	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Van Welter	Cours elementaire de droit romain			direta
704	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Alvaro Valasco				Indireta
705	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO	Bentham				menção
706	16	1878	Natureza da posse e dos interdictos possessórios no direito romano	JOÃO EVANGELISTA SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO		Consolidação das leis civis			Indireta
707	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Michaux	Traité de Testam.			Indireta
708	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
709	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				Indireta
710	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Jhering				Indireta
711	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Savigny				menção
712	18		É nulo o testamento se a cedula não estiver cerrada e cosida quando fizer-se da tradição ao oficial publico, para lavrar o instrumento de aprovação?	D. A.	Demolombe	Cours de Code Napoleon			Indireta
713	18		A quem compete nas comarcas geraes a concessão de licença para casamento de orphãos nos termos da Ord. do l. v. 1.º, tit. 88 § 19?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
714	18		A quem compete nas comarcas geraes a concessão de licença para casamento de orphãos nos termos da Ord. do l. v. 1.º, tit. 88 § 19?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Borges Carneiro				Indireta
715	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Galileo				menção
716	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Antonio Joaquim Ribas	Tratado de Direito Civil			Indireta
717	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Savigny				Indireta
718	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Paula Baptista				Indireta
719	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
720	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira				Indireta
721	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Teixeira de Freitas				Indireta
722	19		Analyse do premio dos testamentarios, sua lei e pratica	EDUARDO GOMES FERREIRA VELLOZO	Joaquim Ignacio Ramalho	Instituições Orphanologicas			Indireta
723	19		Existe o direito de accrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Dissert.			Indireta
724	19		Existe o direito de accrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito civil			Indireta
725	19		Existe o direito de accrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Joaquim Ignacio Ramalho	Instituições Orphanologicas			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
726	19	1879	Existe o direito de acrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			Indireta
727	19	1879	Existe o direito de acrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Troplong	Des donations entre vifs et des testaments			Indireta
728	19	1879	Existe o direito de acrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tractado Practico Compendiario de todas as ações Summarias			Indireta
729	19	1879	Existe o direito de acrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Léopold Auguste Warnkenig	Institutiones Iuris Romani			Indireta
730	19	1879	Existe o direito de acrescer nas heranças e nos legados, perante o nosso direito?	JOÃO MANOEL CARLOS DE GUSMÃO	Coelho da Rocha				Indireta
731	22	1880	Não tem os tutores de órfãos pobres a obrigação ou dever de fazer a inscrição de hypothecca legal para assumirem a tutoria.	CANDIDO BORGES DA FONSECA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
732	23	1880	A escriptura publica de reconhecimento do filho natural deve ser lavrada especialmente para esse fim ?	M. JORGE RODRIGUES	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
733	23	1880	A escriptura publica de reconhecimento do filho natural deve ser lavrada especialmente para esse fim ?	MANOEL JOSÉ ESPINOLA	Perdigão Malheiro	Commentario a lei n. 463 de 2 de setembro de 1847 sobre successão dos filhos naturais e sua filiação	1857		Indireta
734	23	1880	A mulher escrava de seu proprio filho, tendo outros filhos menores escravos, deve preferir, na ordem da emancipação das familias, aos filhos de que trata o art. 27 do Reg. De 13 de Novembro de 1872?	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Paula Baptista	Hermenêutica Jurídica			Indireta
735	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
736	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Cabedo				Indireta
737	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
738	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Borges Carneiro				Indireta
739	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Emmanuelis Alvarez Pegas		latim		direta
740	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Candido Mendes	Codigo Philippino			Indireta
741	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Demolombe	Des Success.	português		direta
742	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Verdier	Transcription Hypothécaire			Indireta
743	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Troplong	Du contrat de mariage et des droits respectifs des époux			direta
744	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Guerreiro	Tract.	latim		direta
745	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			Indireta
746	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
747	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Alvaro Valasco				Indireta
748	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Phebo				Indireta
749	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Scoepe			latim	direta
750	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Caldas			latim	direta
751	23	1880	Intelligencia da Ord. liv. 40 tit. 105	JOAO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA	Paula Baptista	Hermenêutica Jurídica			Indireta
752	23	1880	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Samuel Stryk				menção
753	23	1880	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Borges Carneiro				Indireta
754	23	1880	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Toullier				menção
755	23	1880	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			Indireta
756	23	1880	Poder-se-ia constituir usufructo transmissivel aos herdeiros do usufructuario ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Mackelvey				referência

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
757	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Accarias					referência
758	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Ortolan	Inst.				referência
759	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Du Caurroy					referência
760	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Demangeat					referência
761	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Coeilho da Rocha					referência
762	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Ovidio Fernandes Tigo de Loureiro					referência
763	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Borges Carneiro					direta
764	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Pothier					referência
765	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Philippe Antoine Merlin					referência
766	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Dalloz					referência
767	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Rolland de Villargues					referência
768	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Toullier					referência
769	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Duranthon					referência
770	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Delvincourt					referência
771	23	Poder-se-ia constituir usufruto transmissível aos herdeiros do usufrutuário ?	DEMOCRITO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	Domat	Les lois civiles				referência
772	24	Não pertencem à jurisdição comercial as letras passadas entre credor e devedor, em virtude de um contrato civil, no acto de assignarem ambos a respectiva escriptura, sendo nesta mencionadas, como representando obrigação consequente do mesmo contrato.	NABOR CARNEIRO BEZERRA CAVALCANTI		Gazeta Jurídica				Indireta
773	24	Não pertencem à jurisdição comercial as letras passadas entre credor e devedor, em virtude de um contrato civil, no acto de assignarem ambos a respectiva escriptura, sendo nesta mencionadas, como representando obrigação consequente do mesmo contrato.	NABOR CARNEIRO BEZERRA CAVALCANTI	Silva Lisboa					Indireta
774	24	Não pertencem à jurisdição comercial as letras passadas entre credor e devedor, em virtude de um contrato civil, no acto de assignarem ambos a respectiva escriptura, sendo nesta mencionadas, como representando obrigação consequente do mesmo contrato.	NABOR CARNEIRO BEZERRA CAVALCANTI		Diction. Univ. theor. Et prat. Du comm. Et navig.				Indireta
775	24	Nas causas sobre bens de raiz, a conciliação deve ser tentada com marido e mulher conjuntamente? Inteligencia das Ords. liv. 3º tit. 47 e liv. 4º tit. 48.	JOSÉ DE SOUZA REIS	Philippe Antoine Merlin	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence				Indireta
776	24	Nas causas sobre bens de raiz, a conciliação deve ser tentada com marido e mulher conjuntamente? Inteligencia das Ords. liv. 3º tit. 47 e liv. 4º tit. 48.	JOSÉ DE SOUZA REIS	M. M. Sabixe e Charteret	Encyclopedie do Direito				Indireta
777	24	O erro ou ignorancia de direito, aproveita a alguém em alguns casos?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Pascoal José de Mello Freire	Segundas Linhas sobre o Processo Civil de Pereira e Souza				Indireta
778	24	O erro ou ignorancia de direito, aproveita a alguém em alguns casos?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Manuel de Almeida e Sousa de Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez				Indireta
779	24	O erro ou ignorancia de direito, aproveita a alguém em alguns casos?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Manuel de Almeida e Sousa de Coelho da Rocha	Jornal do Commercio				Indireta
780	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Fasciculo de Dissertações Jurídico-Praticas				referência
781	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Bastiat					Indireta
782	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Euzebio de Queiroz					Indireta
783	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Paulino José Soares de Souza					Indireta
784	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Honorio Hermelo					Indireta
785	25	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES						Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
786	25	1881	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Bernardo Pereira de Vasconcellos				Indireta
787	25	1881	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Alves Branco				Indireta
788	25	1881	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Manoel Alves Branco				Indireta
789	25	1881	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Duarte de Azevedo	discurso parlamentar			Indireta
790	25	1881	Contratos de « quota-litis »	ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES	Nabuco de Araújo				Indireta
791	26	1881	O legado que é deixado ao credor, opera a compensação da dívida, ou entende-se dado gratuitamente?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Pascoal José de Mello Freire	Instituições Juris Civilis Lusitani			Indireta
792	26	1881	O legado que é deixado ao credor, opera a compensação da dívida, ou entende-se dado gratuitamente?	JOSÉ DE SOUZA REIS	José Homem Corrêa Telles	Digesto português			Indireta
793	26	1881	O legado que é deixado ao credor, opera a compensação da dívida, ou entende-se dado gratuitamente?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			Indireta
794	26	1881	O legado que é deixado ao credor, opera a compensação da dívida, ou entende-se dado gratuitamente?	JOSÉ DE SOUZA REIS	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira				Indireta
795	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito civil			Indireta
796	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Coelho da Rocha				Indireta
797	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO					Indireta
798	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Antoine de Saint Joseph	Rev. Occidentale Concordance entre les codes civils étrangers et le Code Napoléon			Indireta
799	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Voedo				menção
800	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Guereiro				menção
801	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
802	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Paula Baptista	Hermenêutica Jurídica			Indireta
803	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Emmanuelis Alvarez Pegas				Indireta
804	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Candido Mendes	Codigo Philippino			Indireta
805	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Borges Carneiro	Direito Civil			direta
806	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	José Homem Corrêa Telles	Digesto português			Indireta
807	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Ovidio Fernandes Tigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
808	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Themudo				Indireta
809	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Paula Baptista				Indireta
810	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Rebouças				direta
811	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
812	26	1881	No casamento da mulher quinquagenária, que tem filhos ou descendentes sucessíveis, sendo viúva, comunicação-se...	VICENTE FERRER DE BARROS WANDERLEY ARAUJO	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
813	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Lafayette Rodrigues Pereira	Direito das Couseas			Indireta
814	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Teixeira de Freitas	Ass. A Consolidação			Indireta
815	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Savigny	Traité de droit romain			Indireta
816	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	José Homem Corrêa Telles	Digesto português			referência
817	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR		Digesto			referência

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
818	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Mackelley	Manuel de Droit Rom			referência
819	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Charles Gustave Maynz	Trat. de Dir. Rom. Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			referência
820	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Philippe Antoine Merlin				referência
821	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Pothier	Tratado das Substituições			direta
822	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Pascoal José de Mello Freire	Institutions Juris Civilis Lusitani		latim	direta
823	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Pothier	Trat. Das Subst.		francês	direta
824	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			direta
825	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Domat	Les lois civiles			Indireta
826	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			Indireta
827	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Prático e Críticas as instituições de Mello Freire			Indireta
828	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Mourlon	Répétition écrites sur le Code Napoléon			Indireta
829	27	1882	Usufruto e fideicomisso	JOAQUIM ANTUNES DE FIGUEIREDO JUNIOR	Pothier	Tratado das doações testamentárias		francês	direta
830	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Baibie	De la liberté de tester.			referência
831	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Borges Carneiro				referência
832	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				referência
833	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	José Homem Corrêa Telles				referência
834	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Pascoal José de Mello Freire	Commentário a lei n. 463 de 2 de setembro de 1847 sobre successão dos filhos naturais e sua filiação			referência
835	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Perdigão Malheiro				Indireta
836	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
837	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Rebouças	Observa. A Consolidação das leis civis			Indireta
838	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
839	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	d'Aguessseau				Indireta
840	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Loysel	Institt. Cont.			direta
841	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Blackstone	Comm. On the laws of England			referência
842	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Anthoine de Saint Joseph	Concordance entre les codes civils étrangers et le Code Napoléon			referência
843	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Alexandre Dumas Filho	Theatre Compl. Le fils Naturel			Indireta
844	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Morel				menção
845	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Brochard	La vérité sur les enfants trouvées			menção
846	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Legoyt				menção
847	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Proudhon				menção
848	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	F. Le Play				menção
849	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Delvinc				menção
850	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	A. Sinchalle				menção
851	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Ch. Jacquier				menção
852	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Delvincourt				menção
853	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	J. Laurens	Revue des Institutions et du Droit			Indireta
854	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Coelho da Rocha				Indireta
855	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Ulpiano				Indireta
856	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Theophilo				menção
857	28	1882	Investigação da Paternidade Natural na acção de alimentos	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Asão				menção

A	B	C	D	E	F	G	H	I
858	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Vinnius				menção
859	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Domat				menção
860	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Pothier				menção
861	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
862	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Philippe Antoine Merlin				menção
863	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira				menção
864	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Ducauroy				menção
865	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Pleffé-Lacroix				menção
866	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Bruschy				menção
867	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Rebouças				menção
868	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Macedo Soares				menção
869	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Nabuco de Araújo				menção
870	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Cujacius (Jacques Cujas)				menção
871	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Uldarico				menção
872	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Pedro Fabro				menção
873	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Zario				menção
874	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Duareno				menção
875	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Francisco Hottomano				menção
876	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Hugues Doneau				menção
877	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Balduno				menção
878	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Budeo				menção
879	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Costalio				menção
880	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Bachovio				menção
881	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Fachinco				menção
882	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Corraz				menção
883	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Revardo				menção
884	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Pedro Pitheo				menção
885	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Charondas				menção
886	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Gonçallo				menção
887	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Voit				menção
888	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Samuel Stryk				menção
889	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Struvio				menção

A	B	C	D	E	F	G	H	I
890	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Muler				menção
891	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Brunem				menção
892	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Heineccius				menção
893	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Barry				menção
894	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Defin				menção
895	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Molin				menção
896	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	José Pereira de Carvalho				menção
897	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro				menção
898	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Candido Mendes				menção
899	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	S. Pereira				menção
900	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Petri Waldeck				menção
901	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Pascoal José de Mello Freire				menção
902	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Accursio				menção
903	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Bonjean				menção
904	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Dumoulin				menção
905	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Mackeldey				menção
906	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Le Comite				menção
907	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Emmanuelis Alvarez Pegas				menção
908	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Coelho da Rocha				menção
909	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	José Homem Corrêa Telles				menção
910	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Teixeira de Freitas				menção
911	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto				menção
912	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Charles Gustave Maynz				menção
913	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Lagrange				menção
914	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Dumoulin				menção
915	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Fabre				menção
916	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Dalloz				menção
917	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Simion				menção
918	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Loché				menção
919	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Treilhard				menção
920	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Chabot				menção
921	28	Em falta de irmão do defunto succudem-he <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Toullier				menção

A	B	C	D	E	F	G	H	I
922	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Duvergier				menção
923	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Muhlenbruch				menção
924	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Demangeat				menção
925	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
926	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA		Authentica			referência
927	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Suetonio				menção
928	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Cícero				menção
929	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Fonseca	Dicionario Portuguez e Latino			referência
930	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Manuel Bernardes Branco	Dicionario Portuguez e Latino			referência
931	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Hulot				Indireta
932	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Fievée-Lacroix				Indireta
933	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Guill. Freund	Grande dictionario da lingua latina			referência
934	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	M. M. L. Quiccherat e A. Daveluy	Dicionario Latino-Francez			referência
935	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Horing	Espirito do Direito Romano			Indireta
936	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Hortensius de Saint-Albin	Logica Judiciaria			Indireta
937	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Asão				Indireta
938	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Charles Gustave Maynz				Indireta
939	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	José Homem Corrêa Telles				Indireta
940	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa				Indireta
941	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Bruschy	Anotações a Waldeck			Indireta
942	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Heineccius				menção
943	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Aristoteles				menção
944	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Huberto				menção
945	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Grotius				menção
946	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Marezoll				menção
947	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito civil			direta
948	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Borges Castro	Collecção de tratados			referência
949	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Ortlan	Institutas			direta
950	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Goethe				menção
951	28	Em falta de irmão do defunto succudem-the <i>in capita</i> ou <i>in stirpes</i> os sobrinhos filhos de irmãos?	HERMENEGILDO MILITÃO DE ALMEIDA	Hoeckel				menção
952	28	1882 Condção Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Cuvier				menção
953	28	1882 Condção Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Humboldt				menção
954	28	1882 Condção Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Quatrefages				menção

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
955									
956	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Platão				menção
957	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Aristoteles				menção
958	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Flore				menção
959	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Antonio Joaquim Ribas	Direito administrativo brasileiro			Indireta
960	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Pasquale				menção
961	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	E. Haus	Droit Intern Privé			Indireta
962	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Masé	Droit Comm.			Indireta
963	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
964	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Pascoal José de Mello Freire				Indireta
965	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Demolombe				Indireta
966	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Auby et Rau				Indireta
967	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
968	28	1882	Condição Civil do Estrangeiro	TARQUINIO DE SOUZA FILHO	Zacharie				Indireta
969	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Antonio Joaquim Ribas	Curso de Direito Civil Brasileiro			Indireta
970	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	José Anastacio de Figueiredo	Errata da nova compilação das leis e Ordenações deste reino de Portugal			Indireta
971	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Pascoal José de Mello Freire	Instituições Juris Civilis Lusitani			Indireta
972	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
973	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Guereiro	De munere. Judicis Orphanorum			Indireta
974	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Emmanuelis Alvarez Pegas	Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae			Indireta
975	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			Indireta
976	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Aulus Gellius	Noctes Atticae			Indireta
977	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Gail	Comment.			Indireta
978	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Léopold Auguste Warnkoenig	Institutiones iuris Romani privati			Indireta
979	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Gaio				Indireta
980	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Ulpiano				Indireta
981	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Justiano				Indireta
982	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Mackelley	Manuel de Droit Rom			Indireta
983	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Heineccius	Recitationes in Elem. Jur. Civ.	1824		Indireta
984	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Marcello				Indireta
985	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Charles Gustave Maynz	De adopt.			Indireta
986	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Pascoal José de Mello Freire	Instituições Juris Civilis Lusitani			Indireta
987	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Alvaro Valasco	Praxis Partitionum et Collationum	1605		Indireta
988	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				Indireta
989	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Emmanuelis Alvarez Pegas	Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae			Indireta
990	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Alvaro Valasco	Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			Indireta
991	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Phebo				Indireta
992	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Borges Carneiro	Direito Civil de Portugal			Indireta
993	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Curso de Direito Civil Portuguez			Indireta
994	30	1883	A adoção que efeitos produz entre nós actualmente?	ANTONIO DINO DA COSTA BUENO	Antonio Joaquim Ribas	Consolidação das leis do processo civil			Indireta
995	31	1833	Em face do n. 1 do art. 36 do Reg. que baixou com o Decr. de n. 5135 de 1812, assiste ao senhor ou ao possuidor o direito de reclamar contra a classificação para o fim de fazer preferir o seu escravo classificado?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
996	31	1833	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	ANTONINO NEVES				nenhuma
997	31	1833	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão				menção
998	31	1833	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico			menção
999	31	1833	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada um de certos bens da herança?	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Menezes	Juízos Divisórios			menção
					Didimo Júnior	Notas as Linh. Orphan.			direta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1000	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Savigny				Indireta
1001	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Alvaro Valasco	Praxis Partitionum et Collationum			direta
1002	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Charles Gustave Maynz	Droit Romain			Indireta
1003	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Ações			Indireta
1004	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	José Homem Corrêa Telles	Manual do Processo civil: supplemento do digesto portuguez			Indireta
1005	31	1883	Como se deve praticar no caso de acharem-se os herdeiros de posse cada	FRANCISCO DE PAULA LACERDA DE ALMEIDA	Nazareth	Elem. Do Proc. Civ.			Indireta
1006	32	1883	Estipulação de uma servidão em favor de terrenos de um terceiro	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Van Weiler	Direito Romano		francês	direta
1007	32	1883	Estipulação de uma servidão em favor de terrenos de um terceiro	Antonio José Rodrigues Torres Netto	Laurent	D. Civ. Franc.		francês	direta
1008	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Cicero			latim	direta
1009	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Toullier				Indireta
1010	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Zacharie				Indireta
1011	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Antonio Joaquim Ribas				Indireta
1012	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Emmanuelis Alvarez Pegas	Consolidação das leis do processo civil			Indireta
1013	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Guerreiro	Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae			Indireta
1014	33	1884 A lei de 7 de Novembro de 1831		Tertuliano Henriques	Barb.	a Ord.			Indireta
1015	34	1884 A classificação dos escravos libertandos		LUIZ FERREIRA MACIEL PINHEIRO GUIMARÃES					nenhuma
1016	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Saint Augustin	La cité de Dieu		francês	direta
1017	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		GUIMARÃES	Florent			latim	direta
1018	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Bodih	Republ.			Indireta
1019	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Accarias	Droit Romain		francês	direta
1020	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Ventura	Le Pouvoir Politique Chrétien		francês	direta
1021	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Perdigão Malheiro	A escravidão no Brasil			direta
1022	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Pascoal José de Mello Freire			latim	direta
1023	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Gregorio XVI	letras apostolicas			direta
1024	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	P. Constant	Le Pape e la liberté	1839		direta
1025	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Mansfield				direta
1026	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Balmes	Curso de Filosofia Elemental			direta
1027	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Rondina	Philosophia theorica e pratica			referência
1028	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	P. Liberatore	Institutiones Philosophica			referência
1029	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Wallon				menção
1030	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Nabuco de Araújo				direta
1031	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Macedo Soares	Direito			Indireta
1032	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Mackelvey				menção
1033	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			direta
1034	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES	Heineccius	Elem. Jur. Civ. Secund. Ord. Inst.			apud

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1035	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Petri Waldeck	Institutiones juris civilis Heineccianae		latim	direta
1036	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Paulino José Soares de Souza				menção
1037	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	José Thomaz Nabuco de Araújo				menção
1038	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Caelano Alberto Soares				menção
1039	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Martou	Privil. Et Hypoth.			direta
1040	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Savigny	Traité de droit romain			direta
1041	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Zimmern	Trat. Das Acções			direta
1042	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Notas de Uso Practico e Criticas as Instituições de Mello Freire			direta
1043	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Gomes	Manual Practico			referência
1044	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Segundas Linhas sobre o Processo Civil de Pereira e Souza			referência
1045	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Joaquim Ignacio Ramalho				referência
1046	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Praxe Brasileira			apud
1047	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Teixeira de Freitas				Indireta
1048	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Jhering	L'esprit du droit romain			Indireta
1049	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Perdigão Malheiro				Indireta
1050	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções			Indireta
1051	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Coelho da Rocha				Indireta
1052	34	1884 1.º Não ha direito de escravidão...		ANTONIO CARNEIRO ANTUNES GUIMARAES	Orolan	Droit Romain			Indireta
1053	37	O credor de hypotheca convencional tem direito de requerer sequestro nos terrenos adquiridos pelo devedor posteriormente a hypotheca e incorporados ao imovel hypothecado?		MANOEL JOAQUIM DA SILVA FILHO OLIVEIRA					nenhuma
1054	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Ahrens	Cours de droit Naturel			Indireta
1055	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	P. Didon	L'indissolubilité et le divorce			Indireta
1056	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Ondair	la restauration de vrais principes sociaux			Indireta
1057	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Audicio	Droit publi. De l'Egl.			Indireta
1058	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Emile de Beausserie	Etudes de Droit Naturel			Indireta
1059	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Kant				Indireta
1060	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	S. Thomaz				Indireta
1061	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Falcoz	le divorce			Indireta
1062	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	De Giorgi	Esame del Diritto Filosofico			Indireta
1063	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	P. Hyacinthe	Conférences de 1866			Indireta
1064	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Naquet	discurso parlamentar (francês)			Indireta
1065	39	1886 É LÍCITO O DIVORCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA		Carta de Leão XIII aos bispos da Itália			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1066	39	1886 É LÍCITO O DIVÓRCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Libertore	Jus Naturae			Indireta
1067	39	1886 É LÍCITO O DIVÓRCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Soriano de Souza	Elementos de philos			Indireta
1068	39	1886 É LÍCITO O DIVÓRCIO?		BRAZILIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	P. A. Bigoni	Análisi degli errori circa la Religione			Indireta
1069	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Coelho da Rocha	Direito Civil			Indireta
1070	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
1071	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Lafayette Rodrigues Pereira	Direito das Causas			Indireta
1072	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tratado Prático e Clico de todo Direito Ephyteutico			Indireta
1073	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Charles Gustave Maynz				Indireta
1074	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Savigny	Tratado da Posse			Indireta
1075	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Muhlenbruch				Indireta
1076	42	1887 Emphyteuse		ANTONIO XAVIER FREIRE	Mackelvey				Indireta
1077	43	1887 Legitimação per subsequens matrimonium		MIGUEL BERNARDO VIEIRA D'AMORIM	Pascoal José de Mello Freire	Direito Civil			Indireta
1078	43	1887 Legitimação per subsequens matrimonium		MIGUEL BERNARDO VIEIRA D'AMORIM	Borges Carneiro	Direito Civil			Indireta
1079	43	1887 Legitimação per subsequens matrimonium		MIGUEL BERNARDO VIEIRA D'AMORIM	Perdigão Malheiro				Indireta
1080	43	1887 Legitimação per subsequens matrimonium		MIGUEL BERNARDO VIEIRA D'AMORIM	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
1081	43	1887 Legitimação per subsequens matrimonium		MIGUEL BERNARDO VIEIRA D'AMORIM	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
1082	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Borges Carneiro				Indireta
1083	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Coelho da Rocha				Indireta
1084	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Haltius	Recueil de l'Academie de Legislation de Vaulouse			Indireta
1085	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Giraud	Revue de legislation			Indireta
1086	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Niebuhr				Indireta
1087	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Otolan				Indireta
1088	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Troplong	De l'influence du christianisme sur le droit civil des Romains			Indireta
1089	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Charles Gustave Maynz				Indireta
1090	43	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluidos os irmãos simplesmente consanguineos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »		M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Galo				Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
			« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Auguste Comte	Polit. Post.			Indireta
1091	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Paul.	Sent.			Indireta
1092	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Savigny	História do Direito romano na Idade Média			Indireta
1093	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Wurtemberg				Indireta
1094	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA		Manual do Direito da America do Sul			Indireta
1095	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Pascoal José de Mello Freire			latim	direta
1096	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	José Homem Corrêa Telles				direta
1097	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			direta
1098	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
1099	43	1887	« o irmão bilateral reconhecido com sua irmã em testamento do pae commun concorre á herança desta com o cônjuge sobrevivente excluídos os irmãos simplesmente consanguíneos - em hora reconhecidos no mesmo testamento? »	M. I. CARVALHO DE MENDONÇA	Teixeira de Freitas	Processo Civil			Indireta
1100	43	1887	Pelo preço da adjudicação devem os bens ser levados á praça, mesmo no juizo commercial	JOÃO C. PESTANA DE AGUIAR	Paula Baptista				Indireta
1101	43	1887	Pelo preço da adjudicação devem os bens ser levados á praça, mesmo no juizo commercial	JOÃO C. PESTANA DE AGUIAR	Leite Velho	Monographia das execuções			Indireta
1102	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			Indireta
1103	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Heineccius	Recitationes in Elementa Institutionum			Indireta
1104	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Candido Mendes	Prim. Lin.			Indireta
1105	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Teixeira de Freitas	Adições á Doutrina das Acções de Correia Telles			Indireta
1106	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
1107	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Antonio Joaquim Ribas	Consolidação das leis do processo civil			Indireta
1108	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	James Kent	Commentaries on American Law			Indireta
1109	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Lim. Vaz e Vasco	Axiomas de Direito			Indireta
1110	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	José Clemente Pereira	discurso parlamentar			Indireta
1111	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Ruy Barbosa	Parecer em nome das comiss. De orçam. E just. Civ. Acerca do proj. de emancip. Dos escravos			Indireta
1112	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Paulino José Soares de Souza	nota ao ministro da Gra-Bretanha			Indireta
1113	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Cavalho Moreira	projeto de lei			Indireta
1114	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Silva Ferraz	discurso parlamentar			Indireta
1115	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Nabuco de Araujo	discurso parlamentar			Indireta
						Principes de interpretation des lois, des actes, des conventions entre les parties et spécialement, des législations françaises et étrangères concernant l'étranger en France: avec l'examen critique de la jurisprudence moderne			
1116	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Georges Constant Delisle		1852		Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1117	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Demolombe	Cours de Code Napoleon		português	direta
1118	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Trolley	Cours de dr. Administrat.		português	direta
1119	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Holand	The elements of jurisprudence			Indireta
1120	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Perdigão Malheiro	A escravidão no Brasil		Indireta	direta
1121	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Aulus Gellius	Noctes Atticae		latim	direta
1122	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Perels	Droit Marit. Internat.			Indireta
1123	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Labor	Cyclopaedia of politic. Science			Indireta
1124	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Brogie	Ecrits.		português	direta
1125	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	James Kent	Commentaries on American Law		português	direta
1126	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Per. Pinto	Dir. Internac.			Indireta
1127	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Flore	Nouv. Dr. Internat. Publ.			direta
1128	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Story	Commentar. On the Const. Of the Unit. States			Indireta
1129	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Dacey	Lectures on the law of the Constitt.			Indireta
1130	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Giron	Le dr. Publ. De la Belgiq			Indireta
1131	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Blackstone	Commentar.			Indireta
1132	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Delolme	The Const. Of England			Indireta
1133	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Savigny	Traité de droit romain		português	direta
1134	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Mourlon	Répétition écrites sur le Code Napoléon			Indireta
1135	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Mansfield	Appleton's American Cyclop.		português	direta
1136	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Jhering	L'esprit du droit romain		português	direta
1137	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Antonio Joaquim Ribas	Curso de Direito Civil Brasileiro			Indireta
1138	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Buxton	The african slave-trade and its remedies			Indireta
1139	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Jhering	Espr. du dr. rom.			Indireta
1140	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Bacon	aforismo		latim	direta
1141	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Demolombe	Traité de la publication des effets et de l'application des lois en général			Indireta
1142	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Joaquim Ignacio Ramalho	Praxe Brasileira			Indireta
1143	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Joaquim Ignacio Ramalho	Pratica civil e commercial			Indireta
1144	44	1887	Escravos DE FILIAÇÃO DESCONHECIDA	Ruy Barbosa	Paula Baptista	Theoria e pratica do pr. Civ.			Indireta
1145	44	1887	A escriptura publica e da substancia de todas as doações que devam ser insinuadas?	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			Indireta
1146	44	1887	A escriptura publica e da substancia de todas as doações que devam ser insinuadas?	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Família			Indireta
1147	44	1887	A escriptura publica e da substancia de todas as doações que devam ser insinuadas?	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Teixeira de Freitas	aditamentos			Indireta
1148	44	1887	O herdeiro, á quem foi adjudicado o bem inventariado, e que, por ser indivisivel, o juiz do inventario não mandou partilhar, não está sujeito ao pagamento da siza ou meia siza pelas tornas que fizer aos co-herdeiros.	ANTONIO DE CAMPOS TOLEDO	Menezes	Julizos Divisórios			Indireta
1149	44	1887	O herdeiro, á quem foi adjudicado o bem inventariado, e que, por ser indivisivel, o juiz do inventario não mandou partilhar, não está sujeito ao pagamento da siza ou meia siza pelas tornas que fizer aos co-herdeiros.	ANTONIO DE CAMPOS TOLEDO	Ulpiano			latim	direta
1150	44	1887	O herdeiro, á quem foi adjudicado o bem inventariado, e que, por ser indivisivel, o juiz do inventario não mandou partilhar, não está sujeito ao pagamento da siza ou meia siza pelas tornas que fizer aos co-herdeiros.	ANTONIO DE CAMPOS TOLEDO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão	Tradado Pratico Compendiario de todas as ações Summarias			Indireta
1151	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	M. Soares	Tratado de Medição de Terras			Indireta
1152	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Menezes	Julizos Divisórios			apud
1153	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	José Maria de Avelar Brotero				Indireta
1154	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	J. Chrispiniano				direta
1155	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	J. da Silva Carrião				Indireta
1156	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Moraes	Executionibus			Indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1157	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Olegario Aquino	artigo publicado na Revista O Direito, vol. 5			indireta
1158	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Pascoal José de Mello Freire Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Direito Civil			indireta
1159	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI		Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanológico			indireta
1160	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	José Pereira de Carvalho				indireta
1161	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Joaquim Ignacio Ramalho	Instituições Orphanológicas			direta
1162	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Silva	á Ord.			indireta
1163	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Emmanuelis Alvarez Pegas				indireta
1164	46	1888	DIVISÃO DE TERRAS	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Teixeira de Freitas				referência
1165	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			referência
1166	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Moulon	Répétition écrites sur le Code Napoléon			referência
1167	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Laurent	Cours de Droit Civil			referência
1168	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Philippe Antoine Merlín	Répertoire universel et raisonné de jurisprudence			referência
1169	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Joaquim José Caelano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil			referência
1170	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Joaquim Ignacio Ramalho	Praxe Brasileira			referência
1171	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Coelho da Rocha	Direito Civil			referência
1172	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			referência
1173	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Instituições de Direito Civil Brasileiro			referência
1174	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Almeida Oliveira	ASSIGNAÇÃO DE DEZ DIAS, A RESTITUIÇÃO IN INTEGRUM e a nova LEI DAS EXECUÇÕES			indireta
1175	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Lafayette Rodrigues Pereira	Direito das Causas			indireta
1176	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Ações			referência
1177	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Savigny	Traité de droit romain			referência
1178	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Charles Gustave Maynz	Droit Romain			referência
1179	46	1888	11ª A, omissão da declaração do estarem ou não os bens sujeitos a anteriores hypothecas legaes, exigida pro substantia na escriptura de hypotheca, constitue nulidade de pleno direito absoluta?...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Van Wetter	Droit Romain			referência
1180	46	1888	§ 8º, e Ord. liv. 1º, tit. 78, § 147...	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Candido Mendes	Nota à Ord.			direta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1181	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Emmanuel Alvarez Pegas	Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae				apud
1182	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis				indireta
1183	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções				indireta
1184	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Perdigão Malheiro	Manual do procurador dos fechos da fazenda nacional nos juízos de primeira instancia				indireta
1185	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Candido Mendes	Código Philippino				indireta
1186	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Moraes Carvalho	Praxe Forense				indireta
1187	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil				indireta
1188	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Pimenta Bueno	Direito Publico				indireta
1189	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	José Homem Corrêa Telles	Formulario do Tabeionato				indireta
1190	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Levindo F erreira Lopes	artigo publicado na Resenha Jurídica				indireta
1191	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Savigny	Traité de droit romain				indireta
1192	46	1888 § 8º, e a Ord. liv. 1º, tt. 78, § 147...	1ª Vigora entre nós a nulidade de que tratam o Alv. de 3 de Junho de 1809, FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Moraes Carvalho	Praxe Forense				indireta
1193	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Os fideicomissos modernos em face das Ordens do Thesouro				indireta
1194	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Traité des Substitutions				direta
1195	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Pereira e Caldas	Quest. For. Recept. Sentent.				direta
1196	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	artigo publicado na Gazeta Jurídica				indireta
1197	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Direito Civil Patrio				direta
1198	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Daloz	Répert.				indireta
1199	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Joaquim José Caetano Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o processo civil				indireta
1200	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Digesto portuguez				indireta
1201	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		José Homem Corrêa Telles	Introdução aos Fideicommissos modernos				indireta
1202	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	Direito Civil				direta
1203	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Fusario	de comprehensiva substituzione				indireta
1204	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Peregrinus	de fideicommissis				referência
1205	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Marzarius	Tractatus de fideicommissaria materia				referência
1206	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Censali	Observationes et additiones ad Peregrinum				referência
1207	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Pinheiro	Trat. de Testamentis				direta
1208	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Uphiano	Des donations entre vifs et des testaments				indireta
1209	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Troplong	Manu Regia				indireta
1210	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Pereira	Praxis Partitionum et Collationum				referência
1211	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Silva	Alvaro Valasco				indireta
1212	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Decis. Supremi Senatus Lusitaniae				indireta
1213	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		Gama Lobão	Fasciculo de Dissertações Juridico-Practicas				direta
1214	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO					referência
1215	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pascoal José de Mello Freire				menção
1216	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pothier				menção
1217	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Philippe Antoine Merilh				menção
1218	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Bigot-Préameneu				menção
1219	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Daloz				menção
1220	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Rogron				menção
1221	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto				apud
1222	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Teixeira de Freitas				indireta
1223	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Savigny				menção
1224	46	1888 Um fideicommisso moderno e cinco accordãos		F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Charles Gustave Maynz				menção

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1225	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Mackelley					menção
1226	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Jhering		Esprit du Droit Rom			indireta
1227	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Manuel de Almeida e Sousa de Lobão		Suppl. às notas a Mello Freire (Collecção de Dissertações Jurídico Práticas em Supplemento às Notas do Livro III de mello Freire)			referência
1228	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Domat		Tratê des Lois Civiles			referência
1229	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Deille		Interprétation Jurid.			direta
1230	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles		Adições à Doutrina das Acções			indireta
1231	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pascoal José de Mello Freire		Instituições Juris Civilis Lusitani			indireta
1232	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles		Comm. à Lei da Boa Razão			indireta
1233	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Lauterbach					referência
1234	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Troplong		Des Testaments (Des donations entre vifs et des testaments)			indireta
1235	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Teixeira de Freitas		Trat. dos Testamentos e Success, por Gouvêa Pinto			direta
1236	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles		Doutrina das Acções			direta
1237	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Hintze Ribeiro					indireta
1238	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Struvio				latim	direta
1239	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Voelck				latim	direta
1240	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Salzedo				latim	direta
1241	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Borges Carneiro		Direito Civil			indireta
1242	46	1888 Um fideicomisso moderno e cinco accordãos	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Dias Ferreira					indireta
1243	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	A. Felicio dos Santos e outros		Projecto do Código Civil Brasileiro			indireta
1244	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Gaio		Dig. Da Stat. Hom.			indireta
1245	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Pascoal José de Mello Freire					indireta
1246	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Theophil					indireta
1247	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Savigny				francês	direta
1248	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Biondeau					direta
1249	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Domat					indireta
1250	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Lafayette Rodrigues Pereira					direta
1251	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Vultei					menção
1252	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Conradus Lagus					menção
1253	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Connanus					menção
1254	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Vigellus					menção
1255	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Althusius					menção
1256	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Leibnitz					menção
1257	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Pothier					menção
1258	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Bentham					indireta
1259	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Dicoy					indireta
1260	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Antonio Joaquim Ribas					direta
1261	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Grotius					indireta
1262	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Ulpiano					indireta
1263	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Teixeira de Freitas					indireta
1264	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Massé					indireta
1265	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Marlius					indireta
1266	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Coelho da Rocha		Instituições do Direito Civil Portuguez			direta
1267	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Mackelley					indireta
1268	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Hugo					menção
1269	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Roschirt					menção
1270	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Heise					menção
1271	47	1888 Systemas de codificação civil	JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS	Bernardin de Saint Pierre		L'amitié de la nature			indireta
1272	48	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4° tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	José Homem Corrêa Telles		Theoria da interpretação das leis			direta
1273	48	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4° tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Alvaro Valasco		Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae			indireta
1274	48	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4° tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Pascoal José de Mello Freire		livro 3			indireta

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1275	48	1889	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4.º tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Paiva e Pona	Orphanologia Practica			indireta
1276	48	1889	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4.º tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Joaquim Ignacio Ramalho	Instituições Orphanologicas			indireta
1277	48	1889	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4.º tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI	Antonio Joaquim Ribas	Commentarios			indireta
1278	48	1889	Materia de collação-Intelligencia da Ord. liv. 4.º tit. 97.	CARLOS HONORIO BENEDICTO OTTONI		Consolidação das leis civis			indireta
1279	48	1889	Sociedade mercantil. -Validade de sua dissolução amigavel effectuada por procurador, falecendo o socio, constituinte deste (ausente), antes das publicações legais.	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	Oriando	Codigo Commercial amotado			indireta
1280	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles	Theoria da Interpretação das leis			direta
1281	48	1889	EXAME DE TRES SYSTEMAS	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Alvaro Valasco	Consultationum ac rerum Judicatarum in regno Lusitaniae			direta
1282	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			direta
1283	48	1889	EXAME DE TRES SYSTEMAS	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Bacon	Legum Leg.			indireta
1284	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			indireta
1285	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Muller				indireta
1286	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Paiva e Pona	Orphanologia Practica			direta
1287	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Collações			indireta
1288	48	1889	EXAME DE TRES SYSTEMAS	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Guerreiro	De munere Judicis Orphanorum			indireta
1289	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Toullier	Le Droit Civil Français (Le droit civil français suivant l'ordre du Code)		francês	direta
1290	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles	Digesto portuguez			direta
1291	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Teixeira de Freitas	Consolidação das leis civis			indireta
1292	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Antonio Joaquim Gouvêa Pinto	Tratado dos Testamentos e Successões			indireta
1293	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Pascoal José de Mello Freire	Institutiones Juris Civilis Lusitani			indireta
1294	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Carlos Honorio Benedicto Ottoni	artigo publicado na Revista O Direito, jan 1889			direta
1295	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	José Homem Corrêa Telles	Doutrina das Acções	1841		direta
1296	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO		Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico			indireta
1297	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Antonio Joaquim Ribas	Consolidação das leis do processo civil			indireta
1298	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO		De Partit. et Collat.			indireta
1299	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO	Lauterbach	Dissert.			indireta
1300	48	1889	MATERIA DE COLLAÇOES Interpretação da Ord. liv. 4.º tit. 97. § 4º	F. DE C. FIGUEIRA DE MELLO		Manual Practico			indireta
1301	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Coelho da Rocha	Instituições do Direito Civil Portuguez			indireta
1302	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	José Homem Corrêa Telles	Theoria da Interpretação das leis			indireta
1303	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira	tomo 2º			indireta
1304	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Ovidio Fernandes Trigo de	Compendio do Direito Civil			indireta
1305	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Loureiro			português	direta
1306	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Rogron			francês	indireta
1307	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	Mourlon				indireta
1308	49	1889	Posthumum o que seja, que direito tem?	MILENO DE TORRES BANDEIRA	José Pereira de Carvalho	Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico			direta
				FERRER					nenhuma

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1309	49	1889	PLANO GERAL DO PROJECTO DE CODIGO CIVIL BRAZILEIRO	A. COELHO RODRIGUES	Mandini	Memória			
1310	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Pascoal José de Mello Freire		1882		Indireta menção
1311	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Alvaro Valasco				menção
1312	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Phebo				menção
1313	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Gama				menção
1314	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Carvalho				Indireta
1315	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Antonio Ribeiro de Liz Teixeira				Indireta
1316	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Coelho da Rocha				Indireta
1317	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Borges Carneiro				Indireta
1318	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Samuel Stryk				Indireta
1319	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Heineccius				Indireta
1320	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Phebo				menção
1321	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Cabedo				menção
1322	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Vasconcellos				direta
1323	50	1889	Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legítimos?	Anônimo	Pedro de Araújo Lima				direta